

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

NATALIA BOUSQUET BATISTA

**UNIVERSIDADE NEOLIBERAL E GOVERNAMENTALIDADE: subjetividade de
docentes do curso superior de administração na modalidade de educação a
distância**

Vitória - ES
2023

NATALIA BOUSQUET BATISTA

UNIVERSIDADE NEOLIBERAL E GOVERNAMENTALIDADE: subjetividade de docentes do curso superior de administração na modalidade de educação a distância

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para titulação de Doutora em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Eloisio Moulin de Souza.

Vitória - ES

2023

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

B777u Bousquet Batista, Natalia, 1985-
UNIVERSIDADE NEOLIBERAL E
GOVERNAMENTALIDADE: subjetividade de docentes do curso superior de administração na modalidade de educação a distância / Natalia Bousquet Batista. - 2023.
278 f.

Orientador: Eloisio Moulin de Souza.
Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Universidade. 2. Subjetividade. I. Moulin de Souza, Eloisio. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 65

NATALIA BOUSQUET BATISTA

UNIVERSIDADE NEOLIBERAL E GOVERNAMENTALIDADE: subjetividade de docentes do curso superior de administração na modalidade de educação a distância

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para titulação de Doutora em Administração.

Aprovada em 20 de julho de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Eloisio Moulin de Souza
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. Marcus Vinicius Soares Siqueira
Universidade Federal de Brasília

Profa. Dra. Maria Elizabeth Barros de Barros
Universidade Federal do Espírito Santo

Profa. Dra. Letícia Dias Fantinel
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Alfredo Rodrigues Leite da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
ELOISIO MOULIN DE SOUZA - MATRÍCULA 1712712
Membro - Colegiado do Programa de Pós-graduação em Administração
Em 20/07/2023 às 17:48

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/754524?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
LETICIA DIAS FANTINEL - MATRÍCULA 1618662
Membro - Colegiado do Programa de Pós-graduação em Administração
Em 20/07/2023 às 18:19

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/754559?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
MARIA ELIZABETH BARROS DE BARROS - SIAPE 6294811
Departamento de Psicologia - DP/CCHN
Em 21/07/2023 às 05:20

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/754771?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por ALFREDO RODRIGUES LEITE DA SILVA - SIAPE 1802333 Departamento de Administração - DAd/CCJE Em 20/07/2023 às 21:41

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/754742?tipoArquivo=O>

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento desta tese só foi possível em razão do apoio e suporte que recebi de todos aqueles que compartilharam comigo, de alguma forma, a experiência desafiadora do doutorado. Tentarei utilizar uma ou duas páginas para demonstrar minha gratidão a todos que viveram comigo estes anos de profundo amadurecimento.

Agradeço aos meus pais, Mônica e Cesar, que me incentivaram a fazer o trajeto Campos-Vitória semanalmente para que eu pudesse assistir às aulas, cumprir os créditos, participar de congressos e nesta reta final, escrever a tese. Me levaram ou buscaram na rodoviária inúmeras vezes. E especialmente após o nascimento do André, ofereceram todo o apoio para que eu pudesse me concentrar e escrever.

Ao meu filho André, que chega no último ano do doutorado para ressignificar minha vida e me trazer forças para finalizar esta etapa iniciada em 2019. O processo do doutorado é bastante solitário e a maternidade nos exige bastante. Quantas vezes ele foi minha única companhia, mamando ou dormindo por horas a fio próximo ao seio, quietinho, enquanto eu escrevia a tese.

Ao meu marido Fabiano, pela força incondicional em todas as etapas do doutorado. Nos casamos no ano em que fui admitida pelo programa de pós-graduação. Precisava pernoitar em Vitória para assistir às aulas, ficava em um quarto de Airbnb e todas as vezes ele me falava, falta menos uma vez, vai passar. A cada semestre contávamos, faltava menos um. Vibrou comigo a cada aprovação de trabalho ou artigo e cuidou do André preocupado em manter o silêncio para não interferir na minha concentração. Fazer o doutorado envolve uma grande dedicação e sem você certamente eu não seria capaz de avançar. Passamos por muitos desafios juntos e sabemos que mais alguns nos esperam, mas ao seu lado é mais leve e tranquilo viver.

Aos meus professores do PPGAdm, principalmente, professor Eloisio, meu orientador, pela paciência e cuidado nas palavras, sempre crítico e assertivo nas sugestões de melhoria do trabalho, respeitando o meu tempo de amadurecimento intelectual e de escrita. Obrigada por estar presente e me ensinar a avançar na

escrita acadêmica e a ter contato com teorias que reconstruíram minha forma de enxergar a vida.

Aos membros da banca avaliadora, professora Letícia e professor Alfredo, do PPGAdm, e a professora Elisabeth e professor Marcus Vinicius, membros externos que gentilmente aceitaram participar desta banca de defesa.

Ao Instituto Federal Fluminense, pelo apoio com a aprovação no programa de desenvolvimento de pessoas, permitindo que me dedicasse integralmente às atividades do processo de pesquisa e na escrita desta tese.

A Universidade Federal do Espírito Santo, pela admissão no Programa de Pós Graduação em Administração e oferta de diversas oportunidades para meu desenvolvimento acadêmico na produção do conhecimento durante a realização do curso de doutorado.

A entrega de uma tese é fruto de um processo de forte amadurecimento, que demanda uma vivência muitas vezes reclusa e solitária. Sou imensamente grata a todos que passaram pela minha vida e me fizeram me animar e caminhar, dia após dia, passo após passo, palavra após palavra, contribuindo para este resultado.

Muito obrigada!

"Que sabe a razão? Somente aquilo que teve tempo de conhecer (algo provavelmente nunca chegará a saber; embora isso não constitua consolo, por que não expressá-lo?), enquanto a natureza humana age em sua totalidade, com tudo que nela existe de consciente e inconsciente, e, embora minta, continua vivendo."

(DOSTOIÉVSKI, 2000, p. 41)

Faço um convite à leitura àqueles sujeitos que ousarem descer aos subsolos em busca da reflexão e da problematização das práticas docentes às quais somos constituídos.

RESUMO

O contexto neoliberal provoca transformações econômicas, políticas, sociais e culturais globais, capazes de modificar a dinâmica do poder e as identidades profissionais e, por conseguinte, as relações de trabalho contemporâneas. As reformas nas universidades neoliberais são direcionadas para a valorização de saberes alinhados ao mercado, a maximização do lucro e o ideal de controle gerencialista. No Brasil, a educação recebe um pacote de medidas neoliberais após a década de 1990 e inicia um processo de reestruturação produtiva que amplia a atuação da iniciativa privada no setor e desregulamenta a atuação docente. Considerando as mudanças na educação do país, com base nos estudos de bipolaridade de Michel Foucault, esta tese utiliza o conceito de governamentalidade neoliberal no sentido *lato*, do governo das populações e no sentido estrito, do exercício ético do governo de si para compreender como os discursos das universidades neoliberais (re)constróem a identidade profissional de docentes do curso superior em administração em atuação na modalidade de educação a distância em instituições de ensino superior privadas e suas relações com as modificações do trabalho na sociedade contemporânea. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas em profundidade e pesquisa documental. Posteriormente, os dados produzidos serão analisados por meio da técnica de manejo cartográfico. A compreensão de mecanismos de poder que orientam os processos de subjetivação de docentes do curso superior de administração em atuação na modalidade a distância em instituições de ensino superior privadas ofereceu elementos reflexivos de problematização do *status quo*, no exercício de uma ontologia crítica do governo de nós mesmos, enquanto pesquisadores, inserindo este trabalho em uma arena de resistência das práticas acadêmicas frente aos efeitos do discurso hegemônico, a partir da reflexão crítica e da proposição de novas formas de (re)existir frente às assimetrias decorrentes das premissas neoliberais.

Palavras-chave: Governamentalidade neoliberal. Biopoder. Universidade neoliberal. Educação a distância. Processos de subjetivação.

ABSTRACT

The neoliberal context causes global economic, political, social and cultural transformations capable of modifying the dynamics of power and professional identities and, consequently, contemporary work relations. Reforms in neoliberal universities are aimed at valuing knowledge aligned with the market, profit maximization and the ideal of managerial control. In Brazil, education received a package of neoliberal measures after the 1990s and began a process of productive restructuring that expanded the role of the private sector in the sector and deregulated teaching activities. Considering the changes in education in the country, based on Michel Foucault's biopolitics studies, this thesis uses the concept of neoliberal governmentality in the broad sense, of the government of the populations, and in the strict sense, of the ethical exercise of self-government, to understand how Discourses from neoliberal universities (re)construct the professional identity of professors of higher education in administration who work in distance education in private higher education institutions and their relationships with changes in work in contemporary society. For this, a qualitative research was carried out, through in-depth interviews and documentary research. Subsequently, the data produced will be analyzed using the cartographic management technique. The understanding of power mechanisms that guide the processes of subjectivation of professors of the higher education course of administration working in the distance modality in private higher education institutions offered reflective elements of problematization of the status quo, in the exercise of a critical ontology of the government of us themselves, as researchers, inserting this work in an arena of resistance of academic practices against the effects of hegemonic discourse, based on critical reflection and the proposition of new ways of (re)existing in the face of asymmetries resulting from neoliberal premises.

Keywords: Neoliberal governmentality. Biopower. neoliberal university. Distance education. Subjectivation processes.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de IES Públicas e Privadas no Brasil	123
Tabela 2 - Grupos educacionais com capital aberto no Brasil	128
Tabela 3 - Admissões e demissões de docentes no Brasil	207

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil dos participantes	103
Quadro 2 - Documentos coletados	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal no Nível Superior

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

EAD - Educação a Distância

EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation ad Amortization

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

FMI - Fundo Monetário Internacional

IES - Instituições de Ensino Superior

INEP - Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC - Ministério da Educação

OMC - Organização Mundial do Comércio

PROUNI - Programa Universidade para todos

SEED - Secretaria de Educação a Distância

Sinaes - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UAB - Universidade Aberta do Brasil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 O PROBLEMA DE PESQUISA	13
1.2 OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA	15
1.4 ESTRUTURA DA TESE	18
2. A PERSPECTIVA DE GOVERNO SOBRE OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO	20
2.1 GOVERNANDO AS POPULAÇÕES: GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL	21
2.1.1 Governamentalidade no sentido lato e o nascimento da biopolítica	22
2.1.2 O biopoder como elemento da biopolítica para a regulação das massas e sua aplicação no campo do trabalho: a biocracia	29
2.2 GOVERNANDO OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO	35
2.2.1 Ética e o cuidado de si no exercício das práticas de liberdade e a capacidade de resistência do sujeito: o governo de si	36
2.2.2. Processos de subjetivação profissional na contemporaneidade	43
3 UNIVERSIDADE NEOLIBERAL, ENSINO A DISTÂNCIA E O TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE	50
3.1 DA UNIVERSIDADE TRADICIONAL À UNIVERSIDADE NEOLIBERAL	50
3.2 ENSINO A DISTÂNCIA E A FLEXIBILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO	60
3.3 SUBJETIVIDADE LABORAL: SUBJETIVIDADES DOCENTES E INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE	67
3.4 OS SABERES QUE CIRCULAM NA REPRODUÇÃO DOS JOGOS DE VERDADE: OS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO	73
3.5 AS RELAÇÕES DE TRABALHO DOCENTE NO BRASIL: A PEJOTIZAÇÃO DO TRABALHO ACADÊMICO	77
3.6 CUMPLICIDADE ACADÊMICA E QUIESCÊNCIA	88
4 PERCURSO METODOLÓGICO	92
4.1 DEFINIÇÃO DOS SUJEITOS DE PESQUISA	93
4.2 ANÁLISE NA PRODUÇÃO DE ELEMENTOS PARA REFLEXÃO	94
4.2.1 As fontes orais: entrevistas	97
4.2.2 Pesquisa documental	105
4.3 TRATAMENTO DE DADOS	108
5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	113
5.1 TRAJETÓRIAS NA DOCÊNCIA	113
5.2 DIMENSÃO BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL	121
5.2.1. O contexto da educação superior contemporânea	121
5.2.2 A educação a distância como dispositivo neoliberalizante	132
5.2.3 O EAD e o ressurgimento do taylorismo na educação	146
5.3 DIMENSÃO PODERES E SABERES VALORIZADOS E DESVALORIZADOS	152
5.3.1. Dispositivos de poder neoliberalizantes	152
5.3.2. As relações de saberes	160
5.4 DIMENSÃO SUBJETIVIDADES	175
5.4.1 Os traços neoliberalizantes nos processos de subjetivação dos docentes	176

5.4.2 A burocracia e a (re)construção da subjetividade dos docentes	182
5.5 DIMENSÃO NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO DOCENTE	197
5.5.1. As condições de trabalho neoliberal	198
5.5.2. As novas relações de trabalho	209
5.6 DIMENSÃO MUDANÇA SOCIAL E PRÁTICAS DE LIBERDADE: O CUIDAR DE SI	217
5.6.1 A quiescência	218
5.6.2 A ação	230
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS DESTA TESE E INICIAIS PARA NOSSO EXERCÍCIO DE REFLEXÃO	240
REFERÊNCIAS	247
APÊNDICES	264
ANEXOS	271

1 INTRODUÇÃO

Em um contexto de transformações sociais, econômicas e culturais globais, considerando o momento político, econômico, histórico e cultural no Brasil, o campo que esta tese pretende analisar é o das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas que ofertam o curso de graduação em administração na modalidade de ensino a distância conforme a lógica neoliberal de operação direcionada ao mercado. Tomando este campo como objeto de análise, pretendo compreender quais são os dispositivos neoliberais de saberes e poderes que constituem os discursos presentes nas IES e refletem na (re)construção da subjetividade dos docentes através de mecanismos biopolíticos, capazes de alterar as relações de trabalho contemporâneas.

Como fundamento teórico, utilizo a genealogia da governamentalidade neoliberal (FOUCAULT, 1988, 2008a, 2008b; DEAN, 1999; ROSE, 1999), o conceito do biopoder (FOUCAULT, 2008a, 2008b; MILLER; ROSE, 2008; ROSE, 1999), os processos de subjetivação (FOUCAULT, 2003a; SOUZA, 2014a) que replicam o discurso neoliberal hegemônico (MUNRO, 2012; FLEMING, 2014) levando a modificações nas relações de trabalho docente nas IES privadas direcionadas para o mercado, e os processos de subjetivação orientados a problematização deste discurso, através da reflexão crítica, no exercício da ética reflexiva de docentes no governo de si e dos outros (FOUCAULT, 2010), capazes de formar novas subjetividades políticas e, portanto, novos discursos opostos aos encontrados nas instituições capitalistas neoliberais (BOWES-CATTON *et al.*, 2020; DE COSTER, ZANONI, 2022).

Muitos estudos oferecem contribuições teóricas para os estudos organizacionais ao utilizar as ideias de Foucault em sua fase genealógica no debate sobre temas relacionados ao poder e ao controle gerencial a partir do poder disciplinar (AQUINO, 2019; CLARKE; KNIGHTS, 2015; SILVA; LOURENÇO, 2018; SOUZA, COSTA; LOPES, 2019; HAFERMALZ, 2020). Nesta tese, pretendo analisar as relações de trabalho sob a ótica da fase ética de Foucault, que trata da governamentalidade do trabalho (FOUCAULT, 1999, 2008a, 2008b) e estudar como

esta tecnologia é empregada sobre a conduta de docentes para direcioná-los para certos fins através do enfoque nos mecanismos de biopoder por meio dos quais os docentes são administrados como sujeitos economicamente ativos e autodirecionados ao neoliberalismo (MOISANDER, 2018), bem como as possibilidades de resistência no exercício ético da parrhesia e do governo de si na atuação frente ao discurso neoliberal hegemônico (BOWES-CATTON *et al.*, 2020). Embora os estudos de biopoder e governamentalidade neoliberal tenham um amplo impacto nas ciências sociais como sociologia, psicologia e geografia, o potencial da abordagem dos últimos trabalhos de Foucault ainda não foi totalmente desenvolvido nos estudos organizacionais (MUNRO, 2012), sobretudo no contexto brasileiro.

Para preencher esta lacuna, na busca de adicionar elementos à teoria, pretendo contribuir de quatro maneiras: inicialmente, ao destacar o conceito profícuo da governamentalidade neoliberal no sentido *lato* do governo das populações, direcionado a replicação do discurso neoliberal hegemônico e no sentido estrito, no exercício das práticas de liberdade e da capacidade de resistência dos docentes do curso de administração no governo de si a partir da problematização e da reflexão crítica; em segundo lugar, expandir a compreensão do conceito da universidade neoliberal e da flexibilização da educação levando a transformação nas relações de trabalho docente; em terceiro lugar ao analisar os discursos e identificar os elementos que levam ao desenvolvimento da subjetividade laboral do docente de administração na modalidade a distância em IES privadas e, por fim, apresentar um olhar crítico sob as relações de trabalho nas universidades neoliberais através da problematização do discurso hegemônico, atuando de forma reflexiva na busca de proposições teóricas para a manutenção da circulação do poder e inserção de elementos na análise de suas assimetrias.

1.1 O PROBLEMA DE PESQUISA

O problema de pesquisa que esta tese busca responder é **como o neoliberalismo constitui discursos que constituem os processos de subjetivação de docentes do curso superior de administração em atuação na modalidade de educação a distância em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas?** Assim, o argumento central que proponho analisar é de que os

mecanismos de biopoder, derivados da governamentalidade neoliberal, constituem os discursos que atuam nas formações de subjetividades profissionais e contribuem para a legitimação das condutas competitivas nas instituições de ensino superior neoliberais refletindo no estabelecimento de novas relações de trabalho.

1.2 OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Essa tese tem o objetivo geral de **compreender a (re)construção da subjetividade de docentes do curso superior de administração em atuação na modalidade de educação a distância em IES privadas nos discursos neoliberais.**

De forma a alcançar este objetivo, apresento os objetivos específicos que irão direcionar e articular os caminhos para atender o objetivo geral da pesquisa:

- 1) Identificar a forma de atuação biopolítica oferecida pela governamentalidade neoliberal, complementar ao poder disciplinar que contribui para novas subjetivações e relações de trabalho;
- 2) Analisar a contribuição dos dispositivos de poderes e saberes e os mecanismos de biopoder para os processos de subjetivação no desenvolvimento de corpos dóceis atuantes na universidade neoliberal;
- 3) Analisar os discursos que (re)constroem a subjetividade profissional/laboral de docentes em atuação no ensino superior privado de administração na modalidade de educação a distância;
- 4) Apresentar as relações de trabalho e as práticas relacionadas à atuação docente no Brasil contemporâneo;
- 5) Identificar o exercício da ética reflexiva dos docentes e as resistências associadas ao cuidar de si;
- 6) Oferecer contribuições aos estudos organizacionais e aos estudos universitários críticos no que diz respeito a problematização do discurso neoliberal hegemônico nos processos de subjetivação de docentes.

1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

O cenário da Educação Superior no Brasil assumiu novos contornos nos últimos anos. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2021, do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2021), o número de vagas ofertadas para cursos de graduação na modalidade a distância aumentou 474% entre 2011 e 2021. Considerando a variação de vagas nos anos de 2020 e 2021, a modalidade a distância apresentou aumento de 23,3% enquanto a modalidade presencial apresentou queda de 16,5% no número de vagas ofertadas (INEP, 2021). Na modalidade a distância, 87,5% das vagas são ofertadas por IES privadas, que atuam conforme a lógica neoliberal de maximização de lucros, ao dar enfoque na oferta de cursos nesta modalidade.

O processo de expansão da educação superior no Brasil teve início no final dos anos 1990, período consonante com a consolidação do regime neoliberal no país. Não obstante, a rede privada de ensino representa o principal motor dessa expansão. Em 2021, as IES privadas contavam com 6,7 milhões de alunos, o que garante uma participação de 77,5% do sistema de educação superior (INEP, 2021).

Desde o ano de 2016 o número de matrículas em cursos presenciais na educação superior privada tem diminuído, acompanhado pelo aumento do ritmo de crescimento dos cursos a distância, que em 2019 ultrapassou o número de ingressantes na modalidade presencial e em 2021 as matrículas na modalidade de ensino representam 62,8% do total (INEP, 2021). Um ponto importante a apresentar é que esta ampliação no número de ingressos está concentrada em um número restrito de instituições privadas, das 2.306 unidades de IES privadas no Brasil, apenas 308 assumem este número de ingressos nos cursos de graduação (INEP, 2019).

Neste sentido, a educação superior se tornou um campo atrativo para investimentos nacionais e internacionais, com efeito, a operação da educação a distância oferece a possibilidade de atuar em um modelo de economia de escala (MAHNIC, 2022), levando à entrada de grandes empresas na área da educação e a abertura de capital na bolsa de valores (CHAVES, 2010; BITTAR, 2002). Estas ações permitem que as IES tenham aportes financeiros para realizar a expansão,

além de fusões e aquisições que levam a concentração de IES em grandes grupos educacionais.

Por conseguinte, a educação superior deixa de ser um direito social e um dever do Estado (BRASIL, 1988) e se torna uma mercadoria ofertada por instituições provedoras de serviços de curto prazo centradas no cliente-aluno. A partir da desregulamentação em 1990 há a diminuição da atuação do governo nesta pasta e a transferência da operação de parte da formação das instituições de ensino superior públicas para as IES privadas. A flexibilização de regras para a abertura de cursos e para o credenciamento de novas IES, a oferta de isenções tributárias de Imposto Sobre Serviço (ISS), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a concessão de empréstimos com juros baixos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) e a criação de programas de bolsas de estudo estudantis que realizam repasse de orçamento público para instituições privadas como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e o Prouni representam solo fértil para a expansão das IES privadas, transformando, em última instância, a educação superior em "um grande supermercado em cujas prateleiras produtos e serviços disputam a atenção e o desejo dos consumidores" (BITTAR, 2002, p. 54).

Ademais, os cortes do governo para educação pública contribuem para a transição da manutenção do estado de bem estar social promovido pelo Estado na oferta de educação para um estado de competição privada e de comercialização do ensino, conforme tendência neoliberal de competição das IES privadas (FULLER, 2003). A regulamentação de instituições privadas centradas no ensino leva a dissociação da tríade universitária de ensino-pesquisa-extensão e orienta para um espaço de reprodução de materiais padronizados e não para a produção de novos conhecimentos. Estas instituições atendem aos interesses do mercado na formação de sujeitos tecnicistas e contribuem para o desenvolvimento de universidades mercantilizadas (JONES *et al.*, 2020).

Para analisar os processos de subjetivação de docentes em atuação no ensino superior, constituídos pelo discurso neoliberal, ao reproduzir ou problematizar as práticas, foi escolhido o curso de graduação em administração. Este curso possui o segundo maior número de matrículas no país, ficando atrás somente do curso de

pedagogia. Em adição, o curso de administração foi um dos primeiros a serem ofertados no Brasil na modalidade a distância e os saberes hegemônicos da área estão alinhados aos interesses capitalistas mercadológicos. Atualmente, a oferta de vagas para o curso de Administração apresenta um total de 1.830 instituições públicas e privadas que oferecem os cursos no Brasil, sendo 1.609 instituições privadas, ou seja, aproximadamente 87,9% do total (INEP, 2021).

A atuação de docentes em educação na modalidade a distância é concebida muitas vezes como positiva, flexível, de natureza libertadora, sobretudo quando entendida como um meio livre para trabalhar a qualquer tempo e em qualquer lugar, além de razões econômicas e logísticas de redução de custos com deslocamento, vestuário e materiais. No entanto, em boa parte das vezes, as consequências desta atuação para os processos de subjetivação raramente são consideradas em paralelo (HOULDEN; VELETSIANOS, 2020). Este estudo se torna relevante na busca da compreensão de elementos associados à educação a distância como dispositivo, capaz de (re)construir as subjetividades profissionais. Nesse sentido, levantar a questão dos processos de subjetivação de docentes em atuação na modalidade a distância em IES privadas pode fornecer elementos para entender a dinâmica de poder e seus efeitos no discurso hegemônico, oferecendo espaço para a reflexão crítica e o exercício do governo de si.

Estudos organizacionais fundamentados a partir da fase ética de Foucault, combinados com as reflexões em torno da noção de governamentalidade são um campo fértil e pouco explorado nos estudos organizacionais (AQUINO, 2019). A literatura sobre formação de subjetividades está em grande medida focada em discursos localizados no interior das organizações (AQUINO, 2019). No entanto, estudos recentes trazem contribuições na análise dos discursos extraorganizacionais produzidos que constroem as subjetividades nas sociedades neoliberais contemporâneas em países desenvolvidos por exemplo, na regulação de cidades empresariais (MOONEIRUST; BROWN, 2019), no desenvolvimento de regimes de trabalho baseados no pensamento enxuto (MACKENZIE *et al.*, 2020), na subjetivação de deficientes como capital humano apto e adequado para atuar em trabalhos simples e frequentemente sujos, que os não deficientes não desejam e/ou consideram inadequados (MARAVELIAS, 2020).

De forma prática, a análise dos dispositivos de poder e a problematização das formações de subjetividade profissional decorrentes do discurso hegemônico no contexto da universidade neoliberal brasileira pode contribuir para o debate neste programa de pós-graduação e na academia, espaço fértil para a reflexão sobre a formação de novos pesquisadores e docentes em administração, capazes de problematizar os discursos circulantes e atuar como uma forma de resistência e emancipação profissional na busca de ressignificar a atuação através do exercício da ética reflexiva e das resistências associadas ao cuidar de si, podendo contribuir para novos processos de subjetivação de professores e alunos inseridos neste contexto.

1.4 ESTRUTURA DA TESE

A estrutura desta tese está dividida em seis capítulos: o capítulo introdutório apresentou a problematização da tese, objetivo geral e objetivos específicos, bem como a justificativa e relevância do estudo. No segundo e o terceiro capítulos trago a revisão de literatura, a partir das reflexões Foucaultianas sobre a perspectiva de governo das populações, passando pelos conceitos de governamentalidade neoliberal e biopoder que conduzem aos processos de subjetivação na constituição do sujeito contemporâneo e do governo de si, a partir dos conceitos de ética, práticas de liberdade, cuidado de si, e capacidade de resistência do sujeito, bem como as contribuições relacionadas a compreensão dos processos de subjetivação e da (re)construção profissional de docentes para os estudos organizacionais. Em seguida, situo o contexto da universidade neoliberal e sua relação com o ensino a distância e a educação flexível como dispositivos de subjetivação docente e dos saberes que circulam para a reprodução dos jogos de verdade que encaminha para a definição de novas relações de trabalho, por fim, coloco a teoria relacionada às práticas de resistência acadêmica frente as tensões neoliberais. No quarto capítulo apresento o percurso metodológico da pesquisa, caracterizando a definição dos sujeitos de pesquisa e abordagem no campo para a apreensão das práticas profissionais, além da análise de dados por meio da técnica de manejo cartográfico.

Por fim, nos capítulos 5 e 6 apresento e discuto os resultados e as considerações finais que norteiam a concepção desta tese.

2. A PERSPECTIVA DE GOVERNO SOBRE OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

Os estudos de Michel Foucault podem ser divididos em três pilares: o saber, o poder e os processos de subjetivação e constituição do sujeito (FOUCAULT, 1995). O primeiro pilar, descrito como a arqueologia do saber, se desenvolve a partir da década de 1960 e utiliza uma ontologia histórica que se concentra no eixo da verdade na qual se constituem os sujeitos a partir das relações de saber. O segundo pilar, descrito como a genealogia do poder, se desenvolve na década de 1970 e se concentra na abordagem de um campo de poder através do qual nos constituímos como sujeitos de ação sobre os outros. O terceiro pilar, se desenvolve nos anos 1980 e é descrito nos estudos da ética e do cuidado de si na constituição dos sujeitos como agentes políticos no exercício das práticas de liberdade (ALCADIPANI, 2005; FOUCAULT, 1995).

Embora seja possível destacar três momentos da obra de Foucault, não podemos classificar a abordagem destes momentos como estanques ou desconectados entre si, pelo contrário, é possível identificar o elemento central da obra de Foucault, que é a constituição do sujeito. É mister argumentar que Foucault não pretende apresentar uma lei geral sobre poder, como pós-estruturalista, o filósofo pretende analisar a dinâmica das relações de saberes e poderes e suas implicações sobre os processos de subjetivação.

Após as reflexões sobre poder na fase genealógica, Foucault se interessa e passa a abordar em seus cursos do Collège de France o exame das estruturas políticas desde a antiguidade greco romana até a contemporaneidade. Nesta tese será dado enfoque ao terceiro pilar, sobretudo nos cursos oferecidos nos anos de 1977-1978: Segurança, Território, População (FOUCAULT, 2008a), 1978-1979: Nascimento da Biopolítica (FOUCAULT, 2008b), 1979-1980: Do governo dos vivos (FOUCAULT, 2009), 1982-1983: O governo de si e dos outros (FOUCAULT, 2010), 1983-1984: A coragem da verdade (FOUCAULT, 2011) e os trabalhos na área de Estudos Organizacionais derivados da análise destes textos (DEAN, 1999; ROSE, 1999; BARRAT, 2008; MILLER E ROSE, 2008; MACKENZIE *et al.*, 2020; MUNRO,

2012; MOONESIRUST; BROWN, 2019; SOUZA E PARKER, 2022; FERRETI E SOUZA, 2022; RAMPAZO *et al.*, 2022).

A noção de governo muitas vezes está associada ao Estado e em todo o tecido social, mas seu significado é mais amplo, podendo se referir a uma relação entre sujeitos ou ainda como algo que pode ser exercido sobre si mesmo ou sobre os outros, sobre o corpo e sobre os modos de agir (FOUCAULT, 2010). Esta tese se interessa pela noção ampliada de governo, que não se refere somente à gestão do Estado e as formas instituídas no âmbito político, econômico e legal, mas ao governo de si e às possibilidades de ação sobre os outros.

2.1 GOVERNANDO AS POPULAÇÕES: GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL

O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão

(FOUCAULT, 1988, p. 134).

O termo governamentalidade foi utilizado pela primeira vez em 1957 por Roland Barthes, assim como Foucault, membro da revista literária de vanguarda francesa chamada *Tel Quel*, revista que agrupava textos filosóficos, literários e políticos em um espaço menos restrito à disciplina do que a escrita acadêmica. Embora o conceito de governamentalidade não tenha sido cunhado por Foucault, foi através de suas reflexões que o termo foi desenvolvido de forma mais significativa. O conceito de governamentalidade nesta tese será desenvolvido a partir da ótica de Foucault, no entanto, vale ressaltar o ponto de que podem existir *insights* derivados deste contato intelectual anterior com Roland Barthes (McKINLAY, CARTER; PEZET, 2012).

Para Foucault (2004), governamentalidade envolve tanto o conjunto de relações estratégias e técnicas de governo que constituem as sociedades políticas no sentido *lato*, quanto o cuidado de si e as práticas de liberdade no sentido estrito, a nível individual, abordado com profundidade na seção 2.2. Deste modo, o conceito de governamentalidade é bastante profícuo, na medida em que pode assumir o significado do modo de ser daquilo que é governável, que pertence e é parte ou é

relativo ao governo das massas e também sinalizar técnicas voltadas ao governo de si (FOUCAULT, 2008a). Ao analisar a etimologia da palavra, governar (*governare*) e mentalidade (*mentalité*) é possível perceber a interdependência entre a mentalidade que sustenta o exercício de governo, ou seja, o esforço para formar sujeitos governáveis através de técnicas capazes de moldar e controlar práticas e condutas individuais e coletivas (LEMKE, 2002; SOUZA, 2013).

Nesta seção será apresentada a noção de governamentalidade no sentido amplo, presente nos cursos Segurança, Território, População (FOUCAULT, 2008a), e O Nascimento da Biopolítica (FOUCAULT, 2008b), bem como as contribuições derivadas destas obras (FLEMING, 2014; MUNRO, 2012; MACKENZIE *et al.*, 2020) e constituem base teórica para apresentar a articulação entre os conceitos de governamentalidade, biopolítica, biopoder e os processos de construção de subjetividade/identidade no trabalho contemporâneo de docentes do curso de administração em atuação na modalidade de educação a distância.

2.1.1 Governamentalidade no sentido *lato* e o nascimento da biopolítica

No sentido *lato*, o conceito de governamentalidade busca capturar aproximações entre o liberalismo econômico e o projeto político em análise, principalmente o governo de Ronald Reagan nos Estados Unidos e Margaret Thatcher no Reino Unido (CLEGG *et al.*, 2002; McKINLAY, CARTER; PEZET, 2012). O contexto liberal, diferente de um estado de dominação, é a condição política na qual as relações de poder são móveis e reversíveis através de um grau de liberação que abre campo para o desenvolvimento de novas relações de poder, que devem ser controlados por práticas de liberdade (FOUCAULT, 2004).

Para desenvolver o conceito de governamentalidade, Foucault realiza um estudo genealógico do liberalismo. De acordo com Dreyfus e Rabinow (1995, p. 147), o trabalho do genealogista “é permanecer o máximo possível na superfície das coisas, para evitar recorrer a significações ideais, tipos gerais ou essências”, afinal não cabe a ele a descrição do presente segundo leis, pessoas, instituições ou acontecimentos do passado. Foucault desenvolve “um modo de análise daquelas práticas culturais, em nossa cultura, que têm sido instrumentais para a formação do

indivíduo moderno tanto como objeto, quanto como sujeito” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 133). O estudo genealógico do liberalismo se situa inicialmente em meados do século XVIII, para analisar os fisiocratas que atuavam mediante a um poder político concentrado, sem limitação externa, fronteira ou contrapeso vindo de outro local que não do próprio governo, baseado na atuação de soberanos com ampla concentração de poder. Em contraposição a esse regime centralizador surge o liberalismo.

A racionalidade na arte de governar liberal é caracterizada pelos seguintes argumentos: (i) O mercado se posiciona como lugar de verificação; (ii) A questão da utilidade e a limitação do exercício do poder público e (iii) A internacionalização e desenvolvimento econômico ilimitado da atuação da Europa no mercado mundial (FOUCAULT, 2008b). O mercado passa a se tornar o lugar de formação de jogos de verdade, como um conjunto de regras constituintes de um padrão de verdade que permite discernir se as práticas governamentais estão corretas ou incorretas através da lógica econômica de flutuação dos preços, por exemplo. Essa formação de verdade norteia os mecanismos jurídicos e criam um conjunto de regras que permitem estabelecer um discurso que passa a enunciar quais elementos poderão ser caracterizados nele como verdadeiros ou falsos, refletores de ações positivas ou negativas (FOUCAULT, 2008b).

No liberalismo, a questão da utilidade e a limitação do exercício do poder público se dá com base no princípio do "*laissez faire*", na limitação das formas e domínios de ação dos governos, permitindo que o mercado se auto-regule conforme a mão invisível, descrita por Adam Smith. Deste modo, a forma liberal de governo contrapõem-se ao poder soberano e implica na criação de mecanismos com a função de produzir e ampliar as práticas de liberdade por meio de intervenções e controle dos indivíduos (FOUCAULT, 2008b; MUNRO, 2012). Apesar do processo de internacionalização já ter ocorrido em outros momentos da história, como no mercantilismo, ele apresentava relações comerciais relativas a um mercado finito. No liberalismo, o processo de internacionalização depois da abertura de um mercado mundial proporciona desenvolvimento econômico ilimitado na atuação da Europa (FOUCAULT, 2008b).

A partir destes argumentos, o liberalismo opera com a redução da centralidade do governo e, conseqüente ampliação das práticas de liberdade baseadas nos jogos de verdade pautados na auto-regulação do mercado, inserindo a verdade econômica no interior da razão governamental e tornando-a, portanto, o farol das práticas de governo. Neste sentido, para Foucault (2008b), a apreensão da gênese do liberalismo é condição de inteligibilidade para o nascimento da biopolítica na compreensão da maneira pela qual o poder tende a se transformar no fim do século XVIII e início do século XIX. A biopolítica é compreendida por Foucault como a racionalidade da forma como as práticas governamentais se dão frente aos fenômenos decorrentes da coletividade como saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças e trabalho, por exemplo. Com efeito, a biopolítica tem as questões relativas à população em seu núcleo central, determinando os mecanismos de poder que constituem a vida dos sujeitos para entrarem no domínio dos cálculos explícitos do Estado e contribui para a construção das relações de saber e poder que atuam como agentes de subjetivação, apresentados com detalhe na seção 2.2.

No estudo genealógico sobre a biopolítica, Foucault analisa as práticas sociais, políticas e econômicas da crise do liberalismo nos contextos alemão, francês e americano para captar o nascimento das práticas governamentais neoliberais. O neoliberalismo se diferencia do liberalismo por defender ainda mais a redução da presença do Estado e a manutenção de um mercado que se auto-regula. O neoliberalismo americano é o primeiro a se desenvolver em 1934, contra o conjunto de programas sociais derivados do New Deal e do plano Beveridge, com William Simons na Escola de Chicago. Devido a sua ocorrência histórica em período anterior, os ideais neoliberais americanos influenciaram o desenvolvimento do neoliberalismo nos demais países.

O neoliberalismo alemão se desenvolveu no contexto do pós-guerra, nos anos de 1948-1962 com o economista Walter Eucken, da Escola de Friburgo em oposição ao socialismo alemão. Eucken possuía aproximação teórica com os métodos Keynesianos decorrentes do New Deal e aproxima as ideias liberais de concorrência em oposição às ideias de planificação da economia socialista, que têm como princípio a propriedade dos meios de produção pelo Estado. Na França, a crise do petróleo desencadeada em 1973 ocasionou no aumento do preço da

energia, que não se devia à concentração de empresas atuantes no mercado com capacidade de definir preços mais altos, mas à diminuição da influência política e econômica destas empresas na constituição internacional de preços. Uma frente popular surge por consequência do aumento de preços e o Estado, para assegurar a manutenção de empregos, como objetivo econômico e social prioritário e para evitar os efeitos de uma desvalorização frente ao mercado internacional oferece espaço para o nascimento do neoliberalismo francês na tentativa de assegurar o crescimento e o pleno emprego (FOUCAULT, 2008b).

O leitor pode se perguntar, mas por que esta exposição teórica está concentrada na genealogia da economia neoliberal? Para Foucault, a economia representa um dispositivo de poder ao produzir sinais políticos que designam o funcionamento das instituições e produz mecanismos e justificações de poder (FOUCAULT, 2008b).

A economia não é mais, portanto, a análise de processos, é a análise de uma atividade. Não é, portanto, a análise da lógica histórica de processo, é a análise da racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos (Foucault, 2008b, p. 307).

O pensamento liberal terá por efeito a extrapolação da lógica econômica para o âmbito da vida social, submetendo a relação entre os sujeitos a valores como eficiência, competitividade e rendimento. A liberdade nesta nova racionalidade se transforma em estratégias de assujeitamento e controle de condutas coletivas. Os parágrafos seguintes serão destinados a apresentar as distinções entre o liberalismo e o neoliberalismo, nova forma de governamentalidade que foi construída por relações de poder que buscam projetar uma arte geral de governar com base nos princípios formais de uma economia de mercado através da regulação indireta do Estado (FOUCAULT, 2008b).

O neoliberalismo não se situa sob o signo do "*laissez faire*" como um fenômeno natural de auto regulação do mercado como no liberalismo, com efeito, neste regime, a concepção de mercado foi radicalmente alterada, onde o Estado é quem estabelece as 'regras do jogo' e se apropria de mecanismos de vigilância e intervencionismo para a manutenção do crescimento econômico no qual o elemento

regulador é a competição, concorrência e a cultura do empreendedorismo (FOUCAULT, 2008b). Não se trata de criar mecanismos de controle como um limite à liberdade individual, como no poder disciplinar com o modelo do panóptico, mas sim como um impulsionador, uma mola mestra à condição de liberdade (FOUCAULT 2008b).

No neoliberalismo o Estado não toca em mecanismos específicos do mercado, mas intervém de forma discreta na regulação de um conjunto de elementos indiretos que impactam no seu desempenho, como população, educação, regime jurídico, dados técnicos e científicos, por exemplo, e constroem o cenário para o desenvolvimento das relações da economia (FOUCAULT, 2008b). Deste modo, o pensamento neoliberal tem por efeito a extrapolação da lógica político econômica, na configuração dos sistemas normativos para legitimar a lógica do capital na sociedade, extrapolando para o âmbito da vida social em suas diversas relações e esferas (DARDOT; LAVAL, 2016). Há um deslocamento, portanto, da busca pela compreensão das análises econômicas na visão restrita ao Estado e aos processos econômicos, para a sociedade, as relações sociais, os comportamentos dos indivíduos.

A arte governamental do neoliberalismo produz, organiza, limita e consome a liberdade através de um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam esta nova forma de governar. O exercício de liberdade acontece a todo tempo enquanto as outras ações são reguladas com o objetivo de gerar desenvolvimento econômico (FOUCAULT, 2008b; DARDOT; LAVAL, 2016). Por exemplo, a proteção dos interesses individuais ocorre na medida em que os trabalhadores não se tornam um perigo para as empresas e para a produção. O controle gerencial é uma tecnologia de governo projetada para mobilizar e gerenciar os trabalhadores como sujeitos econômicos ativos, produtivos e autogeridos em um determinado momento histórico (MOISANDER, 2018; GAULEJAC, 2007), mantendo as relações assimétricas de poder que constituem a sociedade capitalista. A economia política, portanto, passa a ter como objeto de estudo o comportamento humano, com efeito, a racionalidade interna que o constitui.

O neoliberalismo americano, a partir das análises e influências da Escola de Chicago, ao promover a ampliação da racionalidade do mercado, desenvolve a

teoria do capital humano (SCHULTZ, 1973), que demarca a análise comportamental dos sujeitos como uma das tarefas da economia. A teoria do capital humano pressupõe e promove a competição, ao invés da troca, como princípio organizador do mercado e da sociedade, destaca a possibilidade de reinterpretar um campo considerado não-econômico, o do trabalho, em termos estritamente econômicos como forma de regulação indireta do Estado. Ao formar sujeitos calculistas que aplicam a lente econômica em todas as dimensões de suas vidas e vêem suas qualidades pessoais, habilidades e relações sociais como uma forma de capital e submete a relação dos sujeitos a valores como eficiência, competitividade, rendimento e busca de vantagem competitiva (FOUCAULT, 2008b; WEISKOPF; MUNRO, 2012).

A teoria do capital humano altera a figura do *homo oeconomicus*¹, que na concepção clássica designa o indivíduo presente nas relações de troca, a partir da teoria da utilidade com a identificação das necessidades humanas. O *homo oeconomicus* dos contextos neoliberais é "alguém que aceita a realidade" (FOUCAULT 2008, p. 269) e "que responde sistematicamente a modificações nas variáveis do ambiente" (Ibid., p. 270), um sujeito econômico "eminente governável" (Ibid., p. 270), no sentido em que este sujeito se configura como um "empresário de si mesmo", sendo para si o seu próprio capital (Ibid., p. 310-311). O governo do novo *homo oeconomicus*, desenvolvido a partir da teoria do capital humano, investe em si mesmo na busca de tornar sua vida mais atraente para se lançar na arena competitiva da sociedade de mercado contemporânea (SIMON, 1955; HAMANN, 2009; McNAY, 2009; READ, 2009; FURTADO; CAMILO, 2016).

A governamentalidade neoliberal faz com que os trabalhadores vejam o salário não como o preço de venda de sua força de trabalho, mas como uma renda decorrente de sua autonomia profissional. Desta forma, o trabalho decomposto do ponto de vista do trabalhador é formado por um capital, uma aptidão, uma competência a ser adquirida, um meio de produção. O trabalhador é alienado e transformado em máquina que tem sua duração determinada, de usabilidade, obsolescência e envelhecimento definidos (FOUCAULT, 2008b). Neste sentido, a

¹ Este termo também pode ser encontrado como *Homo economicus*, uma evolução do sistema vocálico do latim clássico para as línguas modernas a partir da acomodação gráfica da forma "oe" simplificada para "e" (HRICSINA, 2013). Neste projeto de tese, optei por utilizar a grafia do termo conforme encontrado nas obras de Foucault, como *Homo oeconomicus*.

competição generalizada converte os sujeitos para a lógica econômica, na qual se tornam aptos a assumirem comportamentos derivados da lógica mercantil, principalmente pela incorporação do controle gerencial com enfoque dos fins em detrimento dos meios transformando os sujeitos em instrumentos produtivos na busca de resultados financeiros (GAULEJAC, 2007).

Na lógica econômica regulada indiretamente pelo Estado em que as relações de troca são deslocadas para a manutenção e ampliação da concorrência, o cerne não está pautado na equivalência, mas na desigualdade decorrente dos mecanismos de concorrência entre as empresas. Na manutenção da desigualdade, é necessário que haja distribuição de salários assimétrica e desemprego, desta forma é possível haver oscilação de preços e, por conseguinte, regulação governamental em ações que encaminham para a concentração de renda e futura reversão em investimentos, gerando o desenvolvimento econômico. Neste caso, uma política social igualitária, seria necessariamente uma política antieconômica (FOUCAULT, 2008b). Estes argumentos evidenciam que a governamentalidade está relacionada a fatores políticos, no entanto, sua aplicação engloba elementos para além da ação centrada no Estado. O conceito de governamentalidade foi introduzido por Foucault na quarta aula do curso Segurança, Território e População, no Collège de France em 01 de fevereiro de 1978, definido como:

[...] o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por "governamentalidade" entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito tempo, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de "governo" sobre todos os outros - soberania, disciplina - e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por "governamentalidade", creio que se deva entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco "governamentalizado" (FOUCAULT, 2008a, p. 143-144).

O uso do conceito de governamentalidade por Foucault é uma recusa à noção de uma teoria centrada no Estado, ao vislumbrar uma nova atuação política que se concentra na vida e na liberdade como um objeto político. Com efeito, este

conceito denomina o regime de poder e as características de sua tecnologia que, após o surgimento do liberalismo no século XVIII, reorienta as práticas governamentais tendo como alvo principal a população (FOUCAULT, 2008a; MCKINLAY, CARTER; PEZET, 2012).

A governamentalidade dos sujeitos sob o regime neoliberal funciona por meio de um consenso entre os protagonistas político-econômicos incluindo determinados sindicatos, o Estado e os empregadores que constituem jogos de verdade e legitimam discursos no âmbito da população em um ciclo que se retroalimenta ao assegurar a manutenção das práticas de liberdade e as relações assimétricas de poder. Um exemplo desta prática é a cidade de Wolfsburg na Alemanha, que recebeu a Volkswagen após a segunda guerra mundial e atualmente a maioria dos moradores trabalha na fábrica, em suas subsidiárias ou fornecedores e, por conseguinte, a constituição dos sujeitos nos diversos elementos políticos como, educação, cultura e lazer se dá em busca da formação de trabalhadores autônomos preparados para atuação na busca de empregabilidade neste cenário, além disso, sujeitos já empregados atuam de forma a replicar esta governamentalidade, fato percebido nas práticas gerenciais e na atuação política dos sindicatos e demais agentes interessados (MOONEIRUST; BROWN, 2019).

2.1.2 O biopoder como elemento da biopolítica para a regulação das massas e sua aplicação no campo do trabalho: a biocracia

Nos últimos trabalhos de Foucault é possível identificar o desenvolvimento emergente de uma agenda de poder neo disciplinar, relacionado à gestão governamental e a formas biopolíticas de atuação dos governos, que marcam o esgotamento do modelo fordista de regulação da produção, o afastamento de sua concepção de poder disciplinar e o desenvolvimento do conceito de biopoder. No início do século XX, a sociedade moderna começou a se afastar da centralização no poder disciplinar, em direção a um novo aparato de poder caracterizado pela biopolítica. A biopolítica é uma técnica de exercício de poder composta pelo biopoder, um tipo de poder que age de forma complementar ao poder disciplinar. O

biopoder é uma tecnologia de poder, capaz de robustecer as técnicas disciplinares existentes (FOUCAULT, 1988, 1999, 2008a, 2008b; SADER; GENTILE, 1996).

Embora o conceito de biopoder tenha sido introduzido por Foucault no primeiro volume de *A História da Sexualidade* (FOUCAULT, 1988), é no curso *Nascimento da biopolítica* que a mudança em seu pensamento fica mais evidente (FLEMING, 2014). O biopoder é uma forma de poder que extrapola a atuação do poder disciplinar a nível individual, para o controle de grupos, dirigida a uma população como seres humanos livres, na ordenação em todas as esferas sob o pretexto de desenvolver o bem-estar social. Ao contrário do poder disciplinar, o biopoder enfatiza como as necessidades cotidianas da população são governadas à distância, de forma sutil, reconhecendo os graus de liberdade desenvolvidos a partir da governamentalidade neoliberal que propõe esta ordenação como uma estratégia, sem a identificação de um condutor e que tem como única finalidade o aumento da ordem e do próprio poder (FOUCAULT, 1999; DREYFUS; RABINOW, 1995; FLEMING, 2014).

Enquanto o poder disciplinar atua como uma força centrípeta, no sentido de "concentrar, focar e encerrar" para regular, a construção do biopoder atua como uma força centrífuga na medida em que continuamente expande e integra novos elementos e "permite que as coisas aconteçam" (FOUCAULT, 2008a, p.44–45). Ou seja, no aparelho disciplinar, todo desvio da norma exige alguma forma de intervenção corretiva, no biopoder, antes de qualquer intervenção, é necessário calcular os riscos de tal ação e seus impactos no governo da população. O biopoder opera por meio de mecanismos que administram indiretamente a vida dos sujeitos e governam as populações, com a preservação das liberdades (FOUCAULT, 1999; DEAN, 1999). Em suas análises, Foucault observou que o aparato disciplinar por si só não poderia explicar o crescimento dos mercados e o rápido desenvolvimento do capitalismo (MUNRO, 2012).

A disciplina é essencialmente centrípeta. Quero dizer que a disciplina funciona na medida em que isola o espaço, que determina um segmento. A disciplina concentra, enfoca e encerra. . . Em contraste, você pode ver que os aparelhos de segurança, como tentei reconstruí-los, têm a tendência constante de se expandir; eles são centrífugos. Novos elementos estão constantemente sendo integrados: produção, psicologia, comportamento, modos de fazer as coisas dos produtores, compradores, consumidores,

importadores e exportadores e o mercado mundial (Foucault 2008a, pp. 44-45).

É necessário realizar a distinção entre poder disciplinar e biopoder, no entanto, é importante argumentar que o desenvolvimento do conceito do biopoder não significa que as técnicas disciplinares deixaram de ser utilizadas, mas foram complementadas por este novo aparato (FOUCAULT, 1999). O poder disciplinar e o biopoder não se contradizem, mas coexistem e se complementam.

Esta tecnologia de poder não exclui a primeira, não exclui a tecnologia disciplinar, mas se encaixa nela, integra, modifica em alguma medida e, acima de tudo, usa-a como uma espécie de infiltração, embutindo-se nas técnicas disciplinares existentes. Essa técnica não dispensa simplesmente a técnica disciplinar, porque ela existe em um nível diferente, em uma escala diferente, e porque tem uma área de rolamento diferente, e faz uso de instrumentos muito diferentes (Foucault 1999, p. 242).

O poder disciplinar, segundo Foucault (2004, p. 102), que se centrava em uma "anátomo-política do corpo" através de dispositivos disciplinares destinados a extrair a força produtiva dos corpos mediante o controle do tempo e do espaço, foi transformado por técnicas biopolíticas de gestão das populações a partir da regulação indireta da vida dos sujeitos. Assim como a formação de corpos dóceis são cruciais para o capitalismo, o biopoder desempenha um papel semelhante e complementar ao primeiro no nível da população na governamentalidade neoliberal (MUNRO, 2012). A biopolítica, portanto, se refere a forma como o poder foi transformado, a fim de governar o indivíduo, não de forma centrípeta, mas o coletivo da vida das massas e, através do biopoder, irá tratar a gestão de questões individuais que possuem impactos políticos como saúde, higiene, nutrição, sexualidade, nascimento, por exemplo (SOUZA; PARKER, 2022). Foucault não pretende oferecer uma teoria geral do que é o biopoder, mas uma investigação do conjunto de mecanismos por meio dos quais esta forma de poder opera em contextos neoliberais específicos (FOUCAULT, 2008a).

A compreensão dos mecanismos de biopoder sustentam esses desenvolvimentos e produzem processos de subjetivação coletivos. As universidades neoliberais privadas são empresas inseridas em uma nova forma de governo pautado na lógica de competição capitalista. Estudos exploram as maneiras

pelas quais a subjetividade de trabalhadores é configurada de acordo com os contextos decorrentes da governamentalidade neoliberal e da cultura empresarial na construção civil (CLEGG *et al.*, 2002); em bancos (McCABE, 2009; MANGAN, 2009); indústrias automobilísticas (MACKENZIE *et al.*, 2020).

O contexto da governamentalidade neoliberal, não atua só individualmente nos trabalhadores por meio de mecanismos disciplinares de vigilância, que são negativos no sentido de que procuram prevenir, proibir e prescrever (FOUCAULT, 2008a). Atua nos ambientes em que estão inseridos, por meio de técnicas e procedimentos que mobilizam os trabalhadores, estimulando o desdobramento de capacidades empreendedoras, valorizando a população economicamente ativa e suas capacidades produtivas como capital humano, ao inserir a cultura de produção na vida dos sujeitos (FOUCAULT, 2008b; FLEMING, 2014; WEISKOPF; MUNRO, 2012) e reconstruir os sujeitos como unidades empresariais que oferecem sua força de trabalho de forma autônoma (MOISANDER, 2018).

A interrelação dos conceitos de biopoder e governamentalidade é utilizada de forma periférica nos estudos organizacionais e oferece fundamento para a crítica das relações de trabalho nas sociedades neoliberais em que os sujeitos não são vistos somente como alvos do poder disciplinar, mas sim como agentes ativos na operação e manutenção nos moldes neoliberais (MUNRO, 2012; FLEMING, 2014; MACKENZIE *et al.*, 2020).

O conceito de biopoder combinado com o poder disciplinar contribui para a pesquisa dos processos de subjetivação inicialmente ao identificar as relações de poder e posteriormente ao realizar a análise dos discursos que produzem as subjetividades e as tecnologias que compõem o dispositivo de poder, produzem jogos de verdade e (re)constroem as subjetividades dos sujeitos expostos à governamentalidade neoliberal (MOONEIRUST, 2019). As técnicas biopolíticas de controle gerencial reduzem a capacidade dos sujeitos de exercer autoridade sobre suas próprias vidas, esses mecanismos operam por meio do governo de sua liberdade (FOUCAULT, 2008a; ROSE, 1999). Na governamentalidade neoliberal, as formas biopolíticas de controle gerencial operam na subjetividade dos trabalhadores e reconfiguram as relações de trabalho contemporâneas (FLEMING, 2014; MUNRO, 2012; WEISKOPF; MUNRO, 2012).

Gaulejac (2007) se refere ao poder gerencialista como um conjunto de técnicas que constituem os sujeitos e os mobilizam a buscar os objetivos de produção, em adição, o uso do biopoder em ambientes de trabalho é denominado por Fleming (2014) como biocracia. Se trata da manifestação da biopolítica nas sociedades neoliberais através da operação de atributos da vida dos sujeitos, antes considerados exógenos como gênero, sexualidade, uso do tempo fora do ambiente de trabalho, por exemplo, e agora valorizados para a identificação e normalização das formas mais adequadas de vida para a produção, mesmo que isto signifique o esforço para a manutenção dos regimes de verdade.

O funcionamento da biocracia permite extrapolar o controle do poder disciplinar para a vida privada dos sujeitos, através de quatro elementos: i) (Re)construção da subjetividade dos trabalhadores, que inseridos na governamentalidade neoliberal passam a se autocontrolar para promover fins capitalistas; ii) Espaço de trabalho é ultrapassado da esfera de produção para a vida privada sob o modo de apresentação de regimes de trabalho pautados no empreendedorismo; iii) Tempo ao ampliar a demarcação do trabalho para o tempo privado com base no cálculo de produtividade, já que o trabalho pode ocorrer após o expediente, no fim de semana e até mesmo durante a noite, em sonhos e iv) Valorização econômica levando a esforços para a formação dos sujeitos para atividades remuneradas. Desta forma, o nosso corpo passa a ser foco central de poder e controle exercido de forma exógena e endógena para atender a biocracia (FLEMING, 2014).

No entanto, embora se apresente inicialmente o discurso legitimado da governamentalidade neoliberal e sua decorrência na constituição dos sujeitos, para Foucault (2008b) o sujeito historicamente situado é capaz de resistir e interrogar a si e à realidade que o cerca a partir das relações de poder e dos discursos que contribuem para a construção de jogos de verdade em seu contexto. Para Foucault (1979), o poder não é algo estanque, possuído por alguma instituição ou algum sujeito, mas existe através das relações, das práticas circulantes. O poder ainda, não é algo absoluto e traz consigo a possibilidade de resistência:

Veja que, se não há resistência, não há relações de poder, porque tudo seria simplesmente uma questão de obediência. A partir do momento em que o indivíduo está em uma situação de não fazer o que quer, ele deve

utilizar as relações de poder. A resistência vem em primeiro lugar, e ela permanece superior a todas as forças do processo; seu efeito obriga a mudarem as relações de poder. Eu penso que o termo “resistência” é a palavra mais importante, a palavra-chave dessa dinâmica. . . . Eu penso que a resistência é um elemento das relações estratégicas nas quais se constitui o poder. A resistência se apoia, na realidade, sobre a situação à qual combate” (Foucault, 2004b, p. 268-269).

As práticas de resistência são, portanto, o elemento-chave da dinâmica do poder. Quando existem relações de poder, existem possibilidades de resistência, pois os sujeitos podem modificar essas relações ao criarem determinadas estratégias (FOUCAULT, 1979). Desta forma, se as relações de poder hegemônicas são esforços contínuos dos discursos legitimados para a manutenção do *status quo*, as resistências são os esforços de transformação e inserção de elementos às assimetrias de poder, pois todas as relações de poder são fluidas, instáveis e reversíveis (FOUCAULT, 2004). Com efeito, a resistência é tão “inventiva, móvel e produtiva” (FOUCAULT, 1979, p. 136) quanto o poder, logo, é capaz de subverter o discurso hegemônico, visto que os espaços de resistência são criados através da abertura de discursos marginalizados, mas que estão contidos no discurso hegemônico.

Os sujeitos são constituídos por relações de poder e, portanto, não são livres para agir e tomar decisões fora das próprias relações de poder e discursos que os constituem como tais. Os processos de subjetivação são discursivamente construídos pelas relações de poder que constituem os sujeitos por processos contínuos, ou seja, movimentos constantes de construção e desconstrução (SOUZA, 2017). Deste modo, a resistência não é entendida apenas como uma força, mas como um conjunto de forças que se apresentam de diferentes formas em uma trama heterogênea de práticas (BRISTOW, 2017). Esta ambiguidade de forças entre poder e resistência proporciona oportunidade para os sujeitos acessarem diferentes formas de entender os processos de subjetivação e, através da reflexão crítica e da ação profissional política, contribuir para o governo de si e dos outros na proposição de novas formas de executar as práticas docentes do ensino superior.

Assim como o biopoder amplia a noção do poder disciplinar, a resistência coletiva, ou bio-resistência, se apresenta como um conceito capaz de promover rupturas ao modelo neoliberal hegemônico ao extrapolar o nível do sujeito e atingir um grupo de trabalhadores. Deste modo, as relações sociais criam um *locus* de

problematizações e lutas sociais ativas que constituem a vida dos trabalhadores e se assumem a forma de bio-resistência de forma política, por exemplo, a partir da (re)construção do modo de vida dos trabalhadores em uma indústria francesa pelo senso de pertencimento ao grupo e de insubordinação coletiva frente as tentativas da gestão neoliberal de se apropriarem de suas vidas (SANSON, 2022) ou através da formação de um complexo de solidariedade com docentes para articular atos, através de um grupo em aplicativo de mensagens, que levariam à renúncia do reitor com postura neoliberalizante em uma universidade inglesa (BOWES-CATTON *et al.*, 2020).

O ensino superior, sobretudo na modalidade a distância, apresenta uma série de mecanismos neoliberais que afetam os processos de subjetivação dos docentes por meio dos dispositivos de poder formando sujeitos dóceis, alinhados ao discurso hegemônico (WEISKOPF; MUNRO, 2012). No entanto, a crítica como "o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade" (FOUCAULT, 1990, p. 5) e a atitude crítica, situada como forma de resistência ao modo de ser governado em determinadas situações, por aqueles sujeitos e a determinado custo (PAES DE PAULA, 2020) é capaz de problematizar estes discursos e propor novas formas de existência. Neste sentido, a crítica não é um elemento de anarquia, mas de utilização da "inservidão voluntária", "liberdade indócil" originária do processo de governamentalização (FOUCAULT, 1990).

2.2 GOVERNANDO OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

As reflexões de Foucault sobre as tecnologias de si e a noção de governamentalidade oferecem oportunidade para pensar a (re)construção da subjetividade do trabalhador como técnica de gestão no contexto neoliberal (FOUCAULT, 2010; AQUINO, 2019). A governamentalidade será tratada aqui não no sentido *lato*, das populações, mas relacionada ao cuidado de si e as práticas de liberdade no sentido estrito, a nível individual. O neoliberalismo pode, com efeito, ser visto como um modo específico de governamentalidade que induz efeitos de poder ao tornar os dispositivos compreensíveis e governáveis de maneiras particulares, por

meio da qual as pessoas são governadas e se governam. Desta forma, o que caracteriza o neoliberalismo como racionalidade governamental é a generalização da lógica econômica do mercado para os domínios particulares da vida, redefinindo a sociedade e os sujeitos em termos sobretudo econômicos (MUNRO, 2012). Esta seção será desenvolvida em dois momentos: inicialmente abordo a fase ética de Foucault e as técnicas de si; em seguida apresento a literatura sobre os processos de subjetivação desenvolvidos na governamentalidade neoliberal através do biopoder.

2.2.1 Ética e o cuidado de si no exercício das práticas de liberdade e a capacidade de resistência do sujeito: o governo de si

O conceito de governamentalidade para Foucault (2008a) engloba tanto as tecnologias e mecanismos de biopoder na composição da biopolítica, dedicados a tratar a racionalidade das técnicas de governo da população pelos Estados, tendo como alvo principal o governo da população, visto na seção 2.1, quanto os aspectos sobre a governamentalidade do sujeito, dedicada a tratar das técnicas aplicadas aos sujeitos em relação direta com o governo de si, no sentido estrito, de forma complementar aos conceitos de ética, cuidado de si, práticas de liberdade e possibilidade de resistência. Este sujeito, exposto aos processos de subjetivação em decorrência do discurso neoliberal hegemônico que, após o nascimento da biopolítica, cria uma nova relação de poder entre o Estado e os indivíduos fazendo com que a racionalidade política do Estado tenha a vida dos sujeitos como elemento fundamental para a operacionalização de suas práticas. É desenhado, portanto, um modelo no qual as relações de poder atuam em rede, de forma fluida e microfísica, no desenvolvimento do biopoder em complemento ao poder disciplinar.

A busca de Foucault pela análise da constituição do sujeito na fase ética se dá por meio das práticas e procedimentos de sujeição que são pressupostos ou prescritos aos indivíduos para fixar, manter ou transformar sua identidade de acordo com determinados fins, levando a seu assujeitamento pela constituição por questões políticas, e não podem ser dissociadas destas. Deste modo, a ética não deve ser entendida como uma teoria que pretende estabelecer critérios universais para

avaliação das ações dos indivíduos, mas sim como um conjunto de práticas que constroem as subjetividades. Foucault (2004) denomina então, a ética como o cuidado de si e não considera a existência de uma forma geral de liberação, pois esta consideração reafirma a existência de uma essência humana, que foi alienada por mecanismos normalizadores e opressores ao longo da história. Com efeito, Foucault aborda a formação do sujeito em diferentes tempos e contextos, através do conhecimento de si. No curso do Collège de France de 1980-1981 chamado Subjetividade e Verdade, Foucault afirma:

A história do "cuidado" e as "técnicas" de si seriam, assim, uma forma de fazer a história da subjetividade; não mais, porém, pelas divisões entre loucos e não-maduros, doentes e não-doentes, delinquentes e não-delinquentes, nem pela constituição de campos de objetividade científica dando lugar ao sujeito vivo, falante, trabalhador; mas, sim, através da colocação em prática, e das transformações em nossa cultura, de "relações consigo mesmo", com sua armadura técnica e seus efeitos de conhecimento. e, assim, poder-se-ia abordar a questão da governamentalidade de um ângulo diferente: o governo de si por si mesmo em sua articulação com as relações com os outros (como se encontra na pedagogia, no aconselhamento comportamental, na direção espiritual, na prescrição de modelos para vivendo, e assim por diante) (Foucault, 1997b, p. 88).

A fase ética e do cuidado de si permite um novo olhar para a governamentalidade do sujeito, desta vez sobre o sentido estrito, do governo de si, a partir de uma produção histórica da subjetividade capaz de criar novas formas de governo da própria vida (ZIMOVSKI, VASCONCELOS, CARRIERI, 2022). Logo, o foco do governo se converte do governo dos outros, da população, para o governo de si, do sujeito. Para Foucault, o cuidado de si não é um processo isolado de transformação pessoal, uma vez que ocorre a partir da reflexão e questionamento dos discursos que circulam na sociedade e desenvolvem determinados dispositivos de poder como raça, gênero, sexualidade e representações no trabalho. Ou seja, o cuidado de si visa romper com a normalização e administrar o espaço de poder em diversas relações e não como um ato isolado, mas em prol do bem coletivo, no sentido da manutenção da circulação de poder.

Deste modo, cuidar de si é de certa maneira, cuidar dos outros. Ninguém se governa isoladamente, mas sempre em relação aos outros, inseridos na vida social. Governar é relacionar-se com os outros, portanto o governo de si mesmo se constrói

a partir da relação com os outros. No entanto, o cuidado dos outros não deve anteceder o cuidado de si, neste sentido, a relação consigo mesmo é ontologicamente primária, com base nos esquemas propostos pela constituição sócio histórica do sujeito (FOUCAULT, 2004). Esta análise converte a concepção do sujeito, objeto de um discurso, de forma passiva para a constituição de um sujeito ético, político, de forma ativa.

O cuidado de si diz respeito ao enfrentamento das questões da prática política, do governo. É entendido como "as maneiras pelas quais os indivíduos se constituem por meio de práticas de liberdade" (ALLEN, 2011, p. 43) para tornar suas vidas habitáveis. Representa, portanto, a condição ética, pedagógica e ontológica na qual um governante deve se apresentar, na perspectiva de que para se ocupar dos outros o sujeito político deve inicialmente se ocupar de si mesmo (FOUCAULT, 2004). Logo, a governabilidade implica, através do governo de si, a relação de si consigo mesmo, e a partir dela é possível identificar um conjunto de práticas que constituem, definem, organizam e instrumentalizam as estratégias que os sujeitos têm em relação aos outros.

Para Foucault (2004) a ética e o cuidado de si é refletida através das práticas de liberdade, sendo a liberdade uma condição ontológica do exercício da ética. O cuidado de si, a partir do conhecimento de si e do conjunto de regras de conduta ou princípios que constituem os jogos de verdade e prescrições sociais permitem que os sujeitos reconheçam suas formações subjetivas e atuem de forma a gozar destas práticas de liberdade e exerçam, *a priori*, o cuidado de si e, por conseguinte, o cuidado do outro. Nisto reside a arte de governar, a si e aos outros, dado que a ética implica uma relação com os outros, já que o cuidado de si permite ocupar os espaços coletivos e as relações interindividuais, capazes de possibilitar tentativas constantes de liberação das relações de poder.

É válido ressaltar que na visão de Foucault (2004), práticas de liberdade não devem ser confundidas com práticas de liberação. A liberação abre um campo para novas relações de poder, que devem ser controladas por práticas de liberdade. Para Foucault (2004), a diferença pode ser percebida por meio de processos de colonização, ou seja, quando um povo colonizado procura se liberar de seu colonizador, isso se constitui de uma prática de liberação. Entretanto, essa "[...]

prática de liberação não basta para definir as práticas de liberdade que serão em seguida necessárias para que esse povo, essa sociedade e esses indivíduos possam definir para eles mesmos formas aceitáveis e satisfatórias de sua existência” (FOUCAULT, 2004, p. 265).

Desta forma, só é possível haver relações de poder quando os sujeitos têm a possibilidade de exercerem liberdade através de formas de resistência. Se a relação entre os sujeitos for privada de liberdade, por exemplo na escravidão, não haverá relações de poder, e sim de dominação (FOUCAULT, 2004). Considerando a liberdade como uma prática, Foucault busca compreender como os sujeitos, por meio do governo de si, gozam deste exercício ao subverter e transgredir as normas, regras e definições derivadas das relações de poder que os constituem e os definem como sujeitos. O *ethos* que corresponde às práticas, aos modos de condução, os hábitos e atitudes as quais deveriam refletir a questão da liberdade é de cunho inteiramente político:

"A liberdade é, portanto, em si mesma política. Além disso, ela também tem um modelo político, uma vez que ser livre significa não ser escravo de si mesmo nem dos seus apetites, o que implica estabelecer consigo mesmo uma relação de domínio, de controle, chamada de *archê* - poder, comando." (FOUCAULT, 2004, p. 270).

As relações de poder para Foucault são de caráter ético-político e estético. Ético ao trabalhar com a vida, político porque é exercido na coletividade e estético porque considera que a vida pode ser recriada constantemente pelo exercício das práticas de liberdade. As relações de poder, portanto, existem somente quando os sujeitos são livres. Para que haja relações de poder é preciso que exista nas relações humanas pelo menos dois lados com certo grau de liberdade, pois as relações de poder são móveis, irreversíveis, e instáveis (FOUCAULT, 2004).

As relações de poder têm uma extensão consideravelmente grande nas relações humanas. Ora, isso não significa que o poder político esteja em toda parte, mas que, nas relações humanas, há todo um conjunto de relações de poder que podem ser exercidas entre indivíduos, no seio de uma família, em uma relação pedagógica, no corpo político (FOUCAULT, 2004, p. 266).

As relações de poder atuam de forma microfísica em todo o campo social, pois existe liberdade por todo lado. As concentrações de poder se dão pelas relações assimétricas que limitam a margem de liberdade entre os sujeitos a partir das relações de saber e poder que constroem os jogos de verdade e legitimam discursos hegemônicos (FOUCAULT, 1979), como na governamentalidade neoliberal no sentido *lato*, e no controle biopolítico das populações. Nesses casos de assimetria de poder baseado na lógica econômica, política, social e institucional a noção dos graus de liberdade e o exercício da ética e do cuidado de si permite a retomada do aspecto do governo de si como a prática do poder político na forma de resistência de forma ativa, a este conceito, Foucault chamará de práticas de liberdade:

As relações de poder são extremamente difundidas nas relações humanas. Agora, isso significa que o poder político não está em toda parte, mas que existe nas relações humanas toda uma gama de relações de poder que podem ocorrer entre os indivíduos, dentro das famílias, nas relações pedagógicas, na vida política e assim por diante (Foucault, 1997, p. 283).

O exercício da ética a partir das práticas de liberdade no governo de si em direção da ocupação de si consigo mesmo produz práticas de problematização que representam um contraponto capaz de produzir fissuras no sistema hegemônico, deste modo, a resistência ativa é capaz de identificar lacunas e oferecer proposições transformadoras na oferta de um modelo político pautado nas práticas de liberdade, de autonomia, instabilidade e heterogeneidade (FOUCAULT, 1997). Afinal, "é o poder sobre si que [...] regula o poder sobre os outros." (ibid., p. 288), portanto, para o exercício de uma posição ativa nas relações de poder, o governo de si permite instituir as práticas da liberdade a nível individual, com potencial de refletir na sociedade governamentalizada, como um caminho de resistência ativa.

O cuidado de si, por intermédio de práticas de problematização definem a capacidade de exercer a liberdade ao tornar nossa existência como sujeitos, uma questão central e não um pressuposto, deste modo, o pensamento é liberdade em relação ao que se faz. A liberdade, portanto, é a recusa em naturalizar os saberes, em ocupar posições estabelecidas, em reproduzir as relações de poder hegemônicas, envolvendo necessariamente, uma atitude crítica (FOUCAULT, 1990). Com efeito, a atitude crítica não consiste em dizer que as coisas não estão bem da

forma como estão colocadas, consiste em problematizar e adquirir modos de pensamento ainda não refletidos pelos comportamentos cotidianos. A crítica estimula este pensamento e ensaia a mudança. Para Foucault (1994, p. 181) "Fazer a crítica é tornar difíceis os gestos fáceis demais". Em suma, a crítica é elemento indispensável para o exercício da resistência, ampliando os graus de liberdade e levando à transformação da disposição das relações de poder.

O governo de si permite a convergência da preocupação ética e do cuidado de si com a postura política pelo respeito à subjetividade e aos direitos, através da resistência ativa na forma de reflexão crítica contra técnicas abusivas de governo e as assimetrias de poder. Deste modo, a investigação ética permite instituir a liberdade individual, derivada da prática de liberdade (GALLO, 2017). A resistência pode se expressar de diversas formas, em termos de vestimenta, fala, linguagem corporal, desempenho nas relações sociais, no desempenho de gênero (SOUZA; PARKER, 2022), na articulação de debates, na realização de manifestações e greves em resposta às assimetrias político-econômicas dos empregadores. Neste sentido, no curso do Collège de France 1979-1980, chamado Sobre o governo dos vivos, Foucault apresenta o conceito de anarqueologia:

[...] você pode ver, portanto, que há certamente algum tipo de relação entre o que é grosseiramente chamado de anarquia ou anarquismo e os métodos que emprego, mas que as diferenças são igualmente claras. [...] Então, a posição que estou propondo não exclui a anarquia, mas você vê que de forma alguma ela acarreta, que não cobre o mesmo campo, não se identifica com ela. Trata-se de um ponto de vista teórico-prático sobre a não necessidade de todo o poder, e de modo a distinguir essa posição teórico-prática sobre a não necessidade do poder como princípio de inteligibilidade do próprio conhecimento, em vez de empregar a palavra 'anarquia' ou 'anarquismo', o que não seria apropriado, farei um jogo de palavras, já que isso não está muito na moda, voltemos um pouco na contramão e nos engajemos em jogos de palavras (...). Portanto, direi que o que estou propondo é antes uma espécie de anarqueologia. (FOUCAULT, 2009, p. 36).

A prática da anarqueologia compreende o método, as estratégias de saber e poder empregadas que englobam desde o exercício do poder sobre si, visto como a ética e o governo de si até o exercício do poder sobre os outros, visto como a política e o governo dos outros, levando a reflexão crítica e a assunção de uma atitude política contra a captura da subjetividade (GALLO, 2017).

Nos últimos cursos, Foucault estabelece uma articulação entre os modos de verificação, as técnicas de governamentalidade e a prática de si ao problematizar a produção de verdades. No curso *Do governos dos vivos*, ministrado no Collège de France entre os anos de 1979 e 1980, Foucault (2009) apresenta a questão do *ethos* veridicional, das práticas disciplinares na formação de corpos dóceis e da subjetivação com base em uma interdependência entre as relações de poder e saber nas manifestações de verdade e nos rituais cotidianos que constituem os jogos de verdade e os processos de subjetivação:

(...) poderíamos chamar de “aleturgia” o conjunto dos procedimentos possíveis, verbais ou não, pelos quais se revela o que é dado como verdadeiro em oposição ao falso, ao oculto, ao indizível, ao imprevisível, ao esquecimento, e dizer que não há exercício do poder sem algo como uma aleturgia (FOUCAULT, 2019, p. 8).

A aleturgia é tida como a estrutura epistemológica de manifestação dos jogos de verdade que constituem a força motriz do pensamento hegemônico, compreendido a partir da biopolítica com a noção de governo não somente sobre a vida do sujeito, mas envoltas de práticas discursivas do governo sobre a coletividade. Neste sentido, o panóptico de cada um de nós somos nós mesmos, e nós o cultivamos e o reproduzimos (FOUCAULT, 2009; ALLEN, 2011).

Na busca de desenvolver a problematização da produção de verdades, Foucault (2011) apresenta o conceito de parrhesia para propor um processo de autotransformação ética e estética para o governo de si, onde ocorre uma transformação da relação que se tem consigo mesmo e uma disposição para correr o risco de ser verdadeiro consigo mesmo. A parrhesia significa o compromisso de dizer a verdade como exercício da prática de liberdade para nos (re)construir como sujeitos éticos, nos transformando e governando a nós mesmos ao perturbar as relações de poder como forma de oposição à reprodução dos discursos hegemônicos ao exercer a autonomia não na forma da lei moral, mas na problematização, na reflexão crítica e no livre questionamento, com efeito, no governo de si.

É preciso distinguir o conceito de subjetividade tratado nesta tese do conceito dialético marxista, que compreende o sujeito como o possuidor de uma essência

social e considerar as possibilidades de transformação do sujeito (ZIMOVSKI, VASCONCELOS, CARRIERI, 2022). Aqui utilizo o entendimento do conceito teórico de subjetividade da psicanálise, que não considera a noção de essência como algo que deve ser compreendido, pois esta não é estanque, dada e acabada em si mesma. Pelo contrário, é ampla, dinâmica e transformada a cada interação e operação frente aos jogos e disputas de poderes e saberes. Assim, a produção de subjetividade constitui o sujeito de modo a torná-lo habilidoso, dócil para a realização do trabalho e alinhado a características neoliberais. Deste modo, oferece base para o sistema de produção contemporânea, sem embargo, como os processos de subjetivação se efetuam ao longo de toda a vida, os sujeitos podem realizar um duplo processo de experimentação individual de práticas de liberdade e de produção coletiva (GUATARRI, ROLNIK, 2013).

2.2.2. Processos de subjetivação profissional na contemporaneidade

*Mas tenho o Sábado inteiro
Pra mim mesmo
Fora do emprego
Pra me aprimorar
Sou easy
Eu não entro em crise
Tenho tempo livre
Pra me trabalhar*

(Trecho da música *Trabalivre*, Tribalistas, 2017)

A música "Trabalivre" reforça a lógica da governamentalidade neoliberal ao sugerir que o trabalhador se considera um sujeito que acredita gozar de liberdade após a semana de rotina intensa na atuação profissional, no entanto, este sujeito opta por se manter produtivo no final de semana e utiliza este tempo livre para se trabalhar no intuito de se tornar um sujeito útil e competitivo, vestido com uma identidade empreendedora para atender os interesses econômicos de competitividade do mercado, demonstrando que sua atuação está constituída pela aleturgia que direciona ao processo de subjetivação neoliberal hegemônico e, na busca de empreender profissionalmente, reproduz o discurso e o constitui e constitui. Fleming (2014) ao trazer o conceito de biocracia, apresenta elementos da

construção de subjetividade de trabalhadores a partir da expressão do biopoder como complemento do poder disciplinar para se controlar os sujeitos no sentido de atender a lógica capitalista e, ao valorizar a lógica econômica, busca se tornar bem sucedido e reforça a assimetria de poder, característica das relações neoliberais.

O poder geralmente é entendido como algo negativo ou uma força superior que reprime e determina as identidades dos sujeitos de forma universal e definitiva através do controle, proibição e punição. Contrário a esta ideia, Foucault (1987a), demonstra que o poder, visto a partir de seu caráter relacional, como uma força não centrada em algum ponto, mas microfísico e circulante em toda a trama social (FOUCAULT, 1979) deve ser entendido de forma positiva, capaz de produzir novas formas de vida do lugar de proibi-las. Com efeito, Foucault (1987a) não descarta a negatividade do poder, mas demonstra a sua positividade e valoriza esta capacidade do poder para o exercício ético em detrimento da negatividade para a produção de novos processos de subjetivação e, por conseguinte, novas subjetividades alinhadas ao governo de si.

Os processos de subjetivação são capazes de (re)construir os sujeitos de forma fluida, fragmentada, circular e contínua. Deste modo, o ser humano não possui uma subjetividade única, universal, própria, centrada, fechada, indevassável, autônoma, particular e construída de forma própria, individual (SOUZA, 2014a). A construção da subjetividade ocorre por um processo de bricolagem contínua que moldam e desmoldam os sujeitos através do fluxo de forças que organizam as relações sociais e as categorias identitárias discursivamente construídas por meio dos dispositivos de poder (SOUZA; COSTA; LOPES, 2019). O termo dispositivo é utilizado por Foucault para demarcar

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1979, p, 244).

Com efeito, os processos de subjetivação dos homens envolvem os dispositivos de poder explícitos e implícitos na sociedade que fazem do indivíduo um sujeito (SOUZA, 2014a). O sujeito é constituído, portanto, dentro do discurso, não

existindo fora e nem anterior a ele, como produto de uma relação de poder que se exerce sobre os corpos, movimentos, desejos e forças (FOUCAULT, 2003a). O processo de subjetivação no trabalho pode ser pensado a partir da maneira como os sujeitos se definem pelas práticas de si quando em contato com a cultura e sociedade na qual o sujeito vive, definindo a forma como a sociedade se constitui. Esta relação dos dispositivos de poder permite estabelecer relações entre os sujeitos como categorias e hierarquias identitárias determinadas como jogos de verdade (FOUCAULT, 2004).

Os jogos de verdade compõem o conjunto de regras determinadas em um período de tempo na sociedade e atuam na legitimação de discursos hegemônicos e na replicação de dispositivos de poder que orientam os processos de subjetivação mais frequentes para a formação de sujeitos dóceis e economicamente ativos. Estes discursos que circulam não passam das relações de poder que constituem os sujeitos e os constituem. A análise das relações de poder que constituem os jogos de verdade é capaz de gerar reflexão e autonomia dos sujeitos ao oferecer maior grau de liberdade e inserção de elementos na dinâmica das assimetrias de poder. A busca pela compreensão dos processos discursivos que encaminham aos processos de subjetivação pode ser considerada uma forma de resistência e emancipação a partir da produção de formas identitárias alternativas (FOUCAULT, 2004). Nos últimos cursos de Foucault é possível perceber uma ênfase maior na positividade do poder e as possibilidades de resistência a partir da atuação política ativa do sujeito no governo de si e dos outros (FOUCAULT, 2008a, 2008b, 2009, 2010, 2011).

Os processos de subjetivação relacionados à força centrípeta do poder disciplinar para a regulação da subjetividade estabelecem um controle panóptico ao desenvolver normas através das quais os indivíduos são direcionados e se ajustam e se corrigem, buscando estar em conformidade como, por exemplo, nos sistemas de avaliação de desempenho, nas práticas de desenvolvimento gerencial e programas de mudança cultural (ALVESSON; WILMOTT, 2002; COVALESKI *et al.*, 1998) que em última instância, encaminham para a criação de corpos dóceis e economicamente ativos (FOUCAULT, 1987a). Os sujeitos contemporâneos são constituídos, portanto, por uma dupla relação de poder, por um lado, a totalização disciplinar e por outro lado, a individualização neoliberal e a autogestão do trabalho.

O capitalismo neoliberal modifica as micropolíticas presentes nos locais de trabalho e aponta para uma nova configuração dos jogos de poder que extrapolam os limites das organizações, envolvendo a regulação indireta do Estado. Deste modo, a reestruturação produtiva tem um impacto fundamental nos processos de subjetivação contemporâneos (NARDI, 2006).

Na governamentalidade neoliberal a construção de subjetividades se dá a partir do biopoder extrapolado para o exercício de modo centrífugo para a análise da população (MUNRO, 2012), pautados na regulação indireta do mercado através da regulação do capital humano com a ampliação dos graus de liberdade ao se inscrever nas práticas de vida mais amplas, sejam elas nos interesses privados, nas habilidades sociais e aptidões pessoais para "criar um sujeito autônomo, flexível, empreendedor de si mesmo", que age dentro de formas de "liberdade regulamentada" (ROSE, 1999, p. 22) e norteado à produção (FLEMING, 2014) para a tomada de decisões econômicas e sociais. Neste sentido, os jogos de verdade sustentam e legitimam os processos de subjetivação relacionados à categorização dos sujeitos como capital humano.

A noção de capital humano representa uma forma de biopoder neoliberal. O *homo oeconomicus* dos contextos neoliberais, recebe autonomia para moldar a si mesmo ao gozar determinado grau de liberdade, mas atua dentro dos limites impostos pelos discursos e práticas dominantes que legitimam a identidade que se deve ter. Com efeito, nesta governamentalidade, o sujeito é um competidor treinado, um sujeito que foi moldado para se relacionar consigo como empresário de si mesmo, sendo para si seu próprio capital, seu próprio produtor e a fonte de seus ganhos (WEISKOPF; MUNRO, 2012; MOISANDER, 2018).

O processo de subjetivação é diferente do processo de individuação, o primeiro relacionado ao cuidado de si e o segundo relacionado a construção de subjetividades moldadas pelas relações de poder e saber que estabelecem os jogos de verdade no discurso neoliberal hegemônico (BARROS, 2013). Foucault (2003a) explora o olhar microfísico e heterogêneo das relações de poder e apresenta o horizonte de questionamento das identidades pré-construídas pelo assujeitamento aos dispositivos neoliberais. Em adição, Deleuze (1998) argumenta que as práticas

de si não se apresentam de forma estanque ou confinada a uma identidade ou um momento histórico:

... processos de subjetivação são inteiramente variáveis, conforme as épocas, e se fazem segundo regras muito diferentes. eles são tanto mais variáveis já que a todo o momento o poder não para de recuperá-los e de submetê-los às relações de força, a menos que renasçam inventando novos modos, indefinidamente (DELEUZE, 1998, p. 123).

A governamentalidade, para Foucault (2008b) envolve não apenas o controle e a vigilância dos sujeitos, mas a regulação através da autodisciplina derivada dos processos de subjetivação refletidos nas identidades do sujeito bem sucedido, que atua por meio de práticas normalizadoras, incluídas na ordem do discurso (FOUCAULT, 1995, 2003b). Os dispositivos que constituem os sujeitos e (re)constróem as subjetividades direcionadas a um significado social (FOUCAULT 1995, 2003b) envolvem manutenção e renovação contínuas, geralmente através da reprodução desta na representação de si na vida cotidiana (GOFFMAN, 1985).

As mudanças sociais derivadas da governamentalidade neoliberal levam a produção de uma nova subjetividade, assim como seu potencial de resistência e transformação (DELEUZE, 2005). Guatarri e Rolnik (2013), em consonância com Deleuze, sugerem que a subjetividade também é definida no campo da economia sociopolítica, estando intrinsecamente ligada à produção de sentido social. O campo de estudo da subjetividade no trabalho e a construção de identidades desejadas busca ampliar a análise dos modos de subjetivação decorrentes das relações de trabalho contemporâneas e oferece campo para a problematização e reflexão crítica para o exercício do governo de si frente às relações produtivas (NARDI, 2006).

Ao contrário de características determinadas pela natureza e biologia que buscam estrategicamente apresentar estas subjetividades como neutras e apolíticas, são consideradas construções políticas, sociais, culturais e históricas (SOUZA, 2014a). Os dispositivos de subjetivação que constituem a rede do biopoder a partir da arte neoliberal de governar, atuam como tecnologia econômico-política extrapolada para as populações e criam sujeitos constituídos por novos processos de subjetivação, alinhados com o exercício da bio resistência (SANSON, 2022; BOWER-CATTON *et al.*, 2020).

Dado que os processos de subjetivação são múltiplos, fluidos e heterogêneos, a possibilidade da resistência se apresenta como tentativa de descontinuar as práticas que encaminham à homogeneização das formas de existência (BARROS, 2013). Os processos de subjetivação podem ocorrer no nível individual, em uma ontologia fundada sobre si mesmo ou a nível social, englobando um conjunto de pessoas que pensam coletivamente e atuam como um plano de forças capazes de subverter o pensamento hegemônico (SANSON, 2022).

Para Foucault (2004), a ética está relacionada com a reflexão sobre as maneiras de viver e, portanto, intimamente ligada à constituição de um sujeito capaz de refletir sobre sua vida a partir de determinados graus de liberdade. As técnicas de si a partir da reflexão crítica e os processos de subjetivação direcionam à formação da subjetividade profissional.

Os pesquisadores em contato com as teorias que fundamentam esta tese, ao assumirem uma postura não só de observadores, mas a de estarem preparados a submeter continuamente suas próprias convicções na condução de suas práticas, ao questionarem e sobretudo, estarem preparados para repensar suas posições (BARRAT, 2008), são capazes de atuar como agentes de transformação não de um ponto de vista epistemológico, mas ontológico, através do exercício das práticas de si, situados no contexto histórico. Deste modo, se tornam capazes de agir em busca de uma agenda política, abarcando práticas de resistência ao se assumirem como sujeitos que trazem novos sentidos à governamentalidade inserindo suas visões críticas na atuação profissional de forma política e como elementos no processo de transformação dos dispositivos de subjetivação (PAES DE PAULA, 2020).

A atitude crítica como gesto de conduta, pretende explorar e compreender os efeitos de poder produzidos em um contexto. Estes efeitos refletidos nos processos de subjetivação, fornecem uma recusa em ser governado, uma arena de resistência, uma compreensão fluida que permite explorar lacunas e contradições nos discursos continuamente produzidos. Deste modo, a atitude crítica é uma forma de atuação ética e estética ao interrogar os discursos que nos constituem e exercer uma performance política e responsável na expressão da subjetividade profissional (THOMAS; DAVIES, 2005).

Souza e Parker (2022) sugerem a transorganização como instrumento de produção de novas formas de se organizar a partir do estímulo da prática de diversas identidades não hegemônicas como modo de reunir diferenças que têm efeitos propositivos em busca de novas relações de poder para a produção de subjetividades que rompam com a lógica binária. Assim, é possível exercer o governo de si frente ao discurso hegemônico do neoliberalismo de reprodução de identidades desejadas e oferecer propostas para a manutenção da circulação de poder.

Portanto, o mesmo sujeito tratado no trecho da música referida no início desta seção, ao conhecer a dinâmica do poder, em uma ontologia crítica, é capaz de perceber que é constituído pelas forças do poder/biopoder que direcionam os processos de subjetivação e o constituem para reproduzir a ordem do discurso. Desta forma, é capaz de problematizar sua rotina em busca de propor novas formas de vida no exercício ético, a partir do uso dos graus de liberdade e no governo de si e criar rupturas e novas formas de existência (FOUCAULT, 2004).

A próxima seção se destina ao uso da teoria apresentada até este momento, com a ótica dos estudos de Michel Foucault sobre governamentalidade neoliberal em duas esferas: no governo das massas e no governo de si. Na primeira, a partir das técnicas biopolíticas nos processos de subjetivação que direcionam a reprodução do discurso hegemônico e na segunda, no uso das práticas de liberdade para problematizar o *status quo* e, deste modo, modificar as relações de poder. O campo da universidade neoliberal, com enfoque no ensino a distância em IES privadas, é constituído por estas relações assimétricas, portanto, há contribuição em trazer este debate para a academia, sobretudo em um programa de pós-graduação que irá formar docentes e pesquisadores. Através da análise dos discursos neste campo, é possível ampliar a percepção das forças que constituem as relações hegemônicas e, por conseguinte, estimular a reflexão crítica e desenvolver um exercício ontológico problematizador das relações de trabalho docente na sociedade contemporânea.

3 UNIVERSIDADE NEOLIBERAL, ENSINO A DISTÂNCIA E O TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

3.1 DA UNIVERSIDADE TRADICIONAL À UNIVERSIDADE NEOLIBERAL

A ideia de universidade surgiu na Grécia do século IV por meio da academia de Platão, um local que reunia pessoas em busca de conhecimento e que desenvolviam a especulação desinteressada e indagadora (OLUBUMMO; FERGUSON, 1960). E até meados do século XVIII, estes espaços não eram localizados em locais definidos, pois eram conglomerados de eruditos que viajavam em busca de aprendizado, inicialmente em países da África como Tunísia, Marrocos e Egito. Mais tarde estes locais de aprendizado migram para a Europa em cidades como Bolonha, local onde o termo universidade é desenvolvido na fundação da Universidade de Bolonha, em 1088, seguido por cidades como Oxford, Cambridge, Paris, Modena e Salamanca.

O modelo de universidade tradicional se desenvolveu na Alemanha, com orientação para a busca e transmissão de conhecimento existente em determinadas áreas e com utilidade de formação profissional. Este modelo se difundiu para outros países durante o século XIX e início do século XX, assumindo diversos submodelos. Na concepção soviética, as universidades eram entendidas como um fator de produção para preparar técnicos, mas com forte compromisso ideológico. A migração deste modelo para o Reino Unido sofreu adaptações e, na concepção inglesa, a universidade era vista como um espaço de saber universal e liberal. O modelo norte americano desenvolveu a percepção da universidade como um centro de progresso geral da sociedade, que promove pesquisas e oferece amplos serviços à comunidade inserida em uma lógica de mercado, que não possui autonomia nem hegemonia política, pois eram moldadas pela dependência de recursos privados e públicos, entendida como reestruturação neoliberal (YOUNG, 1998; BENNER, 2017). Este breve histórico nos oferece elementos sobre a origem dos formatos para o entendimento do cenário universitário atual e a concepção do conceito de universidade neoliberal.

A universidade neoliberal se desenvolve em consonância com as técnicas de governamentalidade neoliberal nos Estados Unidos dos anos 1960. Essas técnicas

são amplamente centradas nos processos de subjetivação pautados no empreendedorismo e na cultura empresarial, com a privatização do risco, ou seja, a conversão do risco empresarial para os trabalhadores, o desenvolvimento de tecnologias de performance e responsabilização. Neste sentido, o modelo gerencialista atua de acordo com as teorias de gestão dos sistemas socioeconômicos para encorajar a circulação de fluxos de capital, particularmente capital humano que, em vez de confiná-los e torná-los corpos dóceis a partir do poder disciplinar, são incentivados a circular, trocar e, o mais importante, competir para fomentar o capitalismo flexível, regulado indiretamente pelo biopoder (MUNRO, 2012; McCANN *et al.*, 2020).

O neoliberalismo é uma forma de governo e uma doutrina política que se baseia no livre mercado. A universidade neoliberal, neste sentido, apresenta duas vertentes: i) O conjunto de saberes valorizados, pelo alinhamento com os interesses mercadológicos, presentes nos conteúdos e disciplinas inseridas nos currículos das universidades contemporâneas e, por conseguinte, os conhecimentos combatidos e não valorizados, como o pensamento crítico e reflexivo (CONTU, 2009; PARKER, 2018; KOCIATKIEWICZ; KOSTERA; ZUEVA, 2021), apresentados com mais profundidade na seção 3.4 e ii) As relações de trabalho dos docentes e o controle indireto do trabalho (SOUZA; NIJS; HENDRIKS, 2010; MUNRO, 2012).

Na Europa, o Reino Unido é um país precursor das reformas políticas consonantes ao discurso neoliberal (FAIRCLOUGH, 1993) que levaram a mercantilização (WILLMOTT, 1995) e a "McDonaldização" do ensino superior (PARKER; JARY, 1995). As reformas gerencialistas orientadas pelo mercado resultaram em insegurança (KNIGHTS; CLARKE, 2014), mas também a resistência coletiva e a criação de espaços de apoio e solidariedade entre os acadêmicos (BOWES-CATTON *et al.*, 2020). Estas experiências de insegurança e modificação das relações direcionadas para o mercado podem ser escoadas para países onde o neoliberalismo é um fenômeno mais recente. Norback, Hakonen e Tienari (2021) apresentam uma autoetnografia colaborativa no contexto finlandês da reconstrução de subjetividade acadêmica e do senso de lugar na atuação em uma universidade neoliberal a partir das reformas políticas na educação. Três autores como momentos de vida distintos apresentam seus olhares frente a fusão das universidades em que

atuavam, antes no setor público e agora governada por uma fundação de direito privado, reformulada para a competição internacional baseada na lógica do mercado e, portanto, da decorrente mercantilização, onde as relações de trabalho nas universidades é determinado por metas estratégicas estabelecidas para a alocação de recursos, financiamentos e controle em busca da eficiência produtiva (SOUZA; NIJS; HENDRIKS, 2010).

No Brasil, a maioria das instituições de ensino superior foi criada após a proclamação da independência. As três primeiras universidades brasileiras foram a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920; a Universidade de Minas Gerais, criada em 1927; a Universidade de São Paulo, criada em 1934. Após esta data houve uma proliferação de escolas de ensino superior que depois foram transformadas em universidade (ALVAREZ, 2004). As primeiras universidades foram fortemente influenciadas pelos modelos alemão e norte americano para o seu desenvolvimento, no qual assumiram uma configuração centralizada e profissionalizante com o objetivo de formar graduados para o mercado e pós-graduados para o exercício da pesquisa científica (SOUZA-SILVA; DAVEL, 2005).

No final da década de 1950 há a intensificação do debate sobre a responsabilidade de oferta da educação, entre o ensino público e o privado. A criação das universidades católicas, privadas e confessionais tomam vulto. Mais tarde em 1968, após o golpe militar de 1964, as reivindicações de expansão do ensino culminam na reforma universitária que estabelecia a racionalização da estrutura, a expansão de vagas e o controle político e ideológico da universidade. Neste período, a reforma universitária já recebia influência neoliberal e esta expansão aconteceu não com a ampliação do sistema público, mas a partir da autorização da criação de instituições de ensino superior privadas (ALVAREZ, 2004).

O termo universidade neoliberal foi cunhado no cenário internacional, onde a forma de regulação é diferente do contexto brasileiro. No entanto, a busca desta aproximação teórica reflete a condição neoliberal na qual as instituições brasileiras contemporâneas são constituídas, reproduzindo as assimetrias de poder derivadas das pressões mercadológicas na educação. Vale ressaltar que, para efeitos de análise, o conceito de universidade neoliberal utilizado nesta tese pretende abarcar

os diversos formatos de IES privadas com fins lucrativos regulamentados no país como institutos superiores ou escolas superiores, centro de educação tecnológica, faculdades, centros universitários e universidades (BRASIL, 1996).

A educação contemporânea ocidental se tornou uma educação neoliberal, isto é: "um determinado modelo escolar que considera a educação como um bem essencialmente privado e cujo valor é, antes de tudo, econômico" (LAVAL, 2019, p. 17). Este modelo de educação neoliberal objetiva a formação profissional para atender à racionalidade e a dinâmica do mercado com características ligadas à inovação, ao empreendedorismo, à criatividade, à eficiência e à flexibilidade para fornecerem diferenciação competitiva para as empresas (GEMELI; CLOSS; FRAGA, 2020).

As reformas nas universidades neoliberais são direcionadas para a maximização do lucro, a competitividade agressiva e o individualismo ou valorização de interesse próprio (ZAWADZKI; JENSEN, 2020). A governança da universidade neoliberal se torna cada vez mais autocrática à medida em que a mercantilização se intensifica. A busca pela excelência por meio do gerencialismo, um pensamento neoliberal norte-americano, inserido na lógica industrial e positivista (GAULEJAC, 2007), com o uso do *benchmarking* em empresas de referência reproduz mecanismos normativos e miméticos que tornam as universidades cada vez mais semelhantes entre si (DEAN *et al.*, 2020). Com efeito, o gerencialismo na academia é uma tecnologia de poder que direciona ao desenvolvimento de culturas corporativas e equipes de liderança sênior desconectadas dos docentes e discentes, geralmente intolerantes a pontos de vista divergentes, contribuem para a falta de diferenciação articulada e ao risco de homogeneização, o que acarreta na comoditização e conseqüente briga de preços reforçando o contexto de competição neoliberal (McCANN *et al.*, 2020).

O aumento dos custos de administração nas universidades e a briga de preços, levando a redução nas margens de lucro, são premissas para o entendimento do contexto das universidades neoliberais, que pressionam o ensino superior no aumento da competição entre as empresas. A alta dinâmica de mudanças institucionais e a intensa pressão financeira faz com que as universidades adotem uma perspectiva de curto prazo, o que é evidenciado por seu rápido, porém

formal, ajuste às novas regras institucionais (JELONEK; MAZUR, 2020). Neste sentido, as instituições geralmente respondem a essas pressões financeiras e competitivas no fortalecimento da governamentalidade neoliberal com a adoção de modelos de competição mais orientados para o mercado. Outras premissas são as externalidades globais, que levam a diminuição do número de matrículas em muitos mercados, a diminuição do apoio financeiro e da opinião pública às universidades e o aumento do ativismo sobre os empréstimos estudantis (DEAN *et al.*, 2020).

A universidade neoliberal produz métricas levando a predominância de alvos como a quantificação de desempenho e ideal de controle. A quantificação com estas métricas de desempenho por meio da parametrização do trabalho acadêmico transformam os docentes em sujeitos comparáveis, classificáveis e governáveis, em última instância, convertem os docentes em *commodities* auditáveis com base na avaliação de alunos, na contagem de pontos por publicação com base em indicadores chave para aumentar a performance nos *ratings* universitários de forma instrumental e coercitiva (ZAWADZKI; JENSEN, 2020).

O ideal de controle assume o lugar das formas colegiadas de administração universitária, a valorização do gerencialismo na contratação gestores autoritários orientados ao mercado e com pouca conexão com o ensino, pesquisa e extensão acadêmica aumentam a ansiedade e a postura defensiva dos docentes. Deste modo, promovem a erosão das diversas representações na tomada de decisão coletiva, com o aproveitamento das experiências e olhares diversos reduzindo o espaço de debate e reflexão tradicionais capazes de formar sujeitos críticos.

O discurso neoliberal, embora pretenda aumentar a autonomia dos sujeitos, produz espaços normalizadores e heteronômicos, levando à produção de universidades "perfeitas" e indiferenciadas (WIENERS; WEBER, 2020). Portanto, a governamentalidade neoliberal faz com que as instituições corram o risco de se tornar intelectualmente flácidas e comoditizadas, em detrimento do uso da lógica colegiada, que opera através da gestão democrática e coletiva, em todos os níveis e instâncias das IES, definida pela transparência das ações e pela visibilidade dos setores de modo a ampliar o espaço de debate e ser arena de oitiva da comunidade acadêmica, incentivando a representação de diversos segmentos para exposição de ideias, estimulando a apresentação de pontos e contrapontos e conduzindo a

deliberações coletivas, como descrita na tradição administrativa das universidades como arena de debate, problematização e reflexão sobre os saberes (DEAN *et al.*, 2020).

Para que o docente amplie sua renda é necessário que cumpra alvos definidos, como articulação de parcerias com empresas, com instituições internacionais, em busca da maximização de produção, minimização de custos, visando a eficiência e utilização da ciência como força de produção de riqueza etc. Atrelado a isso, a sobrecarga administrativo-docente reduz o tempo disponível para realizar pesquisas e buscar oportunidades de financiamento, aumentando a incerteza na manutenção de projetos (ZAWADZKI; JENSEN, 2020). A conseqüente diminuição da qualidade do ensino insere os trabalhadores em uma lógica essencialmente produtiva realocando os trabalhadores a um patamar mais precário (JELONEK; MAZUR, 2020).

A governamentalidade neoliberal introduz as técnicas gerencialistas para a universidade inserindo uma lógica de academia produtivista, com "cursos "enlatados, transformação do aluno em cliente, difusão de avaliação de desempenho de professores similares a de empresas" (ALCADIPANI, 2011, p. 346). A conversão de aluno em cliente significa a reversão da lógica de ensino aprendizagem na lógica de consumo-satisfação, distante do compromisso das universidades com a formação de um sujeito crítico e reflexivo. Neste sentido, a figura do professor é convertida em um prestador de serviços no lugar de educador, que não mede esforços para atender o seu cliente e em algumas vezes assume a postura de "animador de auditório" para fidelizar e captar mais alunos clientes (ALCADIPANI, 2011).

O docente é objetificado, reduzido a um recurso, um operador de portais acadêmicos administrativos, um expositor de aulas padronizadas e instrumentalizadas na lógica de linha de produção, passando a ser um mero executor de programas de ensino com autonomia reduzida (ALCADIPANI; BRESLER, 2000; SOUZA-SILVA; DAVEL, 2005) em detrimento da atuação profissional consonante com a contribuição para o pensamento crítico e reflexivo do aluno, que se torna menos valorizada nesta lógica.

O papel do docente torna-se desmoralizado e desrespeitado, passando a configurar como uma engrenagem como a da Vila Potemkin (DEAN *et al.*, 2020), em

que fachadas vazias e simbólicas são erguidas nas universidades para seduzir as partes interessadas sob o risco de ofuscar a missão central de ensino, pesquisa e extensão. Promessas como o desenvolvimento de programas para medir e aumentar a produtividade do corpo docente; esforços para monetizar a pesquisa acadêmica; a criação de departamentos dedicados a *branding*, marketing e gestão de inscrições e o aumento acentuado nos gastos com edifícios, parcerias e serviços de última geração oferecem importantes impactos nas instituições, docentes e discentes criando uma aparência de qualidade que não possui, podendo levar ao fracasso de todo o campo de educação (DEAN *et al*, 2020). Esta fabricação de subjetividade direcionada ao desenvolvimento de uma organização que não existe, a partir da medição de desempenho, garantia de qualidade e criação de excelência, oferece um plano de ocultação e sabotagem, com a justificativa de oferecer transparência, autonomia e responsabilidade aos processos avaliativos internos e externos.

As medidas de desempenho nos processos avaliativos internos e externos das IES afetam diretamente os processos de subjetivação dos docentes provocando a difusão do espírito empreendedor, a alienação e o desenvolvimento de atividades que ultrapassam os limites das instituições. Os indicadores mensurados são aqueles construídos com base na regulação do ensino superior, que no Brasil é realizada pelo Ministério da Educação (MEC) através do INEP e de outros órgãos associados como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal no Nível Superior (CAPES).

Os atos autorizativos necessários para o início e a manutenção das atividades de um curso superior são a autorização, o reconhecimento e renovação de reconhecimento. A autorização deve ser solicitada por faculdades e centros universitários. As universidades têm prerrogativa de autonomia e não necessitam da autorização do MEC para iniciar a oferta de um curso de graduação, exceto cursos de medicina, odontologia, psicologia e enfermagem, mas devem relatar ao MEC a abertura de cursos para fins de supervisão e posterior reconhecimento. O reconhecimento e renovação de reconhecimento deve ser solicitado pela IES quando o curso tiver completado 50% de sua carga horária, e antes de completar 75% da carga horária. O reconhecimento do curso é condição necessária para a validação dos diplomas emitidos e a renovação de reconhecimento deve ser

solicitada a cada ciclo avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), conforme disposto na Lei Nº 10.861 (BRASIL, 2004a). Os processos de avaliação ocorrem por meio da atribuição de conceitos em uma escala de cinco níveis para as dimensões organização didático pedagógica, corpo docente e tutorial e infraestrutura (BRASIL, 2017a), projetados pelo governo através dos órgãos reguladores para viabilizar controle e qualidade dos serviços educacionais.

A governamentalidade neoliberal foi inserida na educação superior em toda a América Latina a partir de orientações de organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial no documento estratégico intitulado "La Enseñanza Superior: las perspectivas de la experiencia" que recomendava três ações básicas: a) minimizar a gratuidade, mediante a participação dos estudantes no financiamento de seus estudos; b) incentivar a venda de serviços das universidades às empresas privadas, como pesquisas e consultorias e c) viabilizar a expansão do setor privado, com privatizações (BANCO MUNDIAL, 1995). Consonante a esta orientação, a educação brasileira, a partir do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, uma política de diversificação que mensura seu valor com base nesta governamentalidade, na capacidade de inovação e na competitividade (BRASIL, 1995) passa a ser orientada como um setor de serviços não exclusivos do Estado.

Este movimento de desregulamentação do setor educacional brasileiro, com as reformas de ajuste estrutural e modernização do Estado por meio de uma diversidade de instrumentos normativos, como leis ordinárias, decretos, portarias e medidas provisórias, abre espaço para a expansão do setor privado e a mercantilização da educação (BITTAR, 2012) através da flexibilização de regras para abertura de cursos e de novas instituições, de isenções tributárias e a concessão de bolsas de estudos para alunos carentes com repasse de recurso da União para IES privadas (CHAVES, 2010) direcionam ao enxugamento da máquina estatal e promovem a possibilidade de ampliação da educação privada. Tais mudanças ocorrem junto com alterações nas relações trabalhistas como a degradação de direitos, aparecimento de novos regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, expansão do desemprego estrutural e intensificação do trabalho docente (BECHI, 2017).

Aliado a isso, a legislação não sustenta a indissociabilidade de pesquisa, ensino e a universalidade do conhecimento, permitindo a existência de universidades em determinadas áreas específicas do saber (BRASIL, 1995, 1996) e o surgimento de uma variedade de estabelecimentos acadêmicos, como exemplo as faculdades e os centros universitários (CHAVES, 2010), o que leva a um enfoque utilitarista e instrumental do saber na formação de profissionais com base na dimensão técnica para atender os interesses do mercado. Em decorrência deste fato, já na primeira metade da década de 1990, ocorre uma ampliação na oferta de vagas e o número de matrículas nas IES privadas sobrepõem as matrículas nas IES públicas.

Em adição, a outorga da Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) e a edição do Decreto 2306, contribuem para a ampliação da taxa de matrículas no ensino médio, gerando um contingente considerável de alunos potenciais para o ingresso no ensino superior. Como as universidades públicas não conseguiram atender este contingente, esta demanda foi direcionada ao setor privado, que cresce exponencialmente no período e utiliza fundamentalmente modelos gerencialistas, que até então não estavam presentes no segmento da educação (SCHWARTZMAN, 2000).

Como reflexo destas transformações políticas, o neoliberalismo acadêmico é incorporado e impera nas IES públicas e privadas no país. Nas IES públicas com estímulo governamental na busca de recursos privados para o desenvolvimento de pesquisas e em cortes no orçamento e no financiamento de pesquisas. Nas IES privadas na constante necessidade de redução de custos, manifestadas na frequente demissão de docentes seniores, com maior experiência e conseqüente contratação de docentes juniores, levando a um alto índice de rotatividade e corrosão salarial, além da prática do "ensalamento" que reúne turmas de níveis e até de cursos diferentes em uma única aula, sobretudo nos períodos iniciais e o aumento do número de alunos por professor. Desta forma, menos professores formam mais alunos conforme a lógica de maior aproveitamento dos recursos de infraestrutura e humanos e, por conseguinte, maximização de lucros (SILVA; LOURENÇO, 2018).

Embora o ensino superior brasileiro, sobretudo o privado, apresente uma configuração heterogênea contendo IES com fins lucrativos, instituições filantrópicas, comunitárias e de natureza confessional, o pragmatismo econômico por meio do gerencialismo com o intuito de garantir maiores lucros, ampliação da competitividade no mercado para atrair investimentos se tornou a tendência hegemônica nas diversas formas em que o ensino superior privado se apresenta (CALDERÓN, 2013). A mercantilização da educação implica na utilização de práticas de competitividade entre as empresas, com efeito, promove a exclusão ao entrar em conflito com os princípios de uma educação universal, inclusiva, equânime e solidária, como direito social e dever do Estado (BRASIL, 1988).

O direcionamento das políticas educacionais, como por exemplo a ampliação do acesso ao ensino superior através de programas de incentivo com o financiamento governamental em programas como o Programa Universidade para todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) transferem para os setores privados as responsabilidades dos Estados no que diz respeito aos investimentos em educação, calçadas na maximização de resultados e na minimização dos gastos públicos visando o fomento e a adequação da educação superior aos interesses do mercado global. Este é um ponto sensível, pois a dependência de recursos impacta diretamente na liberdade acadêmica das IES (BOSI, 2007).

As políticas educacionais neoliberais brasileiras desenvolvidas pelo MEC trouxeram para primeiro plano a busca pela redução e otimização dos gastos públicos em detrimento da autonomia didático-científica que caracteriza as instituições de ensino. Tais políticas alteram a natureza das operações e tornam a prática educacional cada vez mais utilitarista, em contraste com a perspectiva emancipatória, autônoma e democrática que compõem a universidade. Com efeito, o conjunto de políticas neoliberais na educação direciona, em última instância, o estabelecimento do empreendedorismo como cultura a ser disseminada no ambiente universitário, a difusão do gerencialismo e a modificação das relações de trabalho docente (MUNRO, 2021; NARDI, 2006).

Outro ponto a se apresentar é a presença de fusões e aquisições na educação privada e a entrada de grupos estrangeiros no ensino superior brasileiro.

O primeiro aporte de investimento estrangeiro no país ocorreu em 2001 quando o grupo norte americano Apollo adquiriu o grupo Pitágoras. Em decorrência do processo de desregulamentação da educação brasileira, entre 2001 e 2019 foram firmados mais de 170 processos de fusão e aquisição oriundos sobretudo dos Estados Unidos da América e da Europa levando a acumulação de riquezas, dado que estes países apresentam diminuição da demanda por educação superior e países periféricos como o Brasil representam um mercado em expansão pelo aumento na demanda por capacitação por meio da educação superior.

Além disso, os processos de fusão e aquisição constituem uma maneira de formalizar o processo de internacionalização e oferecem os demais elementos que compõem a métrica de qualidade do ensino superior no Brasil (BRASIL, 2017a). Forma-se então um processo espiralar que se retroalimenta, endossa e fomenta as práticas neoliberais. Exemplo disso é a formação de grupos educacionais que ampliam suas fronteiras de atuação mundialmente como o Grupo Pearson, da Grã-Bretanha, com atuação sobretudo na modalidade a distância e o Laureate International Universities, dos Estados Unidos e atuam em diversos continentes, incluindo 28 IES no Brasil (REIS; PARTYKA, 2017; LAUREATE, 2021). Os grupos educacionais brasileiros, ao receberem investimento estrangeiro alteram o seu comportamento, direcionado-se ao mercado, com abertura de capital em bolsa de valores e atuação conforme a governamentalidade neoliberal.

Outra forma de flexibilização neoliberal na educação através da minimização de custos e maximização de lucros se dá através da regulamentação e ampliação da oferta de cursos na modalidade de educação a distância. Alinhado à oferta de autonomia e liberdade ao discente e ao docente no contexto neoliberal, a educação a distância torna-se uma forma de atuação flexível na universidade neoliberal.

3.2 ENSINO A DISTÂNCIA E A FLEXIBILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Talvez, o que precisamos é de mais Jean Piaget e menos Bill Gates, mais Paulo Freire e menos Steve Jobs

(WOOD JR., 2016).

Essa afirmação de Wood Jr (2016) na crônica Universidades virtuais não representa efetivamente uma crítica ao uso de tecnologias da informação na educação, mas um convite para análise da forma como as práticas desta modalidade vem se desenhando. Naturalmente, a lógica de mercado e a consequente valorização do lucro em detrimento do conteúdo é assustadora, com os altos índices de demissão de doutores e contratação de especialistas a salários menores que encaminham a modificação das relações do trabalho convertendo os docentes em operários do ensino, principalmente no setor privado, que de forma autônoma e empreendedora acumulam contratos de trabalho em mais de uma instituição de ensino, algumas vezes em cidades diferentes, na busca de rendimento suficiente e, com isso, resta pouco tempo para se dedicar com a profundidade necessária às suas demandas profissionais.

Por outro lado, este trabalhador para ser valorizado no *mainstream* apresenta uma identidade alinhada à lógica de mercado utilizando recursos performáticos e atuando como animadores de auditório para captar a atenção e manter a satisfação do cliente/aluno, que constitui uma horda de espectadores em um show vazio. Há, portanto, a transferência do ensinar para a retenção da atenção a qualquer curso como uma das idiosincrasias do profissional contemporâneo para o ensino: em última instância, a vítima é o aprendizado (WOOD JR, 2016).

Iniciativas como o Coursera, *startup* norte-americana criada na Universidade de Standford com a missão de oferecer educação nas melhores universidades do mundo com o uso das tecnologias de informação e comunicação em um sistema de estudos dirigidos com apoio de recursos *online* podem contribuir para reduzir algumas disfunções da atuação profissional contemporânea na educação. No entanto, este modelo de educação se apresenta com conteúdos fragmentados e

limitações pedagógicas. Os modelos virtuais serão capazes de ultrapassar os desafios que se impõem ao exercício atual, ou apenas reproduzirão e ampliarão os vícios existentes? O ensino a distância e a flexibilização da educação se tornam, portanto, um tema relevante para o debate. Nos próximos parágrafos apresento o histórico em que esta modalidade se apresenta.

A modalidade de Educação a Distância (EAD) possui três gerações de formatos, de acordo com suas relações com a tecnologia: o primeiro modelo de correspondência, surge no final do século XIX, estimulada pelo desenvolvimento da imprensa e das ferrovias; o segundo com programas de vídeo, áudio, via cassete ou via antena, surge na década de 1960 para integrar o modelo por correspondência; e o terceiro modelo com o uso de internet e plataformas interativas com o uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação, que surge a partir da década de 1990 (MOORE; KEARSLEY, 2011).

O contexto da segunda guerra mundial desenvolveu esta modalidade de educação com a finalidade de integrar àqueles que não poderiam acessar a escola de forma física. Com efeito, a educação a distância é acelerada na Inglaterra durante a década de 70 (MOORE; KEARSLEY, 2013), período consonante com o neoliberalismo inglês. O conceito de educação a distância pode ser definido como:

[...] o modelo faz menção aos macrofatores ou forças que afetam e interagem com cada parte que compõe o sistema. A forma tradicional de ensino se figura pela história, filosofia e pela cultura da sociedade e da organização e são gerenciadas pela sociologia, psicologia e economia educacional. Em contrapartida, o sistema de educação a distância é determinado pela política institucional (influenciada pelas políticas estaduais e federais) e pela própria organização (pessoas e processos) que são gerenciadas. Outro fator relevante é a presença da tecnologia como mediadora entre o sistema educacional e o plano do curso, ensino e aprendizagem (havendo troca de conhecimento constante entre eles) (Moore; Kearsley, 2013, p. 11).

O primeiro modelo de educação a distância foi da Universidade Aberta do Reino Unido na década de 1970 e se espalhou por diversos países, o que Peters (2001) chama de industrialização do ensino com a aplicação do princípio da produção em massa e do consumo em massa para o ensino superior em contraposição a responsabilidade do Estado (BRASIL, 1988) na formação integral dos cidadãos.

No Brasil, a educação a distância surgiu de forma incipiente com a fundação do Instituto Rádio Monitor (1939) e do Instituto Universal Brasileiro (1941) com a proposta de ensino na modalidade a distância por meio de cartas. A modalidade no país amplia sua atuação quando se desenvolve por meio de transmissão via rádio e televisão, como o Telecurso 2º grau (1978), Mobral (1979) e TV Escola (1996) e é a partir da década de 1990 que se tem a criação da Secretaria de Educação a Distância (SEED) do MEC que irá formular uma política nacional e regulamentar essa modalidade. A Lei das diretrizes e bases da educação brasileira, Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 regula a educação a distância no país e a descreve como:

A modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 1996).

Na esfera pública, após a regulamentação da modalidade e a criação de secretaria específica no MEC ocorre o desenvolvimento do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) nas universidades federais em 2006. Na esfera privada, a regulação oferece possibilidade de ampliação na operação e o número de ingressantes vem crescendo exponencialmente, com uma variação positiva de 474% entre os anos de 2011 e 2021 (INEP, 2021). Este crescimento se dá devido a ampliação de um aspecto jurídico, baseado na regulamentação do governo através de atos normativos que flexibilizam a educação e oferecem a possibilidade de extensão da modalidade e o endosso do discurso neoliberal.

A oferta de cursos superiores no Brasil pode ser realizada através do formato totalmente a distância, mas não se restringe a cursos desta forma. A Portaria Nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004 autoriza as IES que ofertam cursos presenciais a introduzirem disciplinas na modalidade semi-presencial em sua organização pedagógica e curricular nos cursos superiores em até 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso (BRASIL, 2004b). Neste sentido, IES com cursos presenciais passam a ofertar parte de suas disciplinas em EAD. Este percentual foi ampliado para 40% (quarenta por cento) com a Portaria Nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019). Em adição, dada a externalidade decorrente da pandemia do

coronavírus e a necessidade de saúde pública de manter o distanciamento social, o Conselho Nacional de Educação do MEC em 10 de dezembro de 2020 autoriza as IES a "realizarem atividades pedagógicas não presenciais vinculadas aos conteúdos curriculares de cada curso, por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação, para fins de integralização da respectiva carga horária" (BRASIL, 2020a).

A ampliação do acesso ao ensino na modalidade a distância, também é uma ação política em consonância com as diretrizes estratégicas propostas pelo Banco Mundial para a ampliação do ensino superior na América Latina. O documento recomenda o uso da tecnologia, por meio de programas de aprendizagem a distância, o que possibilitaria ampliar as vagas no ensino superior com custos mais baixos. A flexibilização da educação decorrente do modelo EAD atua em alinhamento com o discurso neoliberal nos processos de subjetivação para a formação da força de trabalho, ao estimular a formação do sujeito empreendedor e autônomo (BANCO MUNDIAL, 1995).

Além disso, este documento inclui a orientação para o desenvolvimento de políticas inclusivas, por meio da formação profissional em grande escala através do uso da tecnologia e o desenvolvimento de cursos de formação mais curtos como os tecnólogos (BANCO MUNDIAL 1995). Segundo o Catálogo dos Cursos Superiores em Tecnologia (CST) a área de Gestão de negócios possui treze tipos diferentes de cursos: comércio exterior; comunicação institucional; gestão comercial; gestão da qualidade; gestão de cooperativas; gestão de recursos humanos; gestão financeira; gestão pública; logística; marketing; negócios imobiliários; processos gerenciais e secretariado (BRASIL, 2016). A flexibilização e o encurtamento da formação acadêmica leva à precarização da oferta de vagas nas universidades. Desta forma, é possível aumentar a eficiência das IES de acordo com os parâmetros do mercado, direcionado para a redução de custos do ensino superior e decorrente adoção de mecanismos de controle e intensificação do trabalho. E ainda formar e entregar para o mercado um contingente ampliado de trabalhadores diplomados.

O caráter econômico, que conforme a governamentalidade neoliberal, condiciona diversas práticas, faz com que a educação a distância deixe de ser apenas uma modalidade de educação e se torne sinônimo de uma fatia de mercado

bastante rentável para a indústria contemporânea de educação e comunicação. Neste sentido, a lente econômica passa a ser a força motriz da regulação do governo brasileiro e, por conseguinte, se estende para diversos campos sociais ao proporcionar a ampliação da prática de educação flexível no país (FOUCAULT, 2008b).

Portanto, a qualidade do ensino superior brasileiro empobrece por diversas razões: o aumento do número de vagas e a seleção menos rigorosa dos alunos; a lógica de muitas IES privadas é caracterizada pelo modelo empresarial/comercial baseado no lucro de curto prazo (SOUZA-SILVA; DAVEL, 2005). Neste caso, a educação a distância potencializa a conversão do processo educacional em prestação de serviços dirigido por orientações mercantis.

Embora o processo de trabalho acadêmico atual esteja fortemente ligado ao uso de novas tecnologias, vale ressaltar que este ponto não é um fenômeno novo nas universidades, de fato, os docentes sempre se muniram das tecnologias em sua atuação profissional. O quadro negro e o giz, por exemplo, foi uma importante ferramenta de compartilhamento de conhecimento durante anos, posteriormente acompanhado pelo retroprojetor. O processo de comunicação entre professores universitários alocados em regiões geográficas distantes acontecia por meio de cartas, o que demandava tempo para a logística de entrega e foi totalmente substituída pela comunicação digital que ocorre de maneira instantânea. Portanto, as tecnologias educacionais foram desenvolvidas em consonância com o histórico de disseminação de tecnologias de informação na sociedade capitalista, orientada para a eficiência nos processos, levando a uma rápida expansão quantitativa no acesso à informação e na capacidade de processamento em diversos campos, educação inclusive (ALLMER, 2018).

A educação a distância pode ser apresentada como um meio para promover a expansão e democratização do ensino, como um instrumento de transformação social. No entanto, modelos neoliberais aproximam a modalidade de uma produção industrial taylorista-fordista de educação, com características como racionalização, planejamento, padronização, mecanização, linha de montagem, divisão do trabalho, produção em massa, economia de escala, concentração dos recursos e centralização administrativa (PETERS, 2001). A concentração de matrículas na

modalidade a distância nas IES privadas está direcionada aos interesses mercantis e tem a capacidade de conferir maximização de lucros endossando as IES como um importante espaço de acumulação capitalista.

O ensino a distância, como forma de educação flexível, modifica a atuação de docentes sob a égide de autonomia profissional e reforça a governamentalidade neoliberal. A abordagem de que o ensino a distância oferece um trabalho a "qualquer hora" e em "qualquer lugar", livre das restrições de tempo e espaço, em que o trabalhador pode determinar os seus momentos, ritmo e lugares de trabalho (HOULDEN; VELETSIANOS, 2020) é uma ilusão legitimada no discurso neoliberal, dado que na prática, as interações online possuem horário fixo e os docentes são cobrados a realizar as conexões com uma estrutura adequada. Deste modo, o profissional pode trabalhar onde e quando quiser, desde que esteja atento para ficar plugado e em boas condições quase que de forma permanente a rede (GAULEJAC, 2007), portanto, assume riscos, decide, resolve problemas, suporta o estresse e investe em equipamentos para a execução do seu trabalho.

Esta flexibilidade apresenta proposição de valor, baseada em medidas de liberdade que caminham para um modo de subjetivação indireto na formação dos sujeitos autônomos. Em contrapartida, o ensino contemporâneo presencial e sobretudo a modalidade de ensino a distância, se inserem na lógica neoliberal de controle gerencial, ao agirem por meio de uma abordagem instrumental pautada na maximização de lucros e minimização de custos do trabalho acadêmico, o que reflete no gerencialismo e controle através do biopoder que encaminha à modificação das relações de trabalho (HOULDEN; VELETSIANOS, 2020).

A mudança de conceito sócio-histórico nas tecnologias de EAD tem implicações no processo educativo nas relações pedagógicas entre o aluno e todos os elementos que este fenômeno envolve, como a relação com os professores, com a tecnologia, com a organização do tempo. Deste modo, os dispositivos direcionam para o desenvolvimento da autonomia, iniciativa e flexibilidade tornando ativo o papel do aluno no processo de ensino-aprendizagem (BELLONI, 2009).

O uso das novas tecnologias de informação e comunicação na educação transformou a figura do professor. Neste sentido, o professor assume o papel de concepção de materiais didáticos. A divisão do trabalho proposta no modelo

industrializado de educação (PETERS, 2001) direciona a centralização de programas em grandes grupos empresariais que distribuem o material para todo o país com cursos sendo concebidos por um pequeno número de especialistas. Em adição, há um desdobramento da função docente na EAD e aparece a figura do tutor que é quem "orienta o aluno em seus estudos relativos à disciplina pela qual é responsável, esclarece dúvidas e explica questões relativas aos conteúdos das disciplinas" (BELLONI, 2009, p. 83). Esta função pode ser exercida por um trabalhador dedicado à atividade de tutoria ou ser acumulada pelo professor-tutor, modificando as relações de trabalho docente em atuação nesta modalidade.

A redução de custos relacionadas ao uso de tecnologias e as modificações das relações de trabalho que reduzem a folha de pagamento, aliadas a uma ampliação de receitas com a concentração de matrículas permitem uma maior acumulação de capital e desenvolvem um forte interesse econômico de grupos empresariais que, por conseguinte, iniciam o processo de fusão e aquisição de outras IES privadas, junto com a abertura de capitais em bolsas de valores, gerando uma ampliação ainda maior da concentração de capital nas mãos destes grupos empresariais formando oligopólios na educação privada (BITTAR, 2012).

Vale ressaltar que a apresentação de uma abordagem crítica não se opõe à educação flexível, mas pretende sugerir reflexões sobre este tema como objeto de estudo e ampliar o debate ao apresentar a educação flexível como um dispositivo a partir do uso de tecnologias de biopoder que oferecem regulação indireta nos processos de subjetivação. A compreensão destes processos se torna urgente no cenário atual, sobretudo após a pandemia do coronavírus que, dado a necessidade sanitária de isolamento social, reorganizou a vida capitalista e desorganizou e reorganizou a produção, o trabalho e a subsistência (ZANONI, 2021). A pandemia portanto, amplia as vulnerabilidades e desigualdades que caracterizam a vida capitalista neoliberal (MEZZADRI, 2022).

Com efeito, a pandemia tensionou o uso de tecnologias de informação e comunicação na educação como uma grande onda na operação da prática docente de forma remota em um primeiro momento. Logo, através da problematização e da reflexão crítica, é possível ampliar o debate e oferecer alternativas de forma criativa e justa para as relações de trabalho (BOZUKRT *et al.*, 2020).

3.3 SUBJETIVIDADE LABORAL: SUBJETIVIDADES DOCENTES E INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

O debate sobre subjetividade é um tema comum nos estudos organizacionais desde a década de 1950, os estudos derivam principalmente da psicologia social, da sociologia e antropologia e geram vasta literatura com diversas epistemologias sobre o tema (BROWN, 2015; CARRIERI, PAES DE PAULA, 2008). Uma agenda pós-moderna de estudos sobre subjetividade surge nesse espaço como um importante elemento para os estudos das relações humanas (BROWN, 2001). A abordagem adotada nesta tese sobre subjetividade é pós-estruturalista com base na análise proposta por Michel Foucault, ao considerar que os processos de subjetivação são fluidos e contínuos como resultado das relações de saber e poder historicamente situadas. A subjetividade é o ponto de conexão resultante da constituição dos sujeitos a partir dos discursos que os constituem e os tornam viáveis para a performance de manutenção das relações de poder e jogos de verdade que compõem a ordem do discurso hegemônico (FOUCAULT, 2003b).

O tema subjetividade desvela aspectos relacionados à interação social em um determinado momento histórico ao analisar as razões pelas quais diversos atores interagem com as organizações no exercício de papéis sociais frente às relações de poder e saber na apropriação do espaço das organizações como um espaço social (GOFFMAN, 1985). Neste sentido, a subjetividade no trabalho se refere a pessoas engajadas em formar, reparar, manter, fortalecer ou revisar as construções produtivas através de um senso de coerência e distinção (ALVESSON; WILLMOTT, 2002).

A conexão entre subjetividade e trabalho é estreita e auto-refletida através de categorias políticas que produzem e reproduzem relações de poder no exercício das profissões (JONES; STABLEIN, 2006). A subjetividade profissional é, portanto, o componente através do qual os profissionais dão sentido às suas vidas, exercem suas práticas de liberdade e o governo de si (PRATT *et al.*, 2006; REAY *et al.*, 2017; KYRATSI *et al.*, 2017). Deste modo, as organizações contribuem para os processos de subjetivação, sobretudo através do controle gerencial (ALVESSON;

WILLMOTT, 2002), mas não são determinantes para este processo, visto que, de posse do governo de si, os sujeitos podem assumir diversas subjetividades e problematizar os discursos circulantes nas organizações em que atuam ao resistirem, por exemplo, exercendo a parrhesia e o cinismo para desestabilizar as subjetividades legitimadas e propor novas formas de viver (FOUCAULT, 2004, 2011). Por exemplo, um número crescente de mulheres ocupando cargos gerenciais anteriormente ocupados por homens é capaz de perturbar a questão na masculinidade associada a cargos gerenciais (ALVESSON; WILLMOTT, 2002; SOUZA; BIANCO; JUNQUILHO, 2015).

Os conceitos de governamentalidade neoliberal e biopolítica são centrais na compreensão das relações de biopoder incorporadas nos processos de subjetivação no trabalho contemporâneo, neste sentido, as condições de flexibilidade do trabalho docente e da atuação no ensino a distância se tornam um objeto de pesquisa. Nesse contexto, a formação de subjetividades acontece de forma aberta, pois os sujeitos podem assumir o discurso empreendedor e contribuem para a formação, manutenção e fortalecimento do sujeito neoliberal (GIDDENS, 1991).

Em contrapartida, a produção de conhecimento heterogêneo permite desenvolver reflexões e práticas de liberdade que permitem o exercício do governo de si e da assunção de práticas de resistência ao encorajar a proposição de diferentes formas de organização e, por conseguinte, diferentes relações de trabalho (AHONEN *et al.*, 2014; SOUZA; PARKER, 2022). Em contraposição ao pensamento gerencialista como tecnologia de poder, a crítica francesa apresenta a problematização dos aspectos neoliberais relacionados ao trabalho (GAULEJAC, 2007) e a possibilidade do exercício das práticas de liberdade no governo de si.

Para se pensar a subjetividade dos docentes é necessário identificar o local de atuação profissional no qual se inserem. Foucault (1979) trata o ambiente escolar como um panóptico, ou seja, um espaço em que a vigilância e o controle se exercem por diversos lados por meio do poder disciplinar. Posteriormente, Foucault (2010) complementa seus escritos com as noções de governamentalidade neoliberal, biopolítica e biopoder no exercício de (re)construção de subjetividades no governo de si e dos outros. Portanto, duas questões são colocadas: como as relações de trabalho flexível avançam nos processos de subjetivação de docentes em atuação

na modalidade a distância? E quais consequências essas subjetividades trazem para o sistema de educação?

Explicitar as transformações do mundo do trabalho e do regime de verdades que as legitimam é necessário para definir em que novo contexto histórico nos situamos e qual o novo código moral que delinea o surgimento dos modos de subjetivação contemporâneos (NARDI, 2006; MILLER; ROSE, 2008). No contexto neoliberal, após a desregulamentação do trabalho, os sujeitos são vistos como capital humano no modelo flexível de educação, sobretudo no modelo de educação a distância adotado pelas universidades neoliberais, que se baseiam no argumento hegemônico de adaptação, autossuficiência e autonomia na contemporaneidade (HOULDEN; VELESTIANOS, 2020).

A subjetividade construída do trabalhador como empreendedor de si mesmo, polivalente, capaz de responder às exigências dinâmicas da produção, adaptável a mudança, ávido pelo risco e engajado nos ganhos de produtividade da empresa em busca por competição no mercado se torna mais evidente a partir das modernas práticas de gestão do trabalho neoliberal (GAULEJAC, 2007), associando insegurança e risco ao próprio exercício de liberdade, dado que o trabalhador é constituído pelo discurso empreendedor e contribui para a manutenção das relações assimétricas de poder tendo o viés econômico como fator importante de concentração, em detrimento de fatores relacionados à qualidade e as relações humanas, por exemplo (NARDI, 2006).

No contexto neoliberal, as universidades, as fábricas e escritórios procuraram regular os sujeitos nos meios onde vivem, trabalham, consomem e socializam os indivíduos a se comportarem como "funcionários autônomos" idealizados (COVALESKI *et al.*, 1998; GERSHON, 2011). Os sujeitos contemporâneos se vendem como propriedades autônomas no mercado. No entanto, em uma sociedade orientada para o mercado, a subjetividade desejada do sujeito é cada vez menos fruto de sua autonomia, e mais fruto da legitimação do discurso hegemônico que gerencia diversos aspectos de sua vida como partes de uma empresa: sua personalidade, relações, saúde e estilo de vida, reproduzindo jogos de verdade orientados para a manutenção das relações assimétricas de poder (MARAVELIAS, 2020).

Desta forma, o trabalhador de um lado precisa ser pró-ativo, dinâmico, adaptável a mudanças e manter um distanciamento de seus colegas para executar as tarefas primordialmente em detrimento de estabelecer laços sociais. De outro lado, os laços humanos se tornaram frágeis e facilmente solúveis, as relações interpessoais pouco sólidas, as relações com o trabalho se tornam fracas, o foco das ações é de curto prazo, a insegurança em relação a vida e a busca por uma subjetividade no trabalho é algo constante. Esta busca constante pela subjetividade no trabalho é constituída por mecanismos de biopoder que produzem discursos e constituem dispositivos como as técnicas de controle gerencial, por meio das quais os trabalhadores são administrados como sujeitos econômicos ativos, produtivos e auto direcionados ao neoliberalismo (MOISANDER, 2018).

No âmbito organizacional os sujeitos criam espaços calculados para a maximização da produção, redução de desperdício e reestruturação de atividades não eficazes em termos de custo a partir da responsabilização dos trabalhadores pelos riscos e custos associados à sua atuação, incorporada na lógica empreendedora (CLEGG *et al.*, 2002; MACKENZIE *et al.*, 2020). A perspectiva neoliberal demonstra um aumento nas jornadas de trabalho, na regulamentação do trabalho remoto e a menor distinção entre a vida pessoal e o trabalho (MUNRO, 2012; FLEMING, 2014; MACKENZIE *et al.*, 2020).

Clarke e Knights (2015) demonstram como professores de escolas de negócios do Reino Unido, inseridos na cultura neoliberal são submetidos a tecnologias de biopoder e assumem uma identidade empreendedora na busca de atender a jogos instrumentais e concorrenciais como resposta às demandas do gerencialismo para desenvolverem suas carreiras. Ao atuarem em regimes de trabalho cada vez mais intensos, os docentes direcionam suas energias para a maximização do potencial de suas carreiras, se inserindo no regime de verdade que os constituem e direcionam a um novo processo de subjetivação, que contribui para a erosão dos valores tradicionais da universidade.

As relações de poder e saber são colocadas pelo gerencialismo na sujeição a medidas de desempenho, o que leva, além do controle externo, ao desenvolvimento de técnicas de autodisciplina (FOUCAULT, 2004; GIDDENS, 1991). Por conseguinte, os docentes se tornam sujeitos reprodutores de subjetividades legitimadas no

discurso hegemônico e reprodutoras das próprias práticas através das quais foram constituídos, principalmente no setor privado, ao valorizarem a adaptabilidade, a mobilidade e a assunção de riscos calculados para permanecerem na carreira docente. No setor privado existem amplas assimetrias de poder, há pouco espaço para a problematização e o questionamento passa a ser visto apenas como reclamação e perguntas inoportunas com relação às práticas. Aqueles que buscam exercer o pensamento crítico são estigmatizados em favor daqueles que se calam e adotam o consenso às práticas apresentadas pela direção na lógica capitalista de busca do lucro em um espaço anteriormente livre dessa influência (ALCADIPANI, 2011).

Trata-se de um dilema ético para os docentes ao atuarem no cuidado de si frente aos regimes de verdade produzidos (FOUCAULT, 2004). Outrossim, para Foucault (2004) não se trata de se liberar deste poder, mas de adquirir as regras de direito, do *ethos*, do governo de si, que os permitirá jogar os jogos de verdade em busca de reduzir as assimetrias de poder.

Os acadêmicos, sobretudo de instituições privadas e em atuação no modelo de educação a distância estão inclinados a cumprir formatos prescritos ou se conformam com as demandas de cultura de desempenho em busca das recompensas potenciais (CLARKE; KNIGHTS, 2015), como por exemplo: i) Lecionar disciplinas nas quais não possuem ou possuem pouco domínio do conteúdo; ii) Atuar sem autonomia a partir de conteúdo previamente determinado; iii) Submeter às avaliações a serem aplicadas aos alunos para aprovação prévia da coordenação para análise dos conteúdos que serão cobrados aos alunos (SILVA; LOURENÇO, 2018). Com efeito, os acadêmicos tendem a cumprir os julgamentos normalizados produzidos hierarquicamente e se automonitoram, em vez de resistir, para a realização das entregas de manutenção do discurso de professor empreendedor.

A subjetividade hegemônica legitimada pelas relações de trabalho pautadas no mercado e no regime de acumulação atua para reproduzir estes discursos, no entanto, os sujeitos têm potencial de realizar o governo de si e desenvolver suas ontologias na busca de viver ao lado do *ethos* dominante, como uma forma de atuação ética e estética de reconhecimento das relações de poder para, na

sequência, assumir o papel de problematizador e propositor de formas de existir particulares (FOUCAULT, 2004; CLARKE; KNIGHTS, 2015).

Em adição ao dilema ético dos docentes, temos de um lado a oferta de desenvolvimento de carreira, *status* e retorno financeiro na expressão da identidade empreendedora e de outro a atuação conforme os ideais de atuação na investigação dos fenômenos e contribuição para a formação integral dos alunos na expressão da identidade catedrática. Entretanto, a divisão binária de docentes contemporâneos (empreendedores) e tradicionais (catedráticos) apresenta um contraste às ideias apresentadas nesta tese e são pouco propositivas na construção de um espaço de exercício ético e estético do governo de si. A produção de novas formas de organização e do estímulo de diversas práticas de subjetividade fora do *mainstream* possibilita a problematização e conseqüente exercício alinhado às práticas de si (SOUZA; PARKER, 2022).

No entanto, para desafiar o regime de verdades, realizar a expressão de seus trabalhos na aquisição de espaço para a apresentação de suas ideias é necessário que os docentes se insiram, de certa maneira nesta lógica (FOUCAULT, 2004), compreendendo os modelos prescritos e emular a identidade legitimada da cultura performativa que se critica para criar espaços de debate e estimular a reflexão sobre o gerencialismo e o direcionamento das subjetividades profissionais. Desta forma, o exercício ético do cuidado de si representa uma forma de resistência frente às assimetrias de poder derivadas dos regimes gerenciais de dentro do próprio campo.

A formação da subjetividade profissional de docentes em atuação na modalidade a distância em IES privadas decorre sobretudo de três pontos. O primeiro se refere a governamentalidade neoliberal, que altera o sentido social do trabalho docente e o aproxima da noção de prestação de serviços direcionados aos interesses dos clientes, o segundo se refere às relações de saberes que os constituem, constituem suas subjetividades laborais e são reproduzidos nos cursos de administração e a terceira se refere à modificação das relações trabalhistas decorrentes das reformas político-econômicas com impactos nas relações de trabalho, que serão abordados nas próximas seções.

3.4 OS SABERES QUE CIRCULAM NA REPRODUÇÃO DOS JOGOS DE VERDADE: OS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO

No regime neoliberal, o mercado se torna o lugar de verificação que através de mecanismos indiretos norteia as relações de saber e poder circulantes que constituem os processos de subjetivação e, por conseguinte, a subjetividade no trabalho. O entendimento dos saberes hegemônicos na área de administração é importante para a análise da subjetividade dos docentes dos cursos superiores em administração na modalidade a distância. Nesta seção aprofundo a noção dos jogos de verdade e os saberes valorizados e reproduzidos na universidade neoliberal, sobretudo nos cursos de administração em EAD e o uso dos saberes como mecanismo de execução do poder ao cuidar de si.

A constituição dos saberes não é externa às relações de poder, mas ligadas a elas como uma trama complexa, em que o poder alinha formas distintas de saber e o saber reproduz determinados efeitos de poder em um ciclo que se retroalimenta (FOUCAULT, 1997). Deste modo, é possível se reproduzir os discursos hegemônicos através da aleturgia e dos jogos de verdade, mas também romper com estes discursos, na problematização e na recusa de naturalização através do exercício das práticas de liberdade e da parrhesia (FOUCAULT, 2011). Portanto, não há uma verdade para ser seguida ou buscada através do conhecimento, mas uma relação de forças que é algo relativo e está em constante mudança, conforme as diversas construções históricas.

As universidades contemporâneas, inseridas no modelo de reprodução neoliberal são assombradas pelo fantasma das práticas capitalistas em que diferentes instituições ao redor do mundo, através de técnicas gerencialistas na busca de eficiência produtiva, se direcionam para a produção de conhecimentos semelhantes (KOCIATKIEWICZ; KOSTERA; ZUEVA, 2021). As matrizes curriculares dos cursos de administração são campo fértil para a reprodução de subjetividades derivadas dos saberes hegemônicos, sob a égide da formação profissional e inserção no mercado de trabalho, que retroalimenta esse sistema e o condiciona. Estudos sobre as universidades neoliberais têm recebido crescente atenção nos estudos críticos de gestão na análise da valorização de saberes que pressionam a realização de determinadas pesquisas em detrimento de outras mais reflexivas, na

formação de estudantes para atender os interesses mercadológicos, no uso de linguagem padronizada no idioma inglês no direcionamento de publicações para determinadas revistas científicas (BOUSSEBAA; TIENARI, 2021).

Os acadêmicos são encorajados a seguir os jogos de verdade para sobreviver no ambiente acadêmico cada vez mais competitivo, e desencorajados a se envolver em práticas e pesquisas que não reafirmam o contexto neoliberal. Forças institucionais encorajam publicações instrumentais ao passo que, em contradição, os pesquisadores de estudos críticos de gestão são forçados a operar na universidade contemporânea, mesmo possuindo olhares epistêmicos como a não-performatividade, desnaturalização e reflexividade (BUTLER; SPOELSTRA, 2020). Estes pesquisadores da linha crítica, sobretudo na área de administração, vivem em constante insegurança na manutenção de seus empregos (CLARKE; KNIGHTS, 2014).

Os saberes hegemônicos do curso de administração, manifestados através de seus currículos, contribuem para a construção da subjetividade laboral neoliberal, perpetuando as relações capitalistas (CONTU, 2009). Os currículos do curso superior de administração não indicam explicitamente que se constrói sob pressupostos capitalistas. Eles estão fortemente presentes, mas não são evidenciados (KOCIATKIEWICZ; KOSTERA; ZUEVA, 2021). Em contrapartida, os círculos críticos oferecem este olhar para o debate, ao trazerem o escrutínio do capitalismo para os currículos como assunto e objeto de análise, evidenciando-o e problematizando-o como um sistema socioeconômico que sustenta a maior parte das teorias contemporâneas no campo da administração. Ao trazer este assunto à tona é possível oferecer aos cursos de administração a oportunidade de problematização e reflexão para a proposição de diferentes práticas convergentes com a circulação de poder a partir da inclusão de importantes aspectos dos saberes da administração como a questão ambiental, a inclusão e a justiça (PARKER, 2018).

No caso de docentes em atuação no curso de administração na modalidade a distância, estes profissionais são constituídos por um conjunto de saberes que são valorizados, reproduzidos e afetam toda uma série de processos sociais, políticos e econômicos ligados às práticas de poder. Na prática de ensino, os docentes são atores importantes na formação de futuros administradores, portanto, a valorização

de determinadas disciplinas na dimensão técnica em detrimento de disciplinas inseridas em outras está ligada às estruturas de poder e de verdade. Ora, o ensino de administração deve se resumir a dimensão técnica? E a dimensão política e social? Capazes de promover a formação integral do aluno e orientar a entrega de profissionais reflexivos em sua atuação profissional (SOUZA, 2013).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de graduação em administração (BRASIL, 2021) sugerem a orientação dos discentes para formação de um administrador com um perfil voltado para: a) valorização da responsabilidade social, de ética e do aperfeiçoamento contínuo; b) uma visão humana, interdisciplinar e global; c) uma formação técnico científica e d) uma capacidade empreendedora e crítica. Neste sentido, a problematização dos saberes valorizados no campo da administração como as estruturas curriculares, as disciplinas valorizadas e desvalorizadas, as teorias utilizadas no ensino é uma forma de trabalhar tanto questões epistemológicas sobre os estudos organizacionais quanto ontológicas ao permitir que os docentes exerçam um papel ético em busca da manutenção da circulação de poder, tendo a universidade como um local de livre trânsito de ideias como na universidade tradicional.

Não resta dúvida que tal perfil requer um certo grau de sofisticação com atuação de professores diferenciados, com preparação técnica, científica, cultural, pedagógica, didática e humana (SOUZA-SILVA; DAVEL, 2005). Não um mero instrutor ou transmissor de conhecimentos isolados e sim um profissional que esteja constantemente refletindo sobre sua prática docente, sendo capaz de contribuir para a formação integral do aluno, na ampliação de sua capacidade de pensar criticamente, criativamente e de forma contextualizada.

Há uma interdependência entre as relações de reprodução de saberes na EAD e a vida econômica na dinâmica neoliberal. O trabalhador que o discurso hegemônico demanda é aquele com perfil de competências múltiplas, altamente qualificado, flexível, versátil, capaz de atuar em diversas áreas e solucionar problemas complexos. Consolida-se, assim, uma educação profissional mediada por tecnologias e subordinada aos interesses da governamentalidade neoliberal. A educação a distância privilegia a economia de tempo e a entrega de materiais o mais resumido e formatado possível para direcionar a uma formação por

competências, de forma flexível, auxiliando os alunos a se conduzirem como empreendedores (LAVAL; DARDOT, 2016). A própria distribuição do conteúdo a ser estudado é realizada em um grande menu oferecido por instituições produtoras e distribuidoras de materiais em que o aluno, na gestão do seu processo de ensino e aprendizagem, fica responsável pela construção de sua formação à *la carte* na compra de módulos, atuando como um sujeito ativo autodirecionado na escolha e formação de seus estudos (BELLONI, 2009). No entanto, este processo de escolha é limitado, visto que, embora os alunos possam optar pela compra de módulos, muitas IES entregam conteúdos pré-formatados.

Os modos de aprender mais autônomos e flexíveis geralmente são estanques e voltados para a construção de conhecimento ligado a uma experiência concreta, tanto na educação na modalidade física quanto virtual, em contraposição a transmissão de conhecimentos abstratos e direcionados à emancipação, frequentemente praticados nas universidades (BELLONI, 2002). Desta forma, a escolha dos saberes que serão valorizados e o direcionamento do aluno passa pela tentativa de manutenção do discurso neoliberal.

No setor privado, as escolas respondem a questões de utilidade mercadológica sobretudo, sem muita reflexão crítica, formando não o profissional competente e criativo, como seria desejável conforme o conceito de universidade, mas um aluno consumidor e reproduzidor da lógica neoliberal (BELLONI, 2002). Deste modo, a EAD pode cair na armadilha de generalização do acesso à informação, que tende a vulgarizar a ciência, promover *fake news* e divulgar agendas políticas que tentam capturar a subjetividade e transformar os sujeitos em reprodutores dos discursos circulantes, sem exercer o exercício ético do cuidado de si a partir da problematização e da reflexão crítica (BELLONI, 2002; FOUCAULT, 2004).

3.5 AS RELAÇÕES DE TRABALHO DOCENTE NO BRASIL: A PEJOTIZAÇÃO DO TRABALHO ACADÊMICO

A implantação de políticas neoliberais no Brasil, apesar do controle da inflação, ampliou as desigualdades sociais em decorrência de altas taxas de

desemprego no início dos anos 90. A globalização, elemento que acirra a competição, com conseqüente queda na lucratividade, potencializa as relações neoliberais, ao mesmo tempo que acelera os ganhos de capital e a especulação financeira, diversifica investimentos, concentra e centraliza riqueza e derivam na subordinação de economias periféricas como o Brasil às instituições financeiras internacionais (DRUCK, 1999; NARDI, 2006). Esta subordinação está atrelada a imposição coercitiva de pacotes de medidas neoliberais implantadas nos países que fazem parte da Organização Mundial do Comércio (OMC), sobretudo para os países que dependem de acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em função da rolagem da dívida externa. Estes pacotes incluem a desregulamentação das relações de trabalho e a reforma do Estado (NARDI, 2006).

A transformação do papel do Estado na regulação dos mercados de forma indireta, neste projeto, analisada sob a ótica das relações de trabalho, traz como conseqüência a redução de garantias sociais e direitos trabalhistas. Nesse contexto, Soros (1998) apresenta uma crítica à governamentalidade neoliberal ao afirmar que a desregulamentação baseada no fundamentalismo do mercado não considera interesses coletivos da sociedade e valores sociais.

O modelo de relações de trabalho desregulamentado, justificado no discurso neoliberal de aumento da eficiência das empresas e conseqüente ampliação de competição no mercado converteu o modelo de grandes plantas industriais com disciplina fabril e poder disciplinar, ampla hierarquia, autoritarismo e opressão, mas que ofereciam uma situação de salários fixos, contratos de duração indeterminada com possibilidades de progressão funcional e negociação coletiva em empresas enxutas, reguladas indiretamente pelo Estado com a formulação de leis que permitem novas e precárias relações de trabalho como contratos flexíveis, temporários, com variação de remuneração, *home office*, negociação individual, o trabalho parcial, o trabalho temporário, subcontratação e terceirização (NARDI, 2006).

Este novo modelo, iniciado na década de 1970 nos países desenvolvidos e na década de 1990 nos subdesenvolvidos, chamado de reestruturação produtiva, se baseia na conversão do regime de acumulação taylorista-fordista pautado na integração no estudo de tempos e movimentos para a ampliação da eficiência

produtiva nas empresas enxutas com a horizontalização, as práticas de reengenharia, o *downsizing*, a terceirização do processo produtivo, a virtualização das organizações e da conversão do trabalho mecanizado para o regime de acumulação flexível (PAES DE PAULA, 2002; NARDI, 2006). Desta forma, as organizações tradicionais, que tinham modelos rígidos de produção, foram substituídas por formas mais adaptáveis e flexíveis (HARVEY, 1989), amparadas pela flexibilização da legislação trabalhista, que possibilitou novas formas de contratação a partir da desregulamentação do trabalho.

A desregulamentação das relações de trabalho é uma tendência de redução do número de trabalhadores centrais da empresa e, em contrapartida, de aumento nas formas de trabalho flexível. No Brasil, o pacote de medidas que levam ao aprofundamento da flexibilização do trabalho podem ser evidenciadas pela Lei nº 6.019, que trata sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas (BRASIL, 1974), atualizada a favor da maior flexibilização do trabalho pela Lei nº 13.429, permitindo a contratação de trabalhadores terceirizados para atuação nas atividades-fim das empresas (BRASIL, 2017b); pela Medida Provisória nº 2.164-41, que dispõe sobre o trabalho a tempo parcial (BRASIL, 2001a). A própria Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu artigo 7º, abre a possibilidade de se flexibilizar as relações de trabalho, quando destaca no inciso VI que a irredutibilidade do salário é um direito dos trabalhadores, salvo a disposição em convenções e acordos coletivos, que ocorrem conforme as relações entre empregadores e trabalhadores.

Para Singer (1998) as políticas neoliberais tornam a condição de pleno emprego uma utopia e têm por objetivo estrutural a retomada da taxa "natural" de desemprego do ponto de vista macrossocial, deste modo, as transformações nas relações de trabalho decorrentes da desregulamentação e suas consequências sociais não indicam uma mudança na forma de trabalho do ponto de vista microssocial, mas a condenação à miséria de grande parte da população mundial, sobretudo em países periféricos devido os efeitos da globalização econômica. Os novos dispositivos do trabalho, a partir da valorização do mercado, reduzem a questão do trabalho e a fazem desaparecer como questão social, como problema econômico, político e como categoria sociológica. No entanto, não enfrentar a questão do debate das relações de trabalho é se deixar capturar pela

governamentalidade neoliberal que transforma o sujeito em capital humano, em material flexível, adaptável e pronto para atender em tempo real às necessidades produtivas da economia em detrimento do seu exercício de si.

Nardi (2006) resgata o trabalho como elemento estruturador das relações sociais que atua na formação de subjetividades ao analisar o trabalho como função de integração e manutenção da coesão social. Isso provoca mudança nas relações entre subjetividade, trabalho e ética. O estudo da sociedade a partir das relações de trabalho permite explicar as formas de estruturação da sociedade moderna e sua dinâmica. A visão do trabalho como um mecanismo de coesão social identifica o trabalho como um meio do homem atuar na sociedade e se realizar pessoal e profissionalmente com base nas imposições das construções sociais impostas pelos dispositivos de poder que atuam nos processos de subjetivação. No entanto, para Foucault, o trabalho não faz parte da essência humana *per se*, pois o homem não possui essência, logo, posto que o trabalho não é um elemento natural para o homem, o que leva o sujeito a trabalhar são as construções histórico, social, econômico e politicamente construídas (SOUZA, 2014a; NARDI, 2006).

A reestruturação produtiva, somada ao cenário econômico e político brasileiro da década de 1990, acarretaram em alterações nas formas de subjetivação pelo trabalho (NARDI, 2006). As mudanças decorrentes do processo de globalização como a difusão tecnológica aliada a corrosão das garantias sociais provocam transformações na vida do trabalhador e os submete a uma situação de vulnerabilidade. A experiência adquirida por anos de prática, por exemplo, pode ser desqualificada a cada inovação introduzida no trabalho acarretando em relações mais instáveis e em desemprego. As relações de trabalho neste cenário se tornam imprevisíveis e arriscadas do ponto de vista do trabalhador (NARDI, 2006; MOISANDER, 2018).

O trabalho mediado pelo uso das tecnologias, oriundo das transformações digitais da nova ordem econômica propõe uma divisão do trabalho dual, formada por “aqueles que têm as possibilidades de serem atores das transformações tecnoeconômicas e do outro aqueles que a nova economia não menciona” (NARDI, 2006, p. 60). No Brasil, essa divisão acarretou em desarmonia social, concentração

de renda e o aumento do contingente de supranumerários, quadro agravado pelo subemprego e falta de regulamentação política e social (NARDI, 2006).

A flexibilidade decorrente da reestruturação produtiva assume duas formas nas relações de trabalho. De um lado, expande a produção e simplifica o trabalho ao automatizá-lo em decorrência do desenvolvimento tecnológico na medida em que o trabalhador não realiza a produção de determinado produto de forma integral, mas aperta um botão que aciona a máquina responsável pela produção automatizada, tornando-se alienado. E de outro lado torna o trabalho mais complexo, na medida em que a compreensão do trabalhador nas diversas atividades é superficial e a identificação com o trabalho se torna mais fraca (SENNETT, 2011). Deste modo, as organizações se valem da possibilidade de contratar trabalhadores com salários inferiores para exercer a função de acionamento das máquinas responsáveis por executar as tarefas ou da terceirização através da contratação de profissionais prestadores de serviços.

A atividade do docente não ficou imune a estas transformações do mundo do trabalho, na medida em que são inseridos no discurso hegemônico e vistos como capital humano, empreendedores de si, responsáveis por gerenciar seus próprios riscos e tomar decisões de custo-benefício em relação a seu comportamento. A decadência nas condições dos trabalhadores, de acordo com Nardi (2006) é devido à falta de opção e a inércia dos trabalhadores em resistir, tanto dos movimentos coletivos através dos sindicatos quanto do Estado frente às pressões de pacotes de medidas internacionais para a desregulamentação das relações de trabalho.

A modificação das relações de trabalho dos docentes no ensino superior de administração na modalidade a distância, sobretudo no setor privado, se dá de forma expressa como a contratação temporária de docentes, o trabalho parcial, na contratação de docentes horistas que ignoram os planos de carreira, reduzindo a remuneração docente ao tempo trabalhado, além da carga de trabalho ampliada com o aumento da carga horária real e extraclasse, o aumento do número de alunos por docente, o incremento e/ou diversificação de tarefas administrativas a serem cumpridas, a submissão dos docentes a sistemas avaliativos, a intensificação do trabalho com base na produtividade em aulas ministradas, orientações em andamento ou concluídas e publicações em periódicos, a constante insegurança e o

medo do desemprego. Em adição, o docente constituído pelos jogos de verdade neoliberais e da identidade autônoma e empreendedora, oferta sua força de trabalho em mais de uma instituição de ensino para compor seu salário e atua em jornadas estendidas em detrimento de sua saúde física e emocional (BOSI, 2007; GAULEJAC, 2007).

(...) professor-caixeiro-viajante que, desnutrido física e intelectualmente, ganha o seu pão itinerantemente, em diferentes cidades às vezes, sem tempo de se atualizar e de se dedicar, minimamente à pesquisa e reflexão; verdadeiros zumbis vomitando conhecimentos obsoletos e, frequentemente, errôneos ou viciados (LEITE, 1980, p. 16).

Este cenário das práticas dos docentes pode refletir no bem-estar mental dos trabalhadores, a partir da geração de terror como violência simbólica. Sentimentos de vergonha, raiva, fracasso, perda de autoconfiança, depressão clínica, esgotamento e tendência suicida tornando o trabalho universitário um espaço fechado, ansioso e defensivo (GAULEJAC, 2007). Alguns pontos como a nomeação de funcionários temporários com menor remuneração, o aumento no nível de estresse, a substituição de cargos efetivos, tornam as subjetividades acadêmicas ainda mais inseguras e frágeis (JONES *et al.*, 2020). O nível de toxicidade em muitas universidades as levou a serem descritas como "máquinas de ansiedade" (McCANN *et al.*, 2020).

O desenvolvimento tecnológico evidencia uma série de sofrimentos físicos e psíquicos: o desenvolvimento de novas competências relacionadas à tecnologia, a adaptação das aulas para outro formato, a conversão do conteúdo tornando-o mais dinâmico, a ansiedade pela possibilidade de falha de internet, falta de luz, a criação de vínculo com os alunos no ambiente virtual, os custos financeiros relacionados ao trabalho que são incorporados pelo docente como internet e eletricidade, o ambiente de trabalho em home-office muitas vezes não adaptados para jornadas muito longas, que podem ocasionar dores físicas (IRIGARAY, 2020).

A insegurança na atuação de docentes na modalidade a distância pode assumir uma forma ainda mais dramática pelo fenômeno da contratação de docentes por projeto para o desenvolvimento de material didático, gravação de vídeo e execução de aulas isoladas (ALLMER, 2018), geralmente realizados através de

contratos autônomos em que a remuneração está associada a entrega do produto, no entanto, o tempo de preparação do material não é adequadamente compensado.

A lógica neoliberal cria e transforma os modelos de negócios e, por conseguinte, as relações de trabalho. A empresa Uber apresenta um modo particular de atuação a partir da tecnologia e da conectividade ao desenvolver uma plataforma digital que conecta os clientes que demandam por transporte urbano aos prestadores de serviço de transporte automobilístico. Esta empresa difere de seus concorrentes ao oferecer "vantagens" tanto aos clientes como corridas gratuitas, descontos, preços mais acessíveis em relação aos táxis convencionais, pagamento lançado no cartão de crédito do passageiro, acompanhamento do percurso através de GPS, atendimento diferenciado quanto aos motoristas com gratificações, remuneração no curto prazo, bônus por indicação de novos condutores, ausência de chefe, liberdade de horário e autonomia no desbravamento das cidades. Sob a ótica neoliberal esta prática é estimulada em processos de incubação de *startups* relacionadas à economia colaborativa, que reúne consumidores a ofertantes de serviços e vista como uma solução frente aos níveis de desemprego dado o seu potencial de absorção de mão de obra não inserida no mercado formal (FONTES, 2017; FRANCO; FERRAZ, 2019)

No entanto, é preciso analisar o nascimento e desenvolvimento destes modelos de negócios de maneira crítica sob a ótica da autonomia e maior controle do prestador de serviço. A nova mediação das relações de trabalho na qual o trabalhador não possui vínculo empregatício sob a égide do empreendedorismo, levando o trabalhador a assumir a responsabilidade e os riscos pelos principais meios de produção da atividade produtiva ao dispor do automóvel, seguro do veículo, carteira nacional de habilitação para o exercício de atividade remunerada, do celular, pacote de dados móveis de internet, enfim, de todos os meios físicos para a execução da atividade, incluindo doces para "encantar" os clientes como água e guloseimas.

Para descrever este fenômeno neoliberal e seus impactos surge o termo "uberização das relações de trabalho" (FONTES, 2017). Nestas relações, o gerencialismo, além de estar pautado no empreendedorismo, na descentralização e no autocontrole, é repassado para o consumidor extrapolando o controle panóptico

dos limites das empresas para a atuação social ilimitada através dos consumidores. Neste cenário de relações de trabalho flexíveis, o trabalhador é autônomo, mas a empresa define as metas e oferece punições caso não a alcance, demonstrando a assimetria nas relações de poder e a assunção de risco pelos trabalhadores, combinando insegurança, incerteza, competição, exercício profissional em longas jornadas e consequente sequestro de tempo e da subjetividade do trabalhador (FRANCO; FERRAZ, 2019).

Sennett (2006) analisa o fenômeno da globalização sobre a circulação global do dinheiro em analogia à crise de Bretton Woods em 1973 em que novos capitalistas buscavam investimentos de curto prazo. Mais tarde, a especulação e o preço das ações começaram a substituir o lucro como objetivo das empresas modificando mais especulativa e flexível em diversos segmentos como finanças, seguros, imóveis, mídia, comunicações e alta tecnologia. Neste cenário, as trocas de curto prazo substituem os relacionamentos de longo prazo construindo dispositivos que desenvolvem a subjetividade do trabalhador em busca de se encaixar nos novos jogos de verdade. Os trabalhadores têm que abandonar as noções de estabilidade do emprego e tornar-se flexíveis, inseridos em uma economia global em constante mudança.

As transformações estruturais relacionadas à produção flexível tiveram um efeito sobre as condições de trabalho, práticas e relações dos sujeitos em diversos segmentos e resultam na intensificação do trabalho, na extrapolação do trabalho para a vida pessoal, na precarização e auto-exploração. Embora as experiências de trabalho em outros setores, como as indústrias de serviços, a compreensão sobre as subjetividades e identidade profissional no meio acadêmico, inclusive nos modelos de educação flexível a partir do modelo de atuação remota na educação a distância são pouco exploradas (GILL, 2014).

As universidades não estão blindadas a esse fenômeno. Hall (2016) analisa este fenômeno na educação no livro *Uberização da universidade* e apresenta como o neoliberalismo consegue avançar mesmo após a crise de 2008 com programas de privatização e desregulamentação utilizando a teoria do capital humano que encoraja os sujeitos a agirem de maneira empreendedora e autônoma, o que abre espaço para a precarização do trabalho com privação de direitos trabalhistas e

garantias de seguridade social. Soma-se a esses fatos a extrapolação a sobrecarga de trabalho docente com uma grande quantidade de e-mail de estudantes, colegas docentes e administrativos para processar e a assunção de diversas turmas para se manter competitivo no mercado, levando a jornadas de trabalho muito intensas e confusão entre o tempo de trabalho e tempo livre, dado que o docente recebe notificações e acionamentos em diversos horários (ALLMER, 2018).

Em analogia com as práticas das empresas Uber e Airbnb as universidades mergulham no modelo de educação a distância em um "Air School" ou um "Uber MBA" e apelam para o status de "seu motorista/professor particular" e "estude a um preço menor do que você conhece no mercado" para o empreendedorismo e a liberdade com "estude quando puder" e "faça um curso superior sem se deslocar para o ambiente universitário" e para criar uma atmosfera intimista e funcional com "abra um mundo de possibilidades", "estude de casa" e "acesse conteúdo extra sem nenhum esforço" para captar alunos e competir em um mercado em expansão nas últimas décadas, mas próximo da saturação (WOOD JR, 2016).

Irigaray (2020) apresenta o conceito de *yout(uber)ização* das atividades docentes, adicionando elementos ao conceito de uberização do trabalho, conforme a atuação docente mais contemporânea na cena neoliberal, que tensiona o fenômeno de modificação do trabalho, potencializado a partir da externalidade de importância global em decorrência da pandemia do coronavírus, normalizando o sequestro das garantias formais dos trabalhadores, a redução unilateral de jornadas de trabalho e de salários, o trabalho temporário e a pejetização, abordada com mais profundidade no parágrafo abaixo. A necessidade de rápida adaptação das atividades com o uso de aparatos tecnológicos e mídias digitais redesenham as atividades docentes. Retomando as reflexões de Alcadipani (2011) o professor prestador de serviços é responsável por oferecer conteúdo e manter o aluno-cliente atento, com a câmera aberta e participando, mas precisa se preocupar em não estender sua fala e entediar a audiência.

A pejetização é uma forma de contratação flexível em que "a empresa contratante exige do trabalhador, pessoa física, que este constitua uma pessoa jurídica" (ORBEM, 2016, p. 144) para a execução de uma prestação de serviços. É uma modalidade de externalização das atividades da empresa na contratação ou

manutenção de postos de trabalho sem a incidência de direitos trabalhistas. A Lei Nº 11.196 (BRASIL, 2005), chamada Lei do Bem, prevê em seu artigo 129:

Para fins fiscais e previdenciários, a prestação de serviços intelectuais, inclusive os de natureza científica, artística ou cultural, em caráter personalíssimo ou não, com ou sem a designação de quaisquer obrigações a sócios ou empregados da sociedade prestadora de serviços, quando por esta realizada, se sujeita tão-somente à legislação aplicável às pessoas jurídicas, sem prejuízo da observância do disposto no art. 50 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil (BRASIL, 2005, p. 33).

A realização de contratos de prestação de serviços dessa natureza foi, portanto, regulamentada pelo Direito Civil para a contratação de trabalhadores na prestação de serviços intelectuais através da pessoa jurídica, com a proposta de haver incentivo fiscal tanto para os trabalhadores quanto para os contratantes (ORBEM, 2016). No entanto, esta prática não era regulamentada pelo direito do trabalho até a reforma trabalhista através da Lei Nº 13.467 (BRASIL, 2017c), que ofereceu mais aparato legal para o aparecimento de contratos autônomos em diversos setores, educação inclusive, fortalecendo o discurso da pejetização na educação permitindo que uma pessoa jurídica preste os mesmos serviços anteriormente realizados por um trabalhador em regime de CLT (GEMELLI; CLOSS; FRAGA, 2020).

Os recentes dispositivos legais ampliam a possibilidade da contratação de pessoas físicas como pessoas jurídicas através de contratos de profissionais autônomos. Este discurso oferece imensa vantagem aos empresários, em detrimento do trabalhador. Para os empresários, a contratação de pessoas migra do setor de recursos humanos para o setor de compras da empresa, alterando o caráter da contratação de uma relação trabalhista para uma relação comercial de prestação de serviços repassando os riscos do contratante para o contratado, além de se isentar do pagamento dos encargos trabalhistas como a contribuição de 20% para o INSS sobre a folha, a alíquota de 8% referente ao FGTS para o Sistema "S", nem a indenização de 40% sobre o total dos valores depositados no momento da rescisão contratual.

Já os trabalhadores autônomos assumem todos os custos e riscos relativos à manutenção desse contrato de trabalho, com o pagamento dos custos da pessoa jurídica como pagamento de impostos, emissão de notas fiscais, administração contábil, por exemplo, além de realizar a prestação de serviço de forma ininterrupta por 12 meses do ano, dado que uma vez pejetizado, o profissional não goza do direito trabalhista de férias, nem do décimo terceiro salário. Além de que, ora, se não há pagamento de salário e sim de uma guia de pagamento a fornecedor, não há reajuste salarial nem obrigação de pagamento de aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço (ORBEM, 2016).

Para se tornar um pejeta, o docente deve realizar o registro em cartório civil ou comercial para constituir uma pessoa jurídica e obter um número de Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Deste modo, poderá prestar serviços educacionais como um trabalhador autônomo regulamentado como um Microempreendedor Individual (MEI) e emitir uma nota fiscal de serviços ao invés de um Recibo de Pagamento a Autônomo (RPA) sem a incidência de direitos trabalhistas (ORBEM, 2016). A ideia de terceirização remete a um trabalho não especializado, pouco remunerado e facilmente substituído, até antes da reforma trabalhista, distinto da atividade fim da empresa. Esta prática na educação contradiz o entendimento de valorização da atividade docente (GEMELLI; CLOSS; FRAGA, 2020).

Neste formato neoliberal cada vez mais frequente, o docente assume a maior parte dos custos e dos riscos. Caso não ocorra abertura de novas turmas pelo baixo número de matrículas o seu trabalho é dispensado (ORBEM, 2016). As mudanças na forma de contratação amplia a complexidade do trabalho no ensino superior maior individualização do docentes em busca de "suposta" autonomia, sem um vínculo formal, que culmina na fragilização social e na perda de elementos importantes para a construção profissional, como segurança, garantia de direitos e independência (SOUZA, 2013; IRIGARAY *et al.*, 2020).

Para Foucault (1994), o uso da ética de si para o exercício da prática reflexiva da liberdade é condição para que os sujeitos decidam sobre seus próprios destinos, buscando construir uma forma de viver que respeite as formas de ser e se expressar, desconstruindo os jogos de verdade hegemônicos que constituem os

sujeitos e os constituem. A crítica sobre a governamentalidade neoliberal nas universidades é necessária para a reflexão e desconstrução do regime de verdades imposto, no qual a menor regulação do Estado e a “liberdade” são exaltadas levando a processos de subjetivação autônomos às custas da naturalização das desigualdades estruturais, em que os sujeitos se sentem livres, mas não percebem as regulações indiretas e os mecanismos de biopoder aos quais estão submetidos. A liberdade e a propriedade de si são condicionadas pelas imposições do mercado e dependentes de mecanismos de regulação e de suportes sociais que permitem que cada indivíduo possa existir de forma positiva no pleno exercício de seus direitos. A atitude crítica e a prática reflexiva como elementos do cuidado de si oferecem oportunidade para os sujeitos buscarem novas formas de existir profissionalmente.

No Brasil, poucos pesquisadores na área de estudos organizacionais se mobilizam para o desenvolvimento destas reflexões na academia, Alcadipani (2011) escreveu um ensaio na revista *Organizações & Sociedade* com reflexões sobre o gerencialismo nas escolas e universidades na pretensão de uma gestão universal, a generalização de soluções para diversos problemas, a neutralidade política, e a valorização do conhecimento do gestor em detrimento da operação baseada no debate colegiado. No ensaio supracitado, Alcadipani apresenta as especificidades do trabalho acadêmico na seleção do conteúdo a ser ministrado para os discentes, na organização didática do material, na elaboração de dinâmicas para performance em sala de aula e no desenvolvimento do sistema de avaliação que requer dedicação, cuidado, tempo e paciência. Quando se trata do processo de escrita acadêmica estas especificidades se aprofundam, pois a realização de pesquisas exige dedicação na escolha do tema, do objeto de pesquisa, da escolha dos sujeitos, do método de análise e da preparação de relatórios de pesquisa e escrita de artigos científicos, processos que estão em contra-senso com a atividade gerencial cotidiana pautada em rastreabilidade, métricas e produtividade.

3.6 CUMPLICIDADE ACADÊMICA E QUIESCÊNCIA

O empreendedorismo e o autocontrole gerencial, implícitos no ideal do *empowerment*, não implica na auto-realização do sujeito no seu trabalho, mas sim

em um mecanismo de biopoder direcionado para o cumprimento das metas da empresa. A tomada de decisão com relação a estas metas, contudo, não está no âmbito de decisão do trabalhador. Sob o discurso da liberdade e autonomia, os docentes podem trabalhar a "qualquer tempo" e a "qualquer lugar", contanto que tenham a produtividade definida para as entregas determinadas pelo controle gerencial (MOISANDER, 2018). O modo de subjetivação neoliberal se torna um mecanismo de interiorização, assimilação e reprodução da regra, uma ferramenta de gestão muito mais eficaz que o cronômetro ou o supervisor. A sujeição a estes dispositivos que direcionam os processos de subjetivação profissional é o discurso hegemônico na forma neoliberal de atuação nas universidades. No entanto, a desconstrução deste discurso naturalizado do empreendedorismo e do autocontrole, é necessária para a proposição de uma outra verdade capaz de transformar a ordem social, de modo a torná-la menos assujeitadora, nos ambientes de trabalho (NARDI, 2006).

A quiescência denota inatividade em uma situação em que a resistência pode ser esperada como prática de biopoder exercido na periferia das relações assimétricas no qual essas relações se configuram (BOWES-CATTON *et al.*, 2020). O comportamento quiescente na docência, mas atento às práticas reflexivas é capaz de promover mudança em relação a forças das quais os sujeitos muitas vezes não têm consciência e, portanto, correm o risco de se tornarem defensores inconscientes destes sistemas regulatórios sobre a égide do exercício da "liberdade" (CLARKE; KNIGHTS, 2015). Liberdade essa, condicionada a regulação indireta do Estado e orientada para princípios mercadológicos (NARDI, 2006).

Bowes-Catton *et al.* (2020) apresenta um exemplo de bio resistência no Reino Unido em uma universidade que atua com extremo gerencialismo na nomeação de gestores, na introdução de taxas estudantis cada vez mais altas levando à mercantilização da educação, para o cumprimento dos requisitos neoliberais. A postura quiescente da comunidade acadêmica os leva a agir através de formas alternativas de solidariedade, de forma não hierárquica, informal, pluralista e não excludente na era virtual, com mediação tecnológica. Esta comunidade desenvolveu um grupo em aplicativo de mensagens para compartilhar percepções, preocupações individuais como forma incomum de resistência, se mobilizando e levando a

transformação política no ambiente universitário ameaçado a sofrer modificações gerenciais para atender interesses mercadológicos.

A parrhesia e o exercício de si a partir da reflexão crítica para a retomada da liberdade como forma emergente de resistência a partir da representação coletiva institucional aberta e o planejamento de formas informais de reconhecimento de espaços contrários e colaborativos de forma física ou virtual se apresenta como uma forma de resistência a esse contexto universitário invadido por práticas gerencialistas que corroem a universidade e a direcionam à lógica econômica em detrimento do fundamento do saber, base destas instituições (JONES *et al.*, 2020).

Outras sinalizações de mudança em direção a novas formas de organização social aconteceram durante a crise do novo coronavírus. Atitudes solidárias espontâneas, como a de comunidades italianas, em que os sujeitos saíram às suas varandas utilizando expressões artísticas para afirmar o cuidado coletivo e a generosidade com os acometidos pela doença e os profissionais de saúde que estão na linha de frente são exemplos de formas de resistência sustentadas no cuidado coletivo. Retomando ao contexto das universidades neoliberais, o desenvolvimento do ativismo coletivo, da generosidade e solidariedade, que reconhece a crescente assimetria de poder estrutural decorrente das pressões competitivas e da mercantilização neoliberal, aliada ao reconhecimento da insegurança e vulnerabilidade por meio da qual uma colegialidade reflexiva é submetida, podem direcionar um olhar atento dos sujeitos no desenvolvimento da atitude crítica, no exercício da parrhesia, uma "liberdade indócil" na busca por relações menos assimétricas de poder (JONES *et al.*, 2020; BOWES-CATTON *et al.*, 2020; PAES DE PAULA, 2020).

Neste sentido, talvez seja interessante voltar novamente nossos olhares para um movimento ocorrido na Itália na década de 1980 quando o cozinheiro Carlo Petrini organizou uma campanha de *slow food*, contra a abertura de uma loja do McDonald's em Roma, voltado para a preservação da cozinha tradicional e contra a produção em massa padronizada dos *fast foods*.

As relações contemporâneas encaminham para o gerencialismo no qual os docentes se tornam operários na lógica do produtivismo acadêmico, que podemos chamar em analogia de *fast science*, votado para a formação expressa de

estudantes, para a realização de encontros entre professores e alunos cada vez mais curtos, para a valorização da quantidade de publicações em detrimento da qualidade dos *journals* que são aplicados. Este volume de produção para atingir métricas definidas, que são convertidas em estratégias de marketing para captar novos alunos/clientes entregam um contingente de resultados acadêmicos vazios e pouco contributivos para a construção de conhecimento, próximo dos valores mercadológicos e distante dos valores fundamentais da universidade como o rigor, a humildade diante do conhecimento e a busca paciente. Uma proposta de reflexão para o combate das condições colocadas pelo gerencialismo no exercício ético em busca do governo de si é a *slow science* ao condenar a cultura da pressa e do imediatismo que se apresenta na academia nas últimas décadas (WOOD JR., 2016).

A assunção da postura crítica na oferta de formas alternativas de reflexão pelos pesquisadores, aliando a produção de conhecimento do ponto de vista ético e político possui o potencial de expandir os limites da agência acadêmica a partir da atitude crítica e das práticas de resistência criativa para contestar o terror gerencialista (JONES *et al.*, 2020) descrito nas seções anteriores. Deste modo, a comunidade adquire cumplicidade acadêmica de forma coletiva em resposta às práticas de biopoder no desenvolvimento de proposições para a desconstrução de jogos de verdade que compõem as relações de trabalho neoliberais (BOWES-CATTON *et al.*, 2020).

Assumir uma postura ativa não significa abandonar as preocupações acadêmicas relacionadas ao discurso legitimado, nem de negar que nossa própria subjetividade está constituída por estes dispositivos, mas de nos colocar em um local de problematização, ao identificar as implicações potencialmente positivas e negativas deste modelo e desafiar continuamente às maneiras como as demandas gerenciais que constituem a profissão docente e os procedimentos regulatórios que nos assujeitam, no intuito de nos controlar e nos tornar passivamente úteis e obedientes à medida que exibimos a ética da parrhesia, em "dizer a verdade sem esconder" (FOUCAULT, 2011, p. 454) com questionamentos incessantes (BARROS; SILVA, 2013), assumindo os graus de liberdade que nos conduzem ao governo de nós à medida que buscamos assegurar nossas próprias subjetividades. Esta tese representa um esforço acadêmico-político na tentativa de desafiar o *status quo* e o

silêncio, com certo otimismo, na busca de reflexões e proposições teóricas encaminhadas nesta direção. A seguir apresentarei o caminho metodológico para responder aos objetivos gerais e específicos desta pesquisa.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

[...] então, dizeis, a própria ciência há de ensinar ao homem [...] que, na realidade, ele não tem vontades, ou caprichos, e que nunca os teve, e que ele próprio não passa de uma tecla de piano, de um pedal de órgão; e que, antes de mais nada existem no mundo as leis da natureza, de modo que tudo que ele faz não acontece por sua vontade, mas espontaneamente, de acordo com as leis da natureza. Consequentemente, basta descobrir essas leis, e o homem não responderá mais pelas suas ações, e sua vida se tornará extremamente fácil. Todos os atos humanos serão calculados, está claro de acordo com essas leis, matematicamente, como uma espécie de tábua de logaritmos, até o centésimo milésimo, e registrados no calendário; ou melhor, ainda aparecerão algumas edições bem intencionadas, parecidas com os atuais dicionários enciclopédicos, nas quais tudo estará calculado e especificado com tamanha exatidão que no mundo não existirão mais aventuras, nem mesmo mais ações

(DOSTOIÉVSKI, 2000, p. 37).

Neste fragmento do livro *Memórias do subsolo*, Dostoiévski apresenta crítica à ciência funcionalista através da ironia ao considerar que o homem é um elemento pragmático, com comportamentos calculados e reproduzíveis conforme os saberes postulados pela própria ciência, considerando portanto, o determinismo desta constituição dos sujeitos. No entanto, as ciências sociais têm o desafio de lidar com a realidade complexa, que não cabe em simplificações racionais. O romancista segue com o seguinte fragmento apresentando a impossibilidade do entendimento da complexidade da vida de modo reducionista e puramente racional.

Pensai no seguinte: a razão, meus senhores, é coisa boa, não há dúvida, mas a razão é só razão, e satisfaz apenas a capacidade racional do homem, enquanto o ato de querer constitui a manifestação de toda a vida, isto é, de toda a vida humana, com a razão e com todo o coçar-se. E embora a nossa vida, nessa manifestação, resulte muitas vezes de algo ignóbil, é sempre a vida, e não a extração da raiz quadrada. Eu, por exemplo: quero viver, muito naturalmente, para satisfazer toda a minha capacidade vital e não apenas a minha capacidade racional, isto é, algo como a vigésima parte da minha capacidade de viver (DOSTOIÉVSKI, 2000, p. 41).

Em consonância com este raciocínio, Michel Foucault entende as relações de poderes e saberes como fluidos e condena esta ideia de determinismo (FOUCAULT, 1979). Considerar os jogos de forças que constituem os sujeitos, sobretudo os docentes e pesquisadores produtores de conhecimento, é importante para perceber a dinâmica das relações de poder que os constituem e permitir que realizem o exercício do questionamento aos saberes postos no discurso neoliberal hegemônico, que reforçam o sistema capitalista e levem os sujeitos ao realizarem o uso dos graus

de liberdade e a parrhesia no governo de si e dos outros, considerando as diversas formas de existir na constante formação das suas subjetividades.

Adotei o método qualitativo para este trabalho. A pesquisa qualitativa é adequada para estudos nas ciências sociais aplicadas, pois pretende abordar, entender, descrever e explicar fenômenos sociais a partir da análise de experiências de indivíduos ou grupos; de interações e comunicações e de documentos ou traços de experiências ou interações (FLICK, 2007). A pesquisa qualitativa persegue o mundo social através das interpretações dos fenômenos, buscando as vivências, as experiências e a cotidianidade (ROMAGNOLI, 2009). A abordagem qualitativa permite identificar como os sujeitos constroem o mundo ao seu redor, como agem e são impactados por fatores externos. Assim, oferece uma visão rica a partir da percepção do sujeito que está sob o efeito do fenômeno. O pesquisador, em contato com os sujeitos de pesquisa, é capaz de perceber os elementos do campo, analisar e desenvolver modelos, tipologias e explicar fenômenos sociais como as tecnologias de poder e os dispositivos que atuam nos processos de subjetivação de docentes de administração em atuação na educação a distância nas universidades neoliberais (FLICK, 2007).

A partir da obra de Foucault, o percurso metodológico é traçado na busca de estratégias de pesquisa que não reproduzam operações equivalentes à extração de raízes quadradas, ou a afirmação de verdades ou certezas, pelo contrário, ao oferecer olhares plurais (ROMAGNOLI, 2009) que permitam acompanhar a complexidade dos processos de subjetivação de docentes de administração em atuação na modalidade a distância em IES privadas na intenção de apresentar elementos de reflexão sobre o ensino superior contemporâneo e, quiçá contribuir como uma força na articulação para a geração de novas formas de existir.

4.1 DEFINIÇÃO DOS SUJEITOS DE PESQUISA

Os sujeitos de pesquisa foram docentes de instituições de ensino superior privadas, em atuação no curso de administração na modalidade a distância por no mínimo dois anos. A escolha do curso de administração se deu pela relevância, como o segundo curso com maior número de matrículas na educação a distância

nas universidades neoliberais brasileiras e a forte reprodução dos saberes que reproduzem o discurso hegemônico neoliberal. A definição de atuação profissional mínima na modalidade por dois anos permite atingir um profissional com certa experiência após o contato mínimo na atuação com quatro turmas (uma a cada semestre), assim como a vivência com as relações gerenciais por mais de um semestre para que possam oferecer mais informações sobre este contexto.

O acesso aos sujeitos de pesquisa se deu inicialmente através da rede de contatos da pesquisadora com docentes de diversas regiões do país e seguiu através da técnica de bola de neve, em que os entrevistados fazem a indicação de outros profissionais para a realização das entrevistas seguintes. Segundo Vinuto (2014), a técnica de bola de neve consiste num “tipo de amostragem [...] não probabilística, que utiliza cadeias de referência” (p. 203). Após esta etapa, foi realizado o contato com os sujeitos, a apresentação do projeto de pesquisa, do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A) e o convite dos docentes para a realização das entrevistas, conforme parecer consubstanciado de aprovação do projeto de pesquisa junto ao comitê de ética (ANEXO A).

4.2 ANÁLISE NA PRODUÇÃO DE ELEMENTOS PARA REFLEXÃO

Uma vez que o objetivo desta tese é compreender a (re)construção da subjetividade de docentes do curso superior de administração em atuação na modalidade de educação a distância em IES privadas nos discursos neoliberais, realizei uma pesquisa de abordagem qualitativa, por meio da produção de dados através de entrevistas e pesquisa documental. Como os dados da pesquisa foram gerados durante o processo de pesquisa, de forma fluida e não como algo pré-determinado, estanque que estava posto, de modo a ser capturado (RIACH, RUMENS, TYLER, 2016), utilizo a expressão análise na produção de elementos para reflexão em detrimento da expressão coleta de dados.

Ademais, utilizei a técnica de manejo cartográfico para o acompanhamento dos processos de subjetivação na condução da produção de elementos para análise a partir das entrevistas com os docentes de administração de IES privadas em atuação na modalidade a distância na busca de pesquisar as experiências e as

práticas de pesquisador e pesquisado (PASSOS, KASTRUP, TEDESCO, 2013). A cartografia deriva do conceito de redes ou rizoma, concebido por Deleuze e Guatarri (1995). O rizoma é um conceito botânico que consiste em uma raiz difusa, sem um centro, uma origem ou um eixo identificável, sem começo ou fim, sem centro ou periferia (AMORIM; SEVERO; ROMAGNOLI, 2015). Deste modo, permite que a atenção se destine ao entendimento das dinâmicas de poder, pois as linhas desta rede são móveis e, portanto, não há uma hierarquia entre os sujeitos, que são capazes de problematizar as implicações que os constituem e compreender a produção das subjetividades.

Embora a cartografia esteja relacionada a conceitos filosóficos densos, o conceito de rizoma e suas implicações ontológicas, epistemológicas e políticas pode ser operacionalizado como uma ferramenta prática. Um grupo de pesquisadores brasileiros da Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Espírito Santo indicaram uma série de pistas operacionais para a realização desta metodologia (PASSOS, KASTRUP, ESCÓZIA, 2009; PASSOS, KASTRUP, TEDESCO, 2013) descritas nos parágrafos a seguir.

Com efeito, vale ressaltar que o esforço destes pesquisadores se alinha na direção do desenvolvimento da cartografia no país como uma busca de desenvolvimento da pesquisa qualitativa, em uma recusa à rigidez e não no intuito de desenvolver um guia de execução do método, com o engessamento no desenvolvimento de sequência de operações, como na formulação de regras ou de protocolos a serem seguidos, pelo contrário, na cartografia não há fórmula ou regras para serem seguidas, não há um protocolo fixo, mas sim a apresentação de pistas que podem ajudar o trabalho de quem a pratica (PASSOS, KASTRUP, ESCÓZIA, 2009) na busca de ouvir vozes difusas, capazes de desarticular discursos instituídos. Esta técnica não concebe uma verdade absoluta a ser buscada, mas traz um patamar de problematização, contribuindo para a articulação de um conjunto de poderes e saberes que constituem os processos de subjetivação, inclusive outros saberes que não apenas o científico e proporciona a possibilidade de ruptura com as concepções hegemônicas (ROMAGNOLI, 2009).

Para a cartografia, pesquisar é um ato de acompanhamento de processos e não de representação de objetos. Esta técnica aborda não somente os resultados ou

objetos produzidos a partir de uma realidade tida como natural e capturada como forma dada, mas o processo, a apreensão desta realidade de forma analítica, problematizada e as possibilidades de intervenção em um mundo heterogêneo (BARROS, BARROS DE BARROS, 2013). Na pesquisa dos processos de subjetivação de docentes do curso de administração em atuação na modalidade a distância, como indica Deleuze (2005), o mapeamento das técnicas de si é um processo constantemente inacabado, com espaço para investigação contínua das práticas dos sujeitos sobre si nas relações contemporâneas, sobretudo a partir da observação das vozes de forma rizomática, desierarquizada, considerando as diversas formas de existir como docente do ensino superior.

Na técnica de manejo cartográfico não é possível separar a etapa de análise das demais fases da pesquisa, como algo a ser realizado posteriormente, após a captura de algo que está presente no campo a fim de ser compreendido, mas permeia todo o processo de pesquisa, ofertando inclusive a possibilidade de transformação da percepção inicial sobre o que está sendo tratado (BARROS, BARROS DE BARROS, 2013). Há uma indicação sobre as atitudes que o pesquisador precisa ter no processo analítico frente aos participantes, ao conhecimento produzido e à pesquisa, pois a experiência não é algo estático a ser capturado e apreendido. O pesquisador aqui não é um sujeito neutro, nem isento de interferências, mas um participante ativo que sugere, hesita, influencia e é influenciado, transforma e é transformado pelo processo de pesquisa levando em consideração as contínuas interações entre o sujeito e o mundo, entre o pesquisador e o pesquisado (RENAULT, 2019).

A análise é realizada pelo analisador. O pesquisador conduz a entrevista com a responsabilidade de realizar a formação de análises a partir do estímulo de reflexão sobre sua prática e as demais questões inerentes ao processo de pesquisa. Portanto, o pesquisador e o entrevistado são analistas, não analisadores (BARROS, BARROS DE BARROS, 2013). Os analisadores são os "acontecimentos de toda ordem: um episódio, a presença ou ausência de algo ou alguém, que produzem rupturas na aparência homogênea e visível da instituição" (RENAULT, 2019, p. 1387), logo, alinhado ao pensamento de Foucault (2003a) de que os discursos são uma série de acontecimentos, os analisadores são capazes de fazer emergir as

práticas, o não dito e podem atuar como transformadores dos processos de subjetivação docente e das relações institucionais.

A pesquisa cartográfica problematiza a própria atividade de pesquisa como objeto de análise (BARROS, SILVA, 2013), logo, o constante estranhamento e a busca pela não prescrição da prática de pesquisa permite ao pesquisador articular suas motivações não somente para preencher lacunas teóricas, mas também ao demonstrar a importância da análise de diferentes métodos para a realização de pesquisas científicas (ALVESSON; SANDBERG, 2011), em um constante exercício de questionamento ativo para desenvolver diversas formas de estudar as práticas e os complexos e diversos processos de subjetivação.

A produção de conhecimento acontece em um campo de transformação, pois conhecer implica em realizar ação e intervenção neste campo (BARROS, SILVA, 2013), logo a cartografia sempre é uma pesquisa-intervenção, um compromisso de produzir conhecimento, mas também de produzir mundo, de interferir nos processos de produção da realidade. A pesquisa é, portanto, habitar um território, intervir, exercer um ato ético-estético-político, considerando a inseparabilidade entre conhecimento e intervenção e as fronteiras entre referencial teórico e a metodologia (PASSOS, KASTRUP, TEDESCO, 2013). Neste sentido, a prática do manejo cartográfico é imediatamente ético-política.

4.2.1 As fontes orais: entrevistas

A produção de elementos para reflexão foi realizada por meio de entrevistas utilizando a técnica de manejo cartográfico, que se aproxima de uma conversa, em que há um roteiro de perguntas flexíveis e adaptáveis a cada situação, na busca de uma redefinição das fronteiras entre subjetividade e objetividade (BARROS, BARROS DE BARROS, 2013). O processo de entrevista não foi restrito à realização de perguntas e respostas, mas extrapolou o campo da percepção, do ambiente no qual o docente está inserido e suas articulações coletivas. Assim, "a entrevista visou não à fala sobre a experiência, e sim à experiência na fala" (TEDESCO, SADE, CALIMAN, 2016, p. 100). Portanto, na execução da entrevista entre pesquisador e entrevistado foi possível realizar interação e intervenção capaz de fazer emergir

realidades que não estavam dispostas no contexto, de forma estática, à espera da observação (BARROS, BARROS DE BARROS, 2013).

A entrevista de manejo cartográfico propõe a inversão da etimologia da palavra metodologia, como um método que direciona a uma via ou um caminho para a realização de algo. Na perspectiva da cartografia, "essa reversão consiste numa aposta na experimentação do pensamento – um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude" (PASSOS, KASTRUP, ESCÓCIA, 2009, p. 10-11). Portanto, a entrevista que utiliza a técnica de manejo cartográfico é inspirada pela ideia de que o conhecimento é a experimentação e produção de subjetividades na busca acompanhar e interagir com a prática através do dizer (TEDESCO, SADE, CALIMAN, 2016). Logo, o entendimento é de que o método é um conjunto de pistas e não de regras fixas.

Desta forma, a busca pela prática de uma metodologia menos rígida, prescrita e protocolar estabelece uma forma de desassujeitamento da pesquisadora e dos entrevistados (RODRIGUES, 2010). Nesta pesquisa, houve um esforço contínuo para evitar o uso de perguntas-padrão e protocolos rígidos, além da busca na ampliação dos sentidos para acessar e apreender o que estava sendo dito e analisado pelo entrevistado a partir da experiência dos docentes situada histórica e culturalmente a partir das modificações que a profissão vem sofrendo nos últimos anos e considerando os processos de subjetivação que os constituem.

A entrevista proporciona o desenvolvimento de conhecimento construído a partir da interação entre pesquisador e entrevistado (KVALE, 2007). É uma ferramenta que permite ao pesquisador obter uma melhor compreensão do fenômeno e a captura da perspectiva subjetiva dos entrevistados. A metodologia do trabalho foi realizada a partir das propostas de Kvale (2007), Barros de Barros (2013) e Tedesco, Sade e Caliman (2016). Utilizei como base os sete passos do processo de entrevista qualitativa proposto por Kvale (2007): tematização, design, entrevista, transcrição, análise, verificação e comunicação, no entanto, busquei adaptar ampliando a etapa de análise de modo transversal às outras etapas de pesquisa, conforme o modelo de entrevista cartográfica sugere, de modo a não ficar restrita a delimitação propriamente epistemológica de uma ou outra ferramenta de

pesquisa, mas sobretudo, por uma direção ontológica ética-estética-política (CESAR, SILVA, BICALHO, 2013).

Inicialmente para a tematização, realizei uma revisão na literatura para identificar o alinhamento teórico do trabalho e a definição dos objetivos gerais e específicos. Neste momento foram apresentados os fundamentos teóricos em duas etapas: inicialmente os conceitos de governamentalidade neoliberal, biopoder, os processos de subjetivação, o cuidado de si no exercício das práticas de liberdade e a capacidade de resistência do sujeito; posteriormente a base teórica para o entendimento do campo a ser estudado, a partir do entendimento da constituição da universidade neoliberal, o ensino a distância, dos saberes valorizados, as relações de trabalho neste contexto e as possibilidades de reflexão crítica e resistência ao modelo hegemônico de educação mercantilizada a partir da cumplicidade acadêmica.

Posteriormente, no passo do *design*, foi desenvolvido um guia de base para entrevista (Apêndice B) de modo a atender o alinhamento teórico definido na tematização somente como um norteador inicial. O guia de entrevista abordou os seguintes pontos: Contextualização; Identificação do Docente, História de Vida Pessoal e Profissional; Universidade neoliberal e ensino a distância; Universidade neoliberal e identidade docente; Universidade neoliberal e jogos de verdade; Universidade neoliberal, relações de trabalho e suas modificações; Universidade neoliberal e resistência e últimas considerações. Após a construção do esboço inicial, o guia de entrevista passou pela avaliação do orientador e da banca avaliadora da defesa de qualificação para receber considerações e sugestões de melhorias, neste momento foi sugerido a utilização da técnica de manejo cartográfico e a revisão da condução do trabalho em busca de deixá-lo mais fluido para realizar a tentativa de acesso à subjetividade dos sujeitos de pesquisa.

Embora Deleuze e Parnet (1998) argumentem que “qualquer que seja o tom, o procedimento de questões respostas é feito para alimentar dualismos” (p. 29) e, portanto, o desenvolvimento de um guia base para entrevistas possa alimentar dualismos por apresentar um direcionamento como perguntas pré-definidas (ROCON *et al.*, 2022), optei por manter este instrumento como guia para disparar gatilhos e auxiliar na condução, mas durante o processo de realização das

entrevistas cuidei para que este direcionamento não tornasse a condução rígida, sem a obrigação de qualquer ordem ou precisão de que todos os pontos fossem respondidos e que as problematizações éticas-estéticas e políticas emanassem.

Após o passo do *design*, parti para a execução das entrevistas. O contato com os participantes foi feito por e-mail. Em todos os contatos, foi feito o convite à participação da pesquisa, a abertura para o esclarecimento de dúvidas e informações adicionais a todos que tivessem interesse. A realização das entrevistas ocorreu entre os meses de setembro a novembro de 2022, após o cumprimento das etapas de qualificação do projeto de tese e aprovação do projeto junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para o início das atividades. Para cada entrevista foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com a explicação sobre a motivação da pesquisa e solicitação de autorização do participante para a gravação das entrevistas para posterior análise dos elementos para reflexão, bem como o compromisso de utilização das informações exclusivamente para fins científicos.

As entrevistas aconteceram em horários previamente agendados, de acordo com a disponibilidade de cada docente, para possibilitar ao entrevistado exprimir suas opiniões de forma tranquila e transparente, atribuindo ao pesquisador a confiabilidade dos relatos e interpretações (FLICK, 2007). As reuniões foram realizadas de forma virtual, utilizando a plataforma Google Meet, com o acionamento da gravação da sessão antes do envio do *link* para receber a autorização de gravação, além da autorização escrita no TCLE através de assinatura digitalizada. O TCLE foi enviado aos sujeitos no momento do convite para a participação na pesquisa e o documento retornou assinado antes da realização das entrevistas. Como forma de garantia ao anonimato, a identificação dos docentes e instituições de ensino em que trabalham não foi apresentada e foram substituídas por nomes fictícios.

As entrevistas foram iniciadas com uma breve saudação, seguida de um momento para quebrar o gelo com conversa informal na busca de ampliar a confiança e a interação para a execução da pesquisa. Durante o processo das entrevistas com as fontes orais, estive preocupada em realizar as perguntas de modo a manter o interesse mútuo de pesquisador e pesquisado na busca da

geração de articulação e possibilidade de intervenção para o reposicionamento de fronteiras a partir da participação ativa na produção de conhecimentos e da experiência da entrevista (BARROS, BARROS DE BARROS, 2013; KASTRUP, PASSOS, 2013), não somente a partir de pontos que eu achava interessante sobre o tema nem de pontos que o participante determinava.

Como estratégia metodológica para apreender a prática profissional do docente, buscar aproximação com as condutas e acompanhar os movimentos, utilizei nas entrevistas a técnica de instrução ao sócia proposta por Oddone *et al.* (1986). Em determinado momento da entrevista, disparei a seguinte questão: "suponha que eu seja sua sócia e que amanhã eu vá te substituir no seu trabalho. Que instruções você deve me transmitir a fim de que ninguém perceba que houve uma substituição?" (REZENDE, BRITO, ATHAYDE, 2009, p.66). Neste momento, o docente foi estimulado a pensar como efetivamente pratica o seu trabalho e o diálogo passou por desdobramentos em outras conversas relacionadas aos processos de subjetivação (BARROS, SILVA, 2013). Este método de intervenção pretende fortalecer e aproximar o coletivo de trabalho, mais do que acessar os dados individuais dos entrevistados para acessar o plano de forças e avaliar os efeitos das relações (CESAR, SILVA, BICALHO, 2013).

Para auxiliar na proposta da ideia de substituição, caso o entrevistado apresente dúvida, uma sequência de trabalho ou uma projeção para um futuro próximo foi apresentada, por exemplo, suponha a substituição nas atividades que acontecerão amanhã (BATISTA, RABELO, 2013). Diante da proposta de substituição no trabalho, o docente se colocou na posição de instrutor e auxiliou a pesquisadora como sua sócia "a se orientar em uma situação que ela não conhece, ao lhe indicar não só o que faz habitualmente..., e aquilo que deveria, sobretudo, não fazer ao substituí-lo... etc." (CLOT, 2007, p. 146). Neste momento, a pesquisadora esclareceu que não havia respostas certas ou erradas, dado que a intenção era de realizar a análise das diferentes maneiras de exercer a atividade do trabalho, portanto, a ideia era que o instrutor dissesse o que a sócia deveria fazer. Logo, a sócia não deveria tomar decisões frente às possibilidades colocadas pelo instrutor, afirmando menos e questionando mais para forçar o deslocamento do sujeito e buscar a análise sob a perspectiva do instrutor (BATISTA, RABELO, 2013).

Em adição, o uso desta técnica permitiu acessar a prática real da atividade docente, para apreender como se dá o trabalho para além das prescrições (CLOT, 2011) na busca do alcance dos movimentos que (re)constroem a subjetividade e permitiu à pesquisadora estimular a reflexão no entendimento de que os docentes são agentes analíticos e transformadores de suas práticas de trabalho cotidianas. Neste sentido, a pesquisadora assumiu um papel de recusa ao lugar de experiência em pesquisa e criou o ambiente necessário para que o entrevistado desenvolvesse seu processo de análise (BATISTA, RABELO, 2013). Portanto, a técnica pretende resgatar a história do desenvolvimento do sujeito e oferecer condições para que os docentes cuidem do seu próprio ofício.

Para isso, a sócia/pesquisadora cuidou para que a descrição da atividade não se colocasse de forma linear e, sempre que possível, provocou o instrutor/entrevistado a refletir sobre sua prática. Após a realização da instrução, a pesquisadora abandonou a posição de sócia e solicitou ao entrevistado para fazer uma análise sobre o que aquela experiência de relato causou no sujeito para buscar estimular a reflexão e captar elementos sobre a vivência daquela experiência (BATISTA, RABELO, 2013). Desta forma, a técnica de instrução ao sócia pretende realizar a intervenção a partir da reflexão do sujeito nas situações de trabalho, portanto, sua aplicação não está restrita somente à produção de conhecimento acadêmico (BATISTA, RABELO, 2013) sobre os processos de subjetivação docente na universidade neoliberal, mas na intervenção e possibilidade de ação dos sujeitos de realizarem o cuidado de si a partir da problematização de suas realidades para produzirem resultados de ação.

Conforme estudos sobre a determinação do quantitativo de entrevistas necessárias para que a pesquisa qualitativa se torne confiável, seriam realizadas no mínimo 20 entrevistas, considerado o ponto de saturação teórica (ALEXANDERSON, 1994; MORSE, 1994; CRESWELL, 1998). No entanto, continuei encontrando novos elementos e segui a investigação até atingir 22 entrevistas, quando considerei que as respostas em torno das questões teóricas investigadas começavam a se repetir, portanto, não haviam elementos que justificassem a realização de novas entrevistas. Além da determinação quantitativa de entrevistas, a repetição de respostas foi um dos critérios utilizados para aferir o ponto de saturação

teórica (FONTANELLA, RICAS, TURATO, 2008) e norteou a finalização do levantamento das fontes orais.

Na intenção de acessar os processos de subjetivação de forma processual, cada sujeito de pesquisa contribuiu com duas entrevistas: uma inicial, com maior duração, de execução de elementos do guia e realização da técnica de instrução ao sósia e uma segunda entrevista alguns dias depois, após o entrevistado receber uma cópia da transcrição, para estimular a reflexão sobre a conversa inicial e buscar captar novos elementos relacionados ao seus processos de subjetivação e sua prática profissional. A duração das entrevistas somadas variou de 42 minutos a 1h33 por sujeito de pesquisa, totalizando mais de 25 horas de entrevistas gravadas.

Todos os nomes sugeridos para os entrevistados são fictícios de forma a proteger e reforçar que se trata de uma pesquisa anônima, conforme estabelecido no TCLE, sem a necessidade de identificação dos sujeitos. Os nomes foram escolhidos de forma aleatória. São eles: Armindo, Denilson, Edmir, Fernanda, Graziele, Gustavo, Isabela, Ítalo, Jean, João, Josiléia, Luana, Luís, Marcelo, Marcus, Mariano, Mayara, Paula, Paloma, Rafael, Renan e Teresinha. Foram entrevistados 22 docentes do curso de administração em atuação na modalidade a distância a pelo menos dois anos em IES privadas de diversos Estados do Brasil, com maior concentração de atuação profissional na região sudeste. O perfil dos participantes pode ser identificado no quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Perfil dos participantes

Nome	Idade	Graduação	Titulação	Estado de Atuação profissional	Regime de trabalho	Tempo de atuação na docência (anos)	Tempo de atuação no EAD (anos)	Máximo de IES com vínculo simultâneo	Horário
Armindo	57	Ciência da Computação	Mestre	São Paulo	Integral	31	12	3	10:00
Denilson	61	Administração	Mestre	Ceará	Parcial	7	2	2	10:00
Edmir	48	Administração	Mestre	Rio de Janeiro	Parcial	2	2	1	16:00
Fernanda	48	Geografia, Administração	Mestre	Ceará	Parcial	19	11	1	17:30
Graziele	36	Administração Economia	Mestre	Rio de Janeiro	Integral	6	3	2	21:00
Gustavo	43	Administração	Doutor	Minas Gerais	Integral	20	6	2	10:00

Isabela	38	Serviço Social	Mestre	Rio de Janeiro	Parcial	8	2	2	21:30
Ítalo	44	Física	Doutor	Goiás	Integral	15	2	1	21:00
Jean	34	Administração	Doutor	Curitiba	Integral	5	2	1	10:00
João	30	Administração Pública Gestão financeira	Especialista	São Paulo	Horista	2	2	1	15:00
Josiléia	63	Administração	Mestre	Rio de Janeiro	Integral	25	3	2	18:00
Luana	41	Direito Administração	Doutora	Espírito Santo	Integral	14	3	1	10:00
Luís	42	Administração	Mestre	Paraná	Parcial	16	6	2	17:00
Marcelo	35	Administração Contábeis	Mestre	Santa Catarina	Horista	8	4	2	10:00
Marcus	39	Ciências Sociais	Doutor	Rio de Janeiro	Integral	13	6	2	19:00
Mariano	44	Direito Administração Ciências Contábeis Pedagogia Logística	Mestre	São Paulo	Integral	13	11	2	18:15
Mayara	37	Letras	Mestre	Rio de Janeiro	Parcial	6	3	2	15:30
Paula	35	Comunicação Social	Mestre	Rio de Janeiro	Horista	8	2	1	20:00
Paloma	60	Administração	Doutora	Ceará	Integral	16	3	1	09:00
Rafael	41	Administração Tecnologia da Informação	Mestre	Rio de Janeiro	Integral	8	6	3	11:00
Renan	42	Administração	Doutor	São Paulo	Integral	13	4	1	14:00
Teresinha	41	Serviço Social História	Doutora	Rio de Janeiro	Integral	8	3	2	16:00

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Os docentes participantes possuem idade entre 30 e 63 anos, sendo a maioria concentrada entre 35 e 45 anos. O tempo de atuação na docência varia de dois a 31 anos e de atuação na modalidade a distância varia de 2 a 12 anos. A maioria dos docentes participantes da pesquisa já atuaram em mais de uma IES de forma concomitante em sua trajetória profissional. Com relação à escolaridade, oito docentes possuem título de doutores, treze docentes possuem título de mestres e

um docente possui título de especialista. O regime de trabalho de treze docentes é integral, de seis docentes é parcial e três possuem o regime horista.

Pela ótica da entrevista de manejo cartográfico, no momento da entrevista, cada docente contribuiu de seu modo para a produção de elementos para reflexão, a partir de suas experiências e práticas profissionais em seus diversos locais de trabalho. A pesquisadora realizou o estímulo da reflexão ao levantar questões como: "Por que atua desta forma?", "Se não concorda, por que age assim?" e "O que se pode fazer para buscar um espaço de acordo com o que gostaria?". Assim, o processo de condução das entrevistas foi realizado de modo a apreender as práticas profissionais, mas também de intervir a partir da problematização dos discursos que constituem os docentes.

À medida em que as entrevistas aconteciam, ao longo dos três meses construí diários de bordo, como proposto por Passos, Kastrup e Escócia (2009). Realizei a escrita dos diários de bordo conforme sentia a necessidade de escrever sobre o processo de condução da pesquisa, não me prendendo à formalidade de tomar notas de forma cronológica ao final de cada encontro (RIBEIRO; ROMAGNOLI, 2012; (AMORIM; SEVERO; ROMAGNOLI, 2015). Esta escrita informal foi importante para registrar elementos de análise que emergiram conforme eu avançava na condução das entrevistas, das transcrições, da pesquisa documental, nas retomadas da leitura da fundamentação teórica e da escrita dos capítulos da tese.

4.2.2 Pesquisa documental

Além das entrevistas, a fim de aprofundar a análise, realizei uma pesquisa documental para o levantamento de dados que direcionaram a análise do fenômeno e do contexto social no qual a governamentalidade neoliberal e os mecanismos de biopoder se expressam através das relações de poderes e saberes aplicados às universidades neoliberais para a formação dos processos de subjetivação, bem como às práticas de resistência dos docentes de administração em atuação na modalidade a distância direcionadas ao gozo dos graus de liberdade no governo de si.

Para Creswell (2010), a pesquisa documental envolve o acesso a documentos públicos e privados, tornando-os uma fonte de dados e informações, uma vez que permite ao pesquisador ampliar a compreensão de determinado fenômeno por meio da organização das informações. Documentos podem ser "leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares" (LÜDKE, 1986, p. 38). Em contrapartida, para Gephart (2004), os documentos são elementos que não possuem significado inerente, mas adquirem significado a partir da escrita, da leitura, do debate com interpretações em diversos contextos.

Os documentos escolhidos para a utilização neste processo de reflexão contêm informações relacionadas aos objetivos desta pesquisa e foram analisados documentos oficiais como: (1) Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego; (2) Censo da Educação Superior, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em administração, informações de credenciamento e ratings, do Ministério da Educação; (3) peças publicitárias das universidades neoliberais para captação de docentes e alunos; (4) relatórios de prestação de contas em sites de relacionamento com os investidores das instituições que possuem capital aberto; (5) leis e normas relacionadas às modificações nas relações de trabalho; (6) notas sindicais e reportagens, que apresentam informações passíveis de problematização da agenda política de atuação profissional da modalidade de ensino a distância. Visto que estes documentos podem ter seus dados alterados com o tempo, no quadro 2 apresento os detalhes de acesso ao material coletados:

Quadro 2 - Documentos coletados

Documento	Data de coleta	Órgão emissor	Local de acesso
Painel de informações sobre o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)	25/01/23	Ministério do Trabalho e Emprego	http://pdet.mte.gov.br/novo-caged/novo-caged-2022/novo-caged-m aio-2022
Censo da Educação Superior	04/12/22	INEP	https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatistic as-e-indicadores/censo-da-educa

			cao-superior
Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em administração	03/05/23	Ministério da Educação	http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=212931-rces005-21&category_slug=outubro-2021-pdf&Itemid=30192
Informações de credenciamento e ratinkgs	10/11/22	Ministério da Educação	https://emec.mec.gov.br/
Empresas listadas na bolsa de valores	14/01/23	Bovespa	https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm
Apresentação de resultados	08/09/21		
Ânima Educação 3T21 a 3T22 - relação com investidores	a 06/12/22	Portal do investidor - site privado	https://ri.animaeducacao.com.br/
Apresentação de resultados	08/09/21		
Cogna 3T21 a 3T22 - relação com investidores	a 06/12/22	Portal do investidor - site privado	https://ri.cogna.com.br/
Apresentação de resultados	08/09/21		
Cruzeiro do Sul 3T21 a 3T22 - relação com investidores	a 06/12/22	Portal do investidor - site privado	https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/
Apresentação de resultados Ser Educacional 3T21 a 3T22 - relação com investidores	08/09/21 a 06/12/22	Portal do investidor - site privado	http://ri.sereducacional.com/sereducacional/web/default_pt.asp?idioma=0&conta=28
Apresentação de resultados	08/09/21		
Yduqs 3T21 a 3T22 - relação com investidores	a 06/12/22	Portal do investidor - site privado	https://www.yduqs.com.br/Download.aspx?Arquivo=qR5hWZ6WQebgP9BZUIqKng==
Catálogo dos Cursos Superiores em Tecnologia	15/10/22	Ministério da Educação	http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98211-cncst-2016-a&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192
Posicionamento Unisinos sobre o fechamento de cursos	20/08/22	Página da IES	https://www.unisinos.br/noticias/posicionamento-unisinos/
Notícias sindicais	07/03/22	Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo	https://www.semesp.org.br/
Convenção coletiva de trabalho	05/03/22	Sindicato dos professores do Espírito Santo	https://www.sinpro-es.org.br/wp-content/uploads/2022/03/cct_sinepe_20222023.pdf
Publicações em redes sociais	15/12/22	Perfil pessoal	https://twitter.com/_pinheira

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Importante destacar que esta pesquisa aconteceu somente com documentos públicos disponibilizados por meio digital através dos *sites* de transparência de órgãos do governo, nos espaços de publicização de documentos das organizações privadas, *sites* de sindicatos de professores e de jornais de circulação nacional. A pesquisa documental foi iniciada em fontes que conhecia, e foi ampliada à medida em que as entrevistas aconteceram e os sujeitos de pesquisa contribuíram com *insights* e sugestões de busca. Os conteúdos levantados neste momento contribuíram como base para o passo de tratamento dos dados, que apresento na seção a seguir para posterior análise utilizando a técnica de manejo cartográfico.

4.3 TRATAMENTO DE DADOS

Após a aquisição de elementos para a reflexão no processo de análise para a execução das entrevistas, da junção de informações para a pesquisa documental e dos diários de bordo, iniciei a organização do material para o avanço do processo. As entrevistas gravadas foram transcritas manualmente por mim, com o objetivo de auxiliar na análise das informações. As transcrições das entrevistas resultaram em 274 laudas. Para evitar qualquer identificação dos docentes, não foi revelado o nome das IES que atuam ou já atuaram no passado, bem como nenhuma informação pessoal que possa possibilitar suas identificações. Além disso, os docentes receberam denominações relacionadas a nomes escolhidos de forma aleatória. Entretanto, é válido destacar que as denominações dadas aos entrevistados não possuem nenhuma relação entre as características dos currículos dos docentes homônimos.

O nível de transcrição utilizado foi a literal, para respeitar toda a fala do entrevistado (GIBBS, 2009). Alvesson e Karreman (2000) afirmam que práticas linguísticas podem ser analisadas como discurso, ao representar um conjunto de signos específicos em determinado período histórico e social. No entanto, somente a linguagem é elemento insuficiente para compreender os sentidos que refletem a dinâmica do poder, pois os dispositivos são constituídos de elementos textuais e não textuais (FOUCAULT, 1979). O acompanhamento processual por meio da cartografia

pretende apreender e analisar os elementos linguísticos e não linguísticos que orientam os processos de subjetivação dos docentes.

Para a realização das transcrições, a gravação da entrevista foi executada com calma e a digitação foi realizada enquanto o processo de reflexão e análise da pesquisadora acontecia. Neste momento, foi possível observar outras correlações e minúcias não percebidas durante a execução da entrevista e também a percepção de como aquela experiência me afetava ao perceber a prática de docentes que muitas vezes representavam vozes não escutadas pelo discurso hegemônico e que executam sua prática profissional como um ato ético-estético-político com sensações de desconforto, insegurança, motivação e encanto, capazes de transformar àqueles que acessam estes discursos.

Após a realização da transcrição, os docentes receberam o texto para leitura, validação e reflexão. Foi pedido a eles que analisassem suas práticas e oferecessem um comentário sobre a atividade de trabalho, as realizações e não realizações, as escolhas e os comportamentos tomados (BATISTA, RABELO, 2013). A realização dos segundos encontros permitiu que a interação entre os docentes e a pesquisadora se ampliasse e elementos reflexivos viessem à tona na análise dos processos de subjetivação dos docentes de administração de IES privadas em atuação na modalidade a distância.

Foram analisados trechos de entrevistas com os docentes que apresentavam narrativas sobre a desregulamentação na educação e a universidade neoliberal; a assunção da lógica neoliberal e o caráter econômico como norteador da vida dos sujeitos; os discursos normalizadores e problematizadores da universidade neoliberal; a biocracia e as relações de poder na docência do ensino superior; a bio resistência; às subjetivações alinhadas ao discurso neoliberal com a replicação dos jogos de verdade no discurso hegemônico e as subjetivações alinhadas a reflexão crítica; a desregulamentação do trabalho; a oposição ao discurso hegemônico; entre outros.

A pesquisa documental foi realizada com a busca pelos documentos de forma ativa pela pesquisadora e a partir de comentários e sugestões derivadas da oportunidade de contato com os sujeitos de pesquisa na execução das entrevistas. A leitura dos documentos foi realizada com o objetivo de extrair informações que

pudessem contribuir para o entendimento da (re)construção da subjetividade de docentes em atuação na modalidade de educação a distância em IES privadas e derivou na escrita de fichamentos a fim de reunir informações consideradas relevantes para um momento de análise inicial, destacando o contexto histórico no qual o documento foi produzido, a identificação dos autores com uma breve descrição sobre seus interesses e constituições (CELLARD, 2008). Posteriormente, houve a releitura dos fichamentos com o destaque de fragmentos conforme os objetivos e o alinhamento com as teorias que referenciam essa tese (GILL, 2014) para a discussão das dimensões apresentadas na próxima seção.

Os diários de bordo foram escritos de forma corrente à medida em que as entrevistas e a pesquisa documental aconteciam, de modo a registrar as informações naquele momento. Utilizar o diário é importante, pois permite registrar a percepção sobre elementos processuais da prática docente ao longo do tempo decorrido entre os contatos para entrevista (PASSOS; KASTRUP; ESCÓZIA, 2009). O tratamento dos dados dos diários de bordo foi realizado com a releitura da escrita realizando destaques no documento de acordo com a teoria e as associações realizadas com as fontes orais e a pesquisa documental.

Após a releitura das transcrições das entrevistas, da pesquisa documental e dos diários de bordo, um campo problemático se apresentou com o levantamento de questões que apontavam para um direcionamento em resposta aos objetivos da pesquisa e às análises que foram realizadas até então nas etapas de escrita de fundamentação teórica, da metodologia, da condução das entrevistas, da busca documental e das transcrições, mas algumas questões, porém algumas questões ainda se colocavam no processo de transformação da escrita e revisitação dos elementos para reflexão no intuito não de apresentar os dados, mas de problematizá-los para construir uma tese que possa seguir com o objetivo de intervenção no campo. As questões que se colocaram foram: como fazer análise da prática docente? Que estratégias utilizar? Como acessar os processos de subjetivação? Como se dá a dinâmica das relações de poder (FOUCAULT, 1979)? Como articulam os saberes circulantes no campo da administração (FOUCAULT, 1987) que constituem os docentes e os fazem seguir os jogos de verdade das IES privadas? Como os docentes exercem suas práticas de liberdade e o cuidar de si

(FOUCAULT, 2004)? E como essa dinâmica reflete em novas formas de organização do trabalho?

Para enfrentar essas questões que se colocavam frente à pesquisa, o critério de seleção dos trechos transcritos para análise foi a busca por similaridades e estranhamentos (BARROS, SILVA, 2013) ou perturbações através dos discursos dos docentes de administração na modalidade a distância nas universidades neoliberais. Perturbar no sentido de "afetar, colocar problema" (KASTRUP, 1999, p. 115), na contribuição para a análise dos processos de subjetivação dos docentes em suas diversas formas de existir à medida em que são constituídos pelas relações de poderes e saberes circulantes em determinado período histórico.

Para a escrita dos resultados, operei com seis dimensões: a primeira pretende trazer a identificação e as trajetórias na docência; a segunda dimensão realiza o mapeamento das práticas de biopolítica e governamentalidade neoliberal; na terceira dimensão analiso a noção de poder, saber que constituem os docentes; a quarta dimensão faz a articulação teórica na compreensão dos mecanismos de biopoder que contribuem nos processos de subjetivação dos docentes; na quinta dimensão debato sobre as novas relações de trabalho e na sexta dimensão apresento o movimento dos docentes em direção ao cuidado de si apresentado por Foucault. No entanto, é importante frisar que este esforço de análise pretende buscar conexões entre os fragmentos, mas não organizar e formatá-los para compor uma unidade, como um quebra cabeças com bordas bem delimitadas.

Para identificar os processos de subjetivação no trabalho, a cartografia não se trata de desenvolver algo, mas de enxergar e compreender os fenômenos existentes através de outro olhar. Nessa perspectiva, me interessa compreender as dinâmicas discursivas na modalidade de educação a distância nas universidades neoliberais e os padrões relacionais emergentes, bem como na questão da crítica de docentes no governo de si: "Como não ser governado assim, por aquilo?" (Foucault, 1990). Cooper e Burrell (1988) faz referência aos estudos de Foucault e sugerem que o pesquisador procure romper com os hábitos de uma rotina organizada e já colocada e passe a enxergar o mundo como se estivesse o olhando pela primeira vez, em uma tentativa de se libertar das formas normalizadoras de pensar legitimadas pela governamentalidade neoliberal.

Considerando o tema e os objetivos desta pesquisa, compreender os discursos que circulam sobre os docentes de administração em atuação na modalidade de educação a distância, é uma forma de examinar este fenômeno para além das práticas legitimadas de biopoder que atuam nos processos de subjetivação profissional e da regulação indireta dos corpos. A busca pela desconstrução dos discursos neoliberais contribui para o exercício do cuidado de si e das práticas de liberdade capazes de ressignificar e oferecer novas subjetividades que contribuem para a proposição de uma nova lógica de trabalho (NARDI, 2006).

Vale ressaltar ainda que o processo de análise permeou todo o caminho metodológico percorrido, com idas e vindas, levando a modificações na percepção e condução da pesquisa ao longo do caminho (RENAULT, 2019) e contribuiu para meu próprio processo de subjetivação como docente e pesquisadora, assim como espero que este trabalho afete os leitores que tiverem contato com o texto, de modo que se tornem analistas e, conforme Foucault (2010), agentes ativos na problematização dos acontecimentos que os rodeiam.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Sustentada pela teoria de Michel Foucault sobre biopoder e governamentalidade neoliberal a partir de uma perspectiva crítica, busco demonstrar por meio dos discursos dos 22 entrevistados, como acontecem os processos de subjetivação de docentes de administração em atuação na modalidade a distância em universidades neoliberais privadas na reprodução do discurso hegemônico capaz de endossar as assimetrias de poderes e saberes e produzir relações de trabalho vantajosas para as empresas de acumulação capitalista em detrimento de garantias sociais e do bem estar físico e psíquico dos trabalhadores. Apresento também uma possibilidade de reconstrução dos discursos através da reflexão crítica como resistência e exercício da parrhesia no governo de si e dos outros.

Por meio da técnica de manejo cartográfico, encontrei seis dimensões de análise: trajetórias na docência; biopolítica e governamentalidade neoliberal; poderes e saberes valorizados e desvalorizados; subjetividades; novas relações de trabalho docente e mudança social e práticas de liberdade: o cuidar de si. Apresento a caracterização dos participantes, suas trajetórias na docência e as dimensões de análise a seguir.

5.1 TRAJETÓRIAS NA DOCÊNCIA

Armando é um docente graduado em ciência da computação e possui título de mestre. Sua trajetória na docência iniciou após a conclusão do mestrado, quando foi convidado para dar aulas no curso de administração presencial e alguns anos depois começou a atuar no curso a distância. Atualmente leciona para o curso de administração a distância e para tecnólogos da área de gestão e negócios. Iniciou o doutorado, mas não concluiu devido à assunção de atividades no trabalho. Em uma mesma semana, transita por quatro municípios vizinhos, reside em São Carlos, São Paulo, e realiza sua atuação profissional em Jaú, Araraquara e Araras. Sua atividade profissional é exclusiva na docência. Atua como docente em duas instituições e com

serviços administrativos na outra, como coordenador de cursos à distância e pró-reitor Acadêmico.

Denilson é graduado em estatística e mestre em ciência da computação, reside em Fortaleza e atua em duas IES com regime de trabalho parcial e horista. Após concluir a graduação atuou por vários anos em empresas na área de tecnologia, onde ministrava treinamentos e tinha a intenção no futuro de ingressar na área da docência. Realizou o mestrado e conheceu um colega de turma que era coordenador do curso de administração de uma IES que fica a 180 quilômetros da cidade que reside. Este colega fez um convite para ministrar aulas em 2015. Denilson largou a área de tecnologia, aceitou o convite e passou a se dedicar somente à docência no modelo presencial. Dois anos atrás começou a atuar nos cursos de administração e gestão financeira na modalidade a distância.

Edmir é formado em Administração por uma instituição no interior do Estado de Minas Gerais. Após a conclusão do curso se muda para o interior do Rio de Janeiro para atuar na indústria de óleo e gás e segue para a capital, onde fica por 13 anos e conclui o mestrado. Embora sempre tenha tido vontade de atuar na docência, tem a oportunidade quando, por questões familiares, se desloca para o interior do Estado do Rio de Janeiro. Atua na docência a dois anos nos cursos de bacharelado administração (presencial e EAD) e engenharias de produção e mecânica e no tecnólogo em marketing (presencial) e em recursos humanos (EAD). É membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de administração.

Fernanda é paulista, graduada em geografia e administração e mestre em logística. Sua atuação profissional na docência do ensino superior iniciou-se em Brasília no ano de 2003 e migra para Fortaleza em 2006 por questões relacionadas ao trabalho na atuação no curso de administração na modalidade presencial. Em 2011 inicia sua trajetória como docente na modalidade a distância nos cursos de administração e nos tecnólogos em logística e processos gerenciais. Atualmente trabalha com a docência e com consultorias.

Graziele é graduada em administração e ciências econômicas, mestre em gestão empresarial. Iniciou na docência com uma disciplina no regime horista e foi ampliando sua atuação no decorrer dos semestres mudando para o regime parcial. Em determinado momento tinha o regime parcial em duas IES em Campos dos

Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro e teve a oferta de ser integral em uma delas, pediu demissão da primeira por considerar que o trabalho era menos alinhado ao que buscava profissionalmente. Atua na educação a distância desde 2009, quando a IES em que atuava iniciou suas operações na modalidade. Neste momento trabalhou com dois contratos de regime integral, um no presencial e um no EAD, situação que não existe mais por questões trabalhistas. Atua a três anos nos cursos de administração presencial e a distância, relações internacionais presencial e em diversos tecnólogos da área de gestão e negócios. Afirma que não escolheu a docência, mas a docência a escolheu, pois atuava no varejo e atendeu uma representante comercial que era professora e comentou que havia uma vaga, se candidatou e iniciou a atuação na docência como um complemento de renda, mas sua atuação foi se ampliando até se tornar sua atividade principal.

Gustavo atua como docente e consultor, é graduado em administração com habilitação em comércio exterior e atua em Minas Gerais. Diferente dos docentes apresentados até aqui, Gustavo não pensava em ser docente e atuava no mercado quando um ex-professor o convidou para substituí-lo em algumas aulas quando estava finalizando o MBA. Iniciou com aulas no final de semana para a pós-graduação *lato sensu* e depois migrou para a graduação, gostou e está na atuação há 20 anos nos cursos de administração, engenharias e relações internacionais na modalidade presencial e EAD.

Isabela é graduada em serviço social e mestre em sociologia política. Saiu de Itaperuna, sua cidade natal, para estudar em Campos dos Goytacazes, um município a 100 quilômetros de sua cidade, onde iniciou sua trajetória profissional como docente. Já sofreu um acidente na estrada ao dirigir na madrugada após uma jornada de aulas. Trabalhava em duas IES com disciplinas de ciclo básico para diversos cursos, administração inclusive. Uma das instituições finalizou suas operações em função da pandemia e todos os docentes foram demitidos. Ela permaneceu com vínculo por mais alguns meses, pois estava em período gestacional. Atualmente, tem vínculo trabalhista para a atuação nos cursos 100% EAD de uma universidade privada para os cursos de administração, engenharia de produção e tecnólogos na área de gestão e negócios, então seu deslocamento

acontece de forma esporádica, exercendo seu trabalho prioritariamente de forma remota.

Ítalo é graduado e doutor em física. Atua na disciplina de estatística na graduação de administração presencial e EAD em Goiânia. Começou sua trajetória como docente em cursinhos preparatórios para vestibular enquanto cursava a graduação e depois migrou para o ensino superior. Considera a administração uma área muito ampla e tem colegas que atuam no curso e são de formações diversas, como arqueologia. Assim como Mayara, pretende realizar concurso público para a docência em busca de segurança e autonomia profissional.

Jean é graduado, mestre e doutor em administração. Reside em Curitiba, mas sua formação acadêmica se deu parte em Curitiba, parte em São Paulo. Sua motivação para se tornar professor iniciou na família, pois sua mãe, sua tia e sua irmã são professoras. Na graduação se encantou em ir na frente da sala apresentar trabalhos e compartilhar conhecimento. A participação de projetos de iniciação científica e de congressos também contribuíram para a escolha profissional. No mestrado foi levado ainda mais para a docência e pesquisa, quando decidiu distribuir currículos em IES privadas e iniciou sua atuação em cursos de MBA. Ao se mudar para São Paulo para cursar o doutorado, concilia os estudos com o trabalho docente em uma IES paulista, que considera uma grande oportunidade de crescimento. Em 2017 se casa e retorna à Curitiba e inicia sua atividade na IES em que atua até hoje em cursos presenciais e EAD na área de gestão e negócios: bacharelado em administração e cursos tecnólogos. Em 2019 a IES em que trabalha passa por um processo de fusão e a operação do EAD migra para São Paulo, todos que atuavam no EAD em Curitiba foram desligados ou aceitaram se mudar para São Paulo e ter o registro em outro CNPJ.

João é graduado em administração pública e gestão financeira, especialista em marketing e mestrando em administração no estado de São Paulo. Iniciou sua trajetória profissional no mercado financeiro em um banco, depois seguiu para a atuação em alguns comércios e escritórios de contabilidade, mas sempre buscou um espaço na área docente, pois considerava que tinha vocação até conseguir uma oportunidade de trabalho em uma IES privada como tutor EAD, o que o transformou profissionalmente, pois até então não tinha muita satisfação no trabalho. Então

buscou entrar no mestrado para ter mais oportunidades profissionais, quando foi convidado a assumir disciplinas como docente. Atua exclusivamente nos cursos de administração, tecnólogo em gestão financeira e recursos humanos na modalidade a distância com seis disciplinas. A docência é sua atividade principal e pretende assumir uma coordenação no futuro.

Josiléia sempre optou por ser professora. Fez a graduação em pedagogia e formação de professores e atuou com o ensino médio com matrícula em uma escola estadual no interior do Rio de Janeiro. Depois fez a graduação em administração e foi convidada para trabalhar como docente em uma universidade. Diz que não está professora, mas é professora por atuar a mais de vinte e cinco anos no magistério. Começou a atuação no EAD em 2019 como professora e tutora no curso de administração. Sentiu bastante dificuldade na adaptação para a prática profissional com turmas a distância, mas percebeu que se não fizesse o movimento poderia estar ameaçada e optou por migrar. Recebeu o convite para fazer a coordenação de cursos, mas recusou por gostar da docência, já ser aposentada na matrícula do Estado e considerar que precisa da renda, mas não depende exclusivamente dela, logo, diz que o trabalho de coordenação não compensa os valores pagos.

Luana é natural do Rio de Janeiro e se mudou com a família para o interior do Espírito Santo. Relata que em sua época não havia essa oferta de bolsas de estudo para a realização de graduação, então com dificuldade, se formou em Direito aos 30 anos. Entre 30 e 40 anos fez o mestrado e doutorado em busca de recuperar o tempo que passou e depois disso não havia campo para trabalho em seu município, de 20 mil habitantes. Começou então a buscar oportunidades em municípios vizinhos, quando entrou como docente nos cursos de administração, direito na modalidade presencial e tecnólogo em marketing e recursos humanos na modalidade a distância, em uma faculdade no município de Castelo e em um Centro Universitário em Cachoeiro do Itapemirim, depois assumiu a coordenação de curso em chegou ao cargo de pró-reitora, que ocupa atualmente.

Luís optou pela profissão de docente, porque na época que estudava tinha professores que o levaram a querer ter um futuro igual ao deles. Luís relata encantamento pela profissão e desde que se formou, trabalhou aproximadamente cinco anos no setor privado fora da docência e quando teve a oportunidade, migrou

para a atuação em IES privadas, tendo à docência como sua principal fonte de renda. Tem experiência enquanto docente e coordenador em cursos na modalidade presencial e EAD no Paraná. Atualmente está desempregado. Atuou trabalhando alinhado às exigências institucionais quando se viu pressionado no ambiente do EAD e "explodiu em uma reunião" com vários coordenadores e diretores de centro. Se viu forçado a fazer uma entrega menor quando teve *burn out* a dois anos atrás. Foi afastado do trabalho por questões médicas e quando voltou, foi demitido. Atualmente busca candidatura em editais de concursos públicos para docentes.

Marcelo é de Santa Catarina e sempre teve vontade de atuar como docente, desde que estudava na escola fundamental. Começou a fazer administração e foi trabalhar em empresas e deixou um pouco a ideia da docência de lado, mas após cinco anos reconsiderou e começou a trabalhar durante o dia na empresa e a noite como docente em cursos técnicos em administração. A aquisição desta experiência foi suficiente para em 2014 iniciar na IES onde está até hoje como docente. Iniciou no ensino superior no curso de administração na modalidade presencial e migrou para a modalidade a distância, assumindo disciplinas nos cursos de administração, engenharia de produção e tecnólogos da área de gestão. A transição aconteceu com a demissão da empresa que trabalhava durante o dia e à docência se tornou sua atividade profissional exclusiva.

Marcus é graduado em ciências sociais e doutor em sociologia política. Iniciou sua atuação na docência no ensino médio em uma instituição privada e depois migrou para o ensino superior, também em uma instituição privada na atuação em cursos na modalidade a distância como tutor. A docência sempre foi sua atividade principal, mas nunca se enquadrou no que considera o modelo de docente que as instituições esperavam, por isso, não aceitava fazer "o que era necessário" para ascender e sentia que seu nome sempre aparecia para os processos de demissão. Atuava em uma IES no interior do Estado do Rio de Janeiro, mas foi demitido. Se recolocou em uma IES na grande Vitória/ES, onde atuou por 3 anos nos cursos de administração e na modalidade presencial e a distância. Precisava se deslocar quatro horas para ir e quatro horas para voltar durante a semana. Durante sua formação realizou concursos públicos e em 2019 foi convocado. Hoje atua em uma

universidade federal e considera que tem mais autonomia em sua atuação profissional.

Mariano sempre esteve envolvido com atividades relacionadas à docência. Durante a realização das graduações foi monitor de disciplinas e atuava profissionalmente lecionando em escolas de idiomas e depois no setor de treinamentos de uma empresa de carrinhos de bebê onde conhece o coordenador do curso de administração de uma IES paulista. Seu primeiro registro como docente no ensino superior ocorreu em 2009 derivado deste contato para atuar em uma disciplina em um grande grupo educacional, depois ampliou sua atuação para o EAD nos cursos de administração, tecnólogos da área de gestão e pedagogia. Atualmente reside a 22 quilômetros de distância de seus locais de trabalho e faz o deslocamento de segunda a quinta-feira. Mariano possui cinco graduações, cinco MBAs e é mestrando em administração.

Mayara é graduada em letras e atua com disciplinas do ciclo básico de diversos cursos, administração inclusive. Atualmente possui regime de trabalho parcial, pois teve redução no seu contrato em função da pandemia, o que a fez buscar outras alternativas e assumiu um contrato temporário como professora substituta em um Instituto Federal no interior do estado do Rio de Janeiro. Além das atividades de docência na IES privada, possui um projeto de incentivo à leitura e coordena o Núcleo de Cultura. Com o início da operação da IES no EAD suas disciplinas foram extintas na modalidade presencial e convertidas em disciplinas remotas, tanto para os cursos EAD quanto para os cursos presenciais, pois entraram na cota de 40% de disciplinas dos cursos que aconteceriam a distância. No momento se viu sem escolha e migrou para a modalidade a distância.

Paula é graduada em comunicação social com habilitação em relações públicas e mestre em cognição e linguagem por uma universidade pública no interior do estado do Rio de Janeiro. Após o fim da graduação trabalhou como relações públicas em uma empresa e, ao iniciar o mestrado, se encontrou com a possibilidade de atuação na área da docência ao realizar estágio em docência e acompanhar a prática de seu professor. Paula gosta muito de escrever e gosta da parte de produção de textos, artigos e relatórios de pesquisa. Em determinado momento, um contato em comum com o coordenador do curso de administração de uma IES

privada a fez saber que estavam precisando de uma profissional que atuasse nos cursos de administração e tecnólogo em marketing, que havia sido montado recentemente. Levou o currículo, fez uma aula teste e foi contratada. Foi franca ao dizer que não tinha experiência docente, mas que estava disposta a aprender. O coordenador ofereceu uma lista de disciplinas e perguntou quais ela poderia ministrar e montou os cursos do zero. Chegou bastante tímida e depois foi perdendo o medo, expandindo e tomando gosto pela área. Aceitou iniciar sua atuação na modalidade a distância nos cursos de administração, engenharia de produção e tecnólogo em marketing. Se sente diferente pois tem um perfil mais acadêmico, enquanto percebe que os colegas são valorizados por terem um perfil mais mercadológico.

Paloma é doutora, se graduou em administração com ênfase em comércio exterior no Estado de Minas Gerais e se mudou para o Ceará para cursar a pós graduação. Se estabeleceu profissionalmente como docente no Estado. Vive uma vida solitária e se dedica muito ao trabalho, com assunção de cargo de gestão na IES, além das atividades de docência na modalidade presencial e a distância nos cursos de administração, tecnólogos em comércio exterior, marketing e recursos humanos. Sempre que oferecem turmas ela aceita, porque usa o trabalho como uma fuga para se manter com a cabeça ocupada. Seu pai é idoso permaneceu em Minas Gerais.

Rafael é graduado primeiramente em tecnologia da informação e mais tarde em administração, com mestrado em engenharia de produção. Antes da docência, trabalhava em uma indústria familiar de empacotamento de grãos e fabricação de massas alimentícias. Ao finalizar a graduação de tecnologia da informação já sabia que queria atuar na área de gestão, mas não abandonou o curso para cursar administração naquele momento, optou por fazer pós-graduação, pois a docência já era algo que o encantava e em outubro de 2013 começou a fazer contato com algumas instituições prospectando a distribuição de currículos. Iniciou sua atuação no curso técnico em administração no município de Varre-Sai, interior do Estado do Rio de Janeiro, que ficava a cinquenta quilômetros da cidade onde residia. Após adquirir experiência, iniciou sua atuação no curso superior em administração em universidades de dois municípios no interior do Estado do Rio de Janeiro. O

deslocamento se tornou um problema e precisou se ajustar, mudando para a cidade em que atuava em duas instituições. Em determinado momento teve a oferta de ficar exclusivamente em uma IES na função de docente nos cursos presenciais em administração e EAD em administração e tecnólogo em marketing e na função de diretor da unidade.

Renan atua em Sorocaba, São Paulo, é graduado em administração com habilitação em comércio exterior, pós graduado em gestão estratégica de negócios, gestão universitária, mestre e doutor em educação. Seu regime de trabalho é integral, de 40 horas semanais. Sua trajetória na IES que atua iniciou quando ainda estava na graduação e era estagiário. Renan não objetivava ser docente, mas administrativo, cuidando da parte de gestão e planejamento da instituição. Ao terminar o mestrado surgiu uma oportunidade no curso de administração, e o coordenador fez um convite em 2009 para atuar com a disciplina Práticas de Pesquisa. O convite foi aceito e a atuação acontece até hoje, trabalha no curso de administração tanto no presencial quanto no EAD: "No início a docência foi algo que me assustou muito, mas hoje eu não me vejo fazendo outra coisa".

Teresinha é graduada em história e em ciências sociais, com mestrado e doutorado em sociologia política. Atua na docência do ensino superior em uma instituição privada e no ensino básico, nos ensinos médio e fundamental 2 em uma escola pública municipal no interior do estado do Rio de Janeiro. No ensino superior atua com vários cursos, administração e ciências contábeis inclusive, na disciplina de ética, que compõe o ciclo básico. Sua atuação até 2009 era exclusivamente na modalidade presencial, pois a universidade não atuava na modalidade a distância. A partir de 2009 foi levada a assumir disciplinas na modalidade a distância.

Após a apresentação das histórias dos docentes e como iniciaram sua atuação no ensino superior, apresento como essas histórias, experiências e comportamentos se conectam às dimensões de análise propostas.

5.2 DIMENSÃO BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL

"A universidade é o local onde se exercita o dimensionamento de um bem comum: a educação e o direito ao saber. Local de formação de pessoas, cidadãos que ali exercem um dos aspectos de sua cidadania: o direito ao conhecimento. Local de trabalho de professores e pesquisadores que transmitem conhecimentos aos seus alunos, os buscam através da pesquisa científica e os colocam a serviço da sociedade através de atividades de extensão"

(ALVAREZ, 2004, p. 100)

O conceito de universidade proposto por Alvarez (2004) está em consonância com os discursos circulantes nas universidades tradicionais, relacionados à construção de um espaço de produção e troca de conhecimento (OLUBUMMO; FERGUSON, 1960). No entanto, estas práticas vêm se transformando profundamente no Brasil nos últimos anos em decorrência da disseminação do discurso neoliberal na educação do país. Nesta primeira dimensão de análise, apresento como ocorrem as relações de poder, por meio dos discursos que circulam no campo da educação superior privada, a partir da biopolítica e da governamentalidade neoliberal (FOUCAULT, 2008b). Apresento a análise do contexto da educação superior, seguido de um olhar para as IES privadas, sobretudo na execução de cursos na modalidade a distância como dispositivo de poder reprodutor do discurso neoliberal.

5.2.1. O contexto da educação superior contemporânea

As práticas da educação superior contemporâneas, sobretudo no setor privado, são distanciadas daquelas apresentadas por Olubmmo e Ferguson (1960) nas universidades tradicionais, relacionadas ao espaço de produção e troca de conhecimento. Ao contrário, nas universidades neoliberais circulam discursos fortemente relacionados a reprodução dos interesses capitalistas, como apresentado no trecho da entrevista de Luana, que trabalha em uma IES independente e reflete sobre a prática destas universidades ao comentar sobre o cenário da educação superior:

É uma competição ferrenha. A educação virou um comércio e, como se tem pouca diferenciação, os diferenciais são fáceis de serem copiados. As

barreiras à entrada são diminuídas, ocorre briga de preços e uma disputa desenfreada por captação de alunos. Isso corrói completamente a ideia do que é uma instituição de ensino, você traz as universidades para uma lógica empresarial, voltada para o lucro e o ensino fica muito prejudicado (Luana).

O modelo neoliberal de redução da centralidade do governo e de ampliação das práticas de livre mercado direciona ao aumento da competição entre as universidades. O mercado se transforma em um lugar de formação dos jogos de verdade (FOUCAULT, 2008b) em que as práticas governamentais são realizadas de forma indireta, através de uma engenharia jurídica, burocrática e financeira que direciona a formação de um conjunto de regras que irão compor um padrão de verdade para a formação das relações de poder neste campo, com efeito, há uma conversão da operação para o mercado e a redução do número de questões a serem processadas por meio político, minimizando assim a extensão da atuação do governo.

No Brasil, este formato aconteceu após a orientação do Banco Mundial e do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (BANCO MUNDIAL, 1995; BRASIL, 1995), e levou à conversão do Estado como agente promotor para um agente regulador da educação. Deste modo, as empresas privadas começaram a surgir em maior número a partir de 1999, ofertando uma gama de cursos superiores, conforme a tabela 1 do número de IES públicas e privadas no Brasil de 1995 a 2021:

Tabela 1: Número de IES Públicas e Privadas no Brasil

Ano	Pública	Privada	Total	% Privada
1995	72	63	135	46,7
1996	72	64	136	47,1
1997	77	73	150	48,7
1998	77	76	153	49,7
1999	192	905	1097	82,5
2000	176	1004	1180	85,1
2001	183	1208	1391	86,8
2002	195	1442	1637	88,1
2003	207	1652	1859	88,9
2004	224	1789	2013	88,9
2005	231	1934	2165	89,3
2006	248	2022	2270	89,1

2007	249	2032	2281	89,1
2008	236	2016	2252	89,5
2009	245	2069	2314	89,4
2010	278	2100	2378	88,3
2011	284	2081	2365	88,0
2012	304	2112	2416	87,4
2013	301	2090	2391	87,4
2014	298	2070	2368	87,4
2015	295	2069	2364	87,5
2016	296	2111	2407	87,7
2017	296	2152	2448	87,9
2018	299	2238	2537	88,2
2019	302	2306	2608	88,4
2020	304	2153	2457	87,6
2021	284	2081	2365	88,0

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A partir dos anos 1990, sobretudo no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o cenário da educação superior se tornou altamente mercantilizado (CALDERÓN, 2013). Houve um salto de expansão da educação pela via privada, representando mais que 82% da constituição do ensino superior, principalmente com a criação do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), quando há uma conversão de recurso público destinado à educação através das IES públicas para as IES privadas (BRASIL, 2001). Neste sentido, o Estado se coaduna como um ator, dentre outros, encarregado de proporcionar condições mais favoráveis ao livre mercado e a competitividade das universidades, em detrimento da atuação como uma expressão política do interesse público e coletivo. Atua conforme a governamentalidade neoliberal e endossa a ampliação da oferta de ensino superior privado em alinhamento a uma questão de utilidade na oferta de cursos para formar sujeitos para o mercado capitalista (FOUCAULT, 2008b). Para Paula, a conversão do recurso público para o privado acarreta em problemas:

Hoje a educação superior virou um produto. O que antes era algo que talvez tivesse algum outro significado, hoje virou um produto, existe uma relação mercantilista fortíssima, tanto que principalmente, as instituições privadas de

ensino, são empresas. E o que elas estão vendendo? O que elas estão comercializando? Educação. Então a educação é tratada como tal. Se o aluno não pode pagar, ele não conta. Ele não consegue participar. Ele não consegue gozar daquelas aulas, das avaliações, mesmo que esteja inscrito em um programa de financiamento do governo, em determinadas instituições privadas, ele não consegue gozar do princípio básico da educação que é direito de todo cidadão (Paula).

A percepção de fragilidade no direito Constitucional à educação apresentada por Paula acontece no modelo de governamentalidade neoliberal (FOUCAULT, 2008b) quando o Estado deriva sua atuação para as IES privadas na promoção da educação superior. Neste sentido, os discursos podem estar relacionados com modelos empresariais que encaminham para a ampliação do acesso à educação superior *a priori*, mas que é guiada por elementos capitalistas e excludentes, quando o aluno está inscrito no programa de financiamento do governo, mas está em processo de renovação do cadastro, por exemplo, que de acordo com o relato de Paula, este aluno não consegue acessar as aulas e avaliações.

A maior oferta de cursos e vagas são elementos que endossam a noção de biopoder apresentada por Foucault (1999) como uma forma de poder que extrapola a atuação a nível individual para o controle de grupos de forma indireta e sutil (FLEMING, 2014) quando o governo oferece o credenciamento a diversas IES e amplia a oferta de vagas de ensino superior direcionadas a fatores utilitaristas. Atualmente no Brasil aproximadamente 88% das instituições de educação superior são privadas. Este movimento de conversão de recurso público para o setor privado, na privatização indireta da educação superior é observado com a distribuição de IES em funcionamento: há 313 instituições públicas e 2.261 privadas em operação no país. Com efeito, as IES privadas, tratadas aqui com a base teórica de universidades neoliberais, são distribuídas da seguinte forma: 1.832 são faculdades, 338 são centros universitários e 91 são universidades (INEP, 2022). Ou seja, a maioria (81%) das IES privadas são faculdades, com enfoque em uma área específica na oferta de atividades de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1996) como reflete Edmir.

A maioria das IES privadas são faculdades que oferecem cursos com o objetivo de vender a educação superior... Embora pela regulação as faculdades tenham que oferecer ensino, pesquisa e extensão, na prática elas oferecem atividades de ensino padronizadas e as ações de pesquisa e extensão são muito tímidas e acontecem de forma transversal para os cursos (Edmir).

O argumento de Edmir demonstra a forma mercantilizada em que a educação superior se apresenta no país, visto que as IES oferecem cursos padronizados, com operação em economia de escala (MAHNIC, 2022), ou seja, o aluno é capaz de sair do curso superior sem viver uma experiência concreta na realização de projetos de pesquisa e de ações de extensão, que demandam um tempo maior de execução e promovem a reflexão crítica através do enfrentamento de problemas concretos do entorno da instituição e, com efeito, oferece uma devolutiva à comunidade. Deste modo, a educação superior neoliberal se concentra no ensino, na reprodução de conteúdos e na formação de alunos de forma tecnicista e utilitarista, direcionados para atender as necessidades do mercado (GILL, 2009; Diário de bordo).

Ademais, a conversão de recursos públicos para o setor privado, ocorre com o acirramento da competição no mercado e o barateamento da oferta de cursos em detrimento da disposição de professores para as ações de ensino, pesquisa e extensão. No neoliberalismo a economia é regulada de forma indireta pelo Estado e as relações de troca social são preteridas para o endosso da manutenção e ampliação da concorrência entre as empresas. Embora a maioria das IES do país sejam faculdades, nelas estão matriculados apenas 13,4% dos estudantes de graduação (INEP, 2022), gerando um grande contingente de vagas ociosas e uma consequente disputa por alunos. Com efeito, a competição das IES no mercado se dá sobretudo pela briga de preços e pode refletir no quesito de qualidade, conforme argumenta Renan:

Infelizmente a educação tem se aproximado cada vez mais de uma mercadoria. E focar na educação como um produto é uma coisa que me assusta muito. Se a educação é um direito constitucional, um dos direitos fundamentais das pessoas, relacioná-la com produto... isso me assusta muito. Eu vejo que as instituições estão cada vez mais, principalmente as que têm finalidade lucrativa, fazendo um barateamento da educação[...] E quando você entende a educação como uma mercadoria, as instituições, principalmente as com finalidades lucrativas, têm trabalhado dessa forma, ou seja, eu vou oferecer algo muito barato no mercado deve haver prejuízo de algum fator, e ao meu ver, o prejuízo é na qualidade da entrega. Um curso aqui na minha cidade assusta muito, que a gente tem alguns cursos em EAD, que a gente chama de R\$ 1,99. Nesses dias eu até vi uma que oferecia por R\$ 99,00 nos seis primeiros meses (Renan).

O neoliberalismo, portanto, consome a liberdade dos sujeitos através de um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que organizam esta forma de governar (FOUCAULT, 2008b) e constituem os sujeitos normalizando estas práticas. O relato de Renan é um exemplo de que as IES assumem o papel de competição estrangulando sua operação para oferecer cursos a valores cada vez menores; os alunos optam por realizar um curso superior com base no valor da mensalidade e não pela instituição ou qualidade do material; os docentes aceitam assumir turmas com remuneração mais baixa; a regulação concede a ampliação do número de vagas e, com efeito, o modelo é reproduzido ampliando este discurso com a justificativa de geração de desenvolvimento econômico (DARDOT; LAVAL, 2016).

Luana atua em uma IES independente no Espírito Santo e introduz o argumento sobre a fusão de empresas em grandes grupos educacionais com atuação na bolsa de valores e possuem fundos de investimentos direcionado para a composição de grupos nacionais. Estes grupos, além do processo de fusão e aquisição, fazem *benchmarking* entre si e reproduzem suas práticas em mecanismos miméticos que tornam as universidades cada vez mais padronizadas e homogêneas (DEAN *et al.*, 2020) formando universidades "perfeitas" e indiferenciadas (WIENERS; WEBER, 2020). Esta semelhança e a consequente comoditização e briga de preços pelos grupos empresariais em atuação na educação superior brasileira reforça o contexto de competição neoliberal (McCANN *et al.*, 2020). Ademais, estes grupos se capitalizam e avançam na aquisição de IES médias, que por sua vez, incorporam ou canibalizam as pequenas formando um sistema cada vez mais homogêneo nas práticas e na forma de ofertar educação:

A gente não tem condição, as IES pequenas não têm condição de concorrer com os grandes grupos educacionais. E o que que vai acontecer em um futuro bem próximo, é o que eu acho: esses grupos vão comprar as maiores, como já está acontecendo né? O CADE autoriza e deixa na mão do mercado, pronto. Então o que é que vai acontecer: uma vai engolir a outra e depois vão deixar as pequenas quebrarem. Porque eu vou te dar um exemplo: você pega um grupo que usa celebridades e falam que a mensalidade do presencial custa R\$ 299,90 para qualquer curso e o EAD custa R\$ 199,99, qualquer curso. Isso é de quebrar qualquer um, porque o que as pessoas hoje não se interessam mais no aprendizado consciente. Elas querem título. Eu acho que o EAD trouxe isso com muita força: Ah eu tenho um título balançando, então estou apta (Luana).

A economia é um dispositivo do regime neoliberal que, juntamente com mecanismos políticos e jurídicos levam a constituição de jogos de verdade que direcionam a reprodução do modelo neoliberal importado de países como o Reino Unido, Alemanha e Estados Unidos. Com a desregulamentação da educação (BRASIL, 1995), o Estado assume uma postura de menor intervenção na operação da educação no país, ficando com o papel regulatório, no caso da educação superior, através do INEP. Os grupos educacionais então tomam força no Brasil e a educação se torna uma motriz de capital, inclusive estrangeiro. Atualmente seis grupos empresariais educacionais possuem capital aberto em bolsa de valores: a Ânima Educação, a Cogna, a Cruzeiro do Sul Educacional, a Ser Educacional e a Yduqs (BOVESPA, 2023).

Os dados do Censo da Educação Superior de 2021 revelam que a educação superior brasileira é majoritariamente privada. De um total de aproximadamente 1,5 milhões de vagas de graduação na rede privada contra 500 mil na rede pública (INEP, 2021). A conversão de recursos públicos para IES privadas e a ampliação do número de vagas, o que facilita o ingresso de novos estudantes e, por conseguinte, amplia a receita das empresas privadas, direciona a abertura de espaço no mercado para a expansão e a atração de investidores nacionais e estrangeiros em busca da composição e diversificação de suas carteiras de investimento.

Os grupos educacionais presentes no Brasil estão apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 - Grupos educacionais com capital aberto no Brasil

Grupo	IES	Número de estudantes	Polos EAD	Valor de mercado (bilhões)
Ânima	AGES	390 mil	550	5,02
	Anhembi Morumbi			
	Ebradi			
	FADERGS			
	FASEH			
	FPB			
	Gama Academy			
	HSM			
	IBMR			

	INSPIRALI			
	Le Cordon Bleu			
	Learning Village			
	Milton Campos			
	São Judas			
	Singularity Brasil			
	UNA			
	UNIBH			
	UNICURITIBA			
	UNIFACS			
	UNIFG			
	Uniritter			
	UNISOCIESC			
	UNISUL			
	UNP			
	Kroton			
	Platos			
Cogna	Saber	888 mil	1536	7,62
	Somos Educação			
	Vasta Educação			
	Centro Universitário Brás Cubas			
	Centro Universitário Cesuca			
	Centro Universitário de João Pessoa			
	Centro Universitário FSG			
	Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio			
Cruzeiro do Sul	Centro Universitário UDF	407 mil	1300	5,05
	Cruzeiro do Sul Virtual			
	Faculdade São Sebastião			
	Módulo Centro Univversitário			
	Universidade Cruzeiro do Sul			
	Universidade de Franca			

	Universidade Positivo			
	Universidade UNICID			
	UNAMA			
	UNESC			
	UNIFACIMED			
	UNIVERITAS			
Ser	UNINORTE			
Educaci	UNINASSAU	300 mil	300	2,15
onal	UNINABUCO			
	UNIFAEL			
	UNG			
	UNIJUAZEIRO			
	UNIFASB			
	Faci			
	UniFacid			
	Facimp			
	FMF			
	Ibmec			
	UniFanor			
YDUQS	UniFavip	1 milhão	2.030	9,85
	UniFBV			
	UniMetrocamp			
	UniRuy			
	Universidade Estácio de Sá			
	UniRuy			
	UniToledo			

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Estes grupos empresariais de educação neoliberais passaram a fazer parte do sistema de educação superior brasileiro e capta uma parcela cada vez maior do mercado, sobretudo com o aporte de capital estrangeiro, capaz de investir grandes cifras para garantir sua participação nas IES brasileiras, o que leva a formação de oligopólios compostos por empresários que possuem interesses capitalistas

(BITTAR, 2012; GILL, 2009). O grupo Cruzeiro do Sul, por exemplo, possui na composição de sua estrutura societária, capital estrangeiro de Cingapura (CRUZEIRO DO SUL, 2022). A internacionalização e o desenvolvimento econômico ilimitado com a atuação de acionistas no mercado mundial é uma característica neoliberal (FOUCAULT, 2008b). Ademais, a abertura de capital e o aporte de acionistas faz com o que a educação superior no país seja gerenciada por administradores profissionais que utilizam técnicas de mercado relacionadas a racionalização de custos, otimização de recursos e economia de escala para a redução de custos operacionais na educação (BITTAR, 2012; MAHNIC, 2022), com efeito, proporciona aos empresários e acionistas o aumento dos seus lucros e a retroalimentação deste ciclo.

Sem embargo, a reflexão sobre o modelo em que a educação superior no país assume, leva ao argumento de que a mercantilização do ensino modificou a questão da autonomia presente no modelo de universidade apresentado por Alvarez (2004) no início desta seção. De acordo com Marcelo, a universidade deixa de ser um espaço visto como uma comunidade de acadêmicos que atua de forma coletiva, com o enfraquecimento da prática colegiada com tomada de decisões democráticas (WILLMOTT 2013), e passa a ser um local comercial, indiferenciado e direcionado a um discurso de metas, resultados e medidas de desempenho para com a finalidade de acumulação e distribuição de lucros.

Eu não sei o que vai acontecer. Eu acho que é uma incógnita. Porque a situação está insustentável, né? Eu acho que hoje as instituições pequenas estão morrendo, falo até a exemplo da nossa, encerramos o curso presencial, porque os grandes grupos estão dominando nas ofertas das modalidades presencial e a distância (Marcelo).

O trecho de Marcelo reforça o que Mahnic (2022) entende como o fortalecimento da iniciativa privada e o engendramento de grandes conglomerados em oligopólios em um setor que se consolida em uma economia de escala, sobretudo com o uso de tecnologias de informação (BITTAR, 2012) na qual os grandes grupos adquirem as IES menores e ampliam a oferta de educação a distância, com a prática de preços mais baixos e táticas empresariais para a captação e retenção de alunos. A ampliação das receitas com a concentração de matrículas leva a uma maior acumulação de capital, desenvolvendo desta forma, um

forte interesse econômico de grupos empresariais para a educação privada. Isabela passou pela experiência de trabalhar em uma IES que foi adquirida por um grupo educacional e relata sobre sua percepção na mudança da forma em que as relações aconteceram no ambiente universitário:

A IES foi comprada por um grande número de acionistas, capital de investidores não só do Brasil, mas também de fora. Engraçado que quando temos acionistas nós não sabemos de fato quem são nossos donos. A gente tem noção as vezes de quem é o sócio fundador, o sócio majoritário, é a figura que aparece e tal, mas a tendência desses grandes grupos é a gente ver cada vez mais essas ações até um outro acionista pegar a quantidade de ações, então ele manda mais. Após a venda para o grupo, a comunicação não foi horizontalizada, na verdade ela ficou muito mais verticalizada. Para ter acesso ao meu coordenador ficou muito mais difícil, muito mais frio, mais profissional, descaracterizando o ambiente do ensino superior como um ambiente, de fato afetivo, de relações interpessoais, de bom diálogo e comunicação (Isabela).

A mudança que Isabela percebe está em consonância com a reestruturação neoliberal que trata Young (1998) e Benner (2017). Quanto mais as empresas se tornam multinacionais, mais elas perdem o seu poder crítico. Nestas instituições, a ação sindical tende a se reduzir a uma representação formal, fundada mais sobre regras legais do que em lutas coletivas. Neste sentido, Isabela reafirma um elemento presente no argumento de Zawadzki e Jensen (2020), relacionado ao enfraquecimento das relações interpessoais e a valorização do interesse próprio e do individualismo a partir das reformas neoliberais.

Portanto, além da oferta de cursos superiores, os grupos educacionais se configuram como empresas em seus modelos de gestão, conforme Munro (2012) e McCann e colaboradores (2020). O grupo Ser Educacional, por exemplo, possui outros negócios correlatos à educação em um ecossistema de educação continuada capaz de gerar receitas auxiliares como, por exemplo, o sistema de gestão de provas chamado Prova Fácil, uma fintech para financiamento estudantil e uma produtora de conteúdo (SER EDUCACIONAL, 2022). A criação de empresas acessórias para dar suporte ao negócio principal é uma forma derivada do modelo neoliberal, na busca de diferenciação competitiva (GEMELI; CLOSS; FRAGA, 2020). E neste contexto, a educação a distância é capaz de ampliar fortemente a noção de escala e de acumulação capitalista.

5.2.2 A educação a distância como dispositivo neoliberalizante

A educação a distância potencializa a governamentalidade neoliberal ao reproduzir os jogos de verdade que compõem a ordem do discurso nas universidades (MARAVELIAS, 2020; MOONEIRUST, 2019). O biopoder orienta reprodução dos jogos de verdade através de dispositivos presentes em diversos aspectos sociais nas práticas dos atores como o governo, a partir da regulação; das universidades, com a oferta de cursos; dos alunos, na vivência universitária contemporânea e de outros agentes que influenciam e são influenciados por este campo, ao reforçar ou criticar os formatos de educação que constituem o ensino superior no país. Para Foucault (2008a), estas técnicas biopolíticas reprodutoras do discurso neoliberal operam de modo a reduzir os graus de liberdade dos sujeitos e, portanto, a capacidade de exercerem autoridade sobre suas vidas.

Graziele argumenta sobre a educação a distância como um elemento que endossa a governamentalidade neoliberal ao ampliar as assimetrias por meio de dispositivos de saberes e poderes que encaminham a aplicação de conteúdos padronizados, ofertados em escala e, por conseguinte, a formação de sujeitos dóceis voltados para a indústria que compõe a educação contemporânea em uma dinâmica de mercado ao ampliar a conversão do processo educacional em prestação de serviços norteados por princípios mercantis (SOUZA-SILVA; DAVEL, 2005).

O EAD vem para potencializar isso, porque embora se tenha investimento em infraestrutura tecnológica, não é necessário altos investimentos com infraestrutura física, é possível concentrar turmas e um maior número de alunos por professor, o que gera uma economia de escala: coloca mais aluno para dentro, dilui as turmas de vários cursos diferentes de uma mesma área com disciplinas afins em turmas muito maiores conduzidas por um único professor e um tutor, ou muitas vezes, só por um professor/tutor, que acumula as duas funções. Quem ganha com isso? Não é o aluno, não é o professor, não é a formação daquelas pessoas, mas são as instituições (Graziele).

A ampliação da malha de atuação do ensino superior no país através da educação a distância pode, por um lado, estar orientada para a democratização do ensino para uma parcela da população historicamente excluída da educação (SILVA JUNIOR; MARTINS, 2013), mas por outro lado, a expansão indiscriminada amplia as

assimetrias relacionadas a realidade neoliberal de acumulação através da apropriação do ensino superior por uma lógica de mercado (TROWLLER, 2000), acarretando vários problemas que precisam ser debatidos para a o trabalho dos docentes e para a formação dos alunos (GILL, 2009).

A tratativa de alunos como consumidores, o uso de pesquisa de satisfação do aluno, a reformulação da natureza do ensino em termos instrumentais, utilitários e funcionalistas ligados ao mercado e o direcionamento das práticas docentes e administrativas da IES para atender as expectativas destes alunos clientes, muitas vezes está ligada a execução de uma graduação com pouco aprofundamento teórico ao receber material resumido, padronizado e com pouco viés prático na execução dos cursos (diário de bordo), conforme o relato de Mariano.

Então eu tenho um "sanduíchão" que é oferecido para todo mundo e da mesma forma. O aluno não tem mais acesso ao professor diretamente, ele tem acesso ao tutor e acaba não reclamando porque ele fala o seguinte: ah! eu pago 49,90, eu tenho lá o livro, os exercícios, eu tenho uma vídeo aula que foi gravada, então para mim está excelente... porque ele paga muito pouco e ele mesmo percebe o produto como uma troca de baixa qualidade (Mariano).

Mariano argumenta que a relação do aluno com a instituição de ensino se torna uma relação de consumo, em que de um lado, a instituição pretende reduzir seus custos a partir do uso de tecnologias da informação para executar a preparação de material de forma padronizada e diluir a oferta em diversas regiões do país e do mundo. Em contrapartida, o aluno orientado por questões econômicas, opta por realizar o curso em instituições com o menor valor de mensalidade, não questiona o modelo oferecido e reproduz os discursos aliados com a governamentalidade neoliberal (FOUCAULT, 2008b). Marcelo apresenta mais um ponto relacionado à ampliação da atuação das IES privadas no que diz respeito à produção de material didático.

As instituições oferecem o EAD como uma receitinha de bolo. Todo mundo oferecendo a mesma coisa e por mais que cada um tente elaborar seu próprio conteúdo, a metodologia acaba sendo muito parecida e é a metodologia do quanto menos custo melhor... A instituição que eu estou comprou disciplinas dessas prontas que vendem por aí, mas eram provisórias, porque como tinha dado um boom no EAD e as nossas estavam sendo desenvolvidas, mas hoje as que você tem aí são produzidas pelos

docentes da IES, tem todo um roteiro para produção de disciplinas, bem complexo assim (Marcelo).

O argumento de Marcelo aponta para a homogeneização de serviços para atender a demanda crescente, primeiro com a aquisição de material de terceiros, que podem ser utilizados por diversas IES e segundo com a produção própria de material didático a partir de um roteiro com processos bem definidos. Este fato, modifica a atuação docente reduzindo a autonomia profissional (HOULDEN; VELETSIANOS, 2020). Embora uma abordagem do ensino a distância seja a de oferecer um trabalho flexível, livre dos limites de tempo e espaço, o discurso do trabalho docente neoliberal revela rigidez na construção de disciplinas ao professor ser levado a atuar com material didático de terceiros ou a produzir seu próprio material a partir de processos pré determinados e estrutura pedagógica rígida. Ademais, os docentes são pressionados com horários fixos e prazos de entrega definidos. Desta forma, segundo Gaulejac (2007) o docente pode trabalhar em quaisquer tempos e espaços, desde que assuma os riscos, atenda as exigências, resolva os problemas, suporte o estresse e execute seu trabalho conforme as determinações das IES. Neste sentido, Rafael problematiza a questão da oferta de disciplinas e cursos em larga escala e as consequências para a qualidade.

A guerra de preços, esse baixar o preço traz para a gente uma necessidade de produção em larga escala. Eu acho que quando você vai falar de uma produção em larga escala, no caso da educação, isso tende a impactar na qualidade do ensino, na qualidade do ingresso e assim sucessivamente. Muitas vezes as instituições não têm condições de trabalhar a questão da minimização do preço e impacta diretamente na qualidade do ensino (Rafael).

A questão da instrumentalização do ensino na produção em larga escala e os reflexos na qualidade apresentada por Rafael encaminham para uma lógica de controle gerencial pautada na maximização de lucros e minimização de custos do trabalho acadêmico com o uso de escala para a oferta de cursos, sobretudo no formato de educação a distância. Houlden e Veletsianos (2020) trazem o argumento de que o uso de técnicas gerencialistas consome as liberdades dos sujeitos e realizam o controle através do biopoder, modificando as relações de trabalho docente. Um exemplo da aplicação do discurso gerencialista é observado no argumento de Renan:

Eu vou trazer um fato que eu presenciei, de um dono de um grande grupo educacional, que foi em uma palestra, que era focado para esse público de instituições privadas e ele falou assim para um auditório com 300 pessoas: "vocês aí no fundo estão me ouvindo? com o microfone. Todo mundo: sim. Então, nós estamos aqui com 300 pessoas e você está me ouvindo aí no fundo. O MEC diz que eu não posso ter uma turma com 300 alunos porque isso atrapalha o processo. Aí todo mundo Aaaa, bateu palma. Como se o processo de aprendizagem fosse só de escuta né? Como se não tivesse a troca. Não é uma palestra. Quando você pega uma disciplina de 40 horas, que dá duas aulas por noite para um aluno ou pega uma de 80 horas que são 4 aulas, você não está fazendo palestras durante 20 semanas, você está fazendo um processo dialógico, de troca com os estudantes (Renan).

Renan faz uma crítica à fala do dono do grande grupo, ao argumentar que o processo educacional é maior que a escuta passiva de informações por parte dos alunos. A abordagem crítica não é uma oposição à educação flexível (HOULDEN; VELETSIANOS, 2020), mas sim uma pretensão de refletir sobre o tema e ampliar o debate, conforme Renan problematiza. O processo de expansão da educação a distância foi potencializado sobretudo após a pandemia do coronavírus, pois dada a necessidade sanitária de isolamento social, de acordo com Zanoni (2021) os modos de produção foram desorganizados e reorganizados, a educação no formato gerencialista inclusive, conforme relatam Luana e Paula:

Quando a pandemia chegou, a gente não tinha mais saída. E com o avançar da pandemia, nós percebemos que os nossos alunos não queriam mais voltar ao que era. Eles queriam algo mais elástico, mais dinâmico (Luana).

O ensino à distância saiu de coadjuvantes para protagonista. Foi o momento do EAD. Não poderia haver momento melhor, por mais catastrófica que fosse a situação da pandemia, não poderia ver momento melhor para o EAD brilhar. Tipo assim: agora é a minha vez, os meus 15 minutos de fama. E o EAD ficou tão popularizado que a gente agora ainda está gozando do EAD. E graças a pandemia a gente está aprendendo a utilizar várias plataformas de comunicação remota não apenas para dar aula mas para fazer todas as nossas coisas. Coisas que a gente já poderia estar fazendo antes, como uma reunião como eu e você aqui, por exemplo (Paula).

As reflexões de Luana e Paula estão em consonância com o argumento de Mezzadri (2022) ao perceber que a pandemia amplia as vulnerabilidades e as desigualdades que contornam a vida capitalista neoliberal. Neste sentido, as IES percebem a oportunidade de ampliar as operações na educação a distância no formato de busca por eficiência produtiva com a maximização de receitas e redução

de custos. Portanto, os grandes grupos educacionais, inseridos na lógica capitalista neoliberal tiveram suas operações ainda mais potencializadas.

A base de alunos foi ampliada em todos os grupos nos resultados do terceiro trimestre de 2021 para o terceiro trimestre de 2022. O grupo Ânima aumentou sua base de alunos em 206,3%, totalizando 69,1 mil alunos (ÂNIMA, 2022), sobretudo com contribuição dos cursos a distância. O grupo Ser Educacional também relatou ampliação de 28% do seu total de alunos, deste total, 62,5% da base de alunos somente na educação a distância (SER EDUCACIONAL, 2022). Na Cogna houve uma ampliação de 21,5% do volume de alunos captados na modalidade a distância no período e a modalidade a distância contribuiu com a ampliação de 20,8% em termos de receita (COGNA, 2022). O grupo Cruzeiro do Sul ampliou sua base de alunos em 16,7% no período, com a geração de R\$ 175 milhões de caixa, e 118% do EBITDA (CRUZEIRO DO SUL, 2022). No grupo YDUQS a educação a distância é responsável por 31% da composição total da receita (YDUQS, 2022). No entanto, os altos níveis de competição aliados a baixa procura por alunos levam a redução da oferta de cursos em diversas IES privadas no país ou até ao fechamento de cursos, gerando receio da comunidade acadêmica sobre demissões de professores (SALDAÑA, 2022).

A Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS) em 2022, através de uma nota à imprensa optou pelo fechamento de cursos de diversas áreas, gestão inclusive, sob a justificativa de potencializar seu portfólio de cursos em conexão com as demandas do mercado, dizendo que "O contexto do ensino superior brasileiro mudou radicalmente ao longo dos últimos anos" e que "houve significativa redução do número de matrículas... resultado da crise econômica do país, da redução expressiva do financiamento público para o ensino superior e da pandemia" (UNISINOS, 2022, p. 1). Em função disso, informou que a decisão ocorreu como uma ação do planejamento estratégico do Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2025 para "promover o equilíbrio financeiro da instituição e a preparação para crescer de forma sustentável nos próximos anos, através do processo de desativação de parte de seus cursos" (UNISINOS, 2022, p. 1). Este discurso está alinhado com Saldaña (2022), ao revelar o fim das operações por interesses financeiros e a consequente demissão de docentes que ofereceram sua capacidade

intelectual para o desenvolvimento dos cursos, bem como os discentes que serão redistribuídos em outras IES para finalizar seus cursos.

A pandemia tencionou a educação para o uso de tecnologias de informação e comunicação, levando a prática docente para uma execução de forma remota conforme o discurso de flexibilização do trabalho a qualquer tempo e lugar (HOULDEN; VELETSIANOS, 2020) direcionando os docentes para processos de subjetivação neoliberais (FOUCAULT, 2008b) que serão discutidos em profundidade na seção 5.3. Ademais, a problematização desta prática, através da reflexão crítica, permite ampliar o debate e oferecer formas criativas e mais justas nas relações de trabalho docente (BOZUKRT *et al.*, 2020) como será debatido na seção 5.7.

O crescimento do ensino a distância é percebido pelo volume de ingressos de alunos. Em 2011 a participação percentual de ingressantes em cursos a distância era de 18,4%, em 2021, houve um aumento desta participação para 62,8%, seguida de queda nos ingressos em cursos na modalidade presencial (INEP, 2021). As IES privadas recebem a maioria destes ingressantes, conferindo altas receitas para as universidades neoliberais. A contribuição da receita líquida da Ânima de 2021 para 2022 teve variação positiva de 187%. Deste total, 79,7% é oriundo do ensino digital (ÂNIMA, 2022). A expansão de polos pode ser responsável por este crescimento, devido a maior capilaridade de atendimento em diversas regiões do país. A concentração das operações em grandes grupos educacionais e a ampliação da oferta nos polos tem impacto direto na atuação docente, como apresentado por Fernanda:

O ensino à distância é muito mais concentrado no centro-sul: os professores, as aulas gravadas. Para o professor, para o tutor não tem muita abertura para isso em outras regiões do país. Aqui no Nordeste, se você deixar currículo e for em uma dessas universidades, elas têm bastante por aqui, mas elas dizem logo, não a gente não contrata aqui, porque é tudo muito voltado para sede e a sede é no Paraná, no Rio de Janeiro. O material é todo elaborado lá. Isso é para o professor, porque para o aluno não, para o aluno tem muita oferta aqui no nosso mercado (Fernanda).

Fernanda traz a realidade da falta de oportunidade para a atuação docente na modalidade a distância em determinadas regiões do país, devido a concentração das operações de educação a distância na sede das IES, geralmente em capitais nas regiões centro-sul do país. Este discurso reforça a teoria da gestão dos sistemas

socioeconômicos para a circulação de fluxos de capital (MUNRO, 2012; McCann *et al.*, 2020), sobretudo nas regiões em que as sedes das IES se instalam e endossam a competição não somente entre as IES, mas também entre os profissionais para assumirem essas vagas escassas. Com efeito, há uma regulação indireta através do biopoder (FOUCAULT, 2008b) orientado para a constituição da subjetividade dos docentes como sujeitos empreendedores e competitivos na disputa por essas vagas. Ademais, Renan problematiza a oferta através da sede para as diversas regiões do país:

A gente sabe as consequências disso: É um corpo docente genérico, não qualificado para atender as especificidades de cada região. O material que se oferece lá em Curitiba é o mesmo que eu ofereço em Sorocaba. Se faz um padrão nisso e essas coisas me assustam um pouco (Renan).

A padronização da oferta de cursos e a massificação da entrega da educação superior através da educação a distância, presente no argumento de Renan e na teoria da educação neoliberal orientada a um modelo de educação superior, cujo valor é sobretudo econômico (LAVAL, 2019), e leva a uma formação profissional docente orientada para a reprodução de elementos genéricos e aplicáveis a diversas regiões, bem como para atender a dinâmica do mercado contemporâneo (GEMELI; CLOSS; FRAGA, 2020). Há, portanto, uma transformação da figura do professor a partir do uso das tecnologias de informação e comunicação na operação da educação a distância, conforme presente no trecho de Grazielle.

O professor tem uma pseudo autonomia. Você tem a sensação de que você tem autonomia para trabalhar de casa, mas fica preso ao computador no sábado de 14h às 19h. E não pode sair porque tem turmas te aguardando para entrar ao vivo. Então você até escolhe o seu tempo e espaço de trabalho, mas até a página 2, porque não tem essa autonomia assim para redefinir os horários. Você precisa estar em um local com boa internet, com o ambiente preparado para a realização de uma vídeo chamada - a gente precisa fazer cursos para isso. Sobre os conteúdos a autonomia é menor ainda, quase zero. A gente recebe o material pronto e repete, repete, repete. Você acha que tem mais autonomia, mas no privado, é bem engessado (Grazielle).

O professor assume o papel de idealização e concepção de materiais didáticos centralizados em grandes grupos empresariais que distribuem o material para todo o país, logo, um curso superior é concebido por um número pequeno de

professores especialistas ou adquirido por empresas produtoras de conteúdo terceirizadas. Ademais, o processo educacional se torna um modelo industrializado (PETERS, 2001) através de nova divisão do trabalho, emergindo a figura do tutor, um desdobramento da função docente. De acordo com Belloni, (2009, p. 83) o tutor "orienta o aluno em seus estudos relativos à disciplina pela qual é responsável, esclarece dúvidas e explica questões relativas aos conteúdos das disciplinas". Portanto, há uma modificação nas relações de trabalho docente na modalidade a distância com a função da tutoria, que pode ser exercida por um trabalhador dedicado exclusivamente a esta função ou ser acumulada pelo docente-tutor, conforme apresentado por Armindo:

O que eu vejo é que a figura do tutor concorre com o professor. São funções diferentes, mas os professores se submetem a fazer o que o tutor faz, para que eles tenham um lugar ao sol. Para que eles entrem e tenham uma oportunidade na instituição, eu já contratei vários professores assim: "Olha professor, eu já tenho o professor nessa disciplina e tal tal tal, mas estou precisando de um tutor para esse professor. E ele diz: não, não, eu aceito". Então você contrata o professor como tutor e conforme for tendo oportunidade, for abrindo cursos você alça ele como professor para ser responsável por disciplinas do outro curso. Aí que está a diferença, o professor na modalidade EAD é o responsável pela disciplina, ele é o responsável por fazer o conteúdo, ele é responsável por ver o desempenho dos alunos nas avaliações, ele é responsável por fazer as avaliações e corrigir as avaliações, por orientar o tutor, mas o que acontece é que eu não tenho um professor para cada disciplina, como normalmente eu tenho no presencial. Eu tenho um professor que é responsável por várias disciplinas. E aí que vem a concorrência né? Você tem um professor que é responsável por várias disciplinas, mas aí você poderia ter outro. Aí você vai ter uma concorrência maior entre esses professores que estão pretendendo entrar no mercado, mas assim, todos os dias a gente recebe oferta de professores pedindo, solicitando uma vaga no presencial ou na modalidade EAD mesmo E eles até colocam, aceito ser tutor e tal tal (Armindo).

O exemplo de Armindo reforça o argumento da educação como um bem econômico (LAVAL, 2019) no discurso contemporâneo de busca por eficiência produtiva na fragmentação de atividades entre professor e tutor, em detrimento da razoabilidade da atuação profissional na assunção de um grande número de turmas, com um número grande de alunos e, por conseguinte, com impactos na qualidade do ensino superior pela busca do lucro no curto prazo (SOUZA-SILVA; DAVEL, 2005). O modelo de educação a distância é capaz de potencializar a conversão do processo educacional com uma base de busca por conhecimentos para a prestação

de serviços orientado por princípios mercantis. Em consequência disso, Gustavo reflete sobre o acesso dos estudantes às IES:

Hoje está muito banalizado, as universidades, até a federal mesmo, que tinha um nível de exigência um pouco mais alta no vestibular, flexibilizou muito a entrada. As particulares nem se fala... tem muitas faculdades, muitas IES no Brasil que você nem precisa fazer prova mais para entrar. Então eu vejo assim, o acesso à universidade aumentou, o que é bom nesse sentido, a questão da democratização do ensino, do acesso, mas em termos de qualificação eu achei que piorou. Então eu achei que teve uma involução nesse sentido. As federais estão cada vez mais sucateadas, sem recursos, sem investimentos. As privadas, cada vez mais disputando clientes e não alunos. Então eu vejo que a gente teve uma perda em termos de qualificação e formação no geral no Brasil (Gustavo).

A constatação de Gustavo, sobretudo com relação às IES privadas, está em alinhamento com os princípios mercantis na educação (SOUZA-SILVA; DAVEL, 2005) através da facilitação da entrada de alunos que representam receitas derivadas dos pagamentos de matrículas e mensalidades que, junto com a redução de custos no uso de tecnologias de informação e comunicação, são capazes de conferir a maximização de lucros e reforça as IES como um espaço de acumulação capitalista (PETERS, 2001; SENNETT, 2011). Deste modo, a lente econômica se torna a diretriz das práticas de educação superior no país (FOUCAULT, 2008b), com a contribuição da educação flexível para a transformação da educação em uma indústria contemporânea. Porém, a educação a distância não foi concebida neste formato, mas sim como um meio de expansão e democratização do ensino (PETERS, 2001):

O EAD foi criado para atender a pessoas que moravam longe. E não tinham condições de chegar a uma universidade mais próxima, colocando o nome universidade para faculdades e centros universitários para ficar uma via só. Mas enfim, viram que isso é uma mina de ouro, uma mina de ouro (Luana).

O argumento de Luana reforça a percepção de alteração no discurso das universidades com relação à forma de conduzir as práticas de ensino, pesquisa e extensão do modo descrito por Alvarez (2004) no início da seção para o modelo contemporâneo de educação neoliberal direcionado à acumulação capitalista. Luana está de acordo com Peters (2001) quando apresenta o modelo de educação a distância como uma forma de certificação em larga escala e aproxima a educação

de uma produção industrial taylorista-fordista com maior fragmentação e divisão do trabalho na figura do tutor e do docente, na produção em massa, na economia de escala, na concentração de recursos e na centralização administrativa, na mecanização, padronização, racionalização trazendo a educação para uma linha de montagem.

As práticas de ensino a distância nas universidades são direcionadas para o modelo neoliberal, orientado para uma adaptação do modelo educacional para se ajustar aos requisitos de satisfação do aluno consumidor para ter uma melhor experiência de consumo, independente do compromisso com os marcos de aprendizagem necessários para a execução do curso superior, conforme questionado por Costa (2009) e presente na fala de Terezinha:

Eu vejo isso trabalhando com educação à distância desde 2019. O acesso, o perfil dos alunos talvez, em sua maioria, não conseguiriam frequentar um curso presencial. Tanto pela questão do trabalho, horário de trabalho, dinâmica de trabalho, quanto pela questão do custo mesmo, né? Porque o EAD torna o curso mais barato que o presencial, então acho que Isso é bacana eu tenho até vários relatos de alunos que sinalizam isso poxa tem muito tempo que eu quero fazer um curso superior e eu nunca tive a possibilidade, agora com o EAD eu tenho a possibilidade de realizar meu sonho. Então eu acho que esse é um papel muito importante do ensino à distância, né? Qual seria o ponto aqui que eu acho um pouco problemático? É que a maior parte das instituições trabalham com ensino à distância em uma perspectiva de escala. Então para que essa escala aconteça, para que você alcance as métricas, essa baliza da qualidade não é muito pesada. Então há elementos que vão facilitar muito, não só o ingresso, porque o ingresso é muito facilitado, mas a permanência de um aluno e a conclusão de um curso. Isso eu vejo como preocupante porque esse cara vai para o mercado, ele vai sair da universidade com diploma apto, em tese, para acessar o mercado e desenvolver a profissão dele, mas dependendo de como essa formação se deu a gente vai ter uma mão de obra digamos assim precária, no sentido de conhecimento de técnica (Terezinha)

A problematização de Terezinha revisita o discurso de Gustavo e o direcionamento aos princípios mercantis (SOUZA-SILVA; DAVEL, 2005) com a facilitação do ingresso, da permanência e da conclusão deste aluno. Portanto a educação é vista como um produto e as universidades neoliberais se aproximam cada vez mais de empresas capitalistas, caracterizadas pela forte ação de estratégias de marketing para atrair, conquistar e fidelizar os alunos/clientes (BITTAR, 2012) e, por conseguinte, enfrentar a ampla concorrência que se concretizou no contexto da educação superior após as reformas neoliberais

transformando a educação superior num grande supermercado, em cujas prateleiras estão repletas de produtos e serviços de graduação e disputam a atenção e o desejo dos consumidores, como segue Terezinha:

A guerra de preços se instala... principalmente na oferta de cursos a distância: compre um curso de pós e ganhe outro... qualquer curso por X reais de mensalidade... promoção Black Friday... promoção Black Week... bolsas de estudo de até 40%, 50%, 60%, 70%... isenção da matrícula... isenção das 3 primeiras mensalidades... curso em dobro... descontos para pagamentos à vista... descontos no curso todo (Terezinha).

A percepção de Terezinha está relacionada com os argumentos de Bittar (2012) e Gaulejac (2007) no discurso das IES em suas ações de marketing na busca por competitividade no mercado neoliberal. Com efeito, os processos de comunicação nas ações de marketing dessas universidades refletem esta prática com frases como: "Aprimore seu conhecimento de forma rápida e prática" provocando uma simplificação e um aligeiramento (FOUCAULT, 2008b) na formação do ensino superior. O relatório de apresentação de resultados de um grupo com capital aberto na bolsa de valores informa a seus acionistas sobre o avanço nos processos através dos canais digitais de forma automatizada ao oferecer rapidez na realização do processo de matrícula, sendo possível concluir todo o processo em menos de 15 minutos (YDUQS, 2022). Ora, nesta configuração com processos bem definidos, onde está o ambiente de troca de experiências, os corredores universitários para que se possa interagir, problematizar, trocar experiências entre alunos, docentes e técnicos administrativos? E ainda, neste formato, como propor alternativas e devolutivas sociais?

Ao analisar o site de relacionamento com os investidores da Ânima percebo que a empresa utiliza a métrica de qualidade na busca de competitividade ao apresentar que é a quarta melhor empresa na categoria de serviços de educação no ranking *Top Open Corps* e possui bons resultados no Enade 2021. A questão da qualidade (Gaulejac, 2007), como uma característica do discurso neoliberal está presente nos *banners* da página, em destaque para atrair a atenção dos sujeitos. Há destaque também para a premiação do CEO como executivo de valor por suas

habilidades de liderança e gestão de suas organizações. Estes destaques incentivam a busca pelo primeiro lugar (FOUCAULT, 2008b) e orientam os processos de subjetivação da comunidade acadêmica.

Em alinhamento ao discurso neoliberal, o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP, 2023a) incentiva as IES privadas a participarem de rankings educacionais para fortalecer os indicadores para terem uma "melhor excelência na atração de docentes e estudantes qualificados". Conforme explica Zawadzki e Jensen (2020), o uso de métricas de desempenho parametrizam o trabalho acadêmico e transformam os docentes em sujeitos reprodutores de processos em busca de atingir pontos para subir no ranking, tornando-os cada vez mais indiferenciados. Portanto, as universidades neoliberais se configuram em um conjunto de práticas em que o curto prazo substitui o longo prazo e a busca do ganho imediato substitui a oferta de uma educação de qualidade, com efeito, na prática as universidades neoliberais na operação do modelo de ensino a distância são intelectualmente flácidas (WIENERS; WEBER, 2020) e reprodutoras de conteúdo com pouca reflexão e problematização.

A reprodução de conteúdos e a similaridade entre as IES é observada no fato da expansão da capilaridade e a entrada de um maior número de alunos não significar melhor desempenho na formação dos alunos. O atributo de qualidade, ao qual as universidades neoliberais utilizam em suas ações de marketing para a atração de alunos, como a nota do Enade, são questionáveis. O resultado do exame indica que das cinco universidades com capital aberto, três possuem mais de 50% dos conceitos insatisfatórios (notas 1 e 2) e somente dois grupos possuem algum percentual de notas 4 e 5. Portanto, o percentual de aproveitamento é muito baixo, com a distribuição de 47% de notas insatisfatórias (1 e 2), 47% de notas 3 e somente 6% de notas 4 e 5 em um grupo e outro grupo, 40% de notas 1 e 2, 52% de notas 3 e 8% de notas 4 e 5 (HOPER, 2021). Ademais, somente 2% dos cursos à distância no país atingiram nota máxima no Enade em comparação com 6% dos cursos presenciais em 2021, deste total, somente 1,5% das instituições privadas com fins lucrativos obtiveram nota 5 (PALHARES, 2022).

Isso porque, de acordo com Mello (2019) as universidades neoliberais selecionam os alunos que irão fazer as provas de forma orientada e não aleatória,

direcionando somente os alunos com desempenho superior. A prática é realizada a partir da formatura antecipada dos estudantes com desempenho inferior, que poderiam diminuir a nota média da turma. Além disso, Marcus apresenta também prática de redução da autonomia docente ao orientar sobre a forma de cobrança dos conteúdos nas disciplinas de modo a preparar estes alunos para realizarem questões no modelo ENADE:

Ah, claro! Eu não poderia deixar de mencionar as famosas provas no modelo ENADE. Esse é um caso à parte, que até hoje esse é um caso para a gente refletir, porque efetivamente é o processo de conhecimento sendo adequado ali ao nível dos índices de avaliação que são quantificadores do processo. E se são quantificadores, são redutores de complexidade (Marcus).

Desta forma, as notas dos cursos podem ser ainda piores do que as apresentadas nos relatórios oficiais. As práticas fraudulentas buscam a manutenção do aspecto de qualidade (GAULEJAC, 2007), mesmo que ele não esteja presente naquela universidade. Os dispositivos legais que compõem a regulação do ensino superior funcionam como mecanismos biopolíticos que endossam a governamentalidade neoliberal.

A expansão dos cursos à distância foi intensificada no país a partir de um dispositivo legal, o Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que flexibilizou as normas de credenciamento de cursos no que diz respeito à abertura de polos. O governo atua de forma indireta, permitindo que as universidades ampliem sua malha de atuação e, por conseguinte, a sua prática na oferta de cursos em diversos locais. Outro ponto relevante na regulação a partir deste decreto é que para a abertura de polos de educação a distância deixa de ser necessário que as IES solicitem o credenciamento do polo para a autorização de cursos, bem como reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, logo as IES credenciadas passam a ter autonomia para a criação de polos, sendo obrigadas somente a informar ao MEC que houve uma criação ou extinção de polos (BRASIL, 2017d). Este dispositivo permitiu que as IES ampliassem sua operação de forma exponencial, com o número de polos e, por conseguinte, da oferta de vagas para o ensino superior.

Além disso, o processo regulatório para a autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores se concentra na avaliação da

sede sob os parâmetros das dimensões de projeto pedagógico, corpo docente e infraestrutura física. Logo, não há qualquer análise da operação dos cursos nos polos, local onde os alunos irão realizar efetivamente o curso, conforme argumenta Armindo:

Então começaram a facilitar tanto a entrada quanto a formação do aluno, por exemplo, nós temos um problema competitivo enorme com esses grandes grupos, principalmente em termos de custos. Nós temos um custo razoavelmente alto e a gente procura ofertar um curso de qualidade e para isso a gente precisa de uma estrutura por trás, tecnologias e tal, tudo. Aí vem um grupo grande, ou uma instituição que aproveita as brechas nas leis, que eu acho que tem muito. Para mim, particularmente, acho que esse negócio de abertura de polos sem passar por avaliação não deveria existir, porque se eles fiscalizassem esses polos, aí seria algo de interessante, mas na prática, têm polos que não possuem a menor disposição de recursos para executar um curso superior. Ou ainda, nem existem, é um escritório compartilhado (Armindo).

Desta forma, os alunos executam seus cursos na modalidade a distância conforme modelo pedagógico e corpo docente e tutorial concentrado em sua maioria na sede, mas com relação a infraestrutura física, na prática, os locais que os alunos efetivamente utilizarão não são avaliados. Neste sentido, a lógica econômica e mercadológica se sobrepõe a lógica educacional, sobretudo nas empresas com capital aberto, orientadas a produção de resultados em ritmo muito acelerado para atender as demandas competitivas do mercado com pressão por resultados e reprodução de processos padronizados direcionados a eficiência da produção em detrimento da prática analítica e reflexiva (GAULEJAC, 2007) sobre os cursos ofertados e a formação profissional derivada deste espaço.

A análise de documentos públicos disponíveis no portal do investidor dos grupos educacionais direcionam a constatação de que os aspectos da governamentalidade neoliberal está fortemente presente na postura de competição destas empresas, bem como o discurso neoliberal hegemônico que circula e é reproduzido na busca de se posicionar no primeiro lugar (GAULEJAC, 2007), como no relatório de apresentação de resultados e relacionamento com investidores do grupo Cruzeiro do Sul (2022) que apresenta "inequívoca liderança em qualidade em comparação com as outras empresas listadas em bolsa - notas 4 e 5 no IGC do MEC/INEP".

5.2.3 O EAD e o ressurgimento do taylorismo na educação

Para se manter competitiva, a universidade neoliberal utiliza de técnicas gerencialistas alinhadas à cultura empresarial e a ampliação do fluxo de capitais e a acumulação capitalista (MUNRO, 2012; McCANN *et al.*, 2020). Esta prática é incorporada em elementos subjetivos através dos mecanismos de biopoder (FOUCAULT, 1988, 1999, 2008a, 2008b) na busca de tornar os sujeitos governáveis (LEMKE, 2002; SOUZA, 2013) e constituir sujeitos dóceis, alinhados à reprodução da governamentalidade neoliberal que objetiva a acumulação capitalista e a atividade corporativa agregada ao ensino, naturalizando práticas no campo do ensino que até então estavam presentes no mundo das empresas (ALCADIPANI, 2011), como o estabelecimento de metas a serem cumpridas, a avaliação de resultados (GEMELLI, 2020) e a otimização dos espaços físicos com a aglomeração de alunos de cursos diversos em disciplinas do ciclo comum de cursos (DIÁRIO DE BORDO). Neste sentido, o docente assume atividades administrativas para além daquelas atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, como argumenta João:

A gente tem cobrança tanto de relatórios de organização interna quanto pelo desempenho dos alunos do EAD. As cobranças que a gente tem para entregar relatório, entregar inclusive desempenho dos alunos né? A gente é cobrado pelo desempenho dos alunos... se eles estão aprovando. Se todos eles estão reprovando ou tropeçando em alguma etapa do curso, por que isso está acontecendo, por que a gente não olhou para isso antes? E eu acho que é importante uma análise dos professores sobre o nível de aprovação de alunos, mas tornar isso um relatório a ser entregue, uma métrica, uma obrigação, isso se aproxima muito do que é cobrado no setor gerencial, de empresas, de indústrias mais tradicionais ou de empresas mais flexíveis, né? Mas no ensino superior é diferente (João).

O relato de João demonstra o que Zawadzki e Jensen (2020) compreendem como a quantificação de desempenho e ideal de controle ao levar os docentes a exercerem uma atividade inserida em uma prática gerencial. Desta forma, os sujeitos podem ser comparados, classificados e governados. A governamentalidade neoliberal atua de forma indireta e reorienta as práticas para a reprodução de mecanismos capitalistas voltada para o controle das massas através do biopoder (FOUCAULT, 2008a; McKINLAY, CARTER; PEZET, 2012). O biopoder constitui os

sujeitos e se expressa nos processos de subjetivação profissional contemporânea dos docentes de administração em atuação na modalidade a distância, através do gerencialismo, que mobiliza a subjetividade dos trabalhadores para a execução de técnicas relacionadas ao desenvolvimento individual a favor da empresa (SOUZA; CARRIERI, 2014b). Com efeito, a atividade docente fica prejudicada como aponta Edmir:

Quando a gente encaminha para algumas escolas que estão colocando muitos alunos por turma e somente um professor a disposição de todas aquelas pessoas, cai a qualidade. Porque você vai estar falando como um papagaio para todo esse público. Porque a aula está gravada e você está ali passando o conteúdo, mas o atendimento destes alunos de forma individualizada, com aquela carga de qualidade é impossível. Porque é muita gente! Você precisa responder o óbvio e acelerar porque já tem o próximo. Você vai corrigir? Vai. Você vai corrigir tudo, mas eu tenho certeza que nem todos os professores vão pegar todas as questões abertas e ler com aquela riqueza de entender cada palavra que o aluno tentou escrever. Entendeu? Entendeu. Não entendeu? Passa para próxima... Então há um risco de você mecanizar até a correção dos exercícios que você dá (Edmir).

O argumento de Edmir representa a prática de atuação docente na modalidade a distância para executar o volume de serviço derivado da concentração de alunos por turmas e do volume de turmas assumidas. Assim, os docentes se inserem como peças na engrenagem de operação da educação superior em formato industrial (Peters, 2001), em linha de montagem, com respostas prontas, superficialidade nas interações e mecanização de respostas. Ademais, conforme reflete Isabela, o docente atua como um operário reproduzidor de conteúdos padronizados:

A gente tem quase zero autonomia, tudo é padronizado. O sistema de notas é padronizado, a forma de fazer as provas é padronizada, a forma de fazer os exercícios de casa é padronizado. A aula tem que ter elementos de metodologia ativa. Então você fica completamente amarrado, não tem autonomia para preparar uma aula (Isabela).

O exemplo de Isabela demonstra como as IES orientam as práticas docentes para a execução da oferta de cursos de acordo com padrões que levam a uma maior eficiência produtiva mas, por conseguinte, a falta de diferenciação e ao risco de homogeneização do ensino (DEAN *et al.*, 2020; McCANN *et al.*, 2020) e consequente falta de análise e reflexão sobre o entorno para a realização das trocas

de conhecimento, que estão nas bases da prática universitária (OLUBUMMO; FERGUSON, 1960; ALVAREZ, 2004). Com efeito, a autonomia docente é erodida quando a IES o direciona a assumir atividades mercantis como a captação de aluno, conforme relatado por Denilson e Edmir:

Nesse ano ficou pior por causa do baixo número de alunos, a gente tem que se juntar ao pessoal do marketing o tempo todo para fazer captação de aluno (Denilson).

Quem está na chuva é para se molhar, não é? Então em épocas de final de semestre os professores são convocados a estarem presentes em momentos específicos onde o mercado está disponível. Que mercado era esse? Os alunos. Então a IES monta formas de divulgação como listas para telefonar para os alunos potenciais, stands no shopping no final de semana, participa de gincanas de ensino médio, feiras de profissão ou quando os alunos vão fazer a prova do Enem. É o auge da campanha de captação. Então os professores são divididos em grupos, cada grupo de professores vai para uma tenda na porta das escolas que executam a prova do Enem. E ali você faz a divulgação né? Entrega o folder da sua escola, tira dúvida de futuros candidatos, entrega algum brinde que fizesse alusão a escola. E no meu caso de professor, junto com os meus colegas, a gente fica ali na tenda como um suporte para tirar dúvida, dizer o quão a escola é boa. Dar a referência da escola. A sua presença ali faz muita diferença, porque o futuro candidato já vê quem é o professor (Edmir).

A assunção de atividades como o exemplo do Edmir tem associação com o argumento de Alcadipani (2011) na conversão da figura do professor do papel de ensino, pesquisa e extensão para um papel mercadológico, que não mede esforços para fazer a divulgação de cursos e a atração de alunos, fora de seu horário e ambiente de trabalho. Com efeito, há a transferência do ato de ensinar para uma prática de retenção de atenção daquele cliente/aluno a qualquer custo (WOOD JR, 2016) na execução de práticas palatáveis ao consumo da educação superior no sentido de configurar o papel do professor em um ambiente diverso da sala de aula. Na educação a distância esta prática é percebida com o incentivo das IES para que os docentes criem blogs, perfis em redes sociais como um canal de atração de público consumidor (Diário de campo).

Além dos esforços para a atração de alunos, João percebe que: "é algo direcionado ao faturamento na faculdade particular. Eles tentam evitar o conflito para aumentar o seu faturamento". Conforme Fuller (2003) esta mudança na forma de atuação acontece quando o aluno deixa de ser considerado um cidadão em busca do conhecimento e passa a ser visto como um consumidor. Neste sentido, para

atender os desejos e necessidades dos alunos/consumidores, os cursos são simplificados e os docentes são submetidos a avaliação de desempenho para medir a satisfação do cliente, de maneira similar a de empresas (ALCADIPANI, 2011). Ademais, como forma de atração de alunos para a realização da matrícula nas IES, Edmir apresenta um formato de experimentação de cursos em que participa:

No início dos semestres, a gente chama isso de ambientação. Na primeira semana, acontece às vezes de você ter alunos que são contactados pelo marketing para poder fazer parte de uma turma. Estes alunos estão ali no momento da "degustação do curso". Sabe? O que teria naquele curso? Na semana de ambientação a gente faz aulas mais gerais, mais atrativas, para que o aluno tenha a percepção do que é o curso e qual é a estrutura da escola para dar suporte a eles (Edmir).

Após este trecho da entrevista com Edmir, imediatamente tomei nota no diário de campo para refletir: ora, é possível apresentar um curso superior em uma semana? Ao avançar nas entrevistas percebi que a intenção da IES com este discurso não é, de fato, oferecer uma real ideia da composição do curso superior, mas se trata de mais um elemento que reforça a biopolítica neoliberal (FOUCAULT, 2008b) ao envolver discentes e docentes na relação de atração para a conversão de matrículas, o que Bittar (2002) chama de caça aos alunos, em um vale tudo para atrair, as IES realizam mecanismos para disputar a atenção e o desejo destes consumidores.

Ademais, os aspectos competitivos vêm se acirrando de tal forma no ensino superior que as ações de captação de alunos deixaram de se concentrar no último semestre do ano com aporte de verbas de marketing para estas ações, mas segundo SEMESP (2023b) as IES realizam a captação de alunos em fluxo contínuo e percebem mais conversão de matrículas. O sindicato sugere a realocação dos investimentos de marketing para alocação em períodos pós resultados de programas de financiamento do governo e no desenvolvimento de processos de matrícula online por meio do site, WhatsApp, aplicativo, redes sociais e na contratação de profissionais de apoio responsáveis pela captação.

A governamentalidade neoliberal constitui os sujeitos e os levam a normalizar as transformações estruturais que a educação vem sofrendo no país. Neste sentido, o ciclo de neoliberalização se retroalimenta, pois há de um lado a oferta de cursos expressos, a distância, com materiais padronizados e direcionados para o mercado,

e de outro lado, a demanda de educação pelos alunos que buscam um formato de educação flexível. Os aspectos biopolíticos constituem os sujeitos e (re)constroem os processos de subjetivação dos alunos, conforme relato de Gustavo e Isabela:

O que a gente está vendo que está chegando de aluno é, de fato, desanimador, porque a gente vê que eles só querem o diploma técnico e rápido. Tem instituições que caem nessa jogada e pronto e aí faz o currículo quadrado ali, técnico, então formou, ele tem as habilidades para trabalhar no negócio, mas não desenvolveu nenhum aspecto comportamental, sociológico, psicológico, humanista, extensionista e por aí vai (Gustavo).

Os estudantes, de uma forma geral, ao invés de cobrarem por uma boa didática, pelo aprofundamento do conteúdo, para transmitir o conhecimento de forma que se envolvam na transmissão de saberes, eles querem o diploma. E o que é instituição quer? Quantidade, porque os cursos de EAD são mais baratos que os presenciais, então eles ganham na quantidade. É totalmente mercantil mesmo a relação. Eu tive, por exemplo, um grupo de alunos em 2020 que pediu para não dar 1 hora de webinar que era muito tempo, pediram para dar meia hora, 20 minutos para assistir depois. Disseram que está muito grande e não conseguem assistir (Isabela).

Através da governamentalidade neoliberal coadunam-se os interesses das IES e dos alunos para a execução do ensino superior. As IES buscam ampliar o número de alunos para ter altas receitas e os alunos buscam um curso superior facilitado, expresso, tecnicista, que possa ser realizado em paralelo com outras atividades e com dedicação mínima para a aquisição de habilidades utilitaristas para o mercado. Neste sentido, Bittar (2002) apresenta as IES como uma fábrica de diplomas com diversos cursos em prateleiras na busca de consumidores. Em suma, o que está à venda é a educação superior. Armindo argumenta sobre a ampliação dos cursos superiores de grau tecnológico:

O curso de administração, você tem a parte de gestão de pessoas, uma parte de logística, uma parte de algumas outras áreas e quando você faz um tecnólogo em RH, você vai ser especialista naquela área. Outra coisa, o custo é menor. Aí ele fala: nossa! Eu vou ficar 5 anos pagando, às vezes é um aluno de FIES, aí ele já projeta a dívida que ele vai ter depois, ou ele é um aluno que estuda com bolsa porque a gente oferece programa de bolsa interna aqui com financiamento também então ele projeta isso e falou bom fazendo as contas, eu vou fazer um tecnólogo (Armindo).

A ampliação dos cursos tecnológicos é uma forma de emergência do desenvolvimento neoliberal para atender às condições expressas e voláteis do mercado em detrimento da reflexão e da produção de conhecimento. Segundo o

Censo da educação superior (INEP, 2021), o ingresso de alunos no grau tecnológico foi ampliado em 163,7% no período de 2011 a 2021. E aproximadamente 80% dos cursos superiores de grau tecnológico no país são na modalidade a distância (INEP, 2021). O exemplo de Armindo representa a extrapolação da lógica econômica para diversos aspectos da vida social (FOUCAULT, 2008b). A oferta de cursos superiores como produtos submetem a relação universitária a valores contemporâneos como eficiência, competitividade e rendimento, convertendo o espaço antes destinado exclusivamente para a produção e disseminação de conhecimento em um espaço mercantil. O discurso reproduzido na governamentalidade neoliberal é capaz de gerar o assujeitamento e (re)formular subjetividades direcionadas a manutenção do *status quo* e a regulação do Estado no controle das populações de forma sutil, através das técnicas de biopoder (FOUCAULT, 2008a).

Essa relação de ensino aprendizagem contemporânea a partir da ampliação da educação a distância direciona os processos de subjetivação docentes para a construção de um sujeito que atua como uma engrenagem na máquina e não como um sujeito produtor de novos conhecimentos, com criatividade e inovação. O docente, portanto, deixa de ser aquele sujeito pensante e se torna um executor de tarefas padronizadas e definidas a priori com foco nas práticas gerencialistas de maximização de eficiência produtiva para a universidade. A função docente é deslocada da sala de aula e dos laboratórios para as práticas administrativas e se configuram como caçadores de alunos, por exemplo, como um peça das ações de marketing para fisgar os alunos/clientes e ampliar a receita das IES. Ora, esta prática aproxima a educação do modelo taylorista, portanto a educação a distância endossa e faz ressurgir o taylorismo no ensino superior.

5.3 DIMENSÃO PODERES E SABERES VALORIZADOS E DESVALORIZADOS

A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata somente de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata, somente, de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que universidades.

Trata-se de manter uma atmosfera de saber para se preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva.

(Teixeira, 1998, p. 35)

Este trecho de Anísio Teixeira, educador e escritor brasileiro, mostra a universidade como um ambiente dinâmico, de efervescência de ideias e práticas capazes de prover desenvolvimento social frente aos desafios aos quais a humanidade é submetida. Segundo Teixeira (1998), a universidade é responsável pela formação profissional, pelo alargamento intelectual dos sujeitos em contato com o saber nas ações de ensino, pelo desenvolvimento do saber através das ações de pesquisa e extensão e da transmissão da cultura comum. No entanto, as universidades neoliberais estão voltadas para a expansão do ensino superior através da predominância de interesses privados e a educação é tomada como um serviço prestado, uma mercadoria.

5.3.1. Dispositivos de poder neoliberalizantes

Na governamentalidade neoliberal os discursos, práticas e dispositivos estão orientados a ampliação da noção de liberdade dos sujeitos, no entanto, o Estado exerce uma regulação sutil e indireta, a partir da criação de mecanismos de controle das liberdades individuais. Nas universidades neoliberais, este pensamento está fortemente presente. Deste modo, segundo Allen (2011) o sujeito se torna o panóptico de si mesmo e reproduz as práticas discursivas para endossar a governamentalidade neoliberal conforme relato de Luís:

Na privada, quem não caminha no trilho, está fora. Quem não joga o jogo nas quatro linhas, está fora. Quem não jogar o jogo, pode esquecer... Uma vez a coordenadora me chamou e falou: professor, você tem que entender que você está em uma instituição privada. Para nós o senhor é despesa e o aluno é receita. E eu falei assim: tá bom professora, já entendi (Luís).

A prática assumida por Luís representa o assujeitamento às relações de poder hegemônico circulantes no campo das universidades neoliberais. É um contrassenso, pois embora a Constituição de 1988 determine que as universidades: "gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (BRASIL, 1988, p. 123). No entanto, a prática frente a este dispositivo legal é adaptada conforme o discurso gerencialista de aumento de eficiência na produção da educação, redução de custos, economia de escala e ampliação de lucros. Deste modo, as universidades neoliberais cumprem o dispositivo legal no exercício das suas autonomias, porém, as práticas de obediência ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão podem ser questionáveis, com efeito, no modelo de educação a distância.

Os formatos contemporâneos de educação se inserem em uma agenda de poder neo disciplinar através do biopoder (FOUCAULT, 2008a) no sentido de promover o governo de grupos e populações. O gerencialismo, por exemplo, é uma técnica de governo de trabalhadores que tenta oferecer uma imagem positiva, pragmática e liberal do exercício profissional (GAULEJAC, 2007). Neste sentido, cria uma aleturgia de individualismo e incentivo à competição e na responsabilidade do sujeito pelo seu sucesso ou fracasso (ASHCRAFT, 2017) que, com efeito, neutralizam reivindicações coletivas e enfraquecem as solidariedades, como a percepção de Isabela sobre a relação entre os docentes:

É uma competição entre os professores, quem é o mais criativo? E um fica trocando experiência com outro do que deu certo e tudo mais, agora tem a gamificação, que é gente, justamente aquele trem de múltipla escolha que você coloca em um aplicativo para os alunos brincarem com aquilo (Isabela).

No exemplo de Isabela é possível perceber que os sujeitos estão fortemente constituídos por elementos neoliberais como a orientação ao empreendedorismo, a competição e a reprodução dos discursos neoliberais (MOONEIRUST, 2019) no desenvolvimento de técnicas educacionais mais atrativas. Neste espaço, segundo Gaulejac (2007), o trabalho é apresentado como uma experiência estimulante, enriquecedora, e cada trabalhador deve se sentir responsável por seus resultados, portanto, deve se desenvolver para apresentar novas competências como a

criatividade trazida por Isabela para atrair e manter alunos com novas dinâmicas educacionais que, em última instância, visam a acumulação de lucro nas universidades neoliberais.

O docente é constituído por uma reconfiguração profissional em que a produção de conhecimento é secundária frente ao desenvolvimento de habilidades sociais no sentido de assumirem os riscos associados à sua prática (FLEMING, 2014; WEISKOPF; MUNRO, 2012), sobretudo na gestão do processo de ensino-aprendizagem mediado por tecnologias de informação e comunicação e da capacidade de atrair, impressionar e estimular o aluno a se matricular e permanecer no curso. Neste sentido, a cultura neoliberal do empreendedorismo (FOUCAULT, 2008b) se aplica ao trabalho docente contemporâneo. Há, portanto, uma pseudo sensação de autonomia, conforme relatado por Graziele:

A gente acha que tem autonomia, mas nosso trabalho é altamente controlado. Nosso acesso ao sistema é totalmente controlado. Um controle que vai desde a foto de perfil que eu coloquei, se coloquei ou não porque precisa colocar, até se a foto é muito formal ou muito informal. Além disso, há controle de acessos no AVA, no sistema acadêmico, nas disciplinas, no tempo de respostas para o aluno, nas possíveis reclamações, nos recursos das questões elaboradas, em tudo (Graziele).

O exemplo de Graziele demonstra a circulação do biopoder, em que o docente inserido nos dispositivos neoliberais tem uma pseudo sensação de autonomia, atraído pela ideia de trabalhar a "qualquer tempo" e a "qualquer lugar" e reproduz os jogos de verdade circulantes na universidade neoliberal (NARDI, 2006). No entanto, a vigilância se torna menos disciplinar (FOUCAULT, 1979) e assume mais um caráter coletivo, contínuo (FOUCAULT 2008b). Graziele traz a prática de alimentação das plataformas de forma padronizada e com forte vigilância nos acessos e nas inserções realizadas na plataforma pelos docentes. Gaulejac (2007) e Moisander (2018) apontam que essa vigilância indireta de acessos, computadores, horários, etc é uma forma de exercício do biopoder em que há uma ampliação de liberdade em relação a execução das tarefas a cumprir, no entanto, há uma exigência drástica da entrega de resultados. Ademais, a forte cobrança por entregas está presente na entrevista de Edmir:

Tínhamos fortemente uma cobrança. A gente recebia disparos de e-mail, alerta né? Falando que tal conteúdo está faltando, e que tal conteúdo deve ser lançado até o dia tal. Então a gente ia sendo bombardeado por alertas diários de que o tempo está acabando. E fora isso o coordenador ligava, avisava, mandava e-mail sobre a urgência da disponibilização do material na plataforma. E a secretaria também cobrava bastante (Edmir).

A cobrança para as entregas está alinhada ao discurso neoliberal de urgência, instantaneidade, reatividade imediata e produtivismo em que o profissional deve estar atento todo o tempo para responder às demandas de trabalho que se tornam cada vez maiores e, quiçá impossíveis de serem atendidas. Deste modo, o docente está superocupado com atividades operacionais, visto que muitas vezes o aluno neoliberal busca respostas fáceis e rápidas através do acionamento do docente ao invés de buscar por si as informações presentes na plataforma. O docente neoliberal em atuação das IES privadas, por sua vez, se mantém alerta e tem o retrabalho de fazer as respostas para os alunos para garantir a manutenção de seus empregos. Com efeito, os docentes além de assumirem esses papéis, entram em uma lógica competitiva (GAULEJAC, 2007) em que o produtivismo e o ativismo se tornam fins em si mesmos e a concorrência, a busca pelo primeiro lugar, em ser o melhor, o mais rápido, o mais lembrado, é o desejo da maioria dos docentes.

Ademais, embora o modelo de educação a distância possa oferecer uma forma de trabalho virtual através da mediação de tecnologias de informação e comunicação com certa flexibilidade de atuação no tempo e espaço, muitas instituições mantêm técnicas indiretas de controle individual dos sujeitos (MARAVELIAS, 2020), conforme relato de Edmir. Neste sentido, a cobrança da presença física dos docentes no espaço da universidade demonstra que, embora o trabalho seja mais flexível, as técnicas gerencialistas permanecem direcionadas a busca por controle e a captura das subjetividades dos docentes, deixando-os, *a priori*, reféns desta liberdade vigiada externamente pelas IES e automonitorada pelos sujeitos:

Eu preparei o material, entreguei para escola, a turma foi montada pela escola e começou o curso, aí apareceram as demandas semanais e diárias de atendimento de alunos. Coisa que eu acreditava que não ia acontecer com tanta constância. Então logo que começou o coordenador me chamou e disse: os seus dias de

estar disponível para os alunos são tal horário tal horário tal horário e tal dia tal dia tal dia da semana. Então ali naquele momento eu percebi que a minha grade de EAD ia conflitar com a minha grade presencial. Eu percebi que deveria estar à disposição nos horários em que eu teria "vagos". Eu sempre trabalhei a noite no presencial, mas os horários que eu tinha vago eu deveria estar à disposição do EAD. Isso ocorreu. Então o que acontecia: eu ia para escola, por exemplo, ia dar aula de 7 às 9 horas. 9 horas eu iria embora, mas não, 9 horas começava a sessão do EAD e eu tinha que estar ali na escola. Naquele momento estava na escola à disposição dos alunos para qualquer contato que eles fizessem, seja por telefone ou por e-mail. Eles disponibilizaram uma sala onde tinha um telefone ao meu lado e eu tinha que estar ao lado desse telefone e conectado à internet na plataforma que era disponibilizada para os alunos. Eu tinha que estar lá *online* nesses dois horários por exemplo de 9 horas às 10:30 em determinados dias da semana. Como atuava em mais de uma disciplina, eu tinha que ficar vários dias à disposição. E aí você fica um pouco preso porque durante a maior parte do tempo os alunos não fazem contato com você. Eles estão lendo o material, refazendo os exercícios. Dificilmente eles entram em contato. Agora, quando vai se aproximando os períodos de teste, aí eles começam a fazer algumas perguntas, que no meu caso não foram tantas (Edmir).

O modelo panóptico do poder disciplinar está presente nas universidades neoliberais (FOUCAULT, 1979), mas a esta forma de controle individual está somado o biopoder, de forma centrífuga para o governo da coletividade (FOUCAULT, 2008b) através de mecanismos sutis de mobilização psíquica direcionada ao autocontrole e a valorização do interesse próprio e ao individualismo (ZAWADZKI; JENSEN, 2020). Este formato enfraquece as solidariedades presentes na coletividade do ambiente universitário e reduz as possibilidades de apoio para atenuação dos efeitos psicológicos da governamentalidade neoliberal no exercício profissional, pelo contrário, o isolamento profissional se apresenta como uma realidade no relato de Grazielle:

Me sentia muito isolada, não tinha apoio para nada. Era eu comigo mesma. Na verdade, eu tinha mais duas colegas que participavam de espaços pequenos em que a gente podia debater um pouco mais, mas era um grão de areia na praia e a instituição não valorizava estes momentos. A maioria dos colegas chegavam na universidade, batiam o ponto, davam sua aula, aguardavam o tempo para bater o ponto novamente e iam embora. Eram bem poucos colegas que a gente podia ter diálogo para uma troca sobre a disciplina ou sobre algo que estava se colocando naquele momento (Grazielle).

O relato de Grazielle reforça uma das características descritas por Foucault (2008b), de que o individualismo é ampliado na governamentalidade neoliberal. A tentação do "cada um por si" e a corrida ao mérito na busca pelo primeiro lugar (GAULEJAC, 2007) derivada da competitividade se torna cada vez mais forte e mais presente no ambiente universitário contemporâneo. Embora esta condição seja questionada, alguns docentes se inserem no discurso neoliberal, se adaptam e se assujeitam às condições neoliberais para garantir a manutenção de seus empregos. No entanto, o sentimento de comparação contínua e de tensão no exercício da docência está presente na entrevista de Terezinha:

Porque parece que nunca está bom. Nunca está em um grau de satisfação porque sempre... as exigências... vêm sempre em uma questão de comparativa, porque a escola estabelece lá as métricas: ah! porque fulano de tal fez. E você? E isso me soa muito mal, porque cada um é cada um, cada um tem um ritmo e não necessariamente quem faz mais está fazendo também bem feito, vamos pensar assim né? (Terezinha)

A reprodução de ações educacionais expressas, direcionadas para a produtividade, principalmente na modalidade de educação a distância não são capazes de considerar as subjetividades dos docentes e as particularidades pedagógicas dos alunos e, com efeito, produz uma horda de sujeitos pouco reflexivos e assujeitados a simples reprodução do discurso neoliberal. A relação educacional, portanto, se torna de certa maneira superficial e a produção de conhecimento em si é uma finalidade diminuída em detrimento do desenvolvimento de competências para a entrega de profissionais para o mercado.

Como consequência do modelo de educação a distância ofertado no país, os docentes atuam de forma restrita e com pouca autonomia, como reprodutores de temas voltados para o desenvolvimento de competências semelhantes entre as disciplinas, na manutenção da circulação das relações de poder hegemônico. Ademais, a atuação biopolítica na educação se apresenta através de marcos legais, com a concessão governamental (BRASIL, 1996), a partir da regulação para o surgimento da figura do tutor como um profissional generalista que assume a responsabilidade no acompanhamento de mais alunos, uma espécie de facilitador do desenvolvimento de competências e da apreensão de conhecimentos fragmentados em módulos de execução rápida.

Nas notas do diário de bordo, registrei que durante o acompanhamento dos docentes entrevistados para esta tese, houve a problematização da prática profissional e a reflexão sobre as condições de trabalho às quais estavam submetidos, mas esta expressão se deu de forma tardia, no final das entrevistas ou até no segundo encontro, após o recebimento da transcrição da primeira entrevista e a reflexão dos sujeitos sobre suas práticas. O primeiro olhar que apareceu no discurso dos docente, como no trecho da entrevista de Armindo, foi o de reprodução das relações de poder hegemônicas circulantes na governamentalidade neoliberal:

Alguns professores vão criar barreiras e talvez não tenham um lugar ao sol se não aceitarem as mudanças... vai chegar uma hora em que as coisas vão afunilar e aí as pessoas têm que entender as transformações. Aceitar e acabar migrando (Armindo).

O relato de Armindo contribui para exemplificar a visão de Munro (2012) sobre a formação de corpos dóceis como elemento crucial para o capitalismo em que o biopoder constitui os processos de subjetivação e orienta ao automonitoramento dos sujeitos em direção a reprodução de forças neoliberais. As transformações advindas da mediação da tecnologia na educação com a educação a distância reduz a atuação do papel do professor, que passa a se apresentar como um instrumento subjacente à máquina, que oferece ao aluno um catálogo de conteúdos para que, de forma individual, execute o seu curso. Com efeito, neste modelo, as atribuições docentes se tornam distanciadas do processo pedagógico e educativo como um todo, sobretudo no acompanhamento do aprendizado do aluno durante o processo da educação superior. A função do docente é reduzida em preparar passivamente as condições de transmissão deste conteúdo que será disponibilizado na plataforma.

O acompanhamento do desenvolvimento do aluno e de suas particularidades se torna inviável nas universidades neoliberais com operação na modalidade a distância pela oferta de cursos em massa (PETERS, 2001), com modelos padronizados, baseados na divisão do trabalho emergindo a figura do tutor, além da racionalização dos recursos com a minimização de custos do trabalho acadêmico (HOULDEN; VELETSIANOS, 2020) e a centralização administrativa. Por conseguinte, na concentração de alunos por turma sob a responsabilidade de um

mesmo docente. Neste sentido, Josiléia brinca em um relato de sua entrevista da seguinte forma

Uma vez um aluno falou assim: Professora, a senhora tem tanto aluno que a gente precisa se reunir aqui no Rio. Eu falei assim: só se for no Maracanãzinho para dar conta de comportar tantos alunos (Josiléia).

Os jogos de verdades que orientam os discursos circulantes nas universidades neoliberais e reproduzem a governamentalidade neoliberal precisam ser problematizados, portanto, é necessário refletir sobre as práticas contemporâneas de atuação na educação superior. Os relatos de Luana e Fernanda demonstram como o docente é um profissional pressionado pelo lado da coordenação e pelo lado dos alunos a fazerem as entregas em uma relação imediatista e pasteurizada.

Aqui tudo passa pela coordenação. 15 dias antes o professor posta a prova no sistema. Essa prova vai cair lá no coordenador. O coordenador confere, porque tem um modelo, para todo mundo é igual este modelo. Confere o modelo, confere as perguntas. Confere tudo. E se está ok, ele libera para a aplicação (Luana).

Eu já recebi mensagem de aluno que fez a prova 10 horas da noite e meia noite estava perguntando via WhatsApp qual era a nota que ele tinha tirado (Fernanda).

A pressão pela rapidez nas entregas para fazer a devolutiva para os alunos e para passar por outras instâncias de análise da coordenação para a liberação do material para a aplicação deve ser combatido à luz do que Foucault (1987) demonstra como a positividade do poder para o exercício ético, visto que, como no início desta sessão, Anísio Teixeira reforça o papel da universidade na formação integral dos sujeitos e, portanto, deve se manter como um ambiente de produção de ideias diversas e dinâmicas frente às questões as quais a humanidade está submetida. Para isso, é necessário analisar como as relações de saberes valorizados e desvalorizados se apresentam.

5.3.2. As relações de saberes

Compreender as relações de saberes circulantes na governamentalidade neoliberal é necessário para a percepção dos mecanismos indiretos que, juntamente com as relações de poderes, norteiam os processos de subjetivação de toda a comunidade acadêmica, com efeito para a análise desta tese, dos docentes de administração em atuação na modalidade a distância. A área da administração é fortemente constituída por saberes hegemônicos e é mister identificá-los sobretudo com o viés de ensino na reprodução de saberes que reforçam os jogos de verdade neoliberais, conforme argumento de Marcus:

Enxergo que a educação é tratada como mercadoria e o aluno como consumidor. E dessa forma você acaba empobrecendo o processo. E considerando as instituições privadas, a gente tem aqueles dizeres do senso comum, o famoso "pagou, passou", mas que talvez fira o princípio mais importante do saber, que é a liberdade de conhecimento. O que nós chamamos de conhecimento desinteressado, o saber pelo saber (Marcus).

O trecho da entrevista de Marcus se coaduna com o pensamento de Anísio Teixeira em uma crítica às relações de saberes e poderes normalizadas no discurso das universidades neoliberais que retroalimentam e endossam as práticas capitalistas. O curso de administração é um campo capaz de reproduzir as técnicas gerencialistas na formação dos alunos, logo, o entendimento dos saberes hegemônicos que circulam na área são importantes para a análise dos processos de subjetivação aos quais os docentes são constituídos para executar suas atividades no ensino superior na reprodução de discursos, mas também no uso dos saberes como um mecanismo de execução do poder ao cuidar de si.

Teixeira (1998) argumenta sobre a dissociação de ensino, pesquisa e extensão, o que reforça a reprodução de discursos neoliberais, no entanto, as práticas de si são exercidas no questionamento das relações de poderes e saberes que constituem estes discursos, portanto, reconectar a pesquisa ao ensino de modo que permitam ocorrer mais criticidade na prática acadêmica com o envolvimento de toda a comunidade em um diálogo profundo permite a retomada do ambiente universitário como um espaço de produção e ampliação de ideias.

A formação superior em administração, para Gaulejac (2007) está subentendida como uma ciência fundamentalmente racional, com foco na produção e na economia, visto que em seus currículos há a predominância da apresentação de problemas baseados na concepção e execução de soluções eficientes e eficazes no direcionamento de acumulação capitalista em detrimento de saberes direcionados aos fenômenos do poder, das desigualdades e impactos sociais oriundos das ações empresariais capazes de orientar determinados parâmetros para a tomada de decisão de forma mais geral, norteado pelo contexto no qual aquela organização está inserida. Portanto, o mote das universidades neoliberais está no viés econômico e não político.

O ensino de administração e os saberes no *mainstream* são constituídos pelo discurso gerencialista. Para Foucault (1997) a constituição de saberes está ligada às relações de poder através de uma trama complexa, em que o biopoder alinha as formas de saber e o saber reproduz os efeitos do biopoder em um ciclo que se retroalimenta possibilitando a reprodução de discursos. Neste sentido, o processo de formação dos docentes para a atuação na modalidade a distância se dá principalmente através da prática, a partir das experiências pessoais dos docentes em seus cotidianos sociais e escolares. Logo, os processos de subjetivação que constituem estes docentes estão constituídos por elementos hegemônicos e reprodutores da biocracia com pouco exercício crítico e reflexivo.

O modelo de educação a distância potencializa a noção instrumental de reprodução de conteúdos de forma objetiva e unidimensional, sobretudo nas práticas de comercialização de conteúdos padronizados em plataformas como uma prateleira de disciplinas e cursos prontos para o consumo imediato. Surge, portanto, um outro espaço de comercialização da educação em paralelo às universidades neoliberais: o de empresas que fazem a gestão de acervo de conteúdos. Um exemplo é a Eadstock, uma *start up* educacional do Paraná que comercializa conteúdos desenvolvidos por um conjunto de IES para aluguel mensal ou para venda permanente de 35 cursos e mais de 600 disciplinas, além de um banco com mais de 20.000 questões. Somados a esta iniciativa, existem outras plataformas educacionais como a Sagah e a Pearson que fazem a comercialização de fragmentos que unidos poderão constituir módulos de uma disciplina e também o

Grupo Ilumino, que comercializa o banco de questões Prova Fácil, para outras IES que quiserem ofertar cursos na modalidade a distância. Estes formatos emergem pela atuação em grande escala da IES, como relatado por Terezinha:

Na maioria das IES, a gente não tem muito isso não. É o trabalho de escala mesmo, é colocar aluno para dentro e lá a gente vai vendo. E o aluno vai passando né? Ele vai até concluir o curso. E muitas vezes conclui o curso sem condições de atuar (Terezinha).

O modelo de operação em larga escala, junto com o conceito de aprendizagem rápida ou *microlearning*, na apresentação de conteúdos expressos, pragmáticos e formatados de modo utilitarista atende o artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1986) no que diz respeito a formação do sujeito na qualificação para o trabalho e no exercício da cidadania, mas de certa maneira, este sujeito recebe conteúdos sem estímulo para a reflexão e é constituído por relações de saberes e poderes que os torna reprodutores da lógica neoliberal. Portanto, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas tratados no artigo 206 podem ser questionados uma vez que estes sujeitos, de acordo com a Constituição deveriam ter acesso a uma diversidade de conteúdos que na prática são pouco desenvolvidos formando sujeitos reprodutores da busca ao capital. Alvarez (2007) argumenta que este movimento é contrário ao objetivo histórico da universidade republicana, democrática e a favor dos interesses mercantis e neoliberais.

Esta mudança nas relações de poderes e saberes levou a uma alteração do que é conhecimento útil, logo o valor intrínseco do conhecimento passou a ser questionado e as características neoliberais emergiram em função da utilidade mercadológica, sem muita reflexão crítica, conforme argumenta Alain-Charles Martinet, presidente da Sociedade Francesa de Gestão: "os gestores são pessoas sérias e eficazes que, portanto, não têm tempo a perder com qualquer reflexão epistemológica" (MARTINET, 1992). Este discurso orienta a processos de subjetivação que formam, de acordo com Belloni (2002), um aluno consumidor e reprodutor da lógica neoliberal e não um profissional competente e criativo, como seria desejável conforme o conceito de universidade (OLUBUMMO; FERGUSON, 1960).

Os currículos dos cursos de administração das universidades neoliberais são direcionados às práticas de mercado com a valorização de ambientes que simulam a área de atuação e o mercado de trabalho, a personalização do currículo de acordo com a carreira do aluno e o networking e a desvalorização de disciplinas reflexivas, como abordado por Marcus:

Eu me lembro em que houve um tempo em que eu me lançava o mercado de trabalho nas privadas e estudava a grade dos cursos nessas instituições nos cursos em que eu potencialmente poderia lecionar, um deles era administração, e me chamava a atenção a ausência de disciplinas na área de humanas em alguns desses cursos... Ora, administração é uma ciência que tangencia as humanidades. Eu inclusive, por lecionar disciplinas geralmente nos primeiros períodos, os alunos traziam essa dúvida sobre a validade de estudar disciplinas da área de humanas na administração. Espero que nos períodos mais avançados eles tenham um pouco mais de clareza nessas relações (Marcus).

A valorização de saberes relacionados aos interesses mercadológicos, através de técnicas gerencialistas na busca de eficiência produtiva orientam a produção de conhecimentos semelhantes (KOCIATKIEWICZ; KOSTERA; ZUEVA, 2021) e a reprodução de subjetividades derivadas dos saberes hegemônicos, formando mais profissionais utilitaristas e menos profissionais reflexivos, desenvolvidos a partir do contato com disciplinas críticas, como as lecionadas por Marcus. Esta supressão de conteúdos nas grades dos cursos de administração com a junção de disciplinas ou retirada da grade, sobretudo na modalidade a distância é um discurso normalizado nas universidades neoliberais conforme apresentado no trecho da entrevista de João:

Na instituição privada, me parece que se busca muito a objetividade de vender conhecimento como se fosse um produto que você vai utilizar na empresa. Na administração você usa muitas ferramentas administrativas, você usa ali análise SWOT, matriz BCG, balanced scorecard. Eles ensinam isso que é basicamente o que você vai aplicar: organograma, fluxograma, fluxo de caixa. E eu não consigo ver a formação do cidadão ali junto, a questão do respeito dos espaços, a questão da empatia com as demais pessoas, enfim, uma análise um pouco mais ampla de quando te apresentam um cenário enviesado, por exemplo, a gente costuma tomar partido de uma situação ou de outra e não analisar de forma mais imparcial as situações né? E eu percebo que quem faz isso é mais a universidade pública, ela está mais ali para fazer você entender todo o contexto da nossa sociedade, e isso não foge também do mercado de trabalho, que você tendo a percepção ampla, você consegue ter a percepção mais focada, mais objetiva também. O objetivo faz parte do amplo. Então eu percebo que essa visão mais cidadã parte da universidade pública e isso acontece pelo motivo

de que as pessoas que procuram as universidades privadas estão preocupadas em se desenvolver na carreira profissional (João).

Sob a égide da formação para o mercado, nas universidades neoliberais os docentes e discentes são encorajados a atuarem em ambientes competitivos e, por conseguinte, são desencorajados a produzirem problematizações ao discurso neoliberal. Deste modo, os docentes que assumem um viés mais crítico como Marcos e João, de acordo com Knights e Clarke (2014) vivem a insegurança sobre a manutenção de seus empregos, visto que podem representar um espaço de poder diverso do hegemônico, portanto, um foco de resistência que ameaça a ordem do discurso neoliberal. Neste sentido, como relatado por Isabela, ao iniciarem suas atividades no EAD novos sentimentos são experimentados pelos docentes:

Eu me senti inicialmente insegura sobre a manutenção do meu emprego no EAD, eu falei: não vai ter emprego para mim, porque os meus métodos são totalmente diferentes. Por exemplo, eu gastava na aula lendo com os alunos linha por linha para ver se eles conseguiam entender aquele parágrafo, e eles não entendiam (Isabela)

A insegurança de Isabela ocorre por não se adaptar ao modelo de educação a distância ao valorizar formas didáticas relacionadas ao desenvolvimento da capacidade interpretativa dos alunos e da reflexão sobre os conteúdos apresentados, para além da mera reprodução de técnicas que reforçam as relações capitalistas e orientam os processos de subjetivação neoliberais (CONTU, 2009). De acordo com Kociatkiewicz, Kostera e Zueva (2021) não há uma apresentação explícita dos pressupostos capitalistas nos currículos dos cursos de administração, portanto eles não são evidenciados, mas eles estão fortemente presentes. Um exemplo relacionado a prática problematizada por Isabela, é a apresentação dos materiais:

O material é compilado. Estou formando uma geração de profissionais que não leem os originais. Por incrível que pareça, os estudantes acham difícil a leitura do material didático compilado que já está para fraseado e facilitado. O conteúdo já está numa linguagem que já faz essa ponte. De facilitador. Porque antes o EAD foi totalmente pensado para a autonomia do estudante e uma organização que o estudante tem do seu estudo. Ele não tem contato direto com a figura do professor, mas sim de um tutor. Um tutor que de fato era diferente do professor da disciplina. Hoje está indiscriminado, se você perguntar a um estudante com quem ele está se relacionando, ele vai

demonstrar o entendimento que o tutor e o conteudista, para ele é tudo professor (Isabela).

Além do material compilado e da leitura simplificada trazido por Isabela, outro aspecto neoliberal presente nos cursos de administração na modalidade a distância relacionada a reprodução das relações de poderes e saberes é a superficialidade na abordagem das disciplinas. Este aspecto orienta os docentes ao abandono de qualquer espírito crítico para preencher os objetivos de produção em uma forma de sobreviver frente aos padrões neoliberais de produção acadêmica no ensino superior, como no trecho da entrevista de Graziele:

Eu tinha oferta ou me oferecia para assumir disciplinas desde Teoria geral da administração até Engenharia econômica, para o curso de engenharia de produção, mas neste tempo lecionei... só um minuto, deixa eu abrir uma pasta aqui com as disciplinas, veja só: gestão de pessoas I e II, análise de custos, análise organizacional, antropologia, comércio exterior, comportamento humano, contabilidade gerencial, gestão da comunicação integrada de marketing, gestão da informação, gestão do planejamento estratégico, macroeconomia, marketing I e II, metodologia da pesquisa, modelagem organizacional, sistema de informação e pesquisa em marketing, vendas e negociação, preparação para o Enade, orientação de TCC, tudo em uma mesma instituição, nos cursos de administração, engenharia de produção e tecnólogo em marketing. E deixa eu e falar na outra: comunicação empresarial, estratégia empresarial, fundamentos de logística, gestão contemporânea, introdução a economia brasileira, introdução à economia, microeconomia, logística e transportes e tópicos avançados em administração para os cursos de administração, ciências contábeis e relações internacionais (Graziele).

O contato inicial com a apresentação da prática profissional de Graziele e sua atuação em um espectro tão vasto de disciplinas me fez compreender minha própria posição como pesquisadora dentro dos jogos de poder e, portanto, minha atuação política e coletiva, conforme apresentam Escóssia e Kastrup (2005) ao criar zonas de indagações e desestabilização capazes de gerar forças potentes e logo na primeira entrevista busquei estimular a reflexão de Graziele, em adição fui ao diário de bordo tomar notas, refletir e me preparar para conduzir a segunda entrevista. Neste segundo momento percebi Graziele mais problematizadora dos discursos que a constitui, após o primeiro contato e a leitura da transcrição da primeira entrevista, Graziele demonstrou uma postura mais orientada ao governo de si. Ademais, perceber e discutir sobre as pressões que assujeitam os docentes é o primeiro passo para agir sobre este processo. Portanto, foi possível identificar como as

relações de poder e, por conseguinte, as subjetividades são fluidas. Na segunda entrevista Graziele argumenta sobre a oferta de materiais aos alunos:

Totalmente padronizada, é uma entrega de um pacote de técnicas reproduzidas de semestre a semestre para cursos de uma mesma área. A área de gestão, por exemplo, eu tenho uma disciplina de logística com alunos do curso de administração, de relações internacionais, de uma gama de cursos tecnológicos da área de gestão, processos gerenciais, secretariado, logística e esse conteúdo é passado se forma genérica, sem considerar as aplicações nas subáreas, sem considerar as especificidades e realidades de trabalho que os alunos que estão naquele ambiente virtual possuem. E não sei se podemos esperar dos alunos essa pró-atividade em cobrar exemplos contextualizados, eles estão em processo de formação. É nossa responsabilidade apresentar o conteúdo dentro de suas áreas específicas de escolha (Graziele).

A problematização trazida por Graziele está relacionada à padronização de conteúdos para a produção em massa e a concessão de economia de escala e, por conseguinte, de maiores lucros para as IES (BITTAR, 2012; MAHNIC, 2022). Na busca por ampliar a utilização dos recursos, humanos inclusive, as IES buscam a ampliação do espectro de atuação através da assunção de diversas disciplinas por um mesmo docente. Este discurso constitui os processos de subjetivação dos docentes os orientando a escolher uma formação bastante ampla, com efeito, superficial, para que esteja apto a assumir a maior gama de disciplinas possível. O perfil dos docentes entrevistados indica que, embora a atuação profissional seja no curso de administração, outras formações como serviço social, física, história e pedagogia estão presentes, umas relacionadas às áreas de humanidades, outras nem tanto. Também a presença de mais de uma graduação como no caso da Fernanda, Graziele, Luana, Rafael e Terezinha, podendo chegar a cinco graduações como no caso do Marcus endossam a ideia de pasteurização do conhecimento para assunção genérica de disciplinas em busca de manter a atenção do aluno, conforme apresentado por Edmir:

Porque se você está em uma plataforma que está conversando com outra pessoa e uma linguagem *boring*, vamos dizer assim, isso não encanta, isso dá desânimo. E a minha disponibilidade era noturna. Você imagina, as pessoas estão às vezes até na cama, fazendo aula na cama. Se eu não sou enérgico no sentido de trazer aquela altivez, aquele ânimo o aluno vai dormir. Então eu tinha essa preocupação de estar sempre Altivo, sempre alerta, brincava com eles no sentido de "vou te acordar", "Não durma", Sempre trazendo os alunos para manter aquela altivez da aula Associada a essa questão da facilidade da linguagem (Edmir)

Este cenário, associado a aglomeração de estudantes de diversos cursos em salas nos ambientes virtuais de aprendizagem, geralmente enturmados por ordem de matrícula, representa uma formação unificadora e redutora, pautada sobretudo em uma visão tecnicista em detrimento do pluralismo de conhecimento e do desenvolvimento de diferentes visões de mundo a partir da formação universitária na formação de sujeitos críticos. No entanto, os processos de subjetivação dos docentes na orientação neoliberal, como corpos dóceis inseridos na lógica do biopoder (MUNRO, 2012) reproduzem discursos como os de Mayara:

A faculdade compra o material de uma plataforma de fora. Eu acho o material muito bom, mas tem alguns conteúdos que não estão contemplados lá. Eu incluo material complementar e falo que pode cair na prova, mas para evitar a fadiga com reclamações que eu precisarei justificar, nunca incluo, porque a orientação é que as questões sejam retiradas exclusivamente do material da plataforma (Mayara).

A compra de conteúdos de plataformas online, como bases de dados para o armazenamento do conteúdo constitui uma nova relação de poderes e saberes, visto que a curadoria destes ambientes também está direcionada aos princípios neoliberais. Com efeito, estas bases de dados definem o conteúdo que será apreendido pelos alunos com viés fortemente gerencialista e produtivista, de industrialização de conhecimento na formação expressa destes estudantes. Ademais, a oferta de conteúdos prontos causa, de certa forma, uma limitação para o professor uma vez que, de acordo com o trecho de Mayara, o docente precisa seguir a apresentação do conteúdo que está nos material conforme a divisão em módulos e quase não possui abertura para abordar um conteúdo diferente do material que possa representar sua visão de mundo. Assim a padronização do material é limitante tanto para o docente quanto para o aluno, que na prática, só têm contato com aquele material reduzido e simplificado.

Edmir relata em sua entrevista que sua IES de atuação realiza a própria produção de conteúdos, mas problematiza esta forma de construção do material. O processo de produção de conteúdo está descrito no trecho abaixo:

Eu produzo o material, mas não vou gravar, quem vai gravar é um ator, bonitinho, com base no rosto, magrinho. E daí eu vou ter que escrever tudo

que eu falaria na minha aula, um roteiro. Olha o trampo, olha o serviço que é isso aí. Daí o ator vai se apropriar, vai colocar no teleprompter e vai falar, olá pessoal, tudo bem? Hoje é a nossa primeira aula de administração de recursos de materiais e patrimoniais tal tal tal tal tal. Tudo que eu falaria, a minha fala vai ser escrita. Agora, se o ator leu de forma correta, deu o enfoque correto para as coisas eu só vou saber depois que ficar pronto. Porque às vezes você escreve, mas a pessoa vai dar uma interpretação, uma entonação, um valor para algumas palavras diferente do que a gente gostaria né? Muito diferente, muito estranho isso (Luís).

A entrega de materiais da forma mais pronta e palatável possível é uma forma de buscar alunos, ou público consumidor, na linguagem da lógica de comercialização do ensino superior a distância, pode ser entendido conforme Parker e Jary (1995), como a "McDonaldização" do ensino superior em que as IES oferecem condições de oferta rápida, processada e facilitada para que alunos que não tenham tempo e condições de se dedicarem ao ensino superior possam cursá-lo em uma formação tecnicista (JONES *et al.*, 2020). Do ponto de vista do docente, este princípio Taylorista-Fordista de produção da educação superior demanda de algumas características como o pragmatismo e a objetividade, presentes nas entrevistas de Edmir e Isabela:

Eu fui levado em um determinado momento a fazer, por exemplo, exercícios ou avaliações que fossem mais rápidos de serem corrigidos em função do volume a ser aplicado. Então às vezes você caminhava muito mais para questões de múltipla escolha, por exemplo, para acelerar a correção. Porque é muito trabalho e tem tempo e você é extremamente cobrado pela entrega. A pressão pela entrega final do resultado é muito grande, então você tem que acelerar. Porque se fosse uma coisa assim, faça, você tem seu tempo, mas não. Você aplicou a prova e aí instituição já te dá x dias para ter o resultado disponível na plataforma e ter informado o resultado ao aluno. Então essa metodologia da máquina, dessa pressão e de ter que cumprir os ritos da escola leva você a ter que ser muito rápido. Isso gera uma angústia, não sofrimento mas uma angústia de que tem que acelerar (Edmir)

Teria que ter objetividade para corrigir as provas. Ir no ponto, se a pessoa costuma escrever demais, eu vou cortar para ele ser mais objetivo. Encurtar mais as respostas em uma coisa que eu preciso fazer, eu vou criando padrão, padronizando. Tudo meu para eu conseguir dar conta eu vou padronizando, ah! corriji a primeira e sei mais ou menos O que eu preciso fazer então eu mesma vou criando um padrão de respostas e aí por conta desse padrão eu vou no automático. Eu vou no automático e na objetividade. O olhar é totalmente já, infelizmente treinando, para colocar o olho ali na questão e não trabalhar nem com meio certo, sabe? Tentar criar um padrão até de nota. Você vai criando um padrão, se isso aqui dá uma nota máxima, o que não dá uma nota máxima? só que isso tudo é muito mental e rápido. E de treino, não é porque A gente tem uma aptidão para

isso, São os anos que vão fazendo que nosso olhar vai ficando uma máquina né? (Isabela)

Os discursos apresentados por Edmir e Isabela são reprodutores de um processo de um ensino aprendizagem expresso, raso e facilitado em que por lado os alunos recebem o conteúdo e a cobrança simplificada e por outro lado os docentes criam mecanismos para que possam executar seus trabalhos de modo rápido para atender o volume de respostas necessárias às turmas inchadas que assumem na orientação comercial baseada no lucro em que as IES assumem (SOUZA-SILVA; DAVEL, 2005). Ora, para este tipo de trabalho não é necessário um docente capaz de realizar o aprofundamento teórico, logo, as universidades neoliberais demitem docentes com formação acadêmica de maior grau, como doutores e pós-doutores e contratam mestres ou especialistas. No diário de bordo registrei a percepção de entrevistados que tinham o mestrado mas não se interessavam em fazer doutorado por não verem benefícios concretos de seguirem suas formações acadêmicas para o futuro de suas carreiras.

Neste sentido, a universidade neoliberal instrumentaliza os saberes e a vida de modo que os sujeitos executam atividades de ensino relacionados somente à construção de um currículo técnico em detrimento da formação integral, com base no papel da universidade como um lugar de estímulo à reflexão. Portanto, a administração deve ser pensada a partir das ciências sociais aplicadas e não das ciências exatas, portanto as práticas gerencialistas normalizadas através de critérios de utilidade podem ser problematizadas como na noção do sujeito que "dá as costas ao mundo objetivo das coisas para retornar à subjetividade do próprio uso" (ARENDDT, 1958, p. 51) em contraposição ao *homo faber*, reprodutor dos critérios de utilidade que constituem o modelo gerencialista e afetam processos sociais, políticos e econômicos que orientam a ordem do discurso neoliberal.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de graduação em administração (BRASIL, 2021), em seu artigo terceiro indicam como as relações de biopoder se estabelecem a partir de mecanismos políticos através de dispositivos legais na normalização de conceitos utilitaristas na forma em que os conhecimentos fundamentais para os egressos são dispostos e, por conseguinte, as relações de saberes se colocam nas grades do ensino superior:

Entre os conhecimentos fundamentais incluem-se os de Economia, Finanças, Contabilidade, Marketing, Operações e Cadeia de Suprimentos, Comportamento Humano e Organizacional, Ciências Sociais e Humanas e outros que sirvam às especificidades do curso (BRASIL, 2021).

Os conhecimentos fundamentais apresentados inicialmente são aqueles relacionados à formação técnica e por fim são apresentados os saberes relacionados às ciências sociais e humanas. Ora, neste sentido há um contrassenso visto que a mesma DCN sugere a orientação dos egressos para formação de um administrador com um perfil voltado para a responsabilidade social, ética, uma visão humana, interdisciplinar e global e uma capacidade empreendedora e crítica. Portanto, problematizo os saberes valorizados no campo da administração na disposição de estruturas curriculares baseadas em estrutura epistemológica orientada a reprodução do discurso neoliberal em detrimento da valorização de saberes voltados a uma ontologia que orienta ao exercício ético da comunidade acadêmica na busca da manutenção da universidade como um espaço de trânsito livre de ideias e de circulação das relações de poderes e saberes.

Nesse ínterim, a prática de demissão de docentes seniores e contratação de docentes juniores é reforçada nas universidades neoliberais, visto que para a reprodução do discurso neoliberal não é necessário um alto grau de sofisticação intelectual na atuação docente (SOUZA-SILVA; DAVEL, 2005) como um profissional capaz de refletir sobre sua prática e desenvolver integralmente o aluno, sobretudo na ampliação de sua capacidade crítica de contextualização das teorias com o mundo que os cercam. Ao contrário, na modalidade a distância, o docente junior, ou ainda a figura do tutor, é suficiente para realizar a transmissão de saberes isolados e fragmentados. O trecho da entrevista de Paula exemplifica como os docentes se inserem na lógica neoliberal ao realizarem entregas basais de conteúdo.

O próprio docente reforça isso, não apenas o aluno. O aluno se coloca toda vez que ele está ali gozando de um direito dele, que inclusive ele está pagando para ter acesso e ele escolhe muitas vezes o caminho de menor esforço. Ah! Eu escolho porque não era assim que eu queria, enfim, existem n motivos, n razões para isso, mas o professor que se preocupa em fazer um mínimo justamente porque o aluno está desinteressado, não tem um feedback intenso ali, ele também não tem porque fazer além... vale a lei do menor esforço. Eu faço o mínimo para cumprir meu compromisso e está tudo certo (Paula).

A lei do menor esforço apresentada por Paula na formação dos alunos, em direção ao que Laval e Dardot (2016) chamam de uma formação por competências, endossa o ensino expresso e resumido da educação a distância no sentido de certificar o aluno para atuar profissionalmente no mercado, conforme interesses capitalistas por parte das universidades neoliberais, de enriquecer os empresários e por parte dos alunos, de se capacitarem para buscar um salário melhor. Neste sentido, as relações de poderes e saberes nas universidades neoliberais nos cursos de educação a distância são fortemente direcionadas a manutenção da ordem do discurso e do *status quo*, com pouco espaço para o raciocínio analítico e a problematização com relação a questão da qualidade do ensino que está sendo ofertado. Marcus exemplifica esta relação ao relatar a constituição das relações de poderes e saberes neoliberais em sua prática nas disciplinas:

Eu tenho várias disciplinas em EAD, e são disciplinas em cursos muito transdisciplinares. Era aquela disciplina que se tornava cada vez mais genérica, justamente para transpassar os currículos, entregar do ponto de vista do cliente um produto muito mais rápido e palatável. E do ponto de vista do gerente do ensino, dessas instituições, algo que cortasse gastos. Você tem uma turma gigante e paga menos a um professor. Eu já tive uma turma com mais de 200 pessoas. É um ensino pasteurizado. Por exemplo, o fato de retirar uma questão discursiva para adicionar cinco objetivas, sob o ponto de vista das ciências humanas, e nem só das ciências humanas, mas das ciências em geral, eu acho que adiciona muito pouco ou quase nada na formação deste aluno, mas é a lógica do ensino a distância (Marcus).

O trecho da entrevista de Marcus exemplifica a transição de saberes que são valorizados no discurso neoliberal direcionado a modos de aprender autônomos e flexíveis, quiçá estanques na apresentação de conteúdos em uma plataforma para que o aluno consuma e absorva para reproduzir em uma experiência concreta e utilitarista em contraposição ao que Belloni (2002) apresenta sobre a produção de conhecimentos abstratos e direcionados a formação integral dos alunos no ambiente universitário. Em adição, Marcus apresenta uma prática da universidade neoliberal ao preparar os alunos para alcançar boas métricas em exames de desempenho como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) do ensino superior.

Ah, claro! Eu não poderia deixar de mencionar as famosas provas no modelo ENADE. Esse é um caso à parte, que até hoje esse é um caso para a gente refletir, porque efetivamente é o processo de conhecimento sendo adequado ali ao nível dos índices de avaliação que são quantificadores do processo. E se são quantificadores, são redutores de complexidade (Marcus)

A cobrança da produção de questões no formato Enade para a realização de provas e exercícios é mais uma perspectiva de construção de saberes utilitaristas (LAVAL; DARDOT, 2016). A reflexão de Marcus está em consonância com a problematização trazida por Alvarez (2004, p. 5) de que "pensamento não é dinheiro!" e, portanto, não deve ser avaliado com valores mercantis a partir da transposição do conceito de produtividade, geralmente aplicado para a produção de mercadorias ao mercado consumidor, para o trabalho acadêmico. Neste sentido, o biopoder nas universidades neoliberais direciona a uma educação em massa, expressa em que o aluno entra e sai do curso superior cada vez mais rápido conforme apresenta Grazielle:

Eu acho que na verdade, o foco dos alunos que entram nos cursos de gestão está migrando para os cursos tecnológicos. É conseguir terminar mais rápido, ingressar no mercado de trabalho com mais facilidade, ter um aprendizado direto que vai aplicar nas empresas, não abrangendo tanto como faz administração, que traz conhecimentos mais gerais e mais tradicionais também, que fazem a gente ter um entendimento amplo da situação. Existe uma pretensão dos alunos de ingressar de uma forma mais rápida no mercado de trabalho a partir dos tecnólogos (Grazielle)

O censo da educação superior (INEP, 2021) traz a ampliação de cursos de grau tecnológico para 30% do número de ingressantes do ensino superior no país conforme apresentado por Grazielle. Este discurso está direcionado ao que Alvarez (2004) chama de ensino de massa em que o cenário educacional se transforma em "escolões" voltados para o ensino e a formação de recursos humanos voltados para o mercado de trabalho em um formato compacto com duração média menor que a de cursos de graduação de bacharelado. Portanto, o ensino se torna uma reprodução do funcionalismo tecnicista em uma formação universitária redutora que Terezinha reflete em sua segunda entrevista:

Os cursos, totalmente tecnicistas assim em sua maioria, disciplinas que eu considero importante para a formação daquele sujeito, porque a gente precisa sempre ter em mente que não estamos formando só um operador. Você está fumando um sujeito, o profissional que vai atuar no mercado, mas

ele não vai só reproduzir o que ele aprendeu, a técnica. Ele precisa ter algumas habilidades como relacionamento, possibilidade de ter senso crítico, dias já se posicionar criticamente, de compreender o seu entorno, de entender o funcionamento do Estado por exemplo, né? E a gente observa que essas disciplinas que dialogam mais com esses valores, podemos colocar assim. Elas estão ou logo ali em uma disciplina soltinha no primeiro período, quando o aluno chega ele tem contato e depois o aluno passa todo o curso sem nunca mais ver nada que dialogue com essas situações, uma disciplina como essa que eu estou falando para você que o ministro de ética, que é uma disciplina transversal e é uma disciplina colocada como optativa. Ela não é uma disciplina da grade obrigatória do curso... e não estou dizendo que não seja fundamental, mas não é só isso ou apenas isso. Quando a gente fala de uma formação universitária a gente está falando de uma questão muito mais completa né? (Terezinha)

A supressão de saberes reflexivos e contra hegemônicos das grades de cursos superiores, segundo Belloni (2002), Contu (2009), Parker (2018) e Kociatkiewicz, Kostera e Zueva (2021) é um mecanismo de reprodução da lógica neoliberal nos cursos superiores. Ademais, a educação a distância, a generalização e a formação expressa de alunos no ensino superior em cursos tecnológicos entrega profissionais ao mercado e atendem a questão da utilidade, mas que tipo de profissional é este? Possui competência e criatividade para problematizar seu entorno e atuar de forma reflexiva em ambientes complexos? É um sujeito reproduzidor do discurso circulante ou é capaz de atuar conforme o exercício ético do cuidado de si e dos outros? Neste sentido, Grazielle reflete:

Os alunos querem facilidade e rápida colocação no mercado de trabalho. Esses cursos tecnológicos oferecem isso. Fazem um by the book de uma formação técnica voltada para a formação de competências que estão teoricamente direcionadas para o mercado de trabalho, além de serem cursos mais baratos. Só não sei dizer aonde nós vamos chegar com esse caminho. Temos policiais federais sufocando até a morte uma pessoa em um camburão. Eles sabem a técnica, mas será que a execução desta técnica aconteceu da maneira que deveria? Será que esses egressos terão a capacidade de analisar as situações e propor os caminhos mais viáveis para o futuro das empresas? Eu acho que não. Na verdade, eu acho que muitos deles infelizmente estarão disponíveis para o mercado, mas não serão absorvidos, pois realizam o curso de forma tão superficial e facilitada pelas instituições, que se não fizerem perdem aquele aluno e, logo, aquela receita, que podem não ter nem capacidade técnica para o enfrentamento das situações relacionadas ao mercado (Grazielle).

A crítica às relações de poderes e saberes neoliberais aplicadas aos currículos dos cursos superiores de administração na modalidade a distância, como faz Grazielle, é uma forma de trazerem o escrutínio do capitalismo como objeto de

análise. Parker (2018, 2019) argumenta que colocar este assunto à tona é uma forma de exercício do poder que faz emergir novas formas de existir e possibilita oferecer aos cursos de administração a oportunidade de problematização e reflexão para a proposição de orientações diversas das que estão colocadas na circulação de poderes neoliberais e, por conseguinte, de inclusão de aspectos fundamentais para a área como a questão ambiental, a inclusão e a justiça. Em adição, Wood Jr. (2016) propõe o exercício da *slow science* para a retirada da cultura da pressa e do imediatismo ao qual a academia contemporânea está constituída.

Para Foucault (2011), a ruptura com estes discursos neoliberais a partir da problematização e da recusa de naturalização é uma forma de exercício das práticas de liberdade e da parrhesia. Deste modo, os saberes não são estáticos em que há uma verdade para ser seguida ou buscada através do conhecimento, mas sim uma relação de forças dinâmicas em constante mudança, conforme as diversas construções históricas e atuação dos sujeitos constituídos por estas forças conforme refletem Paloma e Isabela:

Eu sinto que deveria haver uma reflexão teórica e uma revisão teórica em função. Nós vamos ter que preparar esses nossos discentes para eles enfrentarem esse novo tipo de organização e de relação que está surgindo (Paloma).

Como que eu posso gerar alguma situação problema se eles não leem? Aí eles mandam fazer provas. Porque eles fazem a prova de casa. Então o nível de colar pela internet é enorme. Aí pede para elaborar coisas que eles precisam pensar nãñãñãñãñã, só que aí o aluno não alcança. Meu índice de reprovação no início do magistério era enorme. Era enorme. Eu cheguei em uma turma em que o índice de reprovação era 70%. Porque eu coloquei em um nível mais reflexivo, mais de aplicação. E eles não sabiam. Precisam ser treinados? Precisam, concordo. Mas as nossas horas aulas diminuíram, como fazer isso? (Isabela).

As docentes apresentam a emergência de novas formas de saber no exercício da reflexão na academia para o uso dos saberes como práticas de resistência no cuidado de si e dos outros, conforme Rolnick (1989) no pressuposto de que o conhecimento é processual no movimento da vida e das relações que a acompanham. Deste modo, a realidade é construída a partir das produções de saberes e a universidade deve ser um local de produção (e não reprodução) de

conhecimentos derivados de diversas práticas discursivas, sociais e históricas a partir das reflexões produzidas neste espaço.

Ademais, o modelo de educação a distância potencializa as relações de poderes e saberes que constituem não somente as relações de ensino aprendizagem atuais, mas percorrem os currículos dos cursos de administração na formação dos docentes direcionando-os às práticas neoliberais. Portanto, este docente que muitas vezes é formado distante da reflexão crítica, com efeito, assume disciplinas na universidade neoliberal e reproduz discursos como em um caleidoscópio que reflete imagens repetidas e homogêneas em que os sujeitos se tornam ambiciosos para lutar pelo primeiro lugar, com efeito, sem espaço para a ampliação de horizontes e de novas visões capazes de direcionar a processos de subjetivação orientadores do governo de si e dos outros.

5.4 DIMENSÃO SUBJETIVIDADES

Óbvio que se tivesse alguma coisa mais que eu pudesse ministrar, eu aceitava, pegava por conta da questão do rendimento

(Paula)

Na dimensão biopolítica tratei a governamentalidade no sentido *lato*, das práticas do governo e das universidades neoliberais, sobretudo na operação da educação a distância, através dos mecanismos de biopoder ao direcionar as técnicas de governo dos sujeitos. O esforço da formação de sujeitos governáveis conduz a práticas e condutas individuais e coletivas moldadas e controladas (LEMKE, 2002; SOUZA, 2013). Este discurso tem consequência direta nos processos de subjetivação e nas técnicas aplicadas aos sujeitos, considerando a governamentalidade no sentido estrito, na reprodução de discursos, conforme o reproduzido por Paula no fragmento da entrevista apresentado acima. No entanto, além da reprodução dos discursos, os processos de subjetivação orientam o cuidado de si e as práticas de liberdade, a partir da problematização dos discursos circulantes, abordado com profundidade na dimensão Mudança Social e práticas de liberdade: o cuidar de si.

5.4.1 Os traços neoliberalizantes nos processos de subjetivação dos docentes

A governamentalidade neoliberal refletida nos discursos circulantes nas IES constituem diretamente os sujeitos que transitam por este campo. Os processos de subjetivação (re)constroem os sujeitos continuamente. Logo, não há uma subjetividade única (SOUZA, 2014a), mas sim um contínuo processo de molde e desmolde dos sujeitos a partir das relações de poder (FOUCAULT, 1979) e das forças que organizam as relações sociais (SOUZA; COSTA; LOPES, 2019). Isabela apresenta um elemento direcionador dos processos de subjetivação dos docentes, no discurso das IES direcionando-os a reprodução de práticas neoliberais:

Nós tínhamos um dia de treinamento por semestre. Os temas eram variados, mas falavam sobre como usar a plataforma, como manter a atenção do aluno, sobre empreendedorismo e como manter a faculdade competitiva. A participação não era obrigatória no sentido do discurso aberto, mas nas entrelinhas era sim. Aí a gente era obrigado a fazer uma tal de trilha de aprendizagem, que o professor tinha que fazer vários mini cursos sobre o código de ética, sobre a lei de proteção de dados, sobre ah! um monte de coisas lá. Além de dar aula, a gente tinha que fazer esses cursos e um monte de outras coisas da instituição (Isabela).

O exemplo de Isabela reforça a atuação das IES nos processos de subjetivação docente a partir da utilização de técnicas de capacitação e a formação educacional e profissional continuada dos sujeitos como elemento investido pela nova modalidade de governamentalidade na reprodução dos discursos circulantes. Para as IES é interessante submeter os docentes a estes cursos de capacitação, pois a partir do conteúdo ministrado os docentes são capazes de entregar uma produtividade direcionada aos interesses universitários neoliberais (COSTA, 2009), o que permite maiores ganhos para as universidades. O trecho da entrevista de Josileia mostra esta subjetivação direcionada a atender os interesses institucionais:

Então não foi fácil esse desafio de atuar na educação a distância, mas eu gosto de mudança. Eu não tinha habilidade em tecnologia a gente vai desenvolvendo aos poucos essa habilidade porque a gente vai se esforçando mesmo, eu fiz dois cursos do Google sobre como trabalhar com o ensino a distância através das tecnologias, com aquele módulo Google *for Education*. A gente tem que se atualizar (Josileia).

O trecho da entrevista de Josileia reforça os aspectos relacionados a governamentalidade neoliberal nos processos de subjetivação docente, que busca de forma sutil, programar e controlar as práticas e as formas de pensar e ser orientando a novas visões de mundo direcionadas aos interesses institucionais através dos processos de subjetivação (SOUZA; COSTA; LOPES, 2019), tornando os sujeitos cada vez mais constituídos por uma normatividade econômico-empresarial (FOUCAULT, 2008b). Traços de pró-atividade, flexibilidade, senso de oportunidade e capacidade de mudança (COSTA, 2009) estão presentes nos processos de subjetivação do docente reproduzidor do discurso neoliberal. Mariano exemplifica como foi levado a mudar sua prática profissional através do uso de tecnologias de informação e comunicação para atuar na modalidade a distância:

Mas para mim, veja, que talvez do ponto de vista docente, eu tenha sido gerado em uma outra geração. Era difícil até ali, por exemplo, montar uma aula em Power Point. Eu comecei a dar aula no quadro negro com giz. Então é um impacto em termos de dinâmica do trabalho docente muito brutal. Eu fui levado a aprimorar muito essa parte. E não consigo ainda ver o porvir disso. Como eu vou lidar com isso, mas uma das certezas talvez é que eu talvez não consiga fazer uma aula 100% no quadro, sem um suporte virtual. Então eu me esmerei muito nessa parte de fazer slides, de forma que eu cheguei a passar 18 horas preparando uma aula. Querendo ou não, isso é um montante de sobre trabalho importante. Agora todas as minhas aulas e palestras e conferências têm um suporte audiovisual. Eu não consigo mais viver sem isso, para o bem ou para o mal (Mariano).

O exemplo de Mariano mostra como o processo de subjetivação profissional é orientado por princípios institucionais e, segundo Harris (2005), se tornam crenças ou valores que passam a sustentar o trabalho profissional. Ademais, Nordback *et al.* (2021) apresentam uma etnografia sobre como acontece o processo de subjetivação de três docentes finlandeses em uma universidade privatizada e atuante conforme os princípios neoliberais. Segundo eles, em consonância com a teoria de Foucault (2003a), as escolhas dos sujeitos não são individuais, mas fruto da constituição dos espaços que ocupam e das relações de poderes e saberes circulantes nesses espaços, orientando a novos processos de subjetivação. No caso de Mariano, houve uma mudança em sua prática profissional, que antes atuava sem o uso de dispositivos tecnológicos e, após o início da atuação no modelo de educação a distância, não se vê mais performando sem o uso destes aparatos tecnológicos.

Portanto, a assunção de novos discursos por Mariano o orientam a processos de subjetivação relacionados à governamentalidade neoliberal.

Sobre o processo de subjetivação a partir da possibilidade de assunção de turmas na educação a distância e o enfrentamento das novas tecnologias de informação e comunicação no campo da administração, Terezinha comenta como viveu este momento:

Eu não tive motivação para assumir turmas na modalidade EAD, eu fui levada a assumir porque trabalhava em uma instituição privada e a gente fica um pouco sem ter digamos liberdade, de fato, de escolha. As coisas vão aparecendo e a gente vai sendo indicada. Então você se vê ali em uma situação muitas vezes em que você precisa acabar aceitando. Comigo não foi assim Ah! Nossa, está sendo implantado o EAD e aí eu começo a pensar sobre isso, nas possibilidades, no trabalho que eu posso desenvolver. Não, comigo não aconteceu assim. Eu caí de paraquedas. E aí ao cair de paraquedas eu não sabia nada, nunca tinha dado aula dessa forma. Eu precisei aprender muita coisa, foi um processo muito difícil. E foi positivo também porque me tirou da minha zona de conforto, me obrigou, por exemplo, a desenvolver habilidades que eu não tinha desenvolvido. Me obrigou a me inteirar mais com essa questão da tecnologia, de aprender a lidar melhor. Então acho que isso foi positivo para mim enquanto profissional e enquanto pessoa mesmo né? Aprender novas formas de ensinar. Eu acho que isso é legal. aprender novas formas de estabelecer trocas, mas eu não tive uma motivação *a priori* para começar no EAD. À medida em que eu fui participando, eu fui desenvolvendo as habilidades e conhecendo algumas coisas me motivaram a tentar fazer diferente, a buscar acessar o meu aluno (Terezinha).

Terezinha argumenta que inicialmente a assunção de turmas na modalidade a distância não era uma opção, mas foi levada a assumir para atender os interesses institucionais. Porém em seu discurso é possível perceber claramente a mudança em sua subjetividade. Inicialmente não gostaria de assumir, mas para não contrariar o direcionamento da IES privada aceitou, relatou dificuldade e em seguida se adaptou à nova prática profissional e encontrou motivação para seguir com a atuação na modalidade. Segundo Souza, Costa e Lopes (2019), a subjetividade é constituída por múltiplas linhas e planos de forças que atuam ao mesmo tempo.

O exercício profissional é uma destas forças que constituem e modificam os sujeitos. De acordo com Foucault (2004), o processo de subjetivação no trabalho é definido pelo governo de si em contato com os discursos que circulam na cultura e na sociedade na qual o sujeito vive e que constituem os jogos de verdade que legitimam os discursos hegemônicos e levam a reprodução dos dispositivos de

poder que orientam a novos processos de subjetivação para a formação de sujeitos dóceis e economicamente ativos (FOUCAULT, 2004; BARROS, 2013), conforme o trecho da entrevista de Terezinha:

Eu sou uma pessoa extremamente ansiosa. Sou extremamente agitada internamente. Eu acho que talvez que eu não deixe transparecer, mas sou aquele tipo de pessoa que está sempre muito ocupada, com um monte de coisa e eu estou sempre pegando mais um monte de coisa para fazer, não porque eu seja assim o máximo, mas é porque eu tenho uma dificuldade primeiro de dizer não, que é muito problemático às vezes para mim. E segundo porque algumas coisas me motivam mais que outras. Eu acho que ficar só ali naquele cotidiano de sala de aula, principalmente essa sala de aula que nos exigem hoje, de chegar, dar aula, conteúdo, conteúdo e meta e meta e meta. Eu acho que isso só não me realiza também. E eu acho que é por isso também que eu estou sempre com alguma outra coisa, sabe? (Terezinha)

Terezinha reproduz o processo de subjetivação alinhado à governamentalidade neoliberal, que leva a práticas profissionais direcionadas à produtividade, ao se apresentar como sujeito economicamente ativo e empreendedor de si (MUNRO, 2012; FLEMING, 2014). No caso de Terezinha, por não estar satisfeita com as atividades da sua rotina, ela busca mais atividades as quais possam lhe oferecer satisfação profissional. As práticas dos sujeitos constituídos pela governamentalidade neoliberal se dão através do biopoder (MUNRO, 2012), que direciona processos de subjetivação pautados na regulação indireta do mercado através de discursos alinhados aos interesses privados, como no caso de Marcus:

O acesso às turmas nos ambientes virtuais de aprendizagem, e isso era fatalmente monitorado, no sentido de número de acessos, tanto meus quanto dos discentes. Frequência, tempo em que ficou conectado, todos esses elementos podem ser medidos por ali, quem aparece mais, ou quem tá mais ausente. Tem um grau de vigilância em relação ao trabalho efetivamente. Tanto do docente quanto do discente. E tem também a questão do automonitoramento, porque você vai se moldando aquilo que está estabelecido (Marcus).

O automonitoramento e o direcionamento dos processos de subjetivação docente a reprodução do discurso neoliberal demonstra um aumento nas jornadas de trabalho, na regulamentação do trabalho remoto e a menor distinção entre a vida pessoal e o trabalho (MUNRO, 2012; FLEMING, 2014; MACKENZIE *et al.*, 2020).

Marcus relata esta vigilância tanto institucional quanto individual para cumprir as práticas orientadas para princípios mercantis na operação da educação a distância. A postura de Marcus representa o apresentado por Clarke e Knights (2015) em escolas de negócios inseridas em uma universidade neoliberal do Reino Unido que assumem uma subjetividade empreendedora como resposta às pressões gerencialistas e atuam em um contrassenso ao direcionar suas energias para a maximização do potencial de suas carreiras em detrimento da atuação conforme os valores das universidades tradicionais.

Os sujeitos são governados para competir e são responsabilizados integralmente pelo seu sucesso ou fracasso em vender a competição (DE COSTER, 2022), independente das formas de atuação que os levam àqueles resultados. Neste sentido, os sujeitos precisam se autorregular (FOUCAULT, 2008b), ser autossuficientes (ROSE, 1999) e autorresponsáveis (FLEMING, 2014). Aqueles que são incapazes de cumprir, por algum motivo, esta prática neoliberal serão mal reconhecidos e deixados à sua própria sorte (MARAVELIAS, 2020). No relato de Isabela existem traços de questionamento de sua prática docente frente às pressões das práticas neoliberais:

No início eu me senti extremamente incapaz. Uma péssima professora, porque eu não conseguia prender a atenção dos meus alunos, porque eu não conseguia fazer coisas diferentes nas aulas. Eu tentei fazer coisas diferentes e não tinha quase nada de participação dos alunos. Aí o colega comentava que o dele estava dando tudo certo, que ele escreveu para um congresso. Os sucessos na experiência realizada pelos professores, aí os professores escrevendo que isso deu certo, isso deu certo e tal, vários nomes para recursos pedagógicos e metodologias ativas. E eu falei gente: sou um fracasso! cheguei até a duvidar mesmo se era para eu continuar dando aula, se eu era uma boa professora. É porque você, aquela pessoa que não se encaixava dentro de um tipo de recurso pedagógico já não era bem vista (Isabela).

A governamentalidade neoliberal normaliza o discurso na busca de elementos competitivos e, por conseguinte, minimiza a possibilidade de atuação de docentes que não estejam no auge de sua forma, doentes ou com algum obstáculo para a busca de interesses capitalistas. Esta construção social de incapacidade orientada pelos jogos de verdade está presente no ambiente universitário neoliberal com a emergência do capacitismo (HICKEL, MORSCHBACHER, 2022). A oferta do ensino superior em uma sociedade orientada para o mercado e reprodutora de elementos

competitivos (GAULEJAC, 2007), a subjetividade é cada vez menos fruto da autonomia do sujeito e mais fruto da legitimação do discurso hegemônico que orienta sua vida a partir da reprodução de jogos de verdade (MARAVELIAS, 2020).

A educação superior se torna um produto e amplia as assimetrias de poder ao distanciar os docentes dos alunos para a apresentação de um visual mais agradável a partir da contratação de um ator para reproduzir o conteúdo elaborado pelo docente para ficar mais palatável aos alunos. Os docentes contemporâneos se apresentam em sua maioria como reprodutores do discurso neoliberal e se vendem ao mercado como propriedade autônoma (COVALESKI *et al.*, 1998; GERSHON, 2011) ao atuarem sem a problematização dos novos formatos educacionais que se apresentam. Ademais, alguns docentes endossam fortemente as relações neoliberais na reprodução do capacitismo na atuação com os alunos. O business se torna o propósito da oferta de ensino superior e norteia as esferas da vida dos sujeitos em detrimento da preocupação com a formação dos alunos com as mais diversas necessidades, como exemplificado por Gustavo:

Eu recebi um aluno que é deficiente auditivo: É muito trabalho para pouco retorno financeiro, as mensalidades da faculdade são muito baixas e não recebo pouco a mais pelo atendimento individualizado. Falei que não atenderia mais (Gustavo).

O relato de Gustavo indica uma atuação docente muito próxima da ideia de um sujeito autônomo, um fornecedor, que avalia as entregas e o retorno financeiro associado na orientação principalmente financeira (BALL, 2010) para a assunção de disciplinas e alunos com necessidades educacionais especiais. Esta reconstrução subjetiva normaliza práticas orientadas por questões financeiras e a preocupação na produção e ampliação de conhecimento através de diversas visões de mundo, como a do sujeito surdo, é negada pelo docente, pois através de sua métrica, não produz um significado social (FOUCAULT, 2003b), lê-se uma perspectiva de retorno financeiro. Com efeito, as relações humanas se tornam frágeis e efêmeras (NARDI, 2006) quando o foco se desloca para os resultados de curto prazo e a produção de sujeitos economicamente ativos (MOISANDER, 2018).

5.4.2 A biocracia e a (re)construção da subjetividade dos docentes

A produção de subjetividades é um processo fluido, fragmentado, heterogêneo e contínuo em uma bricolagem que molda e desmolda os sujeitos (SOUZA, 2014a) através do fluxo de forças que organizam as relações sociais, relações de trabalho inclusive. As universidades neoliberais orientam os processos de subjetivação através da regulação do capital humano, com a pseudo ampliação dos graus de liberdade na formação de um sujeito descrito por Rose (1999) como autônomo, flexível e empreendedor de si mesmo. Este argumento está presente no trecho da entrevista de Mayara:

No EAD nós não somos só professores, atuamos desde a captação de alunos, fazendo lives sobre o curso, sobre o mercado de trabalho, até a análise de compatibilidade para a isenção de disciplinas, como se fosse nossa responsabilidade realizar atividades que são da administração da universidade (Mayara).

A atuação profissional mobilizada por forças que direcionam aos objetivos da produção (GAULEJAC, 2007) é derivado da constituição do biopoder nos ambientes de trabalho, nomeado por Fleming (2014) de biocracia. Esta manifestação biopolítica normaliza a prática profissional dos sujeitos no direcionamento para a produção e para a tomada de decisões econômicas e sociais. No exemplo de Mayara, a assunção de atividades que extrapolam, *a priori*, os limites da docência seguido do autocontrole dos docentes para promover fins capitalistas como na participação de ações de captação de alunos. Estes são exemplos da operação da biocracia nas universidades neoliberais.

E percebo os colegas em competição para responder as mensagens a toda hora e aparecer mais para serem valorizados e ganharem mais reconhecimento pela instituição (Mayara).

Não se trata de executar a função de docente, mas de competir em busca do primeiro lugar. Portanto a percepção de Mayara está alinhada com Gaulejac (2007) em que o essencial não é fazer bem o trabalho, mas fazer o melhor para ganhar sempre mais e ser o primeiro. Essa excitação permanente para a superação, em ser

o mais forte, se tornar o ganhador, assumir o primeiro lugar é característica do regime neoliberal (FOUCAULT, 2008b). Não basta que a universidade neoliberal seja apenas rentável; é preciso estar na frente das outras. Não basta que a atuação docente seja viável; ela precisa ser a melhor. Logo, o imaginário dos sujeitos canaliza suas aspirações e suas práticas sobre objetivos econômicos (GAULEJAC, 2007).

Neste sentido, o docente tem sua subjetividade reconstruída pelas forças da governamentalidade neoliberal, sendo capaz de reproduzir e endossar práticas direcionadas à promoção de fins capitalistas na valorização de elementos econômicos e individuais em detrimento de interesses coletivos e pedagógicos. Na biocracia, o poder é exercido de forma centrífuga (FOUCAULT, 2008a) e afeta os sujeitos de forma exógena e endógena (FLEMING, 2014) na busca de atuação pautada em valores econômicos e migram a economia para outros domínios da vida social transformando sujeitos em microempresas individuais (COSTA, 2009). Com efeito, o docente é constituído pelo biopoder neoliberal e a noção de capital humano é reforçada como o *homo oeconomicus*, aquele sujeito que assume o valor econômico como orientador dos outros aspectos da vida (WEISKOPF; MUNRO, 2012), como no relato de Graziele sobre a motivação de assumir turmas na modalidade a distância na busca do lucro como principal finalidade de sua atuação:

Eu assumi turmas na modalidade EAD por dinheiro. Eu vi que tinha uma oportunidade crescente ali. Que os colegas não estavam muito animados e vi que poderia ser um espaço que eu poderia ocupar. Sempre soube que demandaria muito mais trabalho, mas ainda assim, eu tinha planos e buscava mais dinheiro, e naquele momento, eu consegui. Tinha um regime de trabalho que hoje já nem existe mais na instituição. Eu tinha um contrato de 40 horas presencial vinculado à instituição que trabalhava fisicamente e um contrato de 40 horas no EAD junto à mantenedora. Hoje meus colegas que estão na instituição e que tinham esta mesma condição, mais dois ou três colegas, não têm mais. Foram chamados pelo RH, rescindiram o contrato e fizeram um novo, com condições trabalhistas mais seguras para a IES (Graziele).

Eu procurava sempre estar perto da coordenação para saber dos movimentos do curso, então quando algum professor saía, desistia da disciplina, precisava reduzir a carga horária e eu estava ali para tentar assumir as disciplinas (Graziele).

O discurso de Grazielle, inserido na lógica biopolítica de atuação neoliberal torna a si mesma como um recurso com uma prática profissional semelhante à de empresas orientadas a valores econômicos. Deste modo, a competição se introjeta até a esfera individual e a docente é vista e se reconhece como uma empreendedora, uma microempresa (COSTA, 2009) e atua como tal no nível de concorrência com outros docentes. Com efeito, para manter este nível de competição profissional em um cenário que as IES direcionam suas produções para minimizar custos e maximizar lucros, o docente é constituído por forças que os encaminham a atuar na busca de fazerem investimentos em si mesmos para atender os elementos relacionados às tecnologias de informação e comunicação. Estes processos de subjetivação vêm acompanhados pela individualidade e o pensamento de curto prazo:

Quando eu entrei aqui nós éramos 300 professores. Hoje somos 100. Teve muita gente boa que saiu, mas quem ficou foram as pessoas, sabe? Aqueles lutadores mesmo (Luana).

Eu falei gente, se nós não nos atualizarmos, se nós não fizermos outros cursos, todo mundo regula mais ou menos a minha idade, vamos colocar aqui que os professores, mais ou menos a média de 25 a 50 anos, é uma galera até bem jovem. Por incrível que pareça, eu acho que eu não tenho muito professores de 65 hoje não, já tivemos. Eu falei assim, se algum dia, Deus nos livre e nos guarde, nós não estivermos aqui, nós somos professores de privada, para a gente entrar nos outros lugares, se o nosso *lattes* for visto, e a gente não tem nada... passamos um ano, 2 anos 3 anos sem produzir nada... não está ali no meio do mercado aprendendo, a gente vai ter dificuldade de entrar em outro lugar (Luana).

Luana apresenta argumento sobre a redução do quadro de docentes em função do início das operações da IES na modalidade a distância e a consequente ampliação da concorrência dos profissionais que permaneceram, com processos de subjetivação fortemente constituídos pela biocracia (FLEMING, 2014), inseridos em uma ideologia gerencialista de contínua superação e adaptabilidade para acompanhar as mudanças do mercado. Em seu argumento, Luana traz aspectos sobre o etarismo na referência a "uma galera até bem jovem" demonstrando a preferência de atuação de docentes jovens na educação a distância e, portanto, com mais domínio tecnológico do que os docentes mais experientes.

Luana argumenta ainda sobre a contínua capacitação orientada para a formação profissional conforme os interesses competitivos dos sujeitos e das IES.

Uma reportagem na revista Carta Capital (2020) sobre o neoliberalismo e as universidades traz o argumento de enunciados emergentes no campo da educação superior como sala de aula invertida e mentoria de aprendizagem, que são valorizados no cenário contemporâneo e reforçam as forças de poderes e saberes neoliberais, direcionados ao individualismo e ao protagonismo do sujeito. Esta prática pode ocasionar questionamentos no exercício da docência, como a apresentada por Marcelo:

Eu já aceitei e todos os meus colegas já aceitaram disciplinas por questões econômicas, mesmo que não tenha assim, um total alinhamento teórico. Não para qualquer disciplina né? A gente tem alguns limites, o que a gente não se sentir à vontade, não se sentiria apto a trabalhar com determinadas disciplinas, mas por exemplo quando eu lecionei auditoria, não é minha área, não sou auditor, mas a gente estuda, pesquisa, trabalha e se sente em condições de lecionar (Marcelo).

O exemplo de Marcelo está alinhado com os resultados descritos por Mahnic (2022) em seu estudo sobre docentes de administração em IES privadas em que a maioria dos docentes são generalistas, ou seja, não se consideram especialistas em uma área da administração. Na universidade neoliberal, este docente precisa ter versatilidade e ser capaz de lecionar quaisquer disciplinas dentro do curso para reduzir custos de contratação de especialistas para a atuação nas diversas disciplinas nas IES. Este discurso orienta a processos de subjetivação voltados para o desenvolvimento do empreendedorismo (MUNRO, 2012; FLEMING, 2014) na assunção de uma gama de disciplinas para prosperar na atuação no ensino superior privado.

No diário de bordo, destaco a formação acadêmica de Mariano, que possui cinco graduações, cinco MBAs e é mestrando em administração para ampliar as possibilidades de atuação em quaisquer disciplinas ofertadas no curso. Neste sentido, embora a atuação profissional dos docentes analisados nesta tese seja no curso de administração, as formações acadêmicas são variadas como serviço social, física, história e pedagogia, por exemplo. Portanto, os jogos de verdade sustentam e legitimam os processos de subjetivação relacionados à categorização dos sujeitos como capital humano, conforme argumenta Mariano:

Tem gente que não tem formação e assume a disciplina, não só por questões econômicas, mas porque se falar não, semestre que vem eu não sei... Eu já vi pedagogo dando empreendedorismo. Porque tinha que dar, porque era aquela disciplina e se não desse ia para a rua (Mariano).

O relato de Mariano reflete a biocracia como uma força que direciona as relações de poder e, com efeito, os processos de subjetivação para que o docente assuma a atuação generalista e os riscos na operação de uma disciplina a qual não tem domínio. Segundo Mahnic (2022), esse discurso generalista é uma vantagem tanto para a IES, que concentra o quadro de professores e, por conseguinte, produz maior rentabilidade financeira para os acionistas, quanto para os docentes que dependem de um maior número de disciplinas para garantir uma condição financeira mínima e sua permanência na empresa, porém ao aceitarem disciplinas fora do seu domínio (CLARKE; KNIGHTS, 2015), terão suas cargas horárias não oficiais de trabalho aumentadas para a preparação das aulas (MAHNIC, 2022). Conforme descrito por Moisaner (2018), este sujeito é moldado para se relacionar como produtor de seus ganhos, portanto um empresário de si mesmo. Então, para não darem respostas negativas às coordenações dos cursos, optam por assumir as disciplinas. A atuação na modalidade a distância amplia esta relação e encaminha para o reforço da competição e do individualismo, como apresentam Paloma e Marcus:

Eu percebo que no dia a dia a gente acaba trabalhando mais isoladamente. E isso ficou muito acirrado agora com a questão da pandemia (Paloma).

No trabalho no EAD eu me sinto mais do que isolado e individualizado. Eu diria solitário, quicá melancólico (Marcus).

Os relatos acima indicam o reforço do individualismo (FOUCAULT, 2008b) e, por conseguinte, a limitação da ação coletiva e a fragilidade de vínculos (MAHNIC, 2022) visto que na modalidade a distância os docentes não possuem espaço próprio de trabalho, o que reduz o senso de pertencimento, além das relações trabalhistas se tornarem cada vez mais efêmeras e frias conforme apresentarei com destaque na dimensão novas relações de trabalho. Neste sentido, a prática docente neoliberal, sobretudo na educação a distância se orienta para condições de flexibilidade encoberta por um forte discurso empreendedor que segundo Giddens (1991),

contribui para a formação, manutenção e fortalecimento do sujeito reprodutor do discurso neoliberal, como nos trechos das entrevistas de Josileia e Gustavo:

Se pode trabalhar se estiver na Europa, se estiver na praia. Claro que com certo cuidado com a qualidade é o que eles sempre pedem para a gente, com o cuidado com o que tem atrás para você criar esse ambiente para estar com os alunos (Josileia).

Eu aceitei um convite da instituição, devido às tendências de mercado que estavam me propondo. É um desafio muito grande. E particularmente eu, apesar de se trabalhar muito mais, e se ter uma exigência muito maior, muita gente acha que não, que EAD é muito mais fácil, não é. É uma série de elementos que têm que ser trabalhados fora da sala de aula, e a preparação disso tudo, os sistemas, a equipe. Então assim, o suporte para o aluno, porque ele fica totalmente solto ali na plataforma, então é preciso estar acompanhando, monitorando os números. Exige uma dedicação muito maior. Sem horários talvez, de manhã, à tarde, a noite, final de semana, férias. Então eu tive a motivação de que, para mim, no meu estilo de vida, eu gosto de trabalhar mais a distância do que presencial. Eu acho que eu tenho uma certa flexibilidade de estar em casa, ou de estar no escritório, ou de estar em outro lugar e com essa tendência de nômades digitais, como profissional, eu achei interessante isso (Gustavo).

O exemplo de Josileia representa a ideia de autonomia presente no discurso neoliberal que oferece a noção de flexibilidade para as pessoas moldarem suas vidas conforme os interesses das IES. No diário de bordo reflito que as instituições oferecem a possibilidade de atuação a qualquer tempo e espaço, desde que o docente esteja presente nos horários marcados com os alunos, respondam todos os e-mails e mensagens em 24 horas e consiga reproduzir condições de espaço adequado para a condução do encontro, como em um escritório cinco dias por semana, ou seja, conforme Giddens (1991) apresenta, a autonomia é uma noção míope de flexibilidade capaz de ampliar as assimetrias de biopoder de forma potente (MARAVELIAS, 2020), através dos processos de subjetivação docente, que entendem esta prática como uma oportunidade de atuação autônoma e não como uma forma de extrapolação da relação de trabalho para vários aspectos da vida do docente (MAHNIC, 2022), como relata João e Edmir:

Mesmo trabalhando no EAD, eu preciso ir à faculdade, eu faço trabalho presencial e faço horário fixo, mas além do horário fixo eles controlam a produtividade. Eu preciso fazer as entregas programadas no prazo, senão sou chamado atenção (João).

No EAD eu sentia um cansaço físico, essa prontidão ali. E às vezes você nem tinha aluno conectado e você tinha que estar ali à disposição. Isso então era às vezes entediante (Edmir)

Ademais, o formato gerencialista, como um conjunto de técnicas que produzem subjetividades orientadas para os objetivos de produção (GAULEJAC, 2007) presente em algumas IES direcionam para um controle do trabalho físico e virtual do docente. Logo, o docente nas instituições privadas atua de modo semelhante a profissionais em setores capitalistas altamente competitivos, com necessidade de adaptação rápida às constantes mudanças de disciplinas e cursos, aquisição de conhecimentos generalistas de outras áreas da administração, operação com ferramentas digitais para atuar na modalidade presencial e a distância e ter disponibilidade de tempo e espaço para atender os interesses institucionais para não perder carga horária (MANCEBO; MARTINS, 2012).

Além disso, o uso da linguagem empresarial é normalizado como aparece em trechos das entrevistas de Josileia e Paloma "faço parte do time da universidade X". O fazer parte do time extrapola os limites da linguagem e se apresenta como um discurso (FOUCAULT, 1979), uma prática orientada por forças do biopoder que derivam em processos de subjetivação reprodutores da governamentalidade neoliberal. Grazielle, em um de sua entrevista demonstra uma prática competitiva para a assunção de turmas e usufruto de maior remuneração ao perguntar frequentemente aos alunos se estavam satisfeitos com a condução das disciplinas pelos colegas e estimular os alunos para solicitarem a troca de docentes nas disciplinas.

Nunca disputei de forma direta com algum colega para assumir turmas, mas de forma indireta já. Quando os alunos comentavam que um colega não tinha muito alinhamento com a disciplina, ou não estava fazendo da forma que eles buscavam, eu os incentivava a irem na coordenação para reclamar e pedir a troca de professores. Eu não me oferecia nesses casos, mas já me sobrou turma desta forma também (Grazielle).

Estas práticas reproduzem elementos neoliberais do mercado para o campo da atuação profissional no ambiente universitário. Deste modo, os docentes se constituem como sujeitos neoliberais perfeitos, pois atuam no campo da produção de saberes, se inserem nas relações de biopoder e atuam conforme a lógica

neoliberal de fazer o que o sistema exige para se tornar reconhecido e bem sucedido. Nesta ótica, tornar-se bem sucedido na academia talvez seja endossar a lógica neoliberal na aplicação de esforços para a produção e atendimento às métricas em detrimento do senso de um engajamento ético, do exercício da reflexão crítica, do pensamento abstrato e dos esforços de formação integral dos alunos, o que poderia ser uma resposta às tensões e disfunções decorrentes do gerencialismo.

Os docentes como Gustavo são reprodutores de subjetividades legitimadas no discurso neoliberal hegemônico que os constituem e cumprem modelos prescritos na busca de recompensas potenciais derivadas da biocracia (FLEMING, 2014). Com efeito, os acadêmicos normalizam aspectos produzidos hierarquicamente e se automonitoram nesta reprodução, muitas vezes sem perceber, em vez de resistir, com a problematização das práticas às quais estão executando (FOUCAULT, 2003b). Um aspecto destacado por Fleming (2014) na biocracia é a extrapolação do espaço de trabalho da esfera da sala de aula para a vida privada como no trecho da entrevista de Paloma:

Não existe mais diferença de tempo de trabalho e tempo privado, espaço de trabalho e espaço privado. Não existe mais, infelizmente. Tem aluno que às 3:40 da manhã ele me manda uma mensagem. Eu fico louca, porque querendo ou não... ainda mais eu que tenho um pai que tem Alzheimer que está lá em Minas Gerais. Uma mensagem às 3:40 da manhã me faz acordar com o coração na boca (Paloma).

No caso de Paloma, não há limites para o acionamento do docente pelos alunos e esta extrapolação reduz completamente a razoabilidade de tempo e espaço privado e de trabalho. Com efeito, envolve tensões envolvidas com particularidades que a constituem como sujeito. Ademais, além da extrapolação do espaço de trabalho para a vida privada, de acordo com Fleming (2014) a biocracia aproxima a demarcação do trabalho para o tempo privado com base no cálculo de produtividade do docente. Neste sentido, o trabalho pode ocorrer a qualquer momento da vida do docente: após o expediente, no fim de semana e até mesmo durante a noite, em sonhos como o relato de Grazielle:

Eu não tenho distinção de espaço privado e espaço de trabalho, porque eu trabalho o tempo todo. Não tenho um lugar que eu vá que não leve o meu computador, em viagens inclusive. E o celular te notifica quando um aluno te

envia uma mensagem, então a noite quando estou sonolenta já vou acumulando mentalmente as tarefas que vão ser executadas no dia seguinte (Graziele)

No diário de bordo destaco uma observação na perspectiva de análise em consonância com a biocracia que diz respeito aos dias e horários escolhidos pelos docentes para a concessão das entrevistas. Muitos escolheram datas em finais de semana ou horários após a sua jornada de trabalho nas IES. Ora, a reflexão sobre a prática profissional e a participação de entrevista com este tema deveria ser contabilizado na carga horária dos docentes, no entanto, na experiência deste trabalho representou mais um ponto de trabalho não remunerado e de controle neonormativo de momentos de não trabalho como fonte de valor e inspiração (FLEMING, 2014) incorporados à vida profissional dos docentes. Quando apresentava a técnica de bola de neve, em que um sujeito de pesquisa pensava em sua rede de contatos e me direcionava a um colega, muitos docentes relataram da importância deste debate para a profissão, mas não percebi em nenhum entrevistado a apropriação do tempo de trabalho para a concessão das entrevistas. Neste sentido, Edmir argumenta sobre como se dá a extrapolação de seu trabalho para a vida pessoal com o início de sua atuação nas disciplinas na educação a distância:

Tudo na vida tem a parte dos ganhos e a parte das perdas. É inegável que nesse tempo em que eu trabalhei muito, onde eu tinha um ganho de alegria pelo desenvolvimento dos alunos, o ganho financeiro pela execução das aulas, mas chegou num ponto quando coincidiu exatamente a questão das aulas presenciais mais as aulas em EAD. Porque a princípio eu era professor só de aula presencial na faculdade. Quando adicionou o EAD complicou totalmente a minha vida pessoal. Eu passei a não ter sábado e domingo, literalmente, porque sábado e domingo eu tinha que cuidar da alimentação da plataforma, das fichas desse 50 e poucos alunos por turma. Eu tinha duas turmas e tinha que corrigir os exercícios um por um na plataforma. Então aquilo demandava muito tempo e paralelo a isso, eu estava preparando as aulas do presencial para a semana seguinte. Então foi um tempo em que diretamente tive o impacto na minha vida pessoal (Edmir).

E também muitos alunos que estão no EAD aproveitam o final de semana para estudar um pouco mais porque eles estão em casa, O que acontece? eles começam a te mandar pergunta pela plataforma. E aí, embora você não seja obrigado a estar online na plataforma no final de semana, você já vê aquela bateria de perguntas e vai responder por que durante a semana no corre corre... (Edmir)

Edmir relata a erosão das barreiras entre a vida privada e profissional ampliadas com a assunção de disciplinas na modalidade a distância e o desenvolvimento de técnicas de autodisciplina (FOUCAULT, 2004; GIDDENS, 1991) ao se ver orientado a fazer as respostas dos alunos na plataforma para evitar acúmulo de mensagens. Este discurso aproxima o trabalho nas universidades neoliberais com o que Gregg (2009) analisou sobre executivos na Austrália a partir do uso de tecnologias de informação e comunicação atuam como forças que constituem os sujeitos e produzem processos de subjetivação que os deixam sempre conectados. A universidade neoliberal, portanto, se torna uma academia sem paredes em que o docente confere suas mensagens na praia, na cama, no elevador, em quaisquer lugares na busca de atender as demandas e ficar no topo de produtividade.

A fronteira entre trabalho e espaço privado foi completamente corroída (NORDBACK; HAKONEN; TIENARI, 2021) na reprodução do discurso neoliberal e alguns docentes entrevistados se encontram profundamente envolvidos e apegados ao trabalho, muitas vezes não sendo capazes de fazer a distinção entre o trabalho e eles mesmos. Renan e Edmir relatam suas experiências de trabalho na modalidade a distância e argumentam sobre o volume de tarefas a serem executadas:

Trabalhar a EAD bem é mais trabalhoso do que com o presencial... no presencial se a gente está trabalhando uma aula de 4 horas, fazendo o seu processo dialógico com os alunos e um aluno pergunta, aí eu já respondo e já se esclarece a dúvida de um para todos. Na EAD nem sempre esse processo ocorre porque as vezes o aluno não pergunta em um fórum ou se pergunta no fórum eu respondo mas os outros alunos não leem, mas no geral, ele manda uma mensagem privada ou um e-mail, porque ele se sente mais acuado (Renan).

Por Inocência ou não, eu me preparei mentalmente para as avaliações no EAD como se elas fossem no mesmo ritmo do presencial, que eu teria exercícios em sala mas avaliações bimestrais e ponto. Quando chegou o EAD não, é uma loucura, porque eu tinha períodos definidos, contados e definidos, Que tinha que entrar com as avaliações no sistema, porque fecha a tal hora, Então havia um cronograma muito acirrado de inserção de exercícios, E materiais de reforço para os alunos e que demandavam muito tempo, muito tempo (Edmir)

Estes relatos indicam o excesso de tarefas a serem executadas pelo docente na preparação da operação na modalidade a distância, além do volume de atividades a serem executadas devido a quantidade de alunos concentrados por

docente. Em adição, Terezinha coloca o trabalho administrativo como um elemento neoliberal que consome o tempo e energia, reduzindo sua capacidade de atuação aspectos intelectuais relacionados à condução das disciplinas. Neste sentido, a operacionalização de atividades de curto prazo (JELONEK; MAZUR, 2020), a rotina e o pouco aprofundamento para a execução das tarefas contribuem para a homogeneização do ensino superior (McCANN *et al.*, 2020) e estão presentes neste trecho:

Todo um trabalho operacional, administrativo, que não tem nada a ver com a questão pedagógica, que não tem nada a ver com pensar o curso, pensar em estratégias de ensino e aprendizagem... resolver essas questões administrativas: aluno que está com problema no sistema, aluno que não conseguiu responder o fórum, nota que não apareceu, enfim. A parte pedagógica em si, a parte intelectual em si, a gente tem muito pouco tempo dedicado. Participar dos seminários, participar dos congressos, escrever e publicar artigos, que faz parte né? Quando a gente pensa: a carreira do professor, sobretudo o professor universitário, mas você está tão assoberbado de tarefas que nada tem a ver com a questão pedagógica, o que importa de fato acaba ficando em segundo plano, porque essas tarefas administrativas são apagar incêndio. Você fica o dia inteiro apagando incêndio porque o dia inteiro tem problema, você fica o dia inteiro você está ali envolto disso. Então o tempo passa e você não consegue se dedicar e se debruçar sobre aquilo que realmente importa (Terezinha)

Os processos de subjetivação dos docentes retroalimentam as universidades neoliberais no sentido de ajuste profissional às regras institucionais, inclusive na assunção de trabalhos administrativos (JELONEK; MAZUR, 2020) e de grandes volumes de trabalho que acabam levando os docentes a adotarem formas de atuação profissional voltadas para a objetividade e a produtividade em detrimento da análise e o desenvolvimento intelectual do aluno, como apresentado por Olubummo e Ferguson (1960) e presente no relato de Graziele:

Eu tinha que ter muita energia e estar bastante alerta aos chamados, para executá-los de forma rápida. Pelo volume de trabalho era necessário ter um certo nível de organização e pragmatismo para dar conta, por exemplo, eu tinha um arquivo com respostas padrão para não precisar digitar a mesma coisa várias vezes. Então eu tinha uma estrutura de texto de introdução a disciplina, por exemplo, e copiava e colava nas turmas para ganhar tempo. Da mesma forma tinha um padrão de resposta para perguntas mais frequentes, então não precisava nem pensar, era só procurar, copiar e colar e vamos para a próxima (Graziele)

Este trecho da entrevista de Grazielle demonstra a orientação neoliberal na atuação profissional e a entrega da devolutiva das atividades para os alunos de forma superficial, metódica e padronizada, como em uma linha de produção para entregar respostas rápidas a um grande volume de alunos. Deste modo, segundo Alcadipani e Bresler (2000) o docente é objetificado e visto como um recurso reprodutor de procedimentos operacionais padronizados com autonomia reduzida, portanto, a atuação profissional capaz de desenvolver o pensamento crítico e reflexivo do aluno, se torna menos valorizada nesta lógica. Terezinha compartilha desta percepção e avança no relato de como se sente frente às mudanças em sua prática profissional:

Fazendo aquele movimento automático todo dia, tudo sempre igual, da mesma forma, sem conseguir ter uma real percepção se aquilo ali é funcional ou não, se já passou o tempo, se eu poderia ter modificado, transformado. E isso me gerou muita angústia. E também muita insegurança, como se eu estivesse meio que deslocada do todo, é como se você fosse um estranho. Você não sabe se você acompanhou de fato o que está acontecendo? Todas as mudanças, todos os avanços? Então acho que isso fez muito mal para mim (Terezinha)

Terezinha demonstra uma tensão permanente para continuar à altura das exigências da universidade neoliberal. De acordo com os resultados de Mezzadri (2022), os docentes não recusam assumir este volume de atividades por considerarem que as condições para terem um emprego em tempo integral no próximo semestre está condicionado a esses aceites. Logo, mesmo que se sobrecarreguem, assumem a alta carga de trabalho. No diário de bordo ressalto a percepção de jornadas de trabalho cheias e pressão para atingir os resultados, sobretudo quando inicio a técnica de instrução ao sócia. Os relatos de Jean e Paloma exemplificam como as funções gerenciais os orientam a um nível de estresse que Gaulejac (2007) argumenta como quase inerente à própria função do docente contemporâneo.

Esteja preparada para pressão. Muita cobrança. De todas as partes. Você vai ter muita mensagem, muito e-mail, muita reunião e você é a pessoa que vai ter que resolver isso (Jean)

Eu ia te dizer que você ia ter muito trabalho (risos). É, eu tenho ciência disso, tenho tentado, e é uma meta minha para 2023 tentar delimitar um

pouco mais as minhas atividades porque eu acabo vivendo muito em função da universidade (Paloma).

As forças de biopoder que direcionam os processos de subjetivação do docente na universidade neoliberal o orientam a assunção de um grande volume de trabalho na repetição de tarefas, na pressão por prazos e a exposição à violência (GAULEJAC, 2007) a partir da relação com a coordenação e entre os colegas docentes, presente na entrevista de Grazielle ao relatar que já ouviu "se você não aguenta, pede para sair". Neste sentido, Paula argumenta sobre o aspecto de insegurança:

Eu sentia que com o mínimo vacilo, com o mínimo erro eu poderia perder a minha posição de professora. Então eu tentava sempre caminhar certinho com os prazos, participava dos eventos sempre. Fazer um bom trabalho para instituição, para os alunos. Eu tinha uma relação bem próxima com os alunos, mas muitas das vezes eu me sentia insegura sim. Principalmente porque o meu perfil era mais acadêmico do que de mercado e os nossos colegas, eu sentia que havia uma experiência muito grande nessa aproximação com o mercado. E eu, por trazer um viés mais acadêmico, eu ficava mais insegura (Paula).

Paula traz o aspecto da insegurança no discurso neoliberal orientado a aspectos gerencialistas (KNIGHTS; CLARKE, 2014) em que o docente é constituído por forças biopolíticas que os direcionam a atuar como sujeitos economicamente ativos (MOISANDER, 2018) e a reproduzir saberes na formação de alunos para atender interesses mercadológicos. Com efeito, Paula percebe a valorização de colegas orientados ao mercado em detrimento de docentes com forte viés acadêmico. Esta modificação das relações de trabalho dos docentes no ensino superior de administração na modalidade a distância desenvolve a frequente insegurança e o medo do desemprego gerando, com destaque, reflexos na saúde física e emocional (BOSI, 2007; GAULEJAC, 2007) dos docentes como no trecho de Grazielle:

Sinto uma frequente insegurança. A gente vê o cenário se modificando e os colegas sendo desligados, isso gera muita insegurança para a gente. Eu vejo as coisas acontecerem na cidade, no Estado e no Brasil mesmo. Instituições fechando, colegas sendo mandados embora das formas mais mecânicas possíveis, bem difícil não ficar desestabilizado neste contexto (Grazielle)

Os docentes em atuação nas universidades neoliberais se tornam inseguros e ansiosos por não saberem se estão trabalhando de forma suficiente, se estão atuando da forma certa e por se compararem frequentemente com os outros na reprodução de aspectos competitivos (GAULEJAC, 2007) e na busca pelo primeiro lugar e pela excelência. Mezzadri (2022) realizou uma pesquisa com executivos na Austrália e encontrou dois pontos importantes, o primeiro é a ansiedade de ficar para trás, de perder algo, de não se desenvolver. E a segunda é a maneira como os trabalhadores se enquadram em um discurso individualista, se responsabilizando inclusive pela ansiedade que sofre, como um valor individual e não das pressões institucionais que fazem demandas intoleráveis.

Com efeito, a universidade neoliberal e a lógica mercadológica, podem resultar no adoecimento de docentes em decorrência da adesão a práticas de ensino inseridas nas premissas do modelo gerencial, pois há uma assunção de riscos em que o docente é responsabilizado pelo próprio fracasso ao não alcançar o primeiro lugar. De Coster (2022) exemplifica em seu estudo em instituições neoliberais que os sujeitos lutam para lidar com os inúmeros e-mails recebidos durante a noite e os fins de semana. Estes sujeitos extrapolam o trabalho para suas vidas privadas para responder a todos os pedidos com medo de perderem o emprego. Este imediatismo nas respostas faz com que docentes busquem lidar com esta pressão ao criarem e-mails automáticos para resposta imediata dizendo "Obrigado por sua mensagem, entrarei em contato com você em algumas horas" até que consiga processar todo o volume de mensagens a receber ou fazer atividades cotidianas, como tomar banho, comer, etc. Esta pressão por estar online a todo tempo, produzir e competir leva a sérios resultados, como no caso de Luís, que foi diagnosticado com *burn out*:

Eu tive *burn out* e explodi dentro do ambiente do EAD, com vários coordenadores, vários diretores de centro e de tudo, vários funcionários, infelizmente foi lá o meu local da explosão... Porque foi o meu ápice, o meu, eu não tinha mais para onde correr, eu não tinha como pedir ajuda devido a tanta demanda, a tanta carga de trabalho e você recebendo aquilo que você sempre recebeu, pelo contrário, reduziu ainda né? (Luís).

Foi... foi a pressão! Foi muita pressão! E eu chegava no ambiente lá do EAD e eu já queria sair correndo de volta para casa. Então eu já tinha dado o *start* ali. A própria psiquiatra ao longo do seu trabalho, do acompanhamento dela comigo, ela também conseguiu detectar onde exatamente foi a minha crise. A minha crise foi no EAD, no qual eu não

aguentava mais chegar de manhã, na hora do almoço e quando estava indo embora para mim era um desespero. Era desesperador ficar na sala lá. Então assim, eu atribuo que foi ali porque não foi um nem dois, foram assim vários indícios de vários meses que estavam me deixando em desespero de ficar naquele ambiente (Luís).

O exemplo de Luís demonstra como o produtivismo, a competição acirrada direcionam a degradação da qualidade de vida dos docentes e levam as consequências psicopatológicas da atuação na universidade neoliberal, sobretudo na educação a distância quando o docente percebe que se esforça demasiadamente, mas não consegue alcançar o resultado esperado. Deste modo, o caso de Luís vai de encontro com o que Gaulejac (2007) teoriza como o desenvolvimento de perturbações psíquicas como crises de angústia, fobias, estados de pânico e insônias estão presentes no cotidiano dos docentes devido a adição de trabalho e ao esgotamento profissional. Com a educação a distância e a possibilidade de acionamento dos alunos 24 horas por dia, sete dias na semana e a autocobrança dos docentes somadas às cobranças institucionais para que as respostas sejam oferecidas no menor tempo possível faz com que os docentes permanecem em estado de alerta o tempo todo e, por conseguinte, são consumidos internamente, como um elástico sempre esticado, de modo que não consiga relaxar.

Esta força biopolítica da universidade neoliberal orienta processos de subjetivação em que os docentes desenvolvem uma relação de dependência com o trabalho, segundo Gaulejac (2007), apresentando os mesmos sintomas que os drogados ao viver uma necessidade de se manter em atividade o tempo todo. Grazielle relata que sente culpa ao não estar sendo produtiva e que sente angústia quando está de férias, esperando o retorno urgentemente. Esta hiperatividade no trabalho é normalizada através do discurso neoliberal circulante por jogos de verdade que reproduzem processos de subjetivação de docentes e alunos capazes de considerá-lo normal e aceitá-lo voluntariamente. Deste modo, os dramas pessoais e as consequências subjetivas de suas constituições são apagadas diante da orientação econômica como mote da vida contemporânea.

5.5 DIMENSÃO NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO DOCENTE

"Pensamento não é dinheiro e não pode ser circunscrito à lógica capitalista de mercado"

(ALVAREZ, 2004, p. 126)

Nesta dimensão apresento como as relações de poderes e saberes por meio dos discursos que circulam sobre a atuação docente nos cursos de administração em IES privadas na modalidade a distância modificam as relações de trabalho docente. Inspirada no trecho de Alvarez (2004) que abre esta seção, foi possível identificar, por meio dos exemplos dos entrevistados, que o poder disciplinar se manifesta a partir de mecanismos constantes de vigilância que contribuem para comportamentos e rituais de “verdade” sobre como um docente contemporâneo deve ser. Essa vigilância constante dita as práticas que devem ser adotadas no campo da universidade neoliberal. O biopoder, por sua vez, manifesta-se na produção de sujeitos aptos para o trabalho e como forma de gestão da vida, norteadas por elementos financeiros e princípios mercantis.

As relações de poder circulam em todo campo social e organizam jogos de verdade que orientam as práticas disciplinares na formação de processos de subjetivação de corpos dóceis para atender os interesses do capital nas universidades neoliberais através de elementos verbais e não verbais no cotidiano da prática docente no ensino superior privado.

Após a desregulamentação da educação no Brasil na década de 1990 a governamentalidade neoliberal é cada vez mais presente nas universidades. A partir deste modelo emerge um poder neo disciplinar, o biopoder (FOUCAULT, 2008a) que opera através de mecanismos que regulam indiretamente a vida dos sujeitos no ambiente universitário. A modificação de dispositivos como os aparatos legais direcionam ao desenvolvimento de novas relações de trabalho docente, que será tratada nesta dimensão. Seguindo a ordem do discurso, de um lado temos as universidades neoliberais que entendem os docentes como um recurso, portanto um custo que deve ser reformulado na busca de ampliação dos lucros e de outro lado temos os próprios docentes, orientados a processos de subjetivação reprodutores

deste discurso que se formam como empreendedores de si, autônomos e crentes em uma pseudo liberdade decorrente deste modelo.

5.5.1. As condições de trabalho neoliberal

Para analisar as condições de trabalho neoliberal, parto do princípio de que as relações de poder se apresentam entre os sujeitos em um determinado contexto histórico (FOUCAULT, 2008b). Para tratar das condições de trabalho neoliberal, é necessário perceber o conjunto de forças que produzem as subjetividades dos docentes conforme analisado até aqui, e utilizar este entendimento para refletir como as condições de trabalho neoliberal se apresentam da forma como estão para, a partir disso, interrogar os jogos de verdade e os discursos que nos cercam. O trecho da entrevista de Gustavo revela um pouco sobre a constituição das relações de biopoder nos docentes em atuação na modalidade a distância:

Eu acho que o EAD tirou muito emprego porque não precisa mesmo. Você não precisa de cinco professores em cinco salas de aula ao mesmo tempo, você precisa de um. Então assim, é a lógica operacional do EAD, não faz o menor sentido. Eu se fosse dono de uma empresa de educação, Eu falo empresa porque, uma escola em EAD... eu não iria contratar cinco professores para cinco turmas diferentes, é um professor. E assim, você coloca o limite de alunos e depois, se precisar, você desdobra a turma. Ah beleza! Mas não faz sentido, principalmente se for EAD não síncrono (Gustavo).

Gustavo argumenta a favor da reprodução do discurso hegemônico que orienta os processos de subjetivação de docentes neoliberais, portanto se insere na lógica à qual está constituído. Neste sentido, a biocracia (FLEMING, 2014) ganha espaço e as relações de trabalho se tornam mais fragilizadas no sentido de, a partir do uso de aparatos tecnológicos utilizados na educação a distância, ser possível reproduzir ampliar a utilização do modelo Taylorista/Fordista na educação em massa com economia de escala e redução de custos operacionais na demissão de docentes, por exemplo (PETERS, 2001). Grazielle apresenta outro mecanismo utilizado pela universidade neoliberal para prover esta maximização de lucros através da escala.

Eu tinha muita demanda de trabalho, muita mesmo! Não só eu, como vários outros colegas. Como estratégia de redução de custos eles concentraram muitas disciplinas em mim e em outros colegas que aceitaram. Nos tornaram 40 horas e demitiram os professores horistas. Então nós éramos muito cobrados, tínhamos prazos rigorosos tanto de planejamento, para a análise e seleção do material que iria compor a disciplina, que era adquirido de uma empresa terceirizada, então a gente recebia aquele catálogo de unidades curriculares, montava o Frankenstein e encaminhava para a coordenação que fazia uma conferência buscando evitar redundância de conteúdo porque vai que dois professores escolhem a mesma unidade curricular para disciplinas diferentes? O aluno vai ver duas vezes a mesma coisa. Então tínhamos prazos apertados para essa entrega e também para a construção de um banco de questões homérico para formar a base de dados que eles iriam randomizar para os alunos responderem nas provas. O lançamento das questões era feito também em um sistema terceirizado em que você precisava colocar um enunciado de contextualização, a pergunta, cinco opções de resposta, assinalar a correta e para cada uma das opções inserir um feedback para os alunos terem na hora um retorno se acertou ou não e o porquê. Para mim essa era a pior parte. Era muito difícil fazer uma média de 60 questões por disciplina. Você não podia sair muito daquele material base porque os alunos só tinham aquilo para estudar e se não encontrassem o conteúdo ali poderiam, e faziam, questionamento das questões e você precisaria anular a questão. A anulação é um problema porque primeiro, você fica exposta com a equipe, que controla o número de questões que foram construídas por você e precisaram ser anuladas e fica como um registro de que suas questões não foram bem formuladas, mas é claro! Não dá para pensar e elaborar questões com qualidade nessas condições. Eu fazia algumas questões que eram a negativa de outras para você ter uma ideia, porque não conseguia mais. No meu entendimento, seria bem melhor o aluno ter poucas questões bem formuladas em que pudessem pensar e discorrer sobre aquilo do que esse tanto de questões rasas, com afirmações quase iguais às do livro, mas é aquilo que falei. É escala (Graziele).

A busca pelo aumento da eficiência produtiva, tanto das IES quanto dos docentes na assunção de turmas na universidade neoliberal levam a ampliação da competição (MUNRO, 2012). Com efeito, as relações de trabalho mediadas pela tecnologia potencializam a condição neoliberal (HOULDEN; VELETSIANOS, 2020) com a regulação indireta do Estado, conforme Nardi (2006) apresenta com a formulação de leis que alteram as relações de trabalho possibilitando a existência de contratos flexíveis, temporários, com variação de remuneração, *home office*, negociação individual sem homologação sindical, o trabalho parcial, o trabalho temporário, subcontratação e terceirização. Nesse contexto, Marcelo comenta sobre como percebe esta relação:

O docente é prejudicado. Não vejo pontos positivos, porque é a oferta ao menor custo. E o docente é custo. Então vai sempre sobrar para o docente independente do discurso da IES, se a hora aula é cara eles vão demitir e contratar um professor com hora aula mais barata, com certeza. Não existe

mágica, até porque não tem como sustentar um professor lá com hora-aula mais cara e os outros mais baratos porque vai gerar insatisfação, então é todo mundo mais barato. A corda arrebenta sempre do lado mais fraco, meu lado mais fraco, é o docente isso eu não tenho dúvida. A gente não pode falar abertamente isso, mas é isso daí que acontece. Na instituição em que eu trabalho e nas outras instituições (Marcelo).

Marcelo argumenta sobre sua percepção de prejuízo para os docentes a partir do que Paes de Paula (2002) e Nardi (2006) colocam como a virtualização das organizações e a conversão do trabalho mecanizado para o regime de acumulação flexível mediado pela tecnologia, ou seja, anos de prática e experiência adquirida podem ser facilmente desqualificadas e substituídas pela automatização mediada pela tecnologia. Neste cenário, Moisander (2018) coloca que as relações de trabalho se tornam imprevisíveis e arriscadas do ponto de vista do trabalhador, sobretudo com as modificações de dispositivos legais como a flexibilização da legislação trabalhista, que possibilitou novas formas de contratação a partir da desregulamentação do trabalho, que tratarei com mais profundidade no subtópico a seguir. Deste modo, Grazielle comenta sobre as condições de trabalho dos docentes nas universidades neoliberais:

Sinto a intensificação do trabalho de forma muito forte e em vários aspectos. Tanto de entrega simples para responder às demandas institucionais no prazo, quanto para se manter na arena de competição travada pelos próprios colegas. Você precisa intensificar o seu trabalho para mostrar que está capacitado, que entrega resultados concretos nas turmas e para ser visto frente aos outros colegas para que não tenha risco de, na iminência de um possível corte, seu nome ser cogitado (Grazielle).

A intensificação do trabalho é um fator que esteve presente na entrevista de muitos docentes e registrei no diário de bordo a percepção de que no modelo de educação a distância a intensificação de trabalho se torna ainda mais evidente, conforme Grazielle coloca, que o motivo desta intensificação pode ter origem na própria universidade neoliberal, mas muitas vezes é originada pelo próprio docente que se coloca como um sujeito neoliberal e reforça esta busca por mais trabalho e eficiência produtiva na tentativa de ampliar seus resultados financeiros. Neste sentido, ao assumir mais turmas, Grazielle e Luís relatam sobre o número de alunos que eram responsáveis:

Antes de sair do privado eu fiz questão de contar quantos alunos eu atendia sozinha: 887 alunos, aproximadamente 700 no EAD mais os do presencial. É humanamente impossível fazer o acompanhamento de 887 alunos, dar respostas, fazer uma correção de atividades com qualidade, você elabora uma métrica para avaliar, engata uma primeira e vai. Até porque você tem prazos muito curtos para fazer a devolutiva, então você só vai. Tenho até vergonha de falar, mas tinham momentos em que eu gostava quando algum aluno faltava ou deixava a questão em branco porque era só colocar zero e pronto. Vamos para a próxima (Graziele).

Eu tenho que orientar aluno de estágio, eu tenho que orientar aluno de TCC, e não são 2-3 alunos, são 15 alunos de TCC, são 30 alunos de estágio, que lá são 45 em uma sala de aula (Luís).

Estes números apresentados por Graziele e Luís são difíceis de serem normalizados e a partir deles podemos refletir junto com Nardi (2006) sobre como as condições de trabalho neoliberais, que somadas ao cenário econômico e político orientam a processos de subjetivação neoliberalizantes. O acúmulo de trabalho também está fortemente presente nas entrevistas, como exemplifico neste fragmento:

Eu costumo levar trabalho para casa para não acumular tudo para o dia seguinte e não ter uma carga mais pesada no dia seguinte do que naquele dia que eu ainda consigo fazer mais alguma coisa, mas natural eu não acho. Não percebo isto como natural. O natural seria a faculdade contratar mais profissionais, investir mais em treinamento, em conhecimento, em mais pessoas, mais profissionais ali que possam dividir tarefas inclusive né? Eu acho que esse seria o natural (João).

João usa o termo natural para estranhar sua prática de levar trabalho para casa, com efeito, para Foucault (2003a) o próprio trabalho não é um elemento natural para o homem, visto que o trabalho faz parte de uma construção social orientada a termos produtivos a qual os sujeitos estão constituídos através de elementos históricos, sociais, econômicos e políticos que decorrem das relações de poder circulantes. Para Nardi (2006), as transformações digitais se apresentam como um elemento reestruturador da sociedade e, portanto, promotor de novas condições de trabalho para os docentes, conforme relatado por Renan:

Daqui a pouco eu vejo que essas questões já vão estar muito relacionadas com o próprio auxílio de inteligência artificial. Vai começar por exemplo, dentro desses grandes grupos... as dúvidas que os alunos têm vão cair dentro de um grande banco de dados, que vão padronizar respostas, e essas respostas é que vão ser passadas para os estudantes. Então isso me

assusta muito. Isso me assusta. Porque a gente perde essa questão que eu bato muito na tecla, que é o processo dialógico, que vai se perder com o tempo (Renan).

O exemplo de Renan demonstra a compreensão de como a flexibilidade decorrente da reestruturação produtiva com o uso da tecnologia amplia a eficiência da produção capitalista na educação superior em detrimento da construção de um saber analítico, ou seja, há uma simplificação do trabalho ao automatizá-lo, portanto o docente não atua na condução de uma disciplina de forma integral, mas fragmenta o conteúdo em trechos padronizados e programa softwares que irão oferecer respostas automatizadas, tornando-se o processo de ensino-aprendizagem cada vez mais alienante para a comunidade acadêmica.

Neste sentido, conforme Sennett (2011) apresenta, com o uso dos recursos tecnológicos, a medida em que o trabalho se torna mais complexo e fragmentado, a compreensão do docente sobre o processo de ensino-aprendizagem integral do aluno se torna mais superficial, com entregas de tarefas simplificadas e estanques, portanto, a identificação com o trabalho é enfraquecida. Esta divisão do trabalho entre docentes e tutores na educação a distância, segundo Mancebo e Martins (2012) deve ser problematizada, visto que se criou uma subclasse docente contratada para realizar a prestação de serviços sob menor remuneração, oferecendo o barateamento do custo de mão de obra para as universidades neoliberais privadas, apesar da importância deste profissional no processo de ensino-aprendizagem e do desenvolvimento de atividades tipicamente docentes.

Na prática, o trabalho se torna simplificado, fragmentado e em série. Uma parte das atividades podem ser compradas de empresas terceirizadas que entregam o conteúdo pronto ou elaboradas internamente pelos docentes e validadas pelos coordenadores. E outra parte das atividades é realizada pelos tutores que acompanham a execução das disciplinas no ambiente virtual de aprendizagem para uma gama de alunos de diversos cursos afins agrupados nas disciplinas. As atividades de tutoria são padronizadas e o sujeito tem sua autonomia profissional fortemente diminuída, sem a oportunidade de propor novas abordagens sobre determinado tema.

Os tutores executam a função de acionamento de botões para alimentar as plataformas na automatização dos fluxos de operação das disciplinas. Executam

tarefas mais simples, ao preparar o ambiente virtual de aprendizagem ele atua como um facilitador do aprendizado, um animador de auditório ao estimular os alunos a terem autonomia. Silva Junior e Martins (2013) acrescentam que na universidade neoliberal privada os tutores são direcionados a despertar simpatia nos alunos, a fidelizá-los para não cogitarem trocar de instituição, criarem resistência aos estudos e não desista do curso. Com efeito, algumas universidades neoliberais para reduzir custos têm a prática de acumular as funções de docência e tutoria no mesmo profissional, como relatam Josiléia e Luís:

Lá a gente ocupa como professora e como tutora, tem toda essa parte de trabalho com o conteúdo, a gente trabalha fazendo não só a parte de tutoria, na escolha dos conteúdos - a gente que escolheu os conteúdos, as unidades né? Preparamos vídeos de apresentação, agora a gente tem mais uma avaliação - o fórum agora é avaliativo. Então a gente agora tem outras ferramentas. No início não, quando a gente começou com o EAD não. Então eu achei muito legal essa interação porque o aluno para ter o ponto máximo da avaliação ele precisa interagir também com o professor e com os colegas (Josiléia).

Eu conheço tutores que tinham 1.200 alunos, hoje estão com 2.000 alunos, você tem noção? Você consegue fazer tutoria de 2.000 alunos? Eu não consigo. Particularmente, eu não consigo. 2.000 alunos é impossível. Eu vou chegar no trigésimo dia e não consegui atender nem a metade. E é o que acontece. Então eles reduziram o quadro funcional, aumentaram a demanda de trabalho, não só para o tutor, para toda a equipe, toda a equipe mesmo, até a produção, manda embora um terço aí e o outro, e as outras pessoas que ficaram têm que dar conta. Manda embora aí 3-4 coordenadores e incorpora nos que ficaram (Luís)

Deste modo, o docente em atuação na modalidade a distância na universidade neoliberal privada se torna um reprodutor de conteúdos compilados e simplificados para entregar o conteúdo o mais palatável possível aos alunos de forma expressa, pois com o volume de alunos e o acúmulo de funções e tarefas a serem realizadas se torna inviável a condução da disciplina com um aprofundamento teórico mínimo. Edmir adiciona sobre a falta de integração entre os sistemas e a ampliação do trabalho operacional:

Porque tudo é corrigido na plataforma, então tem toda uma sequência de sistema que você tem que seguir e que na hora de correção de exercícios e correção de avaliações dá bastante trabalho. E a plataforma não é tão integrada, então você tinha que corrigir em um lugar, lançar em outro, em outro, em outro... então isso demanda muito tempo (Edmir).

Este retrabalho somado ao volume de disciplinas que o docente precisa assumir para no conjunto somar um rendimento mínimo para sustentá-lo faz com que os docentes assumam uma rotina bastante pesada (BOSI, 2007). A reestruturação produtiva apresentada por Nardi (2006) não deixa a atividade docente imune às transformações às quais o mundo do trabalho sofre, na medida em que são inseridos em um olhar gerencialista e vistos como capital humano, empreendedores de si e responsáveis por gerenciar seus próprios riscos, portanto, assumem uma rotina como a descrita por Terezinha:

Eu acho que eu fico umas 8-10 horas do meu dia na frente do computador...hoje, por exemplo, que eu só dou aula online, eu levantei 05:50 da manhã, fiz algumas coisas, fui à rua que eu tinha que fazer um exame, voltei, adiantei umas coisas no computador, parei para o almoço e estou desde 13:30 até agora aqui, são 16:00 e ainda vou entrar em aula às 18:00. A gente fica fazendo uma coisa, então é um tempo muito significativo na frente do computador produzindo. E sempre envolvida com o trabalho né, porque ou você está lendo ou está escrevendo ou está preparando aula ou está resolvendo os pepinos. Está sempre por conta dessas questões (Terezinha).

Mesmo ao assumir uma rotina como esta, no acompanhamento de Terezinha observei como a biocracia está presente na extrapolação do espaço de trabalho para a sua vida privada (FLEMING, 2014), fazendo com que seu processo de subjetivação seja moldado para atender os fins capitalistas norteie sua vida na reprodução da governamentalidade neoliberal, por exemplo, ao permitir a ampliação do seu tempo de trabalho para o seu tempo privado após o expediente, no período noturno e nos finais de semana com o intuito de atender a critérios de produtividade como ela relata no trecho abaixo:

As demandas na educação a distância são surreais, porque como o seu empregador e o seu aluno sabem que você pode acessar a plataforma de qualquer lugar, eles acham que você está disponível 24h. O teu aluno se acha no direito de mandar mensagem para você sexta-feira às 8 horas da noite, sábado de manhã, domingo à noite. Ah! Porque eu estou com o acesso ali, tenho que estar online o tempo todo. Então isso sufoca e angustia. Sufoca porque você fica cansado e angustia porque você não sabe, né? E se eu não fizer? Será que sou eu, apenas eu que não estou entregando... (Terezinha).

Esta modificação na condição de trabalho e a pressão por estar online e disponível o tempo todo faz com que o docente atue em jornadas estendidas em

detrimento de sua saúde física e emocional (BOSI, 2007; GAULEJAC, 2007). Mayara acrescenta ao argumento de Terezinha o fato de precisar estar disponível em grupos de mensagens instantâneas, além das ferramentas oficiais da universidade:

O grupo de WhatsApp funciona como uma sala de reuniões full time. Eu não tenho essa capacidade de responder de imediato. Tenho vários grupos e por mais que eu queira, não consigo acompanhar e responder de pronto. Tenho essa limitação. Para eles essa limitação já me coloca de lado e na oportunidade de ter uma redução, tenho certeza de que sou cogitada para reduzir carga horária (Mayara)

O sentimento de ameaça por não se sentir pertencente ao formato em que as práticas gerenciais da universidade se apresentam faz com que Mayara se culpe por não acompanhar em tempo real o volume de mensagens compartilhadas entre seus pares. Jones e colaboradores (2020) argumentam que estas práticas tornam as subjetividades acadêmicas inseguras e fragilizadas e McCann e colaboradores complementam a análise das relações de trabalho nas universidades neoliberais como tóxicas e geradoras de ansiedade, que impactam o bem-estar mental dos docentes (GAULEJAC, 2007).

Irigaray (2020) adiciona que o desenvolvimento tecnológico traz à tona sofrimentos físicos e psíquicos para as condições de trabalho dos docentes que atuam na modalidade a distância. No diário de bordo tomei notas sobre a percepção de sentimentos a partir das entrevistas dos docentes e registrei que no cotidiano da prática de educação a distância na universidade neoliberal sentimentos como estresse, sobrecarga, esgotamento, ansiedade, vergonha de não acompanhar o avanço tecnológico, levando ao deslocamento e medo de exposição estão fortemente presentes na rotina dos docentes, mas são silenciados dos espaços de debate por tais temas não estarem orientados *a priori* para a ampliação de produtividade e a obtenção de lucro. Estes sentimentos levaram Luís a ter um surto durante uma reunião com as coordenações dos cursos a distância:

Após o meu surto eles me demitiram. Eu fui me tratar, fiquei me tratando, fiquei encostado pelo INSS. E quando eu retornei, aí eles me dispensaram (Luís)

A demissão de Luís reforça a ideia de capacitismo (HICKEL, MORSCHBACHER, 2022) na academia, com a seleção dos docentes mais alinhados aos interesses capitalistas e consequente exclusão de docentes que podem apresentar algum tipo de orientação contrária aos princípios competitivos. A tomada dos docentes como um recurso, portanto um capital humano no modelo gerencialista tem a contraposição de situações como a ocorrida com Luís, considerado inapto ou inadequado para continuar sua atividade docente naquela universidade neoliberal (MARAVELIAS, 2020). Estas práticas geram o sentimento de insegurança nos docentes, como relata Paula:

A gente nunca sabia o que seria da gente no próximo semestre. Tinha um semestre que era tranquilo, era ótimo. E outro semestre que tive minhas disciplinas reduzidas pela metade. Eu me sentia insegura e facilmente substituível (Paula).

Para entender um pouco mais sobre as admissões e demissões no ensino superior do Brasil busquei por dados do Painel de informações do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) utilizando os filtros de ano e mês para todo o país e selecionei serviços, educação, educação superior. E construí a tabela 3 abaixo:

Tabela 3 - Admissões e demissões de docentes no Brasil

Ano	2020			2021			2022		
	A	D	S	A	D	S	A	D	S
Jan	2.239	3.292	-1.053	1.798	3.196	-1.398	3.452	3.134	318
Fev	8.982	4.464	4.518	5.436	4.371	1.065	8.623	4.563	4.060
Mar	4.649	3.337	1.312	4.490	3.422	1.068	5.821	3.851	1.970
Abr	1.482	3.020	-1.538	2.619	2.293	326	4.426	3.083	1.343
Mai	1.180	2.863	-1.683	2.491	2.217	274	3.427	3.040	387
Jun	937	4.769	-3.832	1.993	3.254	-1.261	2.806	4.231	-1.425
Jul	1.334	5.497	-4.163	2.305	5.630	-3.325	2.879	5.754	-2.875
Ago	3.696	3.878	-182	6.476	4.127	2.349	7.981	4.435	3.546
Set	2.418	2.895	-477	3.628	2.662	966	4.071	3.122	949
Out	2.041	2.352	-311	2.856	2.315	541	3.134	2.587	547
Nov	1.891	1.960	-69	2.521	2.117	404	2.110	2.079	31
Dez	1.422	6.697	-5.275	1.440	6.605	-5.165	1.084	6.227	-5.143

Total	32.271	45.024	-12.753	38.053	42.209	-4.156	49.814	46.106	3.708
--------------	--------	--------	----------------	--------	--------	---------------	--------	--------	--------------

A = Admissão, D = Demissão, S = Saldo (Demissão - Admissão)

Fonte: Elaborado pela autora com base no Painel de informações sobre o Novo Caged.

A tabela revela um saldo positivo de admissões nos meses de fevereiro e agosto por serem início de semestre e um número maior de demissões nos meses de junho/julho e dezembro, ou seja, a prática das universidades privadas parece ser em geral, a de manter os docentes durante o semestre e fazer as modificações no quadro funcional nestes intervalos entre semestres. Jean, em sua entrevista comenta sobre esta dinâmica de demissões na universidade em que trabalha:

Nós não perdemos ninguém, a gente nunca perde pessoas durante o semestre. Na universidade particular você cuida desse professor até o meio do ano e normalmente você mantém ele até o final do ano (Jean).

A análise da relação entre as demissões e admissões não pode ser estratificada para a educação a distância, no entanto, considerando o saldo da relação entre demissões e admissões no ano de 2020 é mais negativo em função da pandemia e da migração para o ensino mediado pela tecnologia nas universidades neoliberais. Estes números estão em consonância com o que Nardi (2006) traz sobre a reestruturação produtiva com as mudanças decorrentes da difusão tecnológica e a capacidade de gerar a ampliação da concentração de renda e o aumento do desemprego. Este movimento aliado às práticas gerencialistas e ao individualismo faz emergir situações como as descritas por Mariano e Edmir:

Eu tenho uma colega que estava terminando uma banca de TCC, eram 22 horas, viraram para ela e chamaram para uma reunião. A hora que ela entrou na reunião com mais pessoas, a coordenadora falou para todos eles que a partir de amanhã receberiam uma ligação do RH que iria pontuar como seria o processo de desligamento. Como que em uma reunião às 22 horas eu demito uma pessoa sem ter algum tipo de acolhimento no sentido de olha, calma, você tem potencial, você vai conseguir outras coisas. Você vai me falar, ah! isso é blá blá blá, mas nesse momento eu preciso de um blá blá blá porque muitas das vezes essa pessoa é chefe de família. Essa

pessoa sustenta uma casa. Aí eu falo ó, você está demitida, fim de conexão. Gente?! (Mariano).

Era final do segundo semestre, nós estávamos ali novembro, dezembro. Em novembro, três professores que já eram bem antigos na casa, do nada, no final de semestre, foram dispensados. A gente se surpreendeu achando que era uma opção deles, mas não... era uma opção da instituição ter dispensado aqueles três professores que estavam ali há muito tempo. A leitura que a gente teve, foi que ela fez isso por questões de caixa, como eram os professores antigos tinham algo mais a receber então eles foram dispensados antes. Logo depois, no dia primeiro de dezembro mais 15 professores foram dispensados. Então, faltando exatos 30 dias para encerrar o período letivo, veio a ligação do coordenador do curso dizendo que não ia mais contar com o meu trabalho. Houve o faseamento dessas dispensas, foi feita de uma forma bem fria e sem nenhuma preparação anterior desses profissionais, não, do nada chegou e falou, estamos finalizando nossa relação trabalhista (Edmir).

Os processos de demissão relatados são exemplos das relações de trabalhos são efêmeras e facilmente rompidas nas universidades neoliberais, segundo Zawadzki e Jensen (2020), empresas direcionadas para a maximização do lucro, a competitividade agressiva, o individualismo e a valorização de interesse próprio em que os sujeitos responsáveis pela gestão das universidades atuam em direção a seus objetivos com pouca preocupação sobre as derivações de suas ações para os colegas ou para o coletivo. Marcelo e Josiléia adicionam sobre o sentimento que paira frequentemente neste ambiente.

A expectativa de demissão é constante. Na Instituição em que eu estou hoje, ainda mais por que a gente passou por um processo de compra e vai encerrar o presencial. Fica muito instável, mas por enquanto estou lá. O que me dá um pouco de estabilidade é o tempo de casa, a multa, a gente sabe que fazer a rescisão de uma pessoa em tempo integral, 7 anos de casa a instituição tem um custo, então talvez pese um pouquinho antes de eles decidirem pela minha demissão, mas o medo é constante e todos os colegas têm (Marcelo).

Você trabalha com vinte turmas, dois mil alunos, se eu não fizer um trabalho de qualidade e eu serei substituído. Outro professor vai pegar o meu lugar. E aconteceu isso, alguns professores do Rio de Janeiro pegaram as nossas turmas. Então muitos professores horistas tiveram suas turmas reduzidas, e recebem menos. O impacto é maior para o professor que é horista ou parcial (Josiléia).

Estes relatos demonstram que o sentimento de instabilidade está presente independente do regime de trabalho dos docentes horistas, parciais ou de tempo integral, visto que as modificações na educação superior estão reestruturando as

condições e as relações de trabalho docente e emerge a necessidade de perceber tais alterações, problematizá-las e enfrentá-las para que os docentes exerçam o governo de si e não permaneçam capturados pela governamentalidade neoliberal e tratados como capital humano. Para Nardi (2006) a inércia dos docentes em resistir às medidas de desregulamentação da educação e das relações de trabalho orienta para a decadência nas condições de trabalho dos docentes e corrói as garantias sociais conforme tratarei no próximo tópico.

5.5.2. As novas relações de trabalho

A expressão do biopoder é vista nas relações de trabalho às quais os docentes são submetidos, de forma indireta e com atuação governamental na aprovação de dispositivos políticos e legais que orientam a desregulamentação das relações de trabalho, tornando-as mais flexíveis. A flexibilização do trabalho ocorre com base em um conjunto de leis que permitem a terceirização de trabalhadores que exercem a atividade fim das empresas (BRASIL, 2017b) ou ainda a atuação de docentes em tempo parcial (BRASIL, 2001).

Para Gemelli (2020), a terceirização da atividade fim das empresas após a reforma trabalhista (BRASIL, 2017c) remete a um trabalho simplificado, não especializado, com remuneração menor e facilmente substituído. Neste sentido, a prestação de serviços educacionais pelos docentes, pautada na regulação indireta do mercado pelo governo através da ampliação dos graus de liberdade e regulação dos sujeitos como capital humano regulamentado como um Microempreendedor Individual (MEI), facilmente emitido através do cadastro em uma plataforma do governo que oferece ao docente um número de CNPJ, sendo capaz de emitir uma nota fiscal de serviços para as universidades neoliberais. No entanto, para os docentes não há a incidência de garantias e direitos trabalhistas. Isabela relata sobre o início do processo de conversão dos contratos na IES em que trabalha:

Uma das perspectivas das mudanças trabalhistas era a gente, os professores horistas, entrasse mais ou menos em uma modalidade que era como RPA. Inclusive, estavam até sondando se a gente pode abrir MEI

como prestador de serviço, isso se tornou uma possibilidade daqui para frente (Isabela).

Este processo é chamado por Orbem (2016) de pejetização na educação, permitindo que um sujeito preste os mesmos serviços que eram realizados anteriormente como pessoa física, protegido pelas garantias sociais da CLT, agora como pessoa jurídica através de contratos autônomos que oferecem grandes vantagens às universidades neoliberais visto que se beneficiam contabilmente ao registrarem a prestação de serviços como uma despesa relativa a um serviço terceirizado, portanto a relação trabalhista se converte em uma relação comercial. Esta nova relação já é uma realidade em algumas instituições como apresentado por Graziele:

A perspectiva de criação de novos contratos de trabalhos, tipo RPA, já é uma realidade em algumas instituições - para a construção de material, certamente, mas avançando para substituir as relações celetistas que oferecem garantias para as práticas docentes. Isso leva a uma situação mais precária, com menos garantias, sem FGTS, sem férias, sem décimo terceiro. É uma prestação de serviços. Muitos professores são levados a criar uma empresa MEI e emitir notas fiscais para as instituições e, de acordo com o seu regime tributário, há redução dos gastos relacionados à folha de pagamento e aumento das despesas de terceirização, gerando mais possibilidade de realizar uma ginástica fiscal e tributária a favor da instituição, mas como fica este docente? E se ele adoecer? E se for dispensado? Não há garantias. São anos de luta trabalhista para a conquista destes direitos e a quebra em poucos meses. E mais, alguns colegas gostam. Porque dizem que têm autonomia para trabalhar, para ofertar serviços a várias instituições. Agora, vai se lançar no mercado e ver se consegue? Está uma guerra. E muita gente não percebe (Graziele).

Graziele acrescenta o ponto característico da governamentalidade neoliberal, que é a assunção de riscos pelos docentes. Orbem (2016) apresenta que todos os custos associados à manutenção deste contrato são de responsabilidade do docente. Todas as responsabilidades sociais às quais uma empresa responde precisam ser assumidas por eles. Com efeito, Graziele comenta, de acordo com Nardi (2006) que os reflexos deste discurso têm um impacto relevante nos processos de subjetivação em atuação na universidade neoliberal. Estes sujeitos são orientados sobretudo aos processos produtivos (FLEMING, 2014) no intuito de obter lucro como sujeitos "autônomos, flexíveis e empreendedores de si mesmos" (ROSE, 1999, p. 22).

A migração dos contratos celetistas por MEI nas universidades neoliberais está se tornando uma realidade e este espaço permite o desenvolvimento de empresas especializadas em mão de obra e fomenta as relações neoliberais conforme Armindo apresenta o processo na IES em que trabalha:

Temos mais contratos CLT, ainda vejo pouquíssimos contratos de MEI. Esse é o primeiro semestre em que nós temos três professores com contrato em RPA. Mas por que? Eu acho que isso vai acontecer. Algumas vezes, vai ter alguma tecnologia, algum conhecimento específico em uma determinada disciplina que existe um professor, uma pessoa que é capacitada para dar esse conteúdo, mas que a gente não quer contratá-lo como professor porque posteriormente talvez não tenham outras disciplinas que ele possa lecionar e aí a gente vai ter que mandar ele embora e fica um custo muito alto. Esta é a primeira vez que nós temos professores contratados assim (Armindo).

Eu já ouvi até em conversas com colegas assim, ideias de se montar uma empresa de oferta de mão de obra educacional, né? Então, eu monto uma empresa, você é de uma instituição, ó, eu preciso de um professor tal. ó, eu tenho. E ele vai como RPA, ele dá e ele volta. Aí eu tenho outro, eu acho que esse modelo, ele está no início, mas ele ainda vai ser mais contundente (Armindo).

Para Sennett (2006) as relações de curto prazo tendem a substituir os relacionamentos duradouros de longo prazo. Neste sentido, o discurso emergente nas universidades neoliberais brasileiras representa como as relações se tornam efêmeras e substituíveis. Ademais, os processos de subjetivação dos docentes são constituídos por este discurso e eles próprios se lançam para atender essas demandas neoliberais, conforme Armindo relata sobre a intenção de colegas em fazerem a abertura de empresas prestadoras de serviços terceirizados para as universidades neoliberais.

Nestes moldes, a universidade converte a contratação de docentes de um custo fixo para um custo variável. Conforme explica Orbem (2016), se houver a abertura de turmas, a IES seleciona docentes de um banco de pessoas para assumir aquela operação de caráter temporário e se não houver a abertura de novas turmas, a IES dispensa os trabalhadores. Paula apresenta o seu desejo sobre o regime de contratação e a realidade a qual recebe as oportunidades:

Eu gostaria de ser celetista, mas a oportunidade que tenho é para ser rpa (Paula)

O modelo flexível de trabalho decorrente da lógica neoliberal, sobretudo com o uso de tecnologia, modifica os modelos de negócios e as relações de trabalho. Fontes (2017) apresenta o termo "uberização das relações de trabalho" na qual os docentes não estão imunes. Irigaray (2020) adiciona elementos relacionados a docência com o conceito de *yout(uber)ização* após a tensão exercida pela pandemia como dispositivo de normalização das novas formas de trabalho e do sequestro das garantias formais dos docentes com alterações importantes nos discursos que os constituem, como no caso de Paula.

Este processo de modificação das relações de trabalho já vinha acontecendo antes mesmo da pandemia, não para a operação de disciplinas nos cursos superiores, mas para a produção de materiais didáticos. No entanto, com o aumento da demissões, a ampliação da oferta de docentes para atuação nas IES e a constituição por processos de subjetivação neoliberais empreendedores fez com que os sujeitos assumissem condições de trabalho menos valorizadas como relata Mariano:

No passado, eu produzi materiais para a IES XXX e ganhava em torno de 15 a 20 mil. Hoje o mesmo material que é produzido é por 3 mil e 500, estourando 5 mil reais. Como? Se o trabalho é o mesmo, o dinheiro diminuiu tanto na valorização que eu dou. E aí um outro ponto que eu, que eu sempre brinco, você me... desculpa o termo, mas eu falo assim gente: a puta é mais feliz que a gente! Porque em uma hora ela ganha 130 contos, 150 contos, tem umas que ganham até mais, entendeu? E se a gente pegar e perguntar, quanto você ganha hora aula? Falava ah! 40, você tem 80 alunos. Divide 40 por 80, é 0,20 centavos. Cada aluno tem a margem de contribuição de R\$ 0,20 no seu salário. Como que a gente permitiu essa desvalorização da questão profissional? (Mariano).

Mariano reflete sobre a redução do valor remunerado pelas atividades docentes no cenário da universidade neoliberal e compara seus rendimentos com outras formas de trabalho consideradas pejorativas na sociedade, como a de prostitutas, chegando à conclusão sobre a desvalorização do trabalho docente em consonância com Gill (2014) ao falar das transformações estruturais relacionadas à educação flexível e suas consequências nas condições de trabalho docente em atuação na educação a distância. Em adição, Marcelo apresenta a sua experiência sobre a preparação de material didático para as universidades neoliberais:

Desenvolvi porque eu queria conhecer o processo, peguei uma disciplina, não foi assim pelo dinheiro porque não paga o trabalho que é. É muito trabalho, mas eu fiz por experiência, é uma publicação que a gente, é um livro, um ISBN, a prática da nossa instituição é essa e eu fiz para entender qual era o material e isso acho que todo docente em EAD tinha que produzir uma disciplina para entender o processo de elaboração e até para entender que erros são possíveis, óbvio, são exceções, mas que cabe uma revisão e uma atualização constante desse material... Foi feito um contrato específico. Porque assim, eu trabalhava para um CNPJ que a instituição que eu estou até hoje e eu produzir para outro CNPJ que era a instituição que era dona da nossa mantenedora. Apesar de ser do mesmo grupo, Elas são instituições independentes. Eu acho que isso é um problema para eles porque eu entendo, um dia se fosse procurar a justiça para isso, é complicado do ponto de vista trabalhista, mas eu concordei com isso. Até porque não foi aquela questão do salário, mas pela questão da experiência mesmo (Marcelo).

A assunção de trabalho com remuneração baixa com o argumento de preparação profissional, conforme aponta Marcelo, é uma prática neoliberal em que o docente se coloca como um empreendedor de si, que segundo Munro (2012), está investindo o seu tempo e sua força de trabalho para compreender melhor o processo de produção de materiais didáticos e, por conseguinte, se tornar mais competitivo frente a outros docentes que disputam por espaço nas universidades neoliberais em detrimento de uma remuneração justa pelo tempo, esforço, em suma, pelo trabalho dedicado ali. Neste sentido, Moisander (2018) argumenta sobre a imprevisibilidade das ações sob o ponto de vista do trabalhador e Isabela e Gustavo relatam sobre seus processos de contratação para a produção de conteúdo expresso e as decorrências sob a cessão de uso de imagem:

Eu fui conteudista no regime RPA. No contrato eu cedi direito autoral do material, imagem, tudo, por décadas, não me recordo agora o tempo, mas assim, era um valor ínfimo. Para disciplina de 80 horas e de 40 horas eu tinha que gravar aulas curtas de 10 minutos porque tinha que ser algo objetivo para um tipo de público trabalhador de grandes centros, e não tem tempo de estudar, então às vezes eu gravar mais de 7 horas. Para uma mesma aula eu podia fazer parte 1 parte 2 e Parte 3, mas elas não podiam ter mais de 10 minutos. E aí você tinha que fazer um slide bem dinamizado, aprender a fazer infográfico. Entregar bastante, mas objetivar o máximo possível (Isabela).

Você pode assinar um documento em que você cede a sua imagem e o conteúdo que preparou para que eles usem quantas vezes precisarem. O pessoal está esperto aí, em termos financeiros, o negócio está uma loucura (Gustavo).

A cessão irrestrita do direito de imagem no formato apresentado por Gustavo significa a contrapartida de uma remuneração estanque para o docente, sobre um

conteúdo que será utilizado indefinidamente como um recurso na universidade neoliberal para a geração de receitas. Este uso oferece grande vantagem aos empresários e contribui para a acumulação capitalista nas IES, além de ampliar as assimetrias de poder em detrimento da oferta de garantias sociais dos docentes e as relativas à propriedade intelectual através de um mecanismo jurídico de concessão destes direitos para as IES. Ora, o docente pode não aceitar estes termos, mas com os preceitos neoliberais, muitos optam por avançar e contribuem para a formação deste jogo de verdade ultrajante.

Wood Jr. (2016), faz uma analogia entre as empresas Uber e Airbnb e as universidades neoliberais, chamadas por eles de "Air School" a partir da pejotização do trabalho docente. A ideia de autonomia de tempo e espaço está presente nos formatos ditos mais autônomos, empreendedores em que os trabalhadores não possuem vínculo empregatício e, portanto, seguros e benefícios sociais. Na nova ordem mundial sob a ótica do empreendedorismo, tudo é *business* e os sujeitos assumem os riscos e aceitam novos formatos de contratos trabalhistas em troca de remuneração sem garantias, como relata Isabela:

Quando os colegas estavam sendo mandados embora, de pessoas que iam embora e eram excelentes eu percebi que o meio da instituição privada não necessariamente quer que você seja o supracumulado. Eles querem que você mantenha os alunos e que crie barreiras para o problema não ir para os níveis superiores. E que você vai ser descartável uma hora ou outra, você pode até ser isso, mas se naquele momento a instituição não precisa de você. Ela simplesmente não precisa de você, não é uma questão de competências e habilidades, porque se fosse assim alguns colegas meus nunca teriam sido mandados embora. Eu que teria sido mandada embora primeiro, mas porque eu não fui? Simples. No ano de 2020 eu engravidei, passei pelo auxílio doença porque minha gravidez foi de alto risco. Tiveram que me esperar por conta da licença maternidade e depois eu acho que dois meses ou 1 mês de estabilidade, ou seja, eu só fiquei empregada porque existe ainda, ainda, alguma legislação trabalhista. Alguma proteção (Isabela).

Isabela teve seus direitos trabalhistas garantidos, com efeito, seus rendimentos, em um momento de vulnerabilidade com uma gravidez de alto risco, período em que estava impossibilitada de trabalhar. No entanto, se estivesse inserida em um contrato como microempreendedora individual não teria estas garantias asseguradas, a não ser que de forma autônoma e assumindo os custos e riscos, realizasse a contribuição previdenciária. Ou seja, neste formato, conforme

aponta Nardi (2006), o trabalhador é levado a assumir os riscos associados a sua atividade produtiva, no caso dos docentes em atuação na modalidade a distância: computador, celular, pacote de dados de internet, energia elétrica, dentre outros, conforme o trecho da entrevista de Grazielle:

E fora que você, além de ter suas garantias reduzidas os seus custos aumentam, porque o equipamento de trabalho é seu, a energia é sua. No presencial você recebia os materiais da instituição, papel, caneta, apagador, etc. No EAD você precisa disputar com várias abas abertas no computador ou celular do aluno, rebolar para conseguir que eles estejam atentos e, se possível, que façam uma boa avaliação de você no final da disciplina em uma jornada que é, em sua maioria maior que no presencial e fora que no presencial o tempo de pausa é mais tolerado que no EAD. Em uma aula presencial você pode chegar, se ambientar com os alunos, no EAD você tem poucos minutos, então separa no máximo 5 para uma tolerância e ambientação e depois vai direto para o conteúdo para dar conta de cumprir. Nessas condições você não consegue criar relacionamento, faz de forma mecânica e fica muito chato e superficial (Grazielle).

Grazielle argumenta com uma comparação entre a cessão de materiais para o trabalho entre o modelo de educação presencial e a distância. No diário de bordo faço uma reflexão sobre minha experiência na atuação como docente nos modelos de educação presencial e a distância, em que relato a percepção de que os contratos de trabalho para atuação na modalidade presencial ainda seguem o regime celetista, e que percebo a introdução dos contratos como microempendedor individual, sobretudo na educação a distância. Somado a isso, Isabela relata sobre as mudanças derivadas da operação na modalidade a distância configuram a introdução de novos processos a serem realizados pelos docentes, que *a priori* não estavam contemplados:

Agora tem algumas coisas administrativas que começaram e que não tinham quando eu entrei, agora tem que aumentar o banco de questões e eu não sou paga para isso. Que quando você fazia uma disciplina né? quando você pegava o conteúdo no catálogo e fazia as questões, mais ou menos 60, você tinha pagamento em hora aula por isso, você ganhava 3 horas para fazer isso. Agora não, a disciplina está feita, você tem que criar em todo módulo ou todo semestre novas questões para o banco de questões da faculdade ficar enorme e randomizar de forma mais aleatória. E eu tenho prazo para fazer isso, sem receber a mais (Isabela).

Esta parcela de trabalho adicionado e não remunerado, de acordo com Gill (2014) está bastante descrita em outros setores produtivos como as indústrias de

serviços, porém a análise dos efeitos da reestruturação produtiva presente na educação flexível, lê-se educação a distância são timidamente exploradas. Na universidade neoliberal, a sobrecarga de trabalho docente ocorre por pressão institucional e por parte do próprio docente que na busca de ampliar seus rendimentos assume um maior volume de turmas e, segundo Allmer (2018) esses docentes atuam com jornadas de trabalho intensas e extrapolam o horário de trabalho para sua seu espaço pessoal. O relato de Isabela exemplifica o que Fleming (2014) chama de biocracia.

Como Barros e Barros de Barros (2013) colocam, o uso da técnica de manejo cartográfico possibilita a transformação da percepção inicial sobre o que estava sendo tratado. Neste sentido, o trecho da segunda entrevista de Terezinha exemplifica como, após a oportunidade de falar sobre suas práticas profissionais e ser levada a pensar sobre as condições às quais a constituíam no momento da primeira entrevista e da reflexão ao receber a transcrição e se preparar para a segunda entrevista Terezinha se apresenta de forma diferente, com uma postura mais crítica:

E isso se torna até um pouco mais perverso, não é? Porque você oferece isso tudo com uma ótica de liberdade, o profissional é livre. Eu sou meu patrão, um microempreendedor individual. Olha como isso encanta muita gente né? Eu faço o meu horário, é meu negócio, mas isso esconde uma violência extrema que leva a ausência de dignidade de fato né? [...] O futuro é um futuro onde você vai ganhar o quanto você produz. Exatamente assim, e se você não produz, se você não consegue produzir, se você adocece, então você não tem rendimento suficiente. Essa lógica quer acabar com a ideia do emprego socialmente protegido, onde você tem garantias e direciona para a questão do empreendedor, como se isso fosse mil maravilhas, como se não tivesse aí nessa retórica, nessa abordagem uma defesa de desregulamentação do trabalho, tornando a mão de obra cada vez mais barata (Terezinha).

Embora as universidades estejam muito ameaçadas pela lógica de mercado, ao mesmo tempo continuam sendo um espaço de resistência política muito importante. No próximo tópico trago a análise sobre o uso da ética e do exercício da prática reflexiva pelos docentes para assumirem formas de resistência no governo de si e dos outros.

5.6 DIMENSÃO MUDANÇA SOCIAL E PRÁTICAS DE LIBERDADE: O CUIDAR DE SI

*I'm 'bout to explode, take off this load
Bend it, bust it open, won't ya make it go
You won't break my soul
Now... i just quit my job
They work me so damn hard
Work by nine, then off past five
And they work my nerves
That's why I cannot sleep at night*

Trecho retirado da música *Break my soul*, de Beyoncé (2022)

O trecho retirado da música *Break my soul*, da cantora Beyoncé demonstra o esgotamento mental e a insatisfação dos trabalhadores com o ambiente corporativo no exercício da resistência a partir do governo de si com pedidos de demissão de seus trabalhos. Esta música se tornou um hino empoderador da "grande resignação" ou "grande renúncia" nos Estados Unidos entre os anos de 2021 e 2022, um período marcado por ondas de pedidos de demissões voluntárias em decorrência sobretudo do regime de trabalho a distância, a fim de priorizar a saúde mental. Esta realidade não está distante do cenário brasileiro (SOARES, 2022). Antes de 2020 havia uma certa estabilidade do número de pedidos de demissões voluntárias no país, cerca de 300 mil pedidos por mês. No início de 2020, em função da pandemia, este número reduziu para aproximadamente 160 mil pedidos mensais, visto que o cenário era de insegurança, mas passado a fase aguda da crise sanitária, os trabalhadores optaram por avançar nos pedidos de demissão voluntária e nos primeiros meses de 2022 os pedidos mensais ultrapassaram 500 mil (MTE, 2019; MTE, 2022).

Para tratar a dimensão de mudança social e práticas de liberdade dividido a análise em dois subtópicos de resistências individuais dos docentes de administração em atuação na modalidade a distância em um processo quiescente, adormecido, latente e de resistências coletivas, ainda tímidas, mas que estão presentes e são capazes de apresentar diferentes modos de existir na atuação profissional contemporânea, sobretudo na possibilidade de articulação coletiva para a ação e o resgate de traços da universidade tradicional.

5.6.1 A quiescência

O escrutínio das práticas docentes, das sujeições e das problematizações frente às demandas de trabalho oriundas do modelo da universidade neoliberal, muitas vezes padronizadas e alienantes estão relacionadas com o exercício ético do cuidado de si (FOUCAULT, 2004). A reflexão crítica exercida pelos docentes é uma forma de resistência, pois busca romper com práticas normalizadoras e opressoras que se colocaram no exercício da profissão ao longo da história e propõe mudanças sociais no uso das práticas de liberdade do sujeito, como presente no trecho da entrevista de Marcus:

A minha postura não só como docente, mas eu acho que desde a minha época de graduação, enquanto discente mesmo é de oposição a qualquer ditame externo assim a esse processo, as imposições que são econômicas e políticas... Eu acho que conteúdos econômicos atendem a interesses políticos, porventura. E na medida em que eles colocam em cheque essa relação sobre o conhecer é muito oneroso do ponto de vista de trabalho e ao mesmo tempo é muito agudo na experiência social que a gente exerce nesse mundo. É engraçado, eu sempre fui muito contestador em relação a isso (Marcus).

Marcus se posiciona como um sujeito que exerce o poder e as possibilidades de resistência por meio da parrhesia (FOUCAULT, 2011), visto que poder e resistência representam uma relação dual, relacional e microfísica. Deste modo, as práticas de Marcus assumem a disposição de correr o risco de ser verdadeiro consigo mesmo e produzem um novo processo de subjetivação e, portanto, uma nova forma de existência como docente de administração em atuação na modalidade a distância para si e para os outros, ao se posicionar politicamente e perturbar as relações de poder de acordo com pontos que acredita que são importantes para o processo de ensino aprendizagem, independente dos discursos hegemônicos que se apresentam.

Para Foucault (2004) os discursos são relações de poder que constituem os sujeitos e os constituem. Logo, a análise das relações de poder que constituem os jogos de verdade são capazes de gerar reflexão e oferecer aos sujeitos maior grau de liberdade ao perceber as assimetrias de poder e buscar alternativas para a produção de subjetividades alternativas, contra-hegemônicas, utilizando a

positividade do poder e as possibilidades de resistência. Neste sentido, Paloma reflete sobre as relações contemporâneas:

As pessoas têm muita dificuldade em aceitar que você não pode atender naquele momento. Quantas e quantas pessoas insistem em ligar, e olha que eu já coloco no meu WhatsApp que é somente para ligações urgentes. Todas as pessoas do meu relacionamento sabem que eu sou professora. Eu estou ministrando aula, recorrentemente tem ligações, eu peço para não mandar áudios e nem fazer ligações se eu não permitir e ainda assim as pessoas insistem. Porque lógico, é muito mais fácil gravar um áudio e mandar, mas não necessariamente a pessoa pode ter condição de ouvir (Paloma)

E ficou tudo muito para ontem. Então nós estamos vivendo um período de ansiedade. É um momento de ansiedade. Eles não podem esperar 5 minutos. Porque 5 minutos é muito. Você não pode tomar banho, você não pode estar envolvida com outra atividade, então eu fiquei, assim, eu tenho que estar permanentemente colada com o meu celular. Não vou ficar (Paloma).

O exemplo de Paloma demonstra como o discurso contemporâneo direciona a formação de jogos de verdade orientados para o desenvolvimento de relações efêmeras (FOUCAULT, 2008b). Com efeito, esta temporalidade de trabalho expressa da universidade neoliberal, de acordo com Gaulejac (2007), leva o docente a impor ritmos que se afastam do tempo biológico, da vida humana, norteando os sujeitos à lógica produtiva prioritariamente, portanto, o docente deve adaptar sua vida ao tempo do trabalho. A este fato Paloma reflete e se nega a reproduzir:

Já estamos chegando à beira da exaustão, considero eu. Muitos já chegaram, eu já cheguei. Eu tive um respiro agora no final do ano, mas tenho sentido que minhas forças já estão novamente se abatendo. Ainda bem que vem as férias em março, aí eu vou poder dar uma recuperada (Paloma).

Importante ressaltar no discurso de Paloma uma busca pela ruptura da reprodução do modelo de assujeitamento aos dispositivos neoliberais. Esta recusa é coerente com o que Wood Jr. (2016) chama de *slow science* no questionamento sobre o imediatismo ao qual as relações contemporâneas de ensino são constituídas. Para Foucault (2003a), este olhar microfísico e heterogêneo das relações de poder apresenta um horizonte de orientação a novos processos de subjetivação que Deleuze (1998) traz à tona como uma oportunidade de nascimento de novos modos de existir e se relacionar com o trabalho. No diário de bordo

destaco que nas primeiras entrevistas com os docentes a análise, *a priori*, é de forte constituição pelos jogos de verdade e de reprodução do discurso neoliberal. Na sequência das reuniões, com a introdução de elementos problematizadores para acompanhamento de seus processos de subjetivação começam a surgir angústias e reflexões sobre as práticas profissionais orientadas ao cuidar de si com potencial de resistência e transformação profissional (DELEUZE, 2005):

A gente que escolhe ser professor, a gente não tem como descolar a nossa profissão dessa ação social. O professor é isso, é aquele que vai buscar de alguma forma contribuir agregar, quem sabe fazer diferença em algumas vidas, se a gente não tiver esse olhar mais humanizado, porque eu acho que essa prática não funciona assim. Aprendizagem para mim tem que ter afeto, então a gente precisa ter esse olhar para o nosso aluno. Não dá para ficar ali no palco acima falando como se nós fossemos detentores de toda a verdade. Eu acho que isso é muito bacana, pensar a nossa profissão dessa forma (Terezinha).

Terezinha reflete e busca resgatar o que Guatarri e Rolnik (2013), em consonância com Deleuze (2005), apontam como a constituição de processos de subjetivação pela atuação no campo do trabalho ligado à produção de um sentido social. Ora, como Nardi (2006) coloca, a atuação profissional é um dispositivo potente, sobretudo na universidade neoliberal, para a oferta de um campo de problematização no exercício do governo de si frente às relações produtivas.

O sentido social para a atuação do professor trazido por Terezinha e em consonância com Deleuze (2005) está presente também nos resultados de Mezzadri (2022) em que muitos docentes têm esta percepção de insatisfação com a prática profissional na universidade neoliberal, no entanto, este fato não resulta em ações coletivas para diminuir o volume de trabalho. Há a necessidade de ressaltar a urgência de observação de outros espaços sociais por meio dos docentes para o cuidado de si e a proposição de atos de bondade, generosidade e solidariedade capazes de apresentar uma nova forma de organização em um espaço social (GOFFMAN, 1985) e de atuação profissional orientada para a produção, fortalecimento e ampliação de conhecimento neste espaço. Terezinha adiciona:

Eu muitas vezes tive essa crise de consciência assim. O que eu cresci depois de entrar no EAD? O que que eu mudei? Porque eu estou fazendo a mesma coisa no automático todos os dias e eu não tenho parâmetro porque a gente está distanciado, a gente não está tendo contato e eu não sei se é a melhor forma ou não. Você poderia fazer diferente? Porque quando você

tem o contato, as trocas, você tem o exemplo dos colegas que pontuam uma ou outra coisa (Terezinha).

Então o isolamento nesse sentido foi muito ruim para mim porque eu me sentia assim, uma trabalhadora na esteira de produção (Terezinha).

O sujeito, ao refletir e questionar sobre sua posição frente a si mesmo e frente ao mundo, é capaz de produzir conhecimento heterogêneo e, por conseguinte, novos processos de subjetivação capazes de propor novas relações de trabalho como alternativas ao modelo gerencialista de atividade profissional proposto por Alvesson e Willmott (2002). A pandemia se apresentou como um dispositivo capaz de fortalecer elementos neoliberais e Marcus relata sua experiência neste momento inicialmente na adaptação ao modelo da universidade neoliberal e em um segundo momento, no questionamento a reprodução dos jogos de verdade que o constituía:

Com o acirramento da pandemia, sobretudo no primeiro semestre do ano passado, eu fiquei aí cinco meses em casa, só para coisas básicas saía, mas foi o momento em que eu mais trabalhei. Foram esses momentos em que eu passei 13, 15 horas preparando uma aula, virava a noite assim. Em parte tentando me adequar a lógica que o momento me exigia e também canalizando um pouco também de auto exigência em relação ao meu fazer profissional. Então Ficava muito tempo na leitura de textos, pesquisa bibliográfica, revendo coisas que eu tinha até alguma clareza sobre, até entrar no processo de formatação da aula, construção de slides, criação da dinâmica da aula (Marcus).

No ano passado, no cotidiano, eu migrava de um cômodo para o outro. Esse em que eu estou agora é o meu escritório e o meu quarto de dormir, de lá para cá, de lá para cá, cotidianamente em uma lógica que é contraditória porque ela traz uma certa, uma relativa comodidade, mas ela é extremamente alienante. E eu perdi totalmente os meus vínculos com o espaço e como o tempo, principalmente com as relações sociais mais amplas na minha vida privada... o sentimento que eu tinha era de uma intensa despersonalização (Marcus).

A percepção de despersonalização e a busca pelo reencontro consigo mesmo, presente no relato de Marcus, está alinhado com o que Foucault (2004) chama de dilema ético na atuação profissional de docentes no cuidado de si frente aos regimes de verdade produzidos na universidade neoliberal. Ademais, não se trata de ter uma atuação profissional deslocada das relações de poder neoliberais, visto que a universidade neoliberal é um espaço de relações de poder assimétricas e àqueles que exercem o pensamento crítico podem ser estigmatizados

(ALCADIPANI, 2011), mas de jogar os jogos de verdade, conforme o trecho da entrevista de Graziele:

Difícilmente entrava em conversas que poderiam ser alvos de crítica, embora pensasse parecido, não queria me expor e tentava de forma individual encontrar os mecanismos para me livrar daquilo, mas sentia que naquele ambiente, com aquelas pessoas eu não conseguiria fazer muito diferente (Graziele).

Graziele vive o dilema ético de um lado para o desenvolvimento de sua carreira e retorno financeiro com sua atuação profissional e por outro lado, na busca de atuação conforme os ideais de pesquisa e produção de conhecimento a partir da problematização de elementos da sociedade e a possibilidade de realizar a formação integral dos alunos conforme descrito por Alvarez (2004). Em seu discurso, embora faça questionamento de alguns pontos, se apresentava politicamente inserida na lógica neoliberal, pois segundo Foucault (2004), é necessário que os docentes estejam inseridos de certa maneira nesta lógica para compreender os modelos que estão prescritos e emular a subjetividade legitimada para criar novas formas de exercício profissional alinhadas às práticas de si (SOUZA; PARKER, 2020) e, por conseguinte, desenvolver espaços de debate e estimular a reflexão como forma de resistência nos limites da universidade neoliberal promovendo mudanças de dentro do próprio campo.

A possibilidade da resistência rompe com as relações de poder hegemônicas que encaminham à homogeneização das formas de existência e da execução do trabalho prescrito (BARROS, 2013) e permite a proposição de novas formas de viver a universidade (AHONEN *et al.*, 2014). Os docentes participantes das entrevistas indicam uma certa adaptação ao modelo neoliberal, mas de acordo com os relatos de João, Gustavo e Luís, na prática o desconforto frente aos jogos de verdade está presente, mas tem um pequeno desdobramento na atuação política de questionamento e proposições:

É um ponto de desconforto mesmo porque quando eu converso com vários colegas eles dizem que não estão plenamente satisfeitos com a condição de trabalho que tem hoje, mas na contrapartida, eles se adaptam a essa condição e eles consideram que essa condição é a que se tem e eles precisam "dançar conforme aquela música" e tal (João).

Eu estou com 42 anos agora e acho que a cada ano que passa na minha vida eu vou tendo atitudes em relação ao trabalho diferentes, então assim, se tem algo que eu não estou de acordo, eu coloco a minha posição, mas se eu for ser voto vencido em um grupo de 50 eu não vou ficar ali batendo estaca ali, brigando e batendo uma coisa ali que não vai funcionar. Então eu tento fazer um processo diplomático (Gustavo).

Muitas vezes também os colegas até compartilham das ideias, eles querem levar por um determinado caminho, mas chega na hora e eles não... sei lá.... abaixam a cabeça por medo (Luís).

Os docentes, ainda de forma tímida, problematizam os discursos circulantes nas universidades neoliberais e assumem diversas subjetividades no exercício da parrhesia para desestabilizar as subjetividades constituídas pelos jogos de verdade (FOUCAULT, 2004, 2011). Os relatos de João, Gustavo e Luís estão bastante inseridos no discurso da universidade neoliberal. Já Grazielle em sua entrevista apresenta seu desconforto e uma alternativa relacionada a articulação de colegas para resistirem ao discurso circulante:

Eu sinto muito desconforto e uma sensação de que estou trabalhando demais mas contribuindo muito pouco para a formação dos alunos, então eu vou tentando fazer pequenos movimentos em momentos que me sinto mais segura para realizá-los. Onde eu sei que estou sendo observada, mas que uma fala ali pode não gerar maiores problemas para mim. Mas é uma situação em que preciso me controlar o tempo todo. Às vezes eu articulava com colegas também, para desenvolver ações de extensão como um núcleo de cultura, um projeto de leitura, que pudesse de alguma forma estimular os alunos, mas a aderência era baixa, tanto de professores 3 ou 4 quanto de alunos, mas aquela dezena que participava já me dava um pouco a sensação de que eu estava sendo honesta comigo (Grazielle).

Esta fala de Grazielle representa a apreensão dos jogos de verdade e dos discursos circulantes na universidade neoliberal e encaminha a um momento de desconstrução no exercício do governo de si capaz de exercer uma força contrária ao discurso neoliberal normalizado de autocontrole, empreendedorismo e individualismo para a manutenção do *status quo*. Pelo contrário, Nardi (2006) demonstra que uma nova proposição de verdade é capaz de modificar a ordem social, com efeito, os ambientes de trabalho nas universidades neoliberais, conforme o trecho da entrevista de João:

Eu acredito que a gente tem sim que se adaptar ao contexto, e eu faço isso também. Muitas vezes eu entro no trabalho e recebo assim, você tem que fazer isso, isso e isso. Não tem o que fazer... Tem que cumprir aquilo lá. Não

tem jeito. Mas aí quando eu percebo que eu consigo ter uma brecha para ter um debate um pouco mais ampliado, aí eu tento fazer alguma coisa para ir do menos 50 para o menos 45, até um dia poder chegar no zero, sei lá... (João).

Conforme explica Foucault (1979), as práticas de resistência são elemento-chave da dinâmica de poder, visto que as resistências são um conjunto de forças que compõem os discursos contidos na universidade neoliberal (BRISTOW, 2017). Logo, João ao exercê-la de dentro do campo, oferece potencial de modificação das relações na contribuição para novos processos de subjetivação capazes de gerar instabilidade às assimetrias de poder (FOUCAULT, 2004) e propor uma nova forma de existir como docente em atuação na modalidade a distância nas IES privadas no país. No diário de bordo destaco a emergência de uma série de resistências, como nos trechos das entrevistas de Edmir e Jean:

Eu considero que as ementas não estavam adequadas aos conteúdos mínimos para a formação do aluno naquela disciplina. Então o que eu fazia? Eu fazia o cumprimento do rito que era cumprir o que estava na ementa padrão da escola e há de ser seguido, mas eu adicionava temas que eu tinha certeza que era necessário passar para aqueles futuros tecnólogos ou administradores porque eu sabia que eles precisariam disso quando se formassem. Então eu fazia esse alinhamento, eu adicionava coisas nas ementas relacionadas à conduta profissional, a reflexão sobre os problemas e aos temas do momento (Edmir).

Não nego a você que, estando ali disponível, e na ausência de aluno, eu aproveitava o tempo para fazer outras coisas como correção de exercícios, correção de provas, e coisas pessoais. Porque era um tempo que eu tinha que ficar só atendendo aluno, se ele não aparecia... para não ficar entediante ali parado do lado daquele telefone eu fazia outras coisas (Edmir).

Já passei da fase de me cansar fisicamente e mentalmente. No começo você chega, quer abraçar o mundo e resolver tudo. Aí depois você descobre que não, que tem uma disciplina chamada gestão de tempo, onde você encaixa as coisas, demandas e processos. Hoje eu não me sinto cansado, no começo sim e eu vejo novos docentes chegando e ficando assim. Depois você entra na gestão de tempo, aí consegue equilibrar a sua vida, às suas demandas (Jean)

Para Foucault (2004) a liberdade é uma prática exercida pelos sujeitos que, por meio do governo de si, subverte e transgredir as regras e normas institucionais derivadas das relações de poder que se apresentam naquele ambiente a favor do exercício profissional em consonância com práticas que os docentes consideram relevantes para a formação do aluno. Edmir realiza a adição de conteúdos que não

estão na ementa e atua profissionalmente de forma política, gozando do seu exercício de liberdade ao incluir conteúdos que considera importantes para o desenvolvimento dos alunos e também, ao ser monitorado para cumprir horários presenciais para as atividades da educação a distância, usa o tempo ocioso no trabalho para executar outras atividades. E Jean se organiza para realizar entregas menores para não comprometer sua divisão de tempo e espaço privado e de trabalho em oposição à biocracia (FLEMING, 2014). As posturas de Edmir vão de encontro ao que Ball (2010) explica sobre as resistências no exercício ético de docentes no Reino Unido frente às práticas gerencialistas que desafiam e deslocam os valores universitários a favor da produtividade.

As forças de poder e resistência permitem que os sujeitos acessem formas de perceber as formações dos processos de subjetivação aos quais estão constituídos e atuem profissionalmente de modo político para contribuir para o governo de si e dos outros através da problematização e da reflexão crítica para desenvolver resistências capazes de identificar lacunas, gerar instabilidade (FOUCAULT, 1997), modificar a ordem do discurso e oferecer novas formas de exercer a docência na modalidade a distância em IES privadas. Deste modo, é possível traçar um paralelo entre a entrevista de Edmir e o trecho de Alvarez (2004) que abre esta seção sobre a aproximação do conceito de produtividade presente nos processos produtivos industriais e a produção de conhecimento acadêmico, visto que "pensamento não é dinheiro!", logo, não deve ser avaliado com valores mercantis. Neste sentido, Isabela problematiza:

Eu questiono até se essa formação é de fato para o mercado de trabalho, porque essa formação é tão rasa e não serve nem para o mercado de trabalho. Aí a grande questão é, esse tipo de ensino superior serve a quem? E com qual objetivo? No final das contas, parece que serve para as instituições se capitalizarem ali e pronto. É a forma de ganhar lucro. Você vende sonhos, você trabalha com o sonho das pessoas, até sonhos mal construídos, porque muitas vezes nem o aluno sabe porque ele está ali na faculdade (Isabela).

O discurso de Isabela contribui para demonstrar que, conforme explica Foucault (1990) no exercício da docência do ensino superior, a atitude crítica pode ser compreendida a partir das práticas de liberdade e do cuidar de si de forma a moldar os processos de subjetivação e as relações com os outros, para transgredir

os esforços dos discursos normalizadores que buscam determinar como os docentes em atuação nos cursos na modalidade a distância devem viver e se posicionar nas universidades neoliberais. Isabela busca se tornar um sujeito ético por meio de práticas de problematização, ao questionar a forma em que a educação superior é operada na IES em que trabalha.

Isabela se engaja também em práticas de problematização ao trazer para si uma reflexão sobre o que Foucault (1994) reitera como mais uma característica da governamentalidade neoliberal, o processo pelo qual problemas políticos, tais como a educação, se inserem na alerturgia do discurso neoliberal e se transformam em uma questão de engajamento individual e de autogestão, quando de fato não são uma mera questão individual. Isabela, então, assume na sua forma de exercer a docência, o que Gallo (2017) afirma ser uma possibilidade de transformação da sua realidade, e da dos outros docentes, através da atitude crítica ao reconhecer que o processo educacional não está bem do modo em que está colocado. Conforme explicam Souza e Parker (2020), esse processo de transformação social, na assunção de uma postura política em resposta às assimetrias político-econômicas que orientam as relações de trabalho contemporâneas, e direcionada ao respeito à subjetividade contribui, ainda, para novas possibilidades de existência como docente em atuação no ensino superior na modalidade a distância no país.

Os sujeitos ao exercerem o governo de si são capazes de reconhecer as relações de poder que os constituem, refletir e propor alternativas criativas capazes de subverter as relações neoliberais presentes no discurso dominante por exemplo com o não aceite de determinadas condições de trabalho, conforme relatam Marcelo e Rafael:

Eu não me vejo inserido nesta lógica da educação a distância da maneira em que está posta. Se eu for trabalhar para dar aula em turma de 100 alunos, 200 alunos com o valor que eles pagam para a tutoria... Eu não me sujeito a isso, eu tenho outras perspectivas (Marcelo).

Eu fui convidado para trabalhar em uma IES. Fui na reunião e recusei assim que eles apresentaram a dinâmica: quando eles apresentaram o que tinha que fazer, um volume absurdo! No primeiro encontro além de ter que preparar o material, eles entregaram uma apostila mas já estava antiga e a gente deveria trazer mais personalidade mas exemplos para o material. A cada semana precisava alimentar: atividade avaliativa, chat, fórum. Quando chegava na prova você tinha que preparar uma prova regular, uma substituta e uma de recuperação. Considerando a composição de um banco

para randomizar, seria necessário elaborar mais de 200 questões. Eu pensei que, para entregar um bom conteúdo em sala de aula, não repetir as avaliações que já utilizei, trazer cases novos para os alunos, eu precisaria realmente de energia e tempo para fazer isso e pelo valor que eles estavam oferecendo, não compensa. Neguei (Rafael).

Os discursos de Marcelo e Rafael contribuem para uma compreensão do que Foucault (2009) chama de anarqueologia, como a prática das relações de poderes e saberes relacionadas ao exercício ético no governo de si ao negar o assujeitamento às práticas neoliberais hegemônicas. Portanto, de acordo com Gallo (2017), esta atitude política contra a captura das subjetividades pela universidade neoliberal na negação da atuação neste formato e a abertura de novas perspectivas de atuação profissional é uma forma ética do que Foucault (1997) chama do exercício de uma posição ativa nas relações de poder docente no governo de si que permite instituir as práticas de liberdade, como base de articulação da reflexão no envolvimento de mais docentes, direcionados a uma resistência ativa. No entanto, as práticas de exercício do poder nas IES privadas são tímidas como descrito por Grazielle.

Eu sei que se não cumprir as regras estarei rapidamente fora do jogo, então as cumpro, principalmente quando se trata de entregas nos prazos, que isso é meio inegociável lá, mas quando estou com os meus alunos, para conseguir sobreviver com alguma felicidade no trabalho, eu descumpro parcialmente algumas regras, principalmente as relacionadas ao conteúdo. Tento não reproduzir na íntegra o conteúdo para não me sentir tão farsante. Poxa, se o aluno quiser ver o conteúdo ele tem o material para ler. Então, embora na prova eu cobre exatamente o que está no livro (cumprindo as regras), nos momentos síncronos eu me permito tentar refletir um pouco com eles, com pouco retorno dos alunos, mas eu tento (Grazielle).

Neste trecho, Grazielle demonstra como suas atitudes podem se constituir de práticas de afirmação reflexiva, mas emoções como medo (JONES, 2020) e ressentimentos (ASHCRAFT, 2017) estão presentes no ambiente universitário neoliberal. Ultrapassar os jogos de verdade que orientam a reprodução de discursos e assumir o governo de si no exercício de subversão às práticas hegemônicas, segundo Ashcraft (2017) é difícil, mas não impossível. Grazielle optou por exercer o poder de dentro da trama de forças que envolvem o ensino superior privado para resistir e apresentar um novo modo de formação subjetiva. Outro modo de exercício ético do poder no governo de si é percebido na entrevista de Mayara:

Eles queriam que eu assumisse a coordenação de um curso, mas eu neguei, porque não teria o aumento do salário e eu continuaria com o mesmo número de disciplinas. Então negocieei, reduziram 4 disciplinas e eu assumi a coordenação... Eu tenho também a coordenação de um projeto de leitura e do núcleo de cultura da instituição, dentro do regime parcial de 30 horas. Eles queriam que eu deixasse o projeto de leitura para assumir a coordenação do curso, na garra eu lutei e não aceitei (Mayara).

A recusa em assumir a coordenação de curso sem que houvesse o reajuste de carga horária e a atuação política para a manutenção do espaço relacionado a artes e cultura que seria suprimido da IES para a abertura de novos cursos é um exemplo do exercício ético de Mayara na defesa de elementos que considera importantes para a formação integral dos alunos. Ademais, Mayara atua com cinismo (FOUCAULT, 2004) para desestabilizar os processos de subjetivação constituídos pelo gerencialismo: "Vamos lá time! É patética a forma como eles nos tratam, como uma empresa" e, a partir dessa problematização, propõe novas formas de viver (FOUCAULT, 2011). Mayara atua ainda no exercício de si ao considerar a IES privada como um lugar de passagem (MAHNIC, 2022) para uma via de complementação de renda entre o mestrado, o doutorado e um concurso público:

Eu fico incomodada com essa relação que se coloca, de serviço. Não é para mim. Eu estou buscando novos caminhos, estou como professora substituta em um instituto federal e me preparando para fazer concursos na área de educação. Não tenho a ilusão de que essas questões não aconteçam no público, mas acho que elas acontecem em menor grau, e que a gente tem mais autonomia para trabalhar (Mayara)

A resistência na busca de sair do sistema ao qual está inserido, na fuga da governamentalidade neoliberal das universidades brasileiras pelos docentes se dá através da realização de concursos públicos na tentativa de trabalhar em condições um pouco mais autônomas do que nas universidades privadas, como apresentado por Marcus ou ao cogitar a saída do país em busca de melhores condições de trabalho, como apresentado por Jean:

Eu trabalhava na privada, mas sempre tentando sair, pois não tinha alinhamento com os objetivos. Como um representante das ciências sociais, nesse ínterim, eu sempre assumia posições contra-hegemônicas, então a discussão de currículo, de projeto político pedagógico, eu sempre fui bem na contramão dessa tendência. Fazia vários concursos, até que em 2020 me convocaram. E foi minha sorte porque eu trabalhava em uma IES

privada no ES, que tem o hábito como qualquer outra privada de mandar os seus docentes embora, e talvez eu fosse como qualquer outro colega, o próximo da lista. Então a convocação veio em um momento oportuno de carreira em função da pandemia (Marcus).

Eu estou muito preocupado com o que vem, mas acredito que haverá uma mudança no nosso país no que tange a educação. A educação no Brasil não muda com governo e políticas públicas. Infelizmente o setor privado não tem uma influência tão grande nas políticas públicas de educação assim, e quando tem não é para o bem. Então eu penso nisso. Futuro: Se a gente trocar as pessoas que estão à frente do Ministério da Educação, a própria presidência, governo, ministros, eu consigo enxergar um horizonte de recuperação, quatro anos para a gente se recuperar, para depois olhar um cenário melhor. Senão, ir a Guarulhos ou Galeão é um bom destino para a gente tentar a vida (Jean).

Outras formas de resistência podem ser observadas nos discursos dos docentes entrevistados como atrasos e entregas menores, não correção de exercícios, procrastinação de atividades em tarefas administrativas. Ademais Grazielle apresenta uma nova postura frente às exigências das universidades neoliberais:

Me pediram para fazer adaptações de aparência, utilizando maquiagem para aparecer na câmera do computador, de aquisição de roupas e adornos de decoração que fizessem a composição do espaço. Claro que não fiz! Eu sou assim, meu espaço é assim. Não vou mudar a minha aparência para dar aulas (Grazielle).

O trecho de Grazielle apresenta o uso da resistência para desarticular os mecanismos que constituem o biopoder e administram indiretamente a vida dos sujeitos (FOUCAULT, 1999; DEAN, 1999). Portanto, o cuidado de si no enfrentamento de questões políticas é exercido através das práticas de liberdade (ALLEN, 2011) em um olhar ontológico sobre o cuidado consigo mesmo e, a partir disso, na formação de um conjunto de práticas que organizam a relação dos sujeitos com os outros.

5.6.2 A ação

A lógica colegiada da universidade tradicional com a participação coletiva de diferentes segmentos como docentes, estudantes, técnicos administrativos e da comunidade externa para as deliberações (ALVAREZ, 2004) é preterida nos modelos

neoliberais com a diminuição dos espaços de debate democrático de ideias para as tomadas de decisões. Deste modo, a ascensão de visões distintas sobre determinada situação tende a ser minimizada frente aos elementos constitutivos dos jogos de verdade na universidade neoliberal silenciando determinadas experiências no ambiente universitário e rompendo possíveis redes de solidariedade que podem se formar como lutas coletivas.

Com efeito, de acordo com Gaulejac (2007), o processo de fusão e aquisição de IES através dos grandes grupos educacionais e de concentração de riqueza em empresas educacionais multinacionais permite a redução de seu poder crítico e o aparecimento de uma representação formal para possíveis lutas coletivas. Portanto, o biopoder circulante neste ambiente (FOUCAULT, 2008b; FLEMING, 2014) regula indiretamente os docentes que buscam trabalhar nos grandes grupos e aceitam as condições de trabalho que se colocam na contemporaneidade. Relações estas que precisam ser problematizadas como no trecho de Mayara com o estranhamento da prática na universidade neoliberal em que atua:

Ontem o fundador da universidade faleceu, nos grupos de WhatsApp não tivemos nem uma nota de pesar, só a mensagem de que as aulas permanecem inalteradas. Eu fico pensando, gente, nós somos uma peça em uma máquina que não pode parar nem por luto? (Mayara).

O trecho da entrevista de Mayara está em consonância com Jones (2020) quando o discurso gerencialista reforça profundamente o individualismo do sujeito neoliberal e, por conseguinte, enfraquece a constituição de coletivos para realizar reflexões, articulações e reivindicações frente às situações às quais os docentes contemporâneos são assujeitados. Com efeito, para Foucault (2009), o cuidado de si não é um processo isolado de transformação pessoal que ocorre a partir do questionamento dos discursos circulantes na sociedade e portanto, nas relações de trabalho, mas a atitude que visa manter a circulação do poder em prol do bem coletivo ao romper com as normalizações individualizantes:

Nas reuniões eu fico chocada com os encaminhamentos, meus colegas falam que eu sou cirúrgica nos comentários, eu evito apresentar tudo que eu penso porque sei que serei eu contra todos que estão adaptados a essa nova lógica, segundo eles, resilientes, mas não deixo de falar porque nós não podemos nos adaptar a isso (Mayara).

A prática de Mayara nas reuniões é uma forma de ser verdadeira consigo mesma (FOUCAULT, 2004) e, por conseguinte, desestabilizar a arena de debates em prol da manutenção da circulação de poder através de uma postura questionadora e da ironia sobre a sensação de resiliência e a falta de mobilização dos colegas para esta reflexão em uma rede de solidariedade (SANSON, 2022) em prol dos interesses da categoria. Denilson compactua com este desejo de aproximação dos docentes em um coletivo na busca de melhoria das condições de trabalho presentes dos discursos circulantes na universidade neoliberal:

Eu vou resolver os meus problemas, vou ficar para o meu lado, resolver as minhas coisas, você resolve as suas. E assim, o bem social da profissão, o bem geral da profissão ele foi ficando de lado, mesmo dentro dos sindicatos. Os sindicatos fazem outros tipos de questionamentos e tal, eles até brigam por salários e tal, mas não é só isso. Tinha que ter um movimento maior de melhoria geral da profissão... Eu acho que a gente tem que se falar, a gente tem que se unir mais, os professores do Brasil (Denilson).

O trecho da entrevista de Denilson sinaliza a reflexão sobre a coletividade como um elemento capaz de somar forças para o exercício ético dos docentes. Os sindicatos representam movimentos importantes para as lutas coletivas (NARDI, 2006) e, portanto, sofrem constantes ataques dos governos neoliberais para enfraquecer a luta coletiva, por conseguinte, de acordo com Ashcraft (2017), expandir o individualismo característico da governamentalidade neoliberal. Em complemento aos raciocínios de Mayara e Denilson, Terezinha exemplifica como a dinâmica de forças ocorrem de forma microfísica (FOUCAULT, 1979) nas práticas de resistência individual e através das redes de relacionamentos entre os docentes são articuladas para a criação de um conjunto de docentes na busca de uma atuação direcionada a elementos relacionados às universidades tradicionais com a valorização da formação integral do aluno e da produção de conhecimento:

A resistência e esse não dançar conforme a música acontece em alguns espaços, alguns vácuos de espaço, onde as vezes aquele controle que nos sufoca ele não está tão presente. Então considerando isso, sim, em muitos momentos eu subverti aquilo que foi colocado na instituição privada e busquei apoio dos meus colegas para ser uma força contrária... Em muitos momentos nesses espaços na instituição privada, onde você sente uma possibilidade de espaço de se movimentar, de liberdade, são nesses espaços que eu vejo que acontecia certa resistência. E essa subversão, não

só minha... de muitos colegas com os quais eu troco, eu converso. Ah! A instituição diz: é esse modelo que você tem que fazer, a revisão de conteúdo tem que ser assim dessa forma, mas você está lá dentro do teu webinar com a tua turma e você não vai fazer assim. Você vai preferir ao invés de um questionário com oito perguntas, bater um papo ali com teu aluno mesmo e colocar uma questão para eles discutirem. Então você vai subverter e eu vejo isso como resistência. Agora não é uma resistência totalmente explícita, que as pessoas conseguem observar (Terezinha).

O relato de Terezinha direciona para a interface entre a resistência e a bio resistência através de práticas coletivas de docentes nas práticas de educação a distância nas universidades neoliberais. O exercício da parrhesia (FOUCAULT, 2011) na problematização da produção de verdades para a reflexão e, por conseguinte, na transformação ética para o governo de si com o compromisso de exercer as práticas de liberdade em direção a novos processos de subjetivação docentes, contrários ao discurso neoliberal hegemônico e ao gerencialismo. Segundo Thomas e Davies (2005), o exercício de liberdade e a atitude crítica, quando articulada nas redes de relacionamento, permite explorar as lacunas presentes nos jogos de verdades que compõem os discursos e constitui uma arena de resistência para o exercício político na atuação profissional.

A assunção de novas formas de se organizar e de novos processos de subjetivação não hegemônicos produz o que Souza e Parker (2020) chamam de transorganização. No contexto do ensino superior, a uma universidade como uma transorganização é diversa, propositiva e capaz de avançar na produção de conhecimento derivado das mudanças político-histórico-sociais às quais estão inseridas, não na reprodução de conhecimentos que decorrem na entrega de profissionais moldados ao mercado conforme uma lógica que atende ao capital, mas não atende mais às necessidades do entorno. A universidade é um campo muito potente para promover profundas transformações nas vidas dos que as constituem, portanto, quando a universidade se coloca como uma transorganização, ela é capaz de desenvolver toda a comunidade acadêmica em direção ao desenvolvimento da manutenção da circulação de poder. Paloma em sua entrevista apresenta um leve movimento de colegas em direção a proposição de novas formas de existir, mas comenta que esta prática não se sustenta pelas relações de força dos jogos de verdade no discurso neoliberal.

Eu sinto outros colegas que têm mais ou menos a mesma postura que eu e eles têm esse incômodo. Isso não é uma coisa isolada, mas o grupo é minoritário. Infelizmente. O grupo que movimenta isso é um grupo que quer resultado não importa como. Depois lá na frente pode capotar tudo. E na maior parte das vezes capota, mas não interessa, né? E geralmente esse grupo que movimenta, que imprime esse tipo de ritmo é um grupo muito voltado para os seus objetivos pessoais (Paloma).

Embora Paloma relate que a maioria dos docentes reproduz o discurso hegemônico, ela reconhece uma parte dos docentes que se sentem incomodados com as relações de poder às quais estão inseridos. O reconhecimento deste fragmento minoritário representa uma possibilidade de exercício de práticas de liberdade para o governo de si e dos outros através de um silêncio ativo, uma bio resistência silenciosa (BRISTOW, 2017) que não é apresentada na estrutura formal da universidade, mas percorre os corredores através das redes de relacionamento e de solidariedade entre os docentes capazes de gerar ideias transorganizacionais que representem novas relações de poder através da trama universitária.

Assim como o conceito do biopoder complementa a noção do poder disciplinar (FLEMING, 2014), a resistência coletiva ou a bio-resistência complementa as resistências muitas vezes silenciadas nas universidades neoliberais através dos dispositivos disciplinares, e se apresentam como uma força capaz de romper com o modelo neoliberal hegemônico e agir nos processos de subjetivação dos docentes em atuação da modalidade a distância nas IES privadas e atingem a coletividade de um grupo de trabalhadores. Luís apresenta este conceito ainda bastante tímido nas IES privadas:

Eu chamava a equipe e perguntava: vamos assumir fazer conforme está orientado ou vamos bater de frente e defender nossos interesses? Só que daí nesse bater de frente eu dizia para os meus docentes: vocês não podem roer a corda. Se na hora da reunião lá, quem estiver conduzindo falar alguma coisa e eu falar o que nós decidimos, falar o contrário e ele perguntar para vocês o que vocês acham, vocês têm que bater o martelo do que nós queremos (Luís).

Este movimento de resistência silenciosa é chamado por Bowes-Catton e colaboradores (2020) de quiescência, como uma pseudo inatividade docente frente às relações de poder neoliberais, mas que representa uma possibilidade prática de bio resistência no exercício da assimetria de poder através de práticas reflexivas e de formação de consciência nas redes de relacionamento entre os docentes

capazes de desenvolver discursos que promovem alterações nas relações de forças circulantes na universidade neoliberal.

As ações na comunidade universitária, como as apresentadas por Bower-Catton e colaboradores (2020) e Sanson (2022) são capazes de convidar os docentes ao exercício da bio-resistência como forma de proposição de formas particulares de existir. Para De Coster (2022) o exercício de práticas de governança coletiva e democrática em decorrência do convívio e avaliação dos riscos a partir de diversos olhares constituem um espaço comunal capaz de orientar a novos processos de subjetividade docente, discente e, *a posteriori*, na entrega de profissionais capazes de refletir sobre o meio em que vive e sobre o futuro em vias alternativas à exploração de recursos. Este senso coletivo está presente na entrevista de Luís:

Uma andorinha só não vai fazer verão, então todo mundo sabe o caminho, mas todo mundo não faz (Luís).

Pergunto: se todo mundo sabe, por que é que todo mundo não faz?

Ah! Muitas vezes não faz por (pausa) por medo de perder o emprego, sendo uma instituição privada. Muitas vezes não faz por ter medo de ficar queimado no meio, no profissional (Luís).

A universidade neoliberal é constituída por questões orientadas ao capital, no entanto, este é um importante espaço em que a resistência econômica, política e institucional emerge, visto o potencial de produção de conhecimentos e, por conseguinte, de verdades e novas formas de existir. Não é à toa que o ambiente universitário incomoda tanto determinados regimes políticos que o ameaçam fortemente no intuito de reduzir as forças contrárias ao discurso hegemônico e prover a manutenção, quiçá a ampliação das assimetrias que a governamentalidade neoliberal traz para a educação.

Os jogos de verdade decorrentes do discurso neoliberal orientam a noções como a apresentada por Luís de manutenção do *status quo*, no entanto, as relações de poder são fluidas, instáveis e reversíveis (FOUCAULT, 2004) e as resistências dos docentes nas universidades neoliberais são esforços de transformação de forma positiva, móvel e produtiva (FOUCAULT, 1979) para subverter o discurso

hegemônico (De Coster, 2022) que constiui os docentes a partir dos discursos que estão contidos no cenário neoliberal, mas se encontram marginalizados frente a estas práticas e podem representar um potencial de mudança de atuação docente de dentro do campo.

Para Sanson (2022) este discurso é possível e foi percebido em uma indústria francesa através do senso de pertencimento ao grupo e consequente insubordinação coletiva frente às tentativas neoliberais de apropriação das subjetividades. De forma análoga, a prática docente contemporânea, fortemente reprodutora do discurso hegemônico pode ser problematizada (BOWES-CATTON *et al.*, 2020) em decorrência da dinâmica das relações sociais articuladas, orientando a uma bio resistência coletiva e duradoura como a apresentada por Sanson (2022). O discurso de Marcus contribui para corroborar esses pressupostos com a articulação não somente de uma forma de viver docente, mas no estímulo para a criação de espaços coletivos como um centro acadêmico pelos discentes:

Eu sempre fui muito crítico nos espaços colegiados. Com os coordenadores, diretores, enfim, com aqueles que faziam as vozes desse mercado, principalmente nas universidades privadas. A ponto de estimular os alunos a se articularem para construir um Centro Acadêmico para terem um espaço para uma reflexão mais crítica fora sala de aula. Eu sabia que meu papel ali era limitado, uma vez que o movimento deveria ser autônomo e eu enquanto docente poderia encapsular autonomia dos estudantes... Eu tentava refletir com eles e com elas que a demanda não era só discutir o preço da mensalidade, inclusive eu acho que esse é o ponto, que o discente se visse além de um cliente que debate exclusivamente preço, mas a sua formação, o seu benefício. Será que a felicidade se resume a alguns reais a menos? (Marcus)

Na academia, para além dos limites físicos das universidades neoliberais, alguns esforços coletivos de bio resistência docente são observados em dispositivos legais como na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) do Estado do Espírito Santo (SINPRO, 2022) com indenização pecuniária de docentes que exercem o home office, no valor de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) para a fruição da infraestrutura necessária à prestação do trabalho remoto, a manutenção do uso de equipamentos e ao uso de recursos como internet, luz, água, condomínio, seguros e outros que não estão na responsabilidade da universidade neoliberal empregadora. Em contrapartida, as assimetrias de poder direcionadas à manutenção do discurso neoliberal e a acumulação capitalista estão presentes no mesmo documento, que

assegura às IES a propriedade de todo o material produzido pelos docentes inseridos nestas condições de trabalho, sem a garantia de direitos autorais aos prestadores de serviço. Com efeito, como Foucault (1979) apresenta, as relações de poder e resistência são fluidas e compõem uma arena de disputas de interesses entre as partes.

Portanto as resistências propostas por Luís e por Marcus não representam uma ação pontual, mas a formação de uma ontologia, de um modo de vida capaz de significar um conjunto de ações no jogo de forças que compõem os discursos circulantes nas universidades neoliberais. Com efeito, em consonância com Sanson (2022) estes discursos permitem que se faça a apropriação dos espaços de trabalho de forma contrária às forças que constituem os docentes neoliberais nos princípios gerencialistas de individualismo e competição, mas sim na reprodução de uma solidariedade prática e, por conseguinte, da formação de novos processos de subjetivação capazes de sustentar as resistências docentes a longo prazo.

Neste sentido, a atuação política desta tese busca estimular junto aos docentes a reflexão sobre suas práticas (BARRAT, 2008) na articulação de coletivos capazes de incluir práticas de bio-resistência e na orientação de processos de subjetivação direcionados ao cuidado de si e dos outros. A partir do desenvolvimento da atitude crítica (PAES DE PAULA, 2020), inserir a bio-resistência como um modo de vida, na subversão cotidiana dos discursos neoliberais pode ser uma forma de existir que modifique as assimetrias de poder nas universidades neoliberais. Um exemplo de atitude crítica como um modo de vida é apresentado por Korica (2022) em uma publicação na rede social Twitter na constatação da tensão capitalista sobre a academia e, por conseguinte, em um manifesto por uma academia mais humana.

Portanto, assumir um desafio coletivo em busca de reduzir as assimetrias de poder e proporcionar um ambiente acadêmico mais orientado para a produção e ampliação de conhecimento é uma alternativa aos processos de subjetivação neoliberais que capturam as liberdades na constituição do discurso gerencialista e gera a resignação profissional gerando cada vez mais cansaço e esgotamento profissional em decorrência do uso das tecnologias de informação e comunicação na modalidade de educação a distância.

Os docentes têm um papel fundamental na salvaguarda e na promoção de espaços de debate acadêmico, tanto a nível individual quanto coletivamente. Deste modo, é possível realizar um trabalho com os alunos para a formação de uma consciência crítica neles. Os docentes, portanto, precisam reconhecer o seu papel crítico ao exercerem a liderança em ações de ensino, pesquisa e extensão e refletirem sobre suas práticas ontologicamente sustentadas na comunidade acadêmica, como pode ser observado na resistência ao fechamento de cursos de graduação e pós graduação da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS) em 2022.

A comunidade acadêmica se mobilizou através das redes sociais e grupos de mensagens instantâneas para a articulação de manifestações em defesa da manutenção de cursos que estavam sendo fechados por decisão unilateral, devido a interesses mercantis. Em decorrência disso, ocorreu a demissão de docentes e os alunos foram levados a buscarem outras instituições para concluírem seus cursos, impactando fortemente os sujeitos em um curto período de tempo. A diretoria da Associação Nacional dos programas de Pós Graduação emitiu uma nota em que destaco o fragmento:

É triste que discentes e docentes que investiram sonhos, trabalho e que contribuíram para o crescimento do País, sejam desconsiderados. É inaceitável que instituições se guiem por “planos estratégicos” contaminados pelas visões financista e de curto prazo e rompam unilateralmente com os compromissos históricos assumidos diante da sociedade e do Estado brasileiros.

É URGENTE que nós, enquanto área, façamos discussões e nos ORGANIZEMOS em relação ao presente e o futuro da Comunicação frente às políticas científicas de nosso país. Diante deste fato lamentável, torna-se ainda mais importante a organização e o fortalecimento da área para lutar unida contra a destruição de tudo o que foi construído através dos nossos programas de pós-graduação. Não podemos permitir que ações como esta sejam naturalizadas (COMPOS, 2022, p. 1).

Esta nota emitida representa uma crítica à universidade neoliberal como um elemento de bio-resistência na articulação coletiva através de uma rede de solidariedade que orienta a processos de subjetivação direcionados à parrhesia, na busca individual e coletiva para que os sujeitos sejam verdadeiros consigo mesmos (FOUCAULT, 2004) e exerçam o cuidado de si e dos outros. Esta articulação coletiva tomou vulto para além dos limites da universidade e representantes da sociedade

civil organizada se posicionaram, como a escritora Rosana Pinheiro Machado ao se manifestar pelo Twitter com atitude solidária aos colegas:

É devastador o que está acontecendo na UNISINOS. E tb preocupante pela possibilidade de ser ação coordenada entre várias universidades. Aos colegas, deixo minha solidariedade. Ñ conheço o mercado brasileiro mais, mas me coloco à disposição para ajudar em candidaturas no exterior (PINHEIRO-MACHADO, 2022).

Traços de solidariedade como os da nota sindical e a postagem da escritora, que não vive mais no país mas se disponibiliza a ajudar com candidaturas no exterior, mostram como as relações de afeto e solidariedade desempenham um papel fundamental na universidade neoliberal ao nutrir novos processos de subjetivação e novas formas de existir mais solidárias e com reduzida autorresponsabilidade, elementos opostos a impessoalidade, o individualismo, o calculismo e a competição colocadas pela governamentalidade neoliberal e pelo gerencialismo (NARDI, 2006; MUNRO, 2012; McCANN *et al.*, 2020).

As articulações coletivas são necessárias porque ninguém se governa isoladamente, mas sempre em relação aos outros, inseridos na vida social (FOUCAULT, 2011). Os docentes precisam ter uma postura proativa em relação ao questionamento dos fatores que os cercam e liderar o caminho, em vez de se sentirem guiados pelos dispositivos neoliberais que os levam a caminhos que não desejam seguir. Isto é possível através da conversão da concepção do sujeito passivo e atuante na manutenção da ordem do discurso para um sujeito ativo, reflexivo, ético e político.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS DESTA TESE E INICIAIS PARA NOSSO EXERCÍCIO DE REFLEXÃO

Quando as coisas são viradas de cabeça para baixo, o fundo é trazido à superfície, e exposto à luz

(Keeanga-Yamahtta Taylor, 2022)

Neste capítulo de considerações finais, faço um exercício de apresentação das articulações entre o objetivo geral e os objetivos específicos que me proponho a responder nesta tese. Porém, entendo que a temática não se encerra neste texto, tampouco as discussões e as análises que podem ser desenvolvidas a respeito do tema estudado. O objetivo geral desta tese foi *compreender a (re)construção da subjetividade de docentes do curso superior de administração em atuação na modalidade de educação a distância em IES privadas nos discursos neoliberais*.

Dentro deste objetivo, realizei a técnica de manejo cartográfico para acompanhar os processos de subjetivação de docentes do curso superior de administração em atuação na modalidade a distância. Esta técnica permitiu realizar a ação de pesquisar associada a intervenção no campo e a modificação do meu próprio processo de subjetivação. Habitar esse território, assumir a responsabilidade da pesquisa para interferir e sofrer interferência nos processos de produção da realidade para conduzir a produção desta tese foi uma oportunidade de exercer a realização do meu exercício profissional como um ato ético-estético-político.

Para alcançar os resultados propostos, desenvolvi objetivos intermediários que me direcionaram para articular os caminhos propostos para esta pesquisa. Esses objetivos foram: *a) identificar a forma de atuação biopolítica oferecida pela governamentalidade neoliberal, complementar ao poder disciplinar que contribui para novas subjetivações e relações de trabalho; b) Analisar a contribuição dos dispositivos de poderes e saberes e os mecanismos de biopoder para os processos de subjetivação no desenvolvimento de corpos dóceis atuantes na universidade neoliberal; c) Analisar os discursos que (re)constroem a subjetividade profissional/laboral de docentes em atuação no ensino superior privado de administração na modalidade de educação a distância; d) Apresentar as relações de*

trabalho e as práticas relacionadas à atuação docente no Brasil contemporâneo; e) Identificar o exercício da ética reflexiva dos docentes e as resistências associadas ao cuidar de si; f) Oferecer contribuições aos estudos organizacionais e aos estudos universitários críticos no que diz respeito a problematização do discurso neoliberal hegemônico nos processos de subjetivação de docentes.

Com base no percurso metodológico traçado para acompanhar os processos de subjetivação dos 22 docentes, seis dimensões de análise emergiram: Trajetórias na docência; Biopolítica e governamentalidade neoliberal; Poderes e saberes; Subjetividades; Novas relações de trabalho e Mudança social. Importante ressaltar que, uma vez que os objetivos específicos contribuem para direcionar os caminhos para a resposta ao objetivo geral desta tese, as dimensões apresentadas dialogam e possuem características relacionadas aos seis objetivos específicos. No entanto, as dimensões não são estanques e dialogam entre si, assim como toda a construção deste texto se deu através de um processo de bricolagem, com idas e vindas em busca da resposta que pretendia com esta tese.

Em relação ao primeiro objetivo específico, de *identificar a forma de atuação biopolítica oferecida pela governamentalidade neoliberal, complementar ao poder disciplinar que contribui para novas subjetivações e relações de trabalho*, foi possível perceber que as universidades estão fortemente constituídas por preceitos neoliberais, em que a lógica econômica de acumulação capitalista é a principal condutora das práticas. As universidades privadas, com efeito, reproduzem estes discursos, sobretudo na educação superior, na proliferação de grandes grupos educacionais a partir de fusões e aquisições de nível nacional e internacional.

A educação a distância é um dispositivo que endossa a governamentalidade neoliberal na amplificação das assimetrias de poder e reprodução dos jogos de verdade em uma operação norteada por princípios mercantis, por exemplo, na noção de escala ao ampliar a oferta de vagas e diluir os custos fixos, além da homogeneização da educação com a aplicação de materiais terceirizados e padronizados por vários semestres e para vários cursos. A fragmentação do trabalho na figura do docente e do tutor aproxima esta modalidade de educação de uma produção industrial taylorista-fordista, em um movimento que se retroalimenta na

reprodução de formações profissionais direcionadas a princípios neoliberais através do modelo de educação flexível.

No que se refere ao segundo objetivo, de *analisar a contribuição dos dispositivos de poderes e saberes e os mecanismos de biopoder para os processos de subjetivação no desenvolvimento de corpos dóceis atuantes na universidade neoliberal*, foi possível identificar características relacionadas ao biopoder e à biocracia. A ampliação da noção de liberdade e a regulação indireta do Estado a partir da criação de mecanismos de controle das liberdades individuais faz com que o sujeito se torne o panóptico de si mesmo, se automonitore e reproduza discursos neoliberalizantes sob a égide do empreendedorismo, da autonomia de trabalhar a "qualquer tempo" e em "qualquer lugar".

O gerencialismo e a valorização produtivismo e do ativismo ampliam a concorrência e a busca pelo primeiro lugar. Os docentes ao assumirem esses papéis entram em uma lógica competitiva. Neste sentido, o biopoder é incorporado ao ambiente de trabalho no que Fleming (2014) chamou de biocracia. Estes traços, com efeito, orientam para a redução da ação colegiada e a representatividade de segmentos na comunidade acadêmica, visto que as decisões se tornam mais concentradas nas instâncias gerenciais e a participação da comunidade acadêmica é desestimulada.

Por um lado, os alunos procuram cursos na modalidade a distância como uma alternativa de realizar um curso superior de modo concomitante a outras atividades do cotidiano e muitas vezes, sem a dedicação necessária para a apreensão do conteúdo ministrado. Por outro lado, os docentes assumem muitas disciplinas nos cursos a distância, com muitos alunos e com uma carga de processamento altíssima que torna a relação de ensino-aprendizagem rasa. Porém, esta relação não possui somente dois lados, por outro lado, os cursos são formatados em um caráter tecnicista baseado principalmente em ações de ensino, com pouco estímulo à reflexão e a devolutiva à sociedade com ações de pesquisa e extensão para a ampliação do conhecimento e aproximação dos problemas sociais para compreensão e busca de alternativas para as respectivas soluções.

Em relação ao terceiro objetivo específico, *analisar os discursos que (re)constroem a subjetividade profissional/laboral de docentes em atuação no ensino*

superior privado de administração na modalidade de educação a distância, foi possível compreender os processos de subjetivação dos docentes de administração na modalidade a distância como algo contínuo e passível de molde e desmolde a partir das relações de poder historicamente situadas, ou seja, um docente é capaz de reproduzir o discurso neoliberal em alguns momentos e problematizá-lo em outros.

Os processos de subjetivação neoliberais, com a noção de capital humano, é reforçada pela ideia de *homo oeconomicus*, como aquele sujeito que tem o valor econômico como norteador de outros aspectos da vida. No entanto, este modelo constituído pelo uso da tecnologia orienta para a assunção de um grande volume de trabalho e a disponibilidade online 24 horas por dia, 7 dias por semana, gerando insegurança, ansiedade e, por conseguinte, adoecimento dos docentes. Este cenário, juntamente com os dispositivos biopolíticos levam ao aparecimento de novas relações de trabalho vantajosas para as universidades neoliberais e aceitas pelos docentes na perspectiva de atuação autônoma e flexível.

Sobre o quarto objetivo específico de *apresentar as relações de trabalho e as práticas relacionadas à atuação docente no Brasil contemporâneo* vi que a reestruturação produtiva e a desregulamentação da educação desencadearam um conjunto de leis, trabalhistas inclusive, que orientam a novas condições de trabalho docente, mais flexíveis e menos protetoras das garantias sociais. A atuação na modalidade a distância é incorporada neste regime com a ampliação da contratação de docentes temporários e da terceirização. Com efeito, a modalidade de educação a distância representa a porta de entrada para a operação destes novos formatos de contratação docente no ensino superior. Este docente, portanto, passa a aceitar condições de trabalho com remuneração menor e se torna facilmente substituível.

A flexibilização do trabalho associada aos processos de subjetivação neoliberais produz a oferta e o aceite de vagas para docentes nas universidades neoliberais como microempreendedores individuais em que estes docentes se tornem prestadores de serviços autônomos no que Orbem (2016) chama de pejetização da educação. Deste modo, ocorre a conversão da relação trabalhista para uma relação comercial e a oferta de trabalho de forma superficial, temporária e para diversas instituições. Para se tornar atrativo, este docente assume uma prática

ultra facilitadora do processo de ensino aprendizagem, desce seu grau de exigência nos processos avaliativos e se assume a função de animador de auditório para reter a atenção dos alunos, muitas vezes com assuntos que tangenciam o objeto de aprendizagem.

Frente a este movimento, como discente de um programa de pós graduação, como docente e como cidadã, sinto que urge a necessidade de cumprir o quinto objetivo específico de *identificar o exercício da ética reflexiva dos docentes e as resistências associadas ao cuidar de si* ao me dispor a reflexão que apresento nesta tese, ao interferir nos processos de subjetivação dos 22 docentes entrevistados e ao provocar esta reflexão em você, leitor, como uma forma de resistência ao discurso neoliberal hegemônico introduzido nas universidades.

O reconhecimento dos discursos circulantes nos permite problematizá-los e, a partir disso, realizarmos a parrhesia no exercício de nossas práticas de liberdade e da assunção governo de nós mesmos e dos outros ao questionarmos os *status quo* e propormos uma nova forma de existir. Escrevo este parágrafo na terceira pessoa do plural porque se toda relação de poder traz consigo suas possibilidades de resistência, toda resistência é uma possibilidade contida no próprio poder, portanto, algo coletivo. Deste modo, te convido, através do acompanhamento dos processos de subjetivação dos docentes analisados nesta tese que você realize a reflexão sobre suas práticas e os discursos que te constituem para que juntos, consigamos unir forças, com esta tese e outros trabalhos para cumprir o sexto objetivo específico de *oferecer contribuições aos estudos organizacionais e aos estudos universitários críticos no que diz respeito a problematização do discurso neoliberal hegemônico nos processos de subjetivação de docentes*. Objetivo este que singelamente tento cumprir nesta tese, mas tenho clareza de que acima das formalidades acadêmicas, esta perspectiva de ruptura com a normalização não é considerada um ato isolado e sim coletivo, difuso, de bioresistência.

Entendo que a principal contribuição teórica desta tese diz respeito à escrita de inspiração foucaultiana sobre o neoliberalismo e o conceito profícuo da governamentalidade neoliberal no sentido *lato* do governo das populações, como fonte importante para (re)pensar a vida profissional contemporânea nas universidades neoliberais. O biopoder orienta a governamentalidade neoliberal que

produz sujeitos autônomos e responsáveis pelos riscos associados ao trabalho nas universidades. Esta relação se insere em um exercício de poder centrífugo e muito mais eficaz que o poder disciplinar imposto de cima pelos empregadores, pelo contrário, os sujeitos dóceis buscam por estas relações flexíveis e perversas.

A segunda contribuição diz respeito à expansão da compreensão da universidade neoliberal e da educação a distância como elemento de endosso na governamentalidade neoliberal ofertando um ensino flexível, volátil e raso capaz de representar uma porta de entrada para a transformação das relações de trabalho docente contemporâneas. Uma terceira contribuição diz respeito à compreensão das transformações neoliberais nos processos de subjetivação dos docentes que reproduzem os discursos neoliberais a partir do biopoder em que ocorre a vigília do sujeito e a intenção de se tornar empreendedor.

A quarta contribuição que apresento diz respeito à necessidade de articular os aspectos das universidades neoliberais com o exercício ético através da positividade do poder e das possibilidades de resistência dos sujeitos que levam as práticas de liberdade e as práticas de problematização e da reflexão crítica no contexto estudado para a manutenção da circulação do poder.

O uso da técnica de manejo cartográfico para acompanhar os processos de subjetivação docentes faz aparecer o coletivo por ser uma pesquisa-intervenção com direção participativa e inclusiva além de permitir que o processo de análise circule através de todos os agentes e por todos os momentos da pesquisa. Desta forma, não há hierarquia ou separação entre o sujeito cognoscente e o objeto de análise. Portanto, potencializa saberes até então excluídos e faz emergir reflexões coletivas, maiores do que a soma das possibilidades de análises individuais dos sujeitos. O caráter de intervenção é diluído em toda produção de conhecimento, de modo a não dissociar o momento de investigação de uma atitude ética e política de cuidado de si e dos outros.

Para lidar com a patogenicidade e a perversidade da universidade neoliberal, gozamos da positividade do poder a partir da problematização e da reflexão crítica e da criação de novas realidades para melhorar as experiências nas universidades como: a valorização da tríade ensino, pesquisa e extensão; o apoio a colegialidade; o respeito aos docentes e aos técnicos administrativos; a preservação do momento

de trabalho no ambiente profissional; a solidariedade e a oferta de ajuda para aqueles que forem vítimas de pressões ou outros comportamento inadequado; a oferta de tempo, tolerância e atenção para ouvir os colegas; buscar uma remuneração adequada e a melhoria das condições de trabalho; lutar pela manutenção dos direitos trabalhistas e contra a intensificação do trabalho.

Olhando para o futuro, gostaria de sugerir que desfizéssemos os silêncios presentes na universidade neoliberal, sobretudo nas IES privadas, onde esses discursos circulam fortemente e indagássemos no que consiste fazer bem o nosso ofício? Se trata de reproduzir conteúdos e formar tecnicistas ou de ampliar o conhecimento e formar sujeitos críticos e capazes de problematizar os discursos que os rodeiam no exercício ético de si?

Por fim, com esta tese fui alertada, encorajada, advertida e instigada a refletir e pretendi, de certa maneira, alertar, encorajar, advertir e instigar a reflexão de todos que tivessem contato com este texto. Por isso, intitulo este tópico como considerações finais desta tese e iniciais para a nossa conversa sobre como podemos resistir. Vamos conversar?

REFERÊNCIAS

- AHONEN, P.; TIENARI, J.; MERILAINEN, S.; PULLEN, A. Hidden contexts and invisible power relations: A Foucauldian reading of diversity research. **Human Relations**, v. 67, nº 3, p. 263-286, 2014.
- ALCADIPANI, R. **Michel Foucault: poder e análise das organizações**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ALCADIPANI, R. Academia e a fábrica de sardinhas. **Organizações & Sociedade**, v. 18, n. 57, p. 345-348, 2011.
- ALCADIPANI, R.; BRESLER, R. McDonaldização do ensino. **Carta Capital**, v. 6, n. 122, p. 20-24, 2000.
- ALEXANDERSSON, M. **Method and consciousness**. Goteborg: Acta Univesitatis Gothoburgensis, 1994.
- ALLEN, A. Foucault and the politics of our selves. **History of Human Sciences**, v. 24, n. 4, p. 43-59, 2011.
- ALLMER, T. Precarious, always-on and flexible: A case study of academics as information workers. **European Journal of Communication**, p. 1-15, 2018.
- ALVAREZ, D. **Cimento não é concreto, tamborim não é pandeiro, pensamento não é dinheiro! Para onde vai a produção acadêmica?** Rio de Janeiro: Myrrha, 2004.
- ALVESSON, M.; WILLMOTT H. Identity regulation as organizational control: producing the appropriate individual. **Journal of Management Studies**, v. 39, p. 619– 644, 2002.
- ALVESSON, M.; KARREMAN, D. Varieties of discourse: On the study of organizations through discourse analysis. **Human relations**, v. 53, n. 9, p. 1125-1149, 2000.
- ALVESSON, M.; SANDBERG, J. Generating research questions through problematization. **Academy of management review**, v. 36, n. 2, p. 247-271, 2011.
- AMORIM, A. K. M. A.; SEVERO, A. K. S.; ROMAGNOLI, R. C. Cartografia de um grupo-pensamento em saúde mental: experimentações rizomáticas no que a vida pode mais. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, v. 25, n. 2, p. 657-678, 2015.
- ANGROSINO, M. **Doing Ethnographic and Observational research**. London: Sage Publications, 2007.
- ÂNIMA. **Apresentação de resultados**. Disponível em: <https://ri.animaeducacao.com.br/>. Acesso em: 06/12/2022.

AQUINO, M. G. Noções de sujeito e poder em leituras foucaultianas e sua influência nos estudos de organizações e gestão de pessoas. **Cadernos EBAPE**. v. 17, n. 3, jul/set, 2019.

ARENDT, H. **A condição humana**. 11ª edição. São Paulo: Forense Universitária, 1958.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior**: las perspectivas de la experiencia (El desarrollo em la práctica). Whashington/DC: BIRD/Banco Mundial, 1995.

BARRAT, E. The later Foucault in organization and management studies. **Human relations**, v. 61, n. 4, p. 515-537, 2008.

BARROS, L. M. R.; BARROS DE BARROS, M. E. O problema da análise em pesquisa cartográfica. **Fractal Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 373-390, mai./ago., 2013.

BARROS, M. E. B.; SILVA, F. H. O trabalho do cartógrafo do ponto de vista da atividade. **Fractal Revista de Psicologia**, vol. 25, n. 2, p. 339-356, mai./ago., 2013.

BATISTA, M.; RABELO, L. Imagine que eu sou seu sócia: aspectos técnicos de um método em clínica da atividade. **Revista Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 16, n. 1, p. 1-8, 2013.

BECHI, D. As reformas da educação superior e as metamorfoses do trabalho docente na economia capitalista flexível. **Revista Internacional de Educação Superior**. Campinas, vol. 3, n. 1, p. 203-223, jan./abr., 2017.

BELLONI, M. L. Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. **Educação e Sociedade**, n. 78, 2002.

BELLONI, M. L. **Educação a distância**. Campinas: Autores Associados, 2009.

BENNER, M. Business Schools in their university settings. In.: HUZARD, T.; BENNER, M.; KARREMAN, D. **The corporation of the business school: Minerva meets the market**. New York: Routledge, 2017.

BITTAR, M. Educação superior - o "vale tudo" na mercantilização do ensino. **Revista de Estudos de Educação**, n. 2, 2002.

BITTAR, M.; RUAS, C. M. S. Expansão da educação superior no Brasil e a formação de oligopólios - hegemonia do privado mercantil. **Eccos Revista Científica**, n. 29, p. 115-133, 2012.

BOSI, A. P. A Precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez., 2007.

BOUSEBAA, M.; TIENARI, J. Englishization and the politics of knowledge production in management studies. **Journal of Management Inquiry**, v. 30, n. 1, 2021.

BOVESPA. **Empresas listadas**. Disponível em: <https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm>. Acesso em 14 de janeiro de 2023.

BOWES-CATTON, H.; BREWIS, J.; CLARKE, C.; DRAKE, D. H.; GILMOUR, A.; PENN, A. Talkin' 'bout a revolution? From quiescence to resistance in the contemporary university. **Management Learning**, v. 51, n. 4, 2020.

BRASIL. Lei Nº 6.019. **Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências**. Brasília, 1974.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995.

_____. Lei Nº 9.394. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996.

_____. Medida Provisória no 2.164-41. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional**. Brasília, 2001a.

_____. Lei Nº 10.260. **Dispões sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências**. Brasília, 2001.

_____. Lei Nº. 10.861. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências**. Brasília, 2004a.

_____. Portaria Nº 4.059. **Autoriza a oferta de disciplinas a distância nos cursos superiores reconhecidos**. Brasília, 2004b.

_____. Decreto Nº 5.622. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, Brasília, 2005.

_____. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**, Brasília, 2016.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**. Brasília, 2017a.

_____. Lei Nº 3.429. **Altera dispositivos da Lei n o 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá**

outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Brasília, 2017b.

_____. Lei Nº 13.467. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.** Brasília, 2017c.

_____. Decreto Nº 9.057. **Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, 2017d.

_____. Portaria Nº 2.177. **Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.** Brasília, 2019.

_____. Resolução CNE/CP Nº 2, de 10 de dezembro de 2020. **Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.** Brasília, 2020.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração.** Ministério da Educação. Brasília, 2021.

BRISTOW, A.; ROBINSON, S.; RATLE, O. Being an early-carrer CMS academy in the context of insecurity and 'Excelence': the dialectics of resistance and compliance. **Organization Studies**, p. 1-23, 2017.

BROWN, A. D. Organization studies and identity: Towards a research agenda. **Human Relations**, v. 54, n. 1, p. 113-121, 2001.

BROWN, A. D. Identities and Identity Work in Organization. **Journal of Management Reviews**, v. 17, n. 1, p. 20-40, 2015.

BUTLER, N.; SPOELSTRA, S. Academics at play: why the 'publication game' is more than a metaphor. **Management learning**, v. 51, n. 4, 2020.

BOZKURT, A. I.; JUNG, J.; XIAO, V.; VLADMIRSCHI, R.; SCHUWER, G.; EGOROV, S. A Global Outlook to the Interruption of Education due to COVID-19 Pandemic: Navigating in a Time of Uncertainty and Crisis. **Asian Journal of Distance Education**, v. 15, n. 1, p. 1–126, 2020.

CALDERÓN, A. I. Terceirização do trabalho docente à luz da responsabilidade social da educação superior. **Trab. Educ. Saúde**, v. 11, n. 3, p. 487-501, 2013.

CARRIERI, A. P.; PAES DE PAULA, A. P.; DAVEL, E. Identidade nas organizações: múltipla? Fluida? Autônoma? **Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 45, 2008.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CESAR, J. M.; SILVA, F. H.; BICALHO, P. P. G. O lugar do quantitativo na pesquisa cartográfica. **Fractal Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 357-372, mai./ago., 2013.

CHAVES, V. L. J. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação de oligopólios. **Educação e Sociedade**, v. 31, n. 111, p. 481-500, 2010.

CLARKE, C. A.; KNIGHTS, D. Careering through academia: Securing identities or engaging ethical subjectivities? **Human relations**, v. 68, n. 12, p. 1865-1888, 2015.

CLEGG, S. R.; PITSIS, T. S.; POLLEY, T. R.; MAROSSZEKY, M. Governmentality matters: designing an alliance culture of inter-organizational collaboration for managing projects. **Organization Studies**, v. 23, n. 3, p. 317-337, 2002.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho** (2a ed.). Petrópolis: Vozes, 2007.

CLOT, Y. Clínica do trabalho e clínica da atividade. In: BENASSOLI, Pedro F.; SOBOL, Lis Andrea. (Orgs). **Clínicas do trabalho**: novas perspectivas para a compreensão do trabalho na atualidade, p. 188-207. São Paulo: Atlas, 2011.

COMPOS, **Nota de Protesto pelo fechamento do PPGCOM Unisinos e de SOLIDARIEDADE aos pesquisadores – docentes e discentes**. Disponível em: <<https://www.ppgcom.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias/445-nota-de-protesto-pelo-fechamento-do-ppgcom-unisinos-e-de-solidariedade-aos-pesquisadores-docentes-e-discentes>>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

CONTU, A. Critical management education. In: ALVESSON, M.; BIRDMAN, T.; WILMOTT, H. **The Oxford Handbook of Critical Management Studies**. Oxford: Oxford University Press, p. 536-550, 2009.

COOPER, R.; BURRELL, G. Modernism, postmodernism and organizational analysis: An introduction. **Organization Studies**, v. 1, n. 9, p. 91-112, 1988.

COVALESKI, M., DIRSMITH, M., HEIAN, J.; SAMUEL, S. The calculated and the avowed: techniques of discipline and struggles over identity in big six public accounting firms. **Administrative Science Quarterly**, v. 43, p. 293-327, 1998.

CRESWELL, J. W. **Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. *In*: CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto**. São Paulo: Penso, 2010.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE COSTER, M.; ZANONI, P. More Than Prefigurative Politics? Redefining institutional frames to reduce precarity under neoliberal capitalism. **Organization Studies**, v. 44, n. 6, p. 939-960. 2022.

DEAN, M. **Governmentality: Power and rule in modern society**. London: Sage, 1999.

DEAN, K. L.; FORNACIARI, C.; BENTO, R.; ASARTA, C. Premises, promises, and perils of the academic Potemkin village. **Management Learning**, v. 51, n. 4, 2020.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**, vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34 Letras, 1995.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

DOSTOIÉVSKI, F. **Memórias do Subsolo**. Tradução Boris Schaiderman. São Paulo: Ed. 34, 2000.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DRUCK, M. G. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica**. São Paulo: Boitempo/EDUFBA, 1999.

FAIRCLOUG, N. Critical discourse analysis and the marketization of public discourse: The universities. **Discourse & Society**, v. 4, n. 2, p. 133-168, 1993.

FERRETTI, A. S. Z.; SOUZA, E. M. Queer theory and entrepreneurial discourses: gender inequalities and alternative forms of analysis toward entrepreneuring. **Cadernos Ebape.BR**, v. 20, p. 276-288, 2022.

FLEMING, P. Review article: When 'life itself' goes to work: reviewing shifts in organizational life through the lens of biopower. **Human relations**, v. 67, n. 7, p. 875-901, 2014.

FLICK, U. **Managing Quality in Qualitative Research**. London: Sage Publications, 2007.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E.R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, 2008.

FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo - Revista do NIEP- Marx**, v. 5, n. 8, p. 45-67, 2017.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**, organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987a.

_____. **A arqueologia do saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987b.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

_____. O que é a crítica? Critique et Aufklärung – Conférence du 27 mai 1978. **Bulletin de la Société Française de Philosophie**, v. 82, n. 2, p. 35-63, 1990.

_____. Então é importante pensar? In.: FOUCAULT, M. **Ditos e escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. What's is Enlightenment?, in The Essential Works of Michel Foucault, vol. 1, **Ethics: Subjectivity and Truth**, ed. P. Rabinow. New York: New Press, p. 303-319, 1997.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003a.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2003b.

_____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Segurança, Território e População**: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Nascimento da Biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **Do governo dos vivos**: Curso dado no Collège de France (1979-1980). São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.

_____. **O governo de si e dos outros**: Curso dado no Collège de France (1982-1983). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **A coragem da verdade**: Curso dado no Collège de France (1983-1984). São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FRANCO, D. S.; FERRAZ, D. L. S. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cadernos Ebape**, v. 17, 2019.

FULLER, S. Can universities solve the problems of knowledge in society without succumbing to the knowledge society? **Policy Futures in Education**, v. 1, n. 1, p. 106-124, 2003.

FURTADO, R. N.; CAMILO, J. A. O. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. **Subjetividades**, v. 16, n. 3, p. 34-44, 2016.

GALLO, S. The care of the self and biopolitics: resistance and practices of freedom. **Educational Philosophy and Theory**. v. 49, n. 7, p. 691-701, 2017.

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. São Paulo: Ideias e letras, 2007.

GEMELLI, C. E.; CLOSS, L. Q.; FRAGA, A. M. Multiformidade e pejetização: (re)configurações do trabalho docente no ensino superior privado sob o capitalismo flexível. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 26, n. 2, mai./ago., p. 409-438, 2020.

GEPHART; JR, R. P. Qualitative research and the Academy of Management Journal. **Academy of Management Journal**, v. 47, n. 4, 2004.

GIDDENS, A. **Modernity and self-identity**. Cambridge: Polity Press, 1991.

GERSHON, I. 'Neoliberal Agency', **Current Anthropology**, v. 52, n. 4, p. 537-55, 2011.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Atrmed, 2009.

GILL, R. Academics, cultural workers and critical labour studies. **Journal of Cultural Economy**, v. 7, n. 1, p. 12-30, 2014.

GUATARRI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica - cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

HAFERMALZ, E. Out of the Panopticon and into Exile: Visibility and control in distributed new culture organizations. **Organization**, v. 42, n. 5, p. 697-717, 2020.

HALL, G. **The uberification of the university**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016.

HAMANN, T. H. Neoliberalism, Governmentality, and Ethics. **Foucault Studies**, n. 6, p. 37-50, 2009.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.

HICKEL, N.; MORSCHBACHER, J. S. Deslizamentos nos modos de exclusão e a emergência do capacitismo. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 29, n. 1, p. 15-42, 2022.

HOPER. Consultoria Educacional. **Relatório de desempenho no Enade**. 2021.

HOULDEN, S.; VELETSIANOS, G. The problem with flexible learning: neoliberalism, freedom, and learner subjectivities. **Learning, Media and Technology**, 2020.

HRICSINA, J. Evolução do sistema vocálico do latim clássico ao português moderno (tentativa da verificação in corpora). **Études Romanes de BRNO**, 2013.

IRIGARAY, H. A. R. 2020: utopia e a distopia e a yout(uber)ização do trabalho docente. **Cadernos EBAPE**, v. 18, n. 4, 2020.

Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior 2021**. Brasília, 2022.

JELONEK, M.; MAZUR, S. Necessary changes, adverse effects? The institutional patterns of adaptation of economics universities to changes prompted by the reform of Poland's science and higher education system. **Management Learning**, v. 51, n. 4, 2020.

JONES, D.; STABLEIN, R. Diversity as resistance and recuperation: Critical theory, post-structuralist perspectives and workplace diversity. In: KONRAD, A. M.; PRASAD, P.; PRINGLE, J. K. **Handbook of Workplace Diversity**, p. 145-166. London: Sage, 2006.

JONES, D.; VISSER, M.; STOKES, P.; ORTENBLAD, A.; DEEM, R.; RODGERS, P.; TARBA, S. The performative university: 'Targets', 'Terror' and 'Talking back freedom' in academia. **Management Learning**, v. 51, n. 4, 2020.

KASTRUP, V. **A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição**. Campinas: Papirus, 1999.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 263-280, mai./ago., 2013.

KNIGHTS, D.; CLARKE, C. A. It's a bittersweet symphony, this life: fragile academic selves and insecure identities at work. **Organization studies**, v. 35, n. 3, p. 335-357, 2014.

KVALE, S. **Doing Interviews**. London: Sage Publications, 2007.

KOCIATKIEWICZ, J.; KOSTERA, M.; ZUEVA, A. The gost of capitalism: a guide to seeing, naming and exorcising the spectre haunting the business school. **Management Learning**, p. 1-21, 2021.

KORICA, M. A hopeful manifesto for a more humane academia. **Organization Studies**, v. 43, n. 9, p. 1523-1526, 2022.

KYRATSI, Y.; ATUN, R.; PHILIPS, N. Health systems in transition: professional identity work in the context of shifting institutional logistics. **Academy of Management Journal**, v. 60, n. 2, p/ 610-641, 2017.

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES. **Laureate Network**. Disponível em: <<https://www.laureate.net/regions/brazil/>>. Acesso em: 03 de abril de 2021.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAVAL, P.; DARDOT, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEITE, R. C. C. **As Sete Pragas da Universidade**. 2ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

LEMKE, T. Foucault, governmentality and critique. **Rethinking Marxism: A Journal of Economics, Culture and Society**, v. 14, n. 3, p. 49-64, 2002.

LÜDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

McCABE. Enterprise contested: Betwixt and between the discourses of career and enterprise in a UK bank. **Human Relations**, v. 62, n. 10, p. 1551–1579, 2009.

McCANN, L.; GRANTER, E.; HYDE, P.; AROLES, J. 'Upon the gears and upon the wheels': Terror convergence and total administration in the neoliberal university. **Management learning**, v. 51, n. 4, 2020.

MACKENZIE, E.; McGOVERN, T.; SMALL, A.; HICKS, C.; SCURRY, T. 'Are they out to get us?': Power and the 'recognition' of the subject through a 'Lean' work regime. **Organization Studies**, v. 42, n. 11, p. 1721-1740, 2020.

McKINLAY, A.; CARTER, C.; PEZET, E. Governmentality, power and organization. **Management and Organization History**, v. 7, n. 3, p. 3-15, 2012.

McNAY, L. 'Self as enterprise: dilemmas of control and resistance in Foucault's The birth of biopolitics'. **Theory, Culture and Society**, v. 26, n. 6, p. 55-77, 2009.

MAHNIC, C. L. P. Ser professor de administração em IES privadas - uma análise pragmática baseada na Sociologia da Ciência. XLVI **EnANPAD**, 2022.

MANGAN, A 'We're not banks': Exploring self-discipline, subjectivity and co-operative work. **Human Relations**, v. 62, n. 1, p. 93–117, 2009.

MARAVELIAS, C. Governing impaired jobseekers in neoliberal societies: from sheltered employment to individual placement. **Organization**, v. 29, n. 6, p. 1036-1055, 2020.

MARTINET, A. C. **Estratégia**. 2º ed. Lisboa: Edições Sílabo, 1992.

MELLO, R. Inep investiga faculdades particulares suspeitas de fraudar o Enade no Mato Grosso. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/06/17/inep-investiga-faculdades-particulares-suspeitas-de-fraudar-o-enade-no-mato-grosso.ghtml>>. Acesso em : 24/05/23.

MEZZADRI, A. Social reproduction and pandemic neoliberalism: planetary crises and the reorganization of life, work and death. **Organization**, v. 29, n. 3, p. 379-400, 2022.

MILLER, P.; ROSE, N. **Governing the present: administering economic, social and personal life**. Cambridge: Polity Press, 2008.

MINISTÉRIO DE TRABALHO E EMPREGO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados: CAGED**. Brasília: MTE, 2019.

MINISTÉRIO DE TRABALHO E EMPREGO. **Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados: Novo CAGED**. Brasília: MTE, 2022.

MOISANDER, J.; GROß, C.; ERARANTA, K. Mechanism of biopower and neoliberal governmentality in precarious work: mobilizing the dependent self-employed as independent business owner. **Human relations**, v.0, p. 1-24, 2018.

MOONESIRUST, E.; BROWN, A. D. Company towns and the governmentality of desired identities. **Human relations**, v.74, n. 4, p. 1-25, 2019.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MORSE, J. M. Designing funded qualitative research. In: NORMAN, K. D.; YVONNA, S. L. (Eds.). **Handbook of qualitative research**. 2. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.

MUNRO, I. The management of circulations: biopolitical variations after Foucault. **International Journal of Management Reviews**, v. 14, n. 3, p. 345-362, 2012.

NARDI, H. C. **Ética, subjetividade e trabalho**: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

NORBACK, E.; HAKONEN, M.; TIENARI, J. Academic identities and sense of place: a collaborative autoethnography in the neoliberal university. **Management Learning**, p. 1-19, 2021.

ODDONE, I.; GASTONE, M.; GLORIA, S.; BRIANTE, G.; CHIATELLA, M.; RE, A. **Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde**. São Paulo: Hucitec, 1986.

OLUBUMMO, A.; FERGUSON, J. **The emergent university**. London: Longmans, 1960.

ORBEM, J. V. A (re)construção de uma "nova" modalidade de trabalho denominada "pejotização" no contexto sociocultural brasileiro. *Áskesis*, v. 5, n. 1, p. 143-156, 2016.

PAES DE PAULA, A. P. Tratenberg revisitado: as inexoráveis harmonias administrativas e a burocracia flexível. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 1, p. 127-144, 2002.

PAES DE PAULA, A. P. Aproximações entre Michel Foucault e a Escola de Frankfurt: por uma abordagem pós-crítica radical para os estudos organizacionais. **Revista Organizações e Sociedade**, v. 27, n. 95, p. 705-725, 2020.

PALHARES, I. Enade tem nota máxima para 6% dos cursos presenciais e só para 2% dos a distância. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/09/so-23-dos-cursos-a-distancia-tem-nota-maxima-em-avaliacao-federal.shtml>>. Acesso em: 15 de setembro de 2022.

PARKER, M. **Shut Down The Business School**. London: Pluto, 2018.

PARKER, M. Schools out. **The Mint Magazine**. Disponível em: <https://www.themintmagazine.com/schools-out>. Acesso em: 26 de abril de 2021.

PARKER, M.; JARY, D. The McUniversity: Organization, management and academic subjectivity. **Organization**, v. 2, n. 2, p. 319-338, 1995.

PASSOS, E. KASTRUP, V.; ESCÓZIA, L. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. Dossiê cartografia: Pistas do Método da cartografia. **Fractal Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 217-220, mai./ago., 2013.

PETERS, O. Duas mudanças estruturais na educação a distância: industrialização e digitalização. São Leopoldo-RS, 2001.

PRATT, M. G.; ROCKMANN, K. W.; KAUFMANN, J. B. Constructing professional identity: The role of work and identity learning cycles in the customization of identity among medical residents. **Academy of Management Journal**, v. 49, n. 2, p. 235-262, 2006.

RAMPAZO, A. V.; SARAIVA, L. A. S.; SOUZA, E. M.; BREWIS, J.; O'SHEA, S. Breaking hegemonies over bodies and organizations. **Revista de Administração de Empresas**, v. 62, p. 1-13, 2022.

REAY, T.; GOODRICK, E.; WALDORFF, S. B. Getting leopards to change their spots: Co-creating a new professional role identity. **Academy of Management Journal**, v. 60, n. 3, p. 1043-1070, 2017.

REED, J. A genealogy of homo-economicus: neoliberalism and the production of subjectivity. **Foucault Studies**, n. 6, p. 25-36, 2009.

REIS, E. A.; PARTYKA, R. B. Fusões e Aquisições no Ensino Superior à Luz da Teoria do Crescimento da Firma. **XX SemeAd**, 2017.

RENAULT, L. A abordagem cartográfica na pesquisa-intervenção participativa: o caso da Gestão Autônoma da Medicação (GAM). **Atas - Investigação Qualitativa em Saúde/Investigación Cualitativa en Salud**, v. 2, 2019.

REZENDE, M. S.; BRITO, J.; ATHAYDE, M. Pesquisas empíricas: a automobilização de uma teleatendente para enfrentar as adversidades do trabalho em um call center. **Revista Laboreal**, v. 5, n.2, p. 63-75, 2009.

RIACH, K.; RUMENS, N.; TYLER, M. Towards a Butlerian methodology: Undoing organizational performativity through anti-narrative research. **Human Relations**, v. 69, n. 11, p. 2069-2089, 2016.

RIBEIRO, C. A.; ROMAGNOLI, R. C. Os processos de subjetivação de deficientes intelectuais no mercado de trabalho: uma cartografia. **Psicologia em Revista**, v. 18, n. 3, p. 489-506, 2012.

ROCON, P. C.; BARROS, M. E.; SODRÉ, F.; RODRIGUES, A. O reconhecimento e o aparecimento público como determinantes para a saúde: diálogos com mulheres transexuais e trabalhadores(as) da saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 31, n. 2, 2022.

RODRIGUES, H. B. C. A história oral como intercessor – em favor de uma dessujeição metodológica. **Estudos & Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p. 190-203, 2010.

ROMAGNOLI, R. C. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 166-173, 2009.

ROSE, N. S. **Powers of freedom: reframing political thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SADER, E.; GENTILE, P. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**, 3º ed. São Paulo: Paz e terra, 1996.

SALDAÑA, P. Unisinos encerra quase metade dos programas de pós-graduação: Capes convocou as lideranças da instituição para debate na próxima semana. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/07/unisinos-encerra-quase-metade-dos-programas-de-pos-graduacao.shtml>. Acesso em: 24 de julho de 2022.

SANSON, D.; COUPASSON, D. Resistance as a Way of Life: How a group of workers perpetuated insubordination to neoliberal management. **Organization Studies**, p. 1-25, 2022.

SCHULTZ, T. **Capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SCHWARTZMAN, S. A revolução silenciosa no ensino superior. In: DURHAM, E. R.; SAMPAIO, H. **O ensino superior em transformação**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior (NUPES/USP), 2000.

SEMESP. **Bate papo incentiva as IES privadas a participarem de rankings educacionais**. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/noticias/bate-papo-incentiva-ies-privadas-a-participarem-de-rankings-educacionais/>. Acesso em: 20 de setembro de 2022.

SEMESP. **O novo período de captação**. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/assessoria-economica/noticias/o-novo-periodo-de-capta-cao/>. Acesso em: 07 de março de 2023.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SER EDUCACIONAL. **Portal de relacionamento com investidores**. Disponível em: http://ri.sereducacional.com/sereducacional/web/default_pt.asp?idioma=0&conta=28. Acesso em: 06 de dezembro de 2022.

SILVA, A. M. T.; LOURENÇO, M. L. O poder disciplinar enquanto uma dimensão da cultura organizacional: um estudo multicase em instituições de ensino superior privadas. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 19, n. 1, p. 99-134, 2018.

SILVA JÚNIOR, J. R.; MARTINS, T. B. Formação e certificação em massa e abordagens do multiculturalismo e das competências na educação a distância: implicações ao trabalho docente. **Revista HISTEDBR Online**, v. 13, p. 238-251, 2013a.

SIMON, H. A. . A Behavioral Model of Rational Choice. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 69, n. 1, p. 99-118, 1955.

SINGER, P. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

SINPRO/RS. **Convenção Coletiva de Trabalho da Educação Superior 2022/2023**. Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul, 2022.

SINPRO/ES. **Convenção Coletiva de Trabalho da Educação Superior 2022/2023**. Sindicato dos Professores do Estado do Espírito Santo, 2022.

SOARES, M. Eu me demito: fenômeno da grande resignação chega ao Brasil. **Você S/A**. Disponível em: <<https://vocesa.abril.com.br/economia/eu-me-demito-fenomeno-da-grande-resignacao-o-chega-ao-brasil/>>. Acesso em 13 de outubro de 2022.

SOROS, G. **The crisis of global capitalism**: open society endangered. New York: PublicAffairs, 1998.

SOUZA-SILVA, J. C.; DAVEL, E. Concepções, práticas e desafios na formação do professor: examinando o caso do ensino superior de administração no Brasil. **Organizações & Sociedade**, v. 12, n. 35, 2005.

SOUZA, S. P. Governamentalidade empresarial e saberes ADM. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 4, p. 400-407, 2013.

SOUZA, E. M. Poder, diferença e subjetividade: a problematização do normal. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, n. 1, p. 103-143, jun. 2014a.

SOUZA, E. M. P.; CARRIERI, A. P. A análise do discurso em estudos organizacionais. In. SOUZA, E. M. **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional**: uma abordagem teórico-conceitual. Vitória: EDUFES, 2014b.

SOUZA, E. M.; BIANCO, M. F.; JUNQUILHO, G. S. Contestações sobre o Masculino no Contexto do Trabalho: Estudo Pós-modernista em Mineradoras e Siderurgias. **Revista de Administração Contemporânea**, v.19, n.3, p.269-287, 2015.

SOUZA, E. M. A teoria queer e os estudos organizacionais: revisando conceitos sobre identidade. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, v. 21, n. 3, p. 308-326, 2017.

SOUZA, E. M.; COSTA, A. S. M.; LOPES, B. C. Ressocialização, trabalho e resistência: mulheres encarceradas e a produção do sujeito delinquente. **Cadernos EBAPE**, v. 17, n. 2, 2019.

SOUZA, E. M.; PARKER, M. Practices of freedom and the disruption of binary genders: Thinking with trans. **Organization**, 2022.

SOUZA, C. A.; NIJS, W. F.; HENDRIKS, P. H. Secrets of the believe: performance management in university research organizations. **Human relations**, v. 63, n. 9, p. 1439-1460, 2010.

TAYLOR, K. Y. Reality has endorsed Bernie Sanders. **The New Yorker**. Disponível em: <<https://www.newyorker.com/news/our-columnists/reality-has-endorsed-bernie-sanders>>. Acesso em: 20 de junho de 2023.

TEDESCO, S. H.; SADE, C.; CALIMAN, L. V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. In.: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (Orgs.). **Pistas do Método da Cartografia: A experiência da pesquisa e o plano comum**. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, p. 92-127, 2016.

THOMAS, R.; DAVIES, A. Theorizing the micro-politics of resistance: New public management and managerial identities in the UK public services. **Organization Studies**, v. 26, p. 683-706, 2005.

UNISINOS. **Posicionamento Unisinos**. Comunicação Institucional. 22 de julho de 2022. Disponível em: <<https://www.unisinos.br/noticias/posicionamento-unisinos/>>. Acesso em: 20 de agosto de 2022.

VINUTO, J. A. Amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 201-218, 2014.

WEISKOPF, R.; MUNRO, I. Management of human capital: discipline, security and controlled circulation in HRM. **Organization**, v. 19, n. 6, p. 685-702, 2012.

WIENERS, S.; WEBER, S. M. Athena's claim in an academic regime of performativity: Discursive organizing of excellence and gender at the intersection of heterotopia and heteronomia. **Management Learning**, v. 51, n. 4, 2020.

WILLMOTT, H. Managing the academics: commodification and control in the development of university education in UK. **Human relations**, v. 48, n. 9, p. 993-1027, 1995.

WOOD JR, T. **Capitalismo selvagem: Crônicas da vida corporativa e do trabalho**. São Paulo: Edição do autor: 2016.

YOUNG, M. C. **The Guinness Book of Records**. USA: Bantam, 1998.

ZANONI, P. 'Whither Critical Management and Organization Studies? For a Performative Critique of Capitalist Flows in the Wake of the COVID-19 Pandemic', **Journal of Management Studies**, v. 58, p. 577–81, 2021.

ZAWADZKI, M.; JENSEN, T. Bullying and the neoliberal university: a co-authored autoethnography. **Management learning**, v. 51, n. 4, 2020.

ZIMOVSKI, T.; VASCONCELOS, M. E. S. M.; CARRIERI, A. P. O trabalho da transformação: a criação do sujeito entre a dialética e a resistência política. **Cadernos de Administração UEM**, v. 30, n. 1, jan-jun., 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO



Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Programa de Pós-graduação em Administração
Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário - Goiabeiras
CEP 29075-910 - Brasil - Telefax (27) 4009-7712

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) senhor(a) foi convidado(a) a participar da pesquisa intitulada "GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL E MECANISMOS DE BIOPODER NOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DE DOCENTES EM ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA", sob a responsabilidade de NATALIA BOUSQUET BATISTA. A presente pesquisa tem como finalidade compreender como os discursos neoliberais (re)constróem a identidade profissional de docentes em atuação na modalidade de educação a distância em instituições de ensino superior privadas e suas relações com a precarização do trabalho na sociedade contemporânea. As informações serão utilizadas para a elaboração de tese de doutorado e artigos científicos. Todos os dados são estritamente confidenciais, sendo o nome do participante da pesquisa trocado por outro fictício para manter o seu anonimato. Os benefícios esperados com a sua participação visam contribuir para o desenvolvimento científico sobre a reconstrução de identidade docente na modalidade a distância em instituições privadas e suas relações com a precarização do trabalho na contemporaneidade. Sua participação é voluntária e o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a participar da pesquisa, podendo, a qualquer momento, recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar ou retirar o seu consentimento. Garantimos o direito à liberdade de retirar o seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, independente do motivo e sem quaisquer prejuízos. A produção de dados será através de observação participante e entrevistas semiestruturadas e com duração de no máximo 45 minutos. As entrevistas serão gravadas por meio de videochamada e, posterior à realização, serão transcritas no processador de texto Google Docs. A pesquisa ocorrerá em local definido pelo participante da pesquisa ou de forma

remota. Caso o senhor(a) não se sinta à vontade para conversar durante a entrevista sobre algum acontecimento que não lhe traga boas lembranças e lhe cause algum constrangimento ou cansaço, terá todo o direito de não tocar no assunto. Assim, sinta-se à vontade em não responder qualquer pergunta, bem como solicitar o encerramento da entrevista em qualquer tempo. Se preciso, podemos conversar sem realizar a gravação, não sendo essa conversa material de pesquisa sob nenhuma hipótese. Fica garantida a indenização em caso de danos, comprovadamente decorrentes tão somente a participação dessa pesquisa, conforme o que vier a ser decidido judicialmente. Ressaltamos que o(a) senhor(a) não terá nenhuma despesa, como também não receberá nenhuma remuneração, ressaltando que eventuais gastos na pesquisa são de responsabilidade do pesquisador. A pesquisa não apresenta riscos físicos relacionados à sua saúde física, dada à sua característica. O risco relacionado à sua privacidade, imagem e confidencialidade das informações fornecidas está ressaltado, na garantia de não acarretamento de prejuízos em sua relação com o pesquisador, através do anonimato das informações fornecidas. O(A) senhor(a) receberá uma via deste termo com os dados do pesquisador, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e a sua participação agora ou a qualquer momento. Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, entre em contato com a pesquisadora Natalia Bousquet Batista por meio do telefone (22) 99209-3333 ou e-mail nataliabousquet@gmail.com. Caso de denúncias ou intercorrências com a pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (CEP/UFES/Campus Goiabeiras) através do telefone (27) 3145-9820 ou e-mail cep.goiabeiras@gmail.com, pessoalmente ou por correio: Avenida Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória - ES, CEP 29075-910. Após estes esclarecimentos, solicito o seu consentimento de forma livre e esclarecida para a sua participação nesta pesquisa. Este termo de consentimento será assinado e rubricado pelo pesquisador e participante em duas vias, sendo que cada um receberá uma via assinada e rubricada. Por favor, preencha os itens a seguir:

Eu, _____
declaro que fui suficiente informado e esclarecido sobre o presente documento, entendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinado pela pesquisadora Natalia Bousquet Batista, rubricada em todas as páginas.

_____/ES, _____ de _____ de _____.

Participante da pesquisa

Na qualidade de pesquisadora responsável pela pesquisa "GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL E MECANISMOS DE BIOPODER NOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DE DOCENTES EM ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA", eu NATALIA BOUSQUET BATISTA, declaro ter cumprido as exigências do(s) item(s) IV.3 e IV.4 da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Pesquisadora

APÊNDICE B - GUIA DE ENTREVISTA

Contextualização:

Breve explanação sobre a pesquisa. Assinatura no TCLE.

Autorização gravação.

Bloco 01 - Identificação do Docente, História de Vida Pessoal e Profissional:

Objetivo: Entender o perfil do sujeito de pesquisa.

Nome. Origem. Idade. Gênero. Formação. Grau de escolaridade. Regime de trabalho. Número de IES em que atua. Motivo da opção pela profissão de professor. Forma de ingresso na IES. Trajetória profissional. Nível hierárquico na organização. Tempo de exercício na docência. Tempo de atuação no EAD. Se assume o papel de docente exclusivamente ou se acumula o papel de docência e tutoria. Se atua na docência com dedicação exclusiva ou exerce outra atividade profissional. Cursos da área de gestão e negócios em que atua. Quais saberes ministra.

Bloco 02 - Universidade Neoliberal e Ensino a distância:

Alinhamento teórico: Governamentalidade neoliberal, Biopoder, Universidade neoliberal, Educação flexível.

O que se espera com este bloco: Compreender como os dispositivos de poderes e saberes e os mecanismos de biopoder se aplicam na universidade neoliberal e na educação flexível.

Roteiro: Posição de competição da IES em que trabalha frente ao mercado. Papel da universidade. A questão do lucro em detrimento do conteúdo. Verificar se o entrevistado percebe a homogeneização da oferta de educação como serviço. Se o EAD contribui para a mercantilização do ensino e como. Motivações para assumir turmas na modalidade EAD. Quantidade de pessoas com quem trabalha diretamente. Número de alunos que atende por turma. Número de turmas em que atua. Profundidade da dedicação às turmas. Atração da atenção do aluno. Formas em que a produtividade é medida. Sistemas de avaliação (internos e externos à IES). Como funciona a operação do controle na universidade em que atua (gerencialismo, alunos, autocontrole). Verificar se já aceitou atuar em disciplinas que não tinha afinidade teórica direcionado por fatores econômicos. Se existe competição para a assunção de novas turmas. Se o docente pode fazer alterações na ementa dos cursos em que atua. Se o material utilizado nas aulas é construído pelo professor ou padronizado pela instituição. Se considera que tem autonomia na escolha do tempo e espaço para trabalhar. Se precisou fazer adaptação na prática docente para atuação na EAD de alguma natureza. Relato de experiência positiva e negativa no período de atuação. Dificuldades de ministrar disciplinas a distância. Tempo de dedicação ao aluno na educação a distância. Forma de avaliação deste aluno. Se percebe perdas na relação entre professor-aluno. Se percebe erosão dos valores universitários.

Bloco 03 - Universidade neoliberal e Identidade docente:

Alinhamento teórico: Processos de subjetivação, (Re)construção de identidade profissional,

Gerencialismo, Identidades desejáveis, Identidade docente.

O que se pretende com este bloco: Compreender como os dispositivos de poderes e saberes e os mecanismos de biopoder contribuem para os processos de subjetivação no desenvolvimento de identidades desejadas na universidade neoliberal.

Roteiro: Verificar se o docente se considera um sujeito que atua em alinhamento com os objetivos da universidade na competição e ampliação de lucros. Práticas que costuma fazer nessa direção. Se atua de modo a cumprir as demandas da IES. Se exerce sua atividade de forma pró ativa para competir e se destacar entre os colegas. Se reproduz suas aulas e demais atividades de forma padronizada. Se costuma fazer cursos que aperfeiçoam a prática profissional fora do horário de trabalho para se manter competitivo. Se estimula os alunos à competição mercadológica. Fatores identitários valorizados e desvalorizados para a atuação na EAD. Se costuma direcionar o seu comportamento conforme as identidades desejadas. Se decidiu assumir riscos calculados para a atuação na EAD. Se cobra para oferecer uma resposta imediata para atender as demandas (solicitações dos alunos, entrega de atividades, alimentação do sistema). Se sente profissionalmente isolado. Se precisa submeter suas avaliações à avaliação prévia do conteúdo que será cobrado ao aluno. Atuação conforme as métricas na busca pelo desenvolvimento de carreira e por retorno financeiro. Se prefere trabalhar de forma individual ou em atividades colegiadas. Se prefere realizar o trabalho de forma presencial, com interação física ou de forma remota, sem o contato com outros professores. Se a atuação na educação a distância oferece mais autonomia que atuar na modalidade presencial. Como se dá a distinção do tempo e espaço entre a vida pessoal e o trabalho. Se considera o aluno um cliente e consumidor do serviço prestado por ele.

Bloco 04 - Universidade neoliberal e Jogos de verdade:

Alinhamento teórico: Governamentalidade neoliberal, Jogos de verdade, saberes hegemônicos, assimetrias de poder.

O que se espera deste bloco: Identificar os saberes que circulam no ensino a distância da área de administração e a reprodução dos jogos de verdade para a reprodução da governamentalidade neoliberal, que usam o mercado como lugar de verificação.

Roteiro: Relação entre os saberes valorizados na EAD e a formação técnica voltada para o desenvolvimento de competências direcionadas ao mercado. Concepção sobre a formação contemporânea em administração no EAD (disciplinas, tempo de formação, estrutura curricular). Explorar a questão da educação empreendedora. Se gostariam de ministrar outros conteúdos proibidos ou desvalorizados no EAD. Verificar se os saberes que ministra afetam de alguma forma a contratação ou a trajetória na universidade.

Bloco 05 - Universidade neoliberal, Relações de trabalho e suas modificações:

Alinhamento teórico: Biopoder, Desregulamentação do trabalho, Reestruturação produtiva, Precarização do trabalho, *Yout(uber)ização* do trabalho docente.

O que se espera deste bloco: Identificar como a governamentalidade neoliberal oferece uma forma de atuação biopolítica, complementar ao poder disciplinar que contribui para relações de trabalho mais precárias.

Roteiro: Como se dá a rotina de trabalho do docente. A questão da legislação e da tecnologia como elementos transformadores das relações de trabalho docente. Se já

teve o regime de trabalho modificado. Se já realizou trabalhos terceirizados de forma autônoma na construção de material didático e/ou gravação de videoaulas. Atividades assumidas em paralelo ao ensino (pesquisa, extensão, atividades administrativas). Insegurança e desemprego. Intensificação do trabalho. Extrapolação do trabalho para a vida pessoal. Volume de processamento de material e de notificações dos alunos. Se a quantidade de alunos que o docente tem sob sua responsabilidade é maior do que é capaz de atender. Se há relação entre a remuneração e o número de alunos atendidos. Se contribui com o desenvolvimento de conteúdos para outros canais, plataformas e redes sociais além das salas do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Responsabilidade sobre os custos financeiros relacionados ao trabalho (mobiliário, equipamentos, energia, internet, etc). Se trabalha de forma autônoma para a entrega de material didático, na produção de videoaulas, ou na elaboração e correção de avaliações. Se percebe a docência na modalidade de educação a distância como um trabalho precarizado. Relatos de situação em que se sentiu precarizado ou presenciou uma relação de trabalho precarizada na docência. Sofrimento físico e psíquico ao assumir essa identidade. Se sente que tem que trabalhar mais no EAD. Se acha que a atuação no EAD é mais precária que na modalidade presencial. Acha que sofre uma exploração maior na atuação a distância. Se há controle de acessos aos sistemas (número de acessos e tempo logado) ou exigência de exercício profissional de forma física na IES para cumprir horário de atuação no EAD.

Bloco 06- Universidade neoliberal e Resistência:

Alinhamento teórico: Ética, Cuidar de si, Práticas de liberdade, Parrhesia.

O que se espera com este bloco: Identificar os graus de liberdade para o exercício da ética reflexiva e as resistências associadas a estes dispositivos de poder ao cuidar de si.

Roteiro: Como atua profissionalmente frente às regras. Postura frente ao imediatismo e superficialidade das relações de ensino contemporâneas. Desconforto na atuação como docente e o que faz para tentar eliminar esse desconforto. Proposição de novas formas de atuação como docente que não seguem a lógica direcionada para o mercado. Pensamento de coletivo. Práticas realizadas para modificar este cenário (cinismo, pedido de demissão, articulação com outros docentes). Altera o conteúdo ministrado da disciplina sem a IES saber, inserindo outros pontos que considera relevantes, mas que não estão na ementa oficial da disciplina. Oferta outros conteúdos e materiais didáticos aos alunos que não fazem parte dos materiais disponibilizados pela IES com conteúdo próprio. Tenta adaptar o conteúdo da disciplina ao seu domínio de conhecimento. Não aceita ministrar disciplinas que não se identifique completamente com o conteúdo dela. Procura atuar de forma colaborativa e integrar disciplinas com colegas em busca e oferecer formação integral para os alunos. Não participa dos treinamentos sobre as ferramentas. Se inscreve nos cursos de atualização. Se cursa a atualização, mas não adota as técnicas em sala de aula. Busca adaptar as ferramentas do AVA aos modelos de construção do pensamento para estimular a reflexão dos alunos. Se estimula os alunos à reflexão crítica. Não se mantém à disposição dos alunos em horário diverso do contrato de trabalho. Desconforto (e/ou negativa) ao assinar termos de liberação do uso incondicional de imagem e conteúdo. Se já dispensou o aceite a ofertas de emprego por considerar os salários baixos demais. Se participa de redes de apoio para o debate das condições de trabalho docente em atuação no

EAD. Se busca ressignificar o significado do que é um professor para além de uma definição mercadológica de professor.

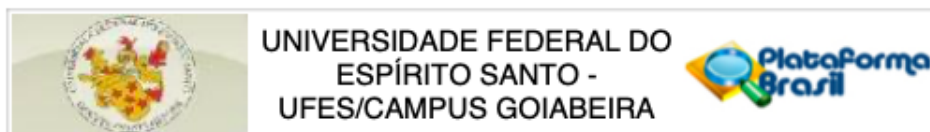
Últimas considerações:

Gostaria de esclarecer, incluir algum argumento que julgue importante para a descrição da sua prática que não tenha sido abordado?

Bola de neve: pedir a indicação de 3 a 5 colegas para contribuir com a pesquisa.

ANEXOS

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Universidade Neoliberal e Governamentalidade: Processos de subjetivação de Docentes do Curso Superior de Administração na Modalidade de Educação a Distância

Pesquisador: NATALIA BOUSQUET BATISTA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 61318922.5.0000.5542

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Administração da UFES

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

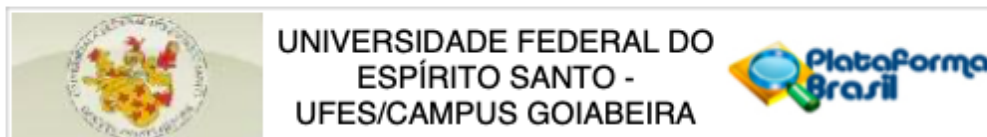
DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.620.286

Apresentação do Projeto:

O método é a pesquisa qualitativa. A abordagem qualitativa permite identificar como os sujeitos constroem o mundo ao seu redor, como agem e são impactados por fatores externos. Assim, oferece uma visão rica a partir da percepção do sujeito que está sob o efeito do fenômeno. O pesquisador, em contato com os sujeitos de pesquisa, é capaz de perceber os elementos do campo, analisar e desenvolver modelos, tipologias e explicar fenômenos sociais como as tecnologias de poder e os dispositivos que atuam sobre a formação da identidade profissional neoliberal de docentes de administração em atuação na educação a distância nas universidades neoliberais (FLICK, 2007). Os sujeitos de pesquisa serão 25 docentes de instituições de ensino superior privadas, em atuação no curso de administração na modalidade a distância por no mínimo dois anos. A escolha do curso de administração se dá pela relevância, como o segundo curso com maior número de matrículas na educação a distância nas universidades neoliberais e a forte reprodução dos saberes que reproduzem o discurso hegemônico. A definição de atuação profissional mínima na modalidade por dois anos permite atingir um profissional com certa experiência após o contato mínimo na atuação com quatro turmas (uma a cada semestre), assim como a vivência com as relações gerenciais por mais de um semestre para que possam oferecer mais informações sobre este contexto. O acesso aos sujeitos de pesquisa se dará inicialmente através da rede de contatos da pesquisadora e seguirá através da técnica de bola de neve, em que

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.620.286

os entrevistados fazem a indicação de outros profissionais para a realização das entrevistas seguintes. Após esta etapa, será realizado o contato, a apresentação do projeto de pesquisa e o convite dos docentes para a realização das entrevistas. Uma vez que o objetivo desta tese é compreender como os discursos neoliberais (re)construem a identidade profissional de docentes do curso superior de administração em atuação na modalidade de educação a distância em IES privadas e suas relações com a precarização do trabalho na sociedade contemporânea, realizarei uma pesquisa qualitativa, por meio da produção de dados de três formas distintas: observação do fenômeno, entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental. A realização de uma pesquisa qualitativa de alta qualidade, realizada através de uma pluralidade de métodos, permite ao pesquisador articular suas motivações não somente para preencher lacunas teóricas, mas também ao demonstrar a importância dos métodos para a realização de pesquisas científicas (ALVESSON; SANDBERG, 2011). Além das entrevistas, a fim de aprofundar a análise, realizarei uma pesquisa documental para o levantamento de dados e a análise do fenômeno e do contexto social no qual os mecanismos de biopoder se aplicam para a formação da identidade neoliberal e as práticas de resistência dos docentes de administração em atuação na modalidade a distância direcionadas ao governo de si. Documentos podem ser "leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares" (LUDKE, 1986, p. 38). Os documentos coletados contêm informações relacionadas aos objetivos desta pesquisa e serão analisados documentos oficiais como relatórios do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da Educação; peças publicitárias das universidades neoliberais; notas sindicais; informações de credenciamento e rankings do Ministério da Educação, que apresentam informações passíveis de problematização da agenda política de atuação profissional da modalidade de ensino a distância.

Objetivo da Pesquisa:

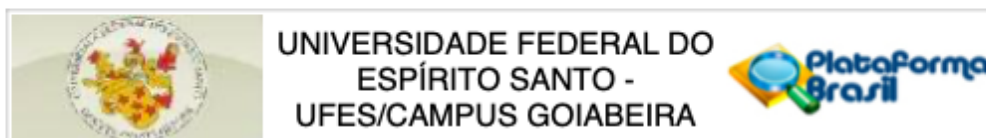
Objetivo Primário:

Compreender a (re)construção da subjetividade de docentes do curso superior de administração em atuação na modalidade de educação a distância em IES privadas nos discursos neoliberais.

Objetivo Secundário:

- Identificar a forma de atuação biopolítica oferecida pela governamentalidade neoliberal, complementar ao poder disciplinar que contribui para novas subjetivações e relações de trabalho;

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.620.286

- Analisar a contribuição dos dispositivos de poderes e saberes e os mecanismos de biopoder para os processos de subjetivação no desenvolvimento de corpos dóceis atuantes na universidade neoliberal;
- Analisar os discursos que (re)constroem a subjetividade profissional/laboral de docentes em atuação no ensino superior privado de administração na modalidade de educação a distância;
- Identificar o exercício da ética reflexiva dos docentes e as resistências associadas ao cuidar de si;
- Apresentar as relações de trabalho e as práticas relacionadas à atuação docente no Brasil contemporâneo;
- Oferecer contribuições aos estudos organizacionais no que diz respeito a problematização do discurso neoliberal hegemônico nos processos de subjetivação de docentes.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Um risco associado a esta pesquisa está relacionado a divulgação de dados pessoais do entrevistado. Para excluir estes riscos, a pesquisadora se compromete através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que todos os dados são estritamente confidenciais, sendo o nome do participante da pesquisa trocado por outro fictício para manter o seu anonimato. Outro risco associado é o de esgotamento mental a partir da reflexão sobre o exercício profissional. Neste sentido, o TCLE traz o esclarecimento de que caso o entrevistado(a) não se sinta à vontade para conversar durante a entrevista sobre algum acontecimento que não lhe traga boas lembranças e lhe cause algum constrangimento ou cansaço, terá todo o direito de não tocar no assunto. Assim, sinta-se à vontade em não responder qualquer pergunta, bem como solicitar o encerramento da entrevista em qualquer tempo. A pesquisa não apresenta riscos físicos relacionados à sua saúde física, dada à sua característica. O risco relacionado à sua privacidade, imagem e confidencialidade das informações fornecidas está ressalvado, na garantia de não acarretamento de prejuízos em sua relação com o pesquisador, através do anonimato das informações fornecidas.

Benefícios:

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.620.286

Os benefícios esperados visam contribuir para o desenvolvimento científico sobre os processos de subjetivação docente na modalidade a distância em instituições privadas e suas relações com a modificação das relações de trabalho na contemporaneidade. Os benefícios diretos ao participante dizem respeito à possibilidade de reflexão crítica e intervenção em suas práticas profissionais e os benefícios indiretos estão relacionados a busca coletiva de atuação profissional a partir de processos de subjetivação direcionados a práticas da governamentalidade no sentido estrito, do cuidado de si e dos outros.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de doutorado em administração de Natalia Bousquet Batista, sob orientação do Prof. Dr. Eloisio Moulin de Souza do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Com base nas resoluções nº 466/20 e nº 510/2016, foram analisados os seguintes termos:

- 1) Folha de rosto: sem pendências;

- 2) Projeto de pesquisa básico: faltou apontar abaixo do cronograma o compromisso da pesquisadora não iniciar a pesquisa de campo antes da aprovação do CEP, mas no cronograma postado tem o citado compromisso;

- 3) Projeto de pesquisa brochura: sem pendências;

- 4) TCLE: sem pendências;

- 5) Cronograma: sem pendências;

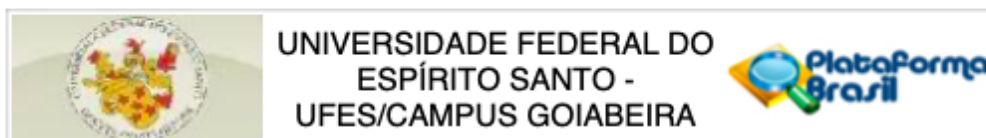
- 6) Orçamento: sem pendências.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Av. Fernando Ferrari,514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.620.286

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1989558.pdf	04/08/2022 11:02:20		Acelto
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Assinado.pdf	04/08/2022 11:01:47	NATALIA BOUSQUET	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_CEP.pdf	02/08/2022 16:55:38	NATALIA BOUSQUET BATISTA	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	02/08/2022 16:53:13	NATALIA BOUSQUET BATISTA	Acelto
Cronograma	Cronograma.pdf	26/07/2022 14:11:18	NATALIA BOUSQUET	Acelto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VITÓRIA, 01 de Setembro de 2022

Assinado por:
KALLINE PEREIRA AROEIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITÓRIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com